

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO**



Qualidade da paisagem urbana - Proposta de um modelo de avaliação

Alexandra Maria Forte de Campos

Orientadora: Doutora *Ana Isabel Loupa Ramos*

Co-Orientador: Doutor *José Álvaro Pereira Antunes Ferreira*

**Tese aprovada em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor
em Engenharia do Território**

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovada



**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO**

Qualidade da paisagem urbana - Proposta de um modelo de avaliação

Alexandra Maria Forte de Campos

Orientadora: Doutora *Ana Isabel Loupa Ramos*
Co-Orientador: Doutor *José Álvaro Pereira Antunes Ferreira*

**Tese aprovada em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor
em Engenharia do Território**

Qualificação atribuída pelo Júri: Aprovada

Júri

Presidente: Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Doutor António Júlio Marques Baptista Coelho, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Doutora Maria José Dias Curado, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto

Doutora Isabel Alexandra Joaquina Ramos, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora

Doutora Ana Isabel Loupa Ramos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Doutora Ana Catarina Lopes Vieira Godinho de Matos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Resumo

Para um habitante da cidade a importância da paisagem urbana é tal, que, mesmo que o queira, não consegue abstrair-se da sua existência. É uma presença constante no meio ambiente urbano, e a qualidade de vida dos habitantes da cidade, o seu bem-estar físico e mental, depende da qualidade da paisagem urbana.

A paisagem urbana deve por isso, obter uma resposta concreta, no terreno, às questões levantadas pela Convenção Europeia da Paisagem, e pela Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem, em particular, no que se refere à avaliação da respetiva qualidade.

Este trabalho, no que se propôs alcançar, isto é, a identificação dos critérios de avaliação de qualidade da paisagem urbana e a apresentação de uma proposta de modelo de avaliação, pretende contribuir para que se possa ficar um pouco mais próximo de atingir esse objetivo.

A metodologia seguida desenvolve-se a partir da base conceptual de “paisagem”, definida pela Convenção Europeia da Paisagem, e consiste na identificação e seleção de cinco critérios “imprescindíveis” de avaliação da qualidade da paisagem urbana – Dimensão Humana, Diversidade Funcional, Elementos Naturais, Identidade e Manutenção -, com recurso ao método Delphi, e à auscultação de um painel de 24 peritos. A quantificação dos coeficientes de ponderação dos cinco critérios de avaliação, é obtida segundo um procedimento semelhante a uma conferência de decisão, adaptada, (tendo em conta o período pandémico do Covid-19), com recurso ao método Swing Weighting (adaptado), aplicado a um painel de 10 peritos.

O modelo proposto coloca ao dispor das Autarquias um instrumento de aferição da qualidade da paisagem urbana, que possibilita a definição de estratégias, de atribuição de recursos, e outras políticas municipais, com vista à obtenção de coesão e de equilíbrio territorial, e ainda, que possa servir de base a um processo de participação pública, em matérias de paisagem.

O modelo paramétrico permite determinar o valor numérico da qualidade da paisagem urbana de cada bairro, e, conseqüentemente, a respetiva ordenação.

A aplicação do modelo ao caso de estudo, na cidade de Lisboa, permitiu a ordenação dos quatro bairros selecionados em termos de qualidade da paisagem urbana, com a colocação do bairro Parque das Nações em primeiro lugar, seguido de Alvalade e Baixa e, por último, Benfica.

A validação do modelo foi realizada por comparação com os resultados de avaliação de outro estudo sobre a mesma temática, com outro painel de peritos, de 22 membros. Apesar das metodologias serem diferentes, a ordenação dos valores obtidos da qualidade da paisagem urbana dos bairros de Lisboa é semelhante em ambos os trabalhos.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Convenção Europeia da Paisagem; Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem; Critérios de avaliação da qualidade; Modelo de avaliação da qualidade.

Abstract

For an inhabitant of the city the importance of the urban landscape is such that, even if one wants to, no one can abstract from its existence. It is a constant presence in the urban environment, and the quality of life of the city's inhabitants, their physical and mental well-being, depends on the quality of the urban landscape.

The urban landscape must, therefore, obtain a concrete answer, on the ground, to the questions raised by the European Landscape Convention and the National Architecture and Landscape Policy, regarding the assessment of its quality.

This work, in what it set out to achieve, that is, the identification of criteria for evaluating the quality of the urban landscape and the presentation of a proposal for an evaluation model, intends to contribute to getting a little closer to achieving this objective.

The methodology followed is developed from the conceptual basis of "landscape" defined by the European Landscape Convention and consists of the identification and selection of five "essential" criteria for assessing the quality of the urban landscape - Human Dimension, Functional Diversity, Natural Elements, Identity and Maintenance -, using the Delphi method, and the consultation of a panel of 24 experts. The quantification of the weighting coefficients of the five evaluation criteria is obtained according to a procedure like a decision conference, adapted, (considering the pandemic period of Covid-19), using the Swing Weighting method (adapted), applied to a panel of 10 experts.

The proposed model makes available to the Municipalities an instrument for measuring the quality of the urban landscape, which makes it possible to define strategies, allocation of resources, namely, and other municipal policies, with a view to obtaining cohesion, and territorial balance, and although it can serve as a basis for a process of public participation in landscape matters.

The parametric model makes it possible to determine the numerical value of the quality of the urban landscape of each neighbourhood, and, consequently, the respective ordering.

The application of the model to the case study, in the city of Lisbon, allowed the ordering of the four selected neighbourhoods, in terms of quality of the urban landscape, with the Parque das Nações neighbourhood in first place, followed by Alvalade and Baixa and, by finally, Benfica.

The validation of the model was carried out by comparing the results of the evaluation of another study, on the same topic, with another panel of experts with 22 members. Although the methodologies are different, the ordering of the values obtained from the quality of the urban landscape of Lisbon's neighbourhoods, is similar in both works.

Keywords: Urban landscape; European Landscape Convention; National Policy on Architecture and Landscape; Quality assessment criteria; Quality assessment model

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos dirigem-se aos meus orientadores - Professora Isabel Loupa Ramos e Professor Antunes Ferreira -, sem os quais este trabalho não teria sido possível. A sua ajuda foi fundamental no desenvolvimento e aprofundamento da temática, na sustentação teórica, na procura dos instrumentos necessários para alcançar os objetivos propostos, na estruturação da dissertação, na separação do essencial e do supérfluo.

Agradeço ainda ao Professor Rui Oliveira pelo apoio na coautoria de um artigo publicado “Cluster Analysis applied to the evaluation of urban landscap quality” (2016), no decurso da minha apresentação na “11th International Conference of Urban Regeneration and Sustainability”, Alicante, Espanha, e publicado no site “web of science”, cujo impulso foi importante para continuar este percurso.

Deixo um grande agradecimento ao “meu” painel de peritos que contribuiu decisivamente, com a sua sabedoria e experiência, para a essência deste trabalho. Agradeço, muito reconhecidamente, a todos os 24 peritos – Ana Loureiro, Eduardo Brito-Henriques, Fátima Bernardo, Gil Serras Pereira, João Cabral, João Carlos Antunes, João Cardoso e Melo, João Seixas, Jorge Gonçalves, Livia Tirone, Luís Balula, Luísa Lima, Margarida Pereira, Maria do Rosário Partidário, Paulo Correia, Paulo Pinho, Paulo Silva, Pedro Fidalgo, Rosário Macário, Sérgio Saraiva, Teresa Barata Salgueiro, Teresa Heitor, Vitor Silva (e um agradecimento póstumo a Ricardo Moutinho) - a disponibilidade dedicada à participação neste trabalho.

Um agradecimento especial à Professora Graça Saraiva, que gentilmente me enviou, por correio, a sua tese de Doutoramento, e ao Professor Nunes da Silva, que, enquanto coordenador, aceitou a minha candidatura ao curso de doutoramento em Engenharia do Território.

E um agradecimento aos meus colegas da Câmara Municipal de Cascais, Anabela Mendonça, Ana Fontão, Eduardo Amaro, Jorge Vasques, João Barros, João Pestana, Nuno Serrano e Sandra Sequeira, pela disponibilidade e ajuda nalgumas etapas-teste, no decurso desta investigação.

Agradeço ainda ao Gil Maia, que muito gentilmente me cedeu a oportunidade de colocar a imagem de uma obra sua na capa deste volume. E ainda à Teresa Ruivo pelo seu desenho ilustrativo de uma rua da cidade do Porto.

Desejo ainda agradecer a todos os que contribuíram, de forma direta, ou indireta (por inspiração), para a concretização deste trabalho.

E um especial agradecimento à minha família, sobretudo ao Manel e aos meus Pais, e aos meus amigos(as), pelo seu apoio constante.

Resumo

Abstract

Agradecimentos

Índice

Capítulo 1. Introdução.....	19
1.1.Enquadramento temático.....	19
1.1.1.O planeamento e a arquitetura	21
1.1.2. A temporalidade da paisagem urbana	23
1.1.3. A evolução dos modelos de planeamento urbano.....	25
1.1.4. As alterações da paisagem urbana devidas às crises climáticas, sanitárias e económicas ...	32
1.2.Motivação e Objetivos	34
1.3. Metodologia.....	38
1.4. Estrutura da dissertação.....	39
1.5.Ideias–chave do Capítulo 1.....	41
Capítulo 2. Conceito de “paisagem” e de “paisagem urbana”.....	43
2.1. Enquadramento histórico do conceito de “paisagem”.....	43
2.2. Dimensão material e imaterial da paisagem urbana	50
2.3. Conceito de paisagem urbana.....	54
2.3. Ideias–chave do Capítulo 2.....	59
Capítulo 3. Abordagens à paisagem (urbana)	61
3.1. As várias abordagens temáticas à paisagem (e à paisagem urbana)	61
3.1.1. Abordagem estética.....	67
3.1.2. Abordagem sensorial e emocional	73
3.1.3. Abordagem ecológica	82
3.1.4. Abordagem funcional.....	86
3.1.5. Abordagem morfológica	94
3.1.6. Abordagem cultural	97
3.1.7. Abordagem económica	102
3.1.8. Abordagem holística.....	104
3.2. Ideias–chave do Capítulo 3.....	105
Capítulo 4. Avaliação da qualidade da paisagem urbana	107
4.1. A Convenção Europeia da Paisagem e a Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem.....	107
4.1.1. Compromissos assumidos pelos Estados-membros	110
4.1.1.1. Identificação, classificação e monitorização da paisagem.....	111

4.1.1.2. Avaliação da paisagem.....	113
4.2. Abordagens à avaliação da paisagem.....	122
4.2.1. Exemplos de casos de estudo de avaliação de paisagens urbanas.....	124
4.2.2. Objetivos de qualidade paisagística	132
4.2.3. Qualidade da paisagem	135
4.2.4. Avaliação da qualidade da paisagem	137
4.2.5. Análise do estado da arte (da avaliação da paisagem urbana)	139
4.2.6. Necessidade de uma nova abordagem à avaliação (da qualidade) da paisagem urbana....	142
4.3. Ideias-chave do Capítulo 4.....	146
Capítulo 5. Construção do modelo de avaliação.....	149
5.1. Modelo de avaliação da qualidade da paisagem urbana	149
5.1.1. Introdução	149
5.1.2. Metodologia para a construção do modelo.....	153
5.2. Estruturação do modelo.....	154
5.2.1. Enquadramento geral	154
5.2.2. Critérios de avaliação de qualidade.....	156
5.2.2.1. Método Delphi – descrição geral do método	156
5.2.2.2. Aplicação do Método Delphi à determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana.....	162
5.2.2.3. Resultados.....	171
5.3. Operacionalização do modelo	172
5.3.1. Descritores de Impacto	172
5.3.1.1. Conferência de decisão – descrição geral do método	174
5.3.1.2. Aplicação da conferência de decisão à construção dos descritores de impacto	175
5.3.2. Funções de valor.....	183
5.3.3. Determinação dos coeficientes de ponderação dos critérios.....	186
5.4. Identificação das alternativas, aplicação e validação do modelo	200
5.5. Ideias-chave do Capítulo 5.....	200
Capítulo 6. Caso de Estudo – Lisboa	203
6.1. Objetivo do caso de estudo.....	203
6.2. Identificação das alternativas - Unidades territoriais para aplicação do modelo.....	204
6.3. Avaliação das alternativas	214
6.4. Metodologia de levantamento de dados “in situ” e Protocolo de procedimento.....	218
6.5. Implementação da metodologia de levantamento dos dados.....	220
6.6. Apresentação dos dados	222
6.7. Validação do modelo de avaliação proposto	229

6.8. Ideias-chave do Capítulo 6.....	231
Capítulo 7. Discussão dos resultados e Estudos futuros	233
7.1. Discussão dos Resultados.....	233
7.2. Estudos futuros.....	239
7.3. Ideias-chave do Capítulo 7	241
Capítulo 8. Conclusão.....	243
8.1. Conclusão e considerações gerais	243
8.2. Ideias-chave do Capítulo 8	248
Bibliografia.....	249
Anexo 1.....	279
Anexo 2.....	311
Anexo 3.....	323

Índice de Figuras

<i>Figura 1 - Base conceptual da paisagem segundo a Convenção Europeia da Paisagem (Fonte: autora) ..</i>	<i>20</i>
<i>Figura 2 - Arredores de Cuzco, Perú (2019) (Fonte: autora).....</i>	<i>22</i>
<i>Figura 3 - Rua dos Bacalhoeiros (Rua azul), Lisboa (2020) (Fonte: autora).....</i>	<i>24</i>
<i>Figura 4 – a) Museu Guggenheim em Bilbao (2008), b) Edifício da Orquestra Filarmónica de Hamburgo (2021) (Fonte: autora).....</i>	<i>26</i>
<i>Figura 5 – a) b) e c) “High Line Park”, Nova Iorque, Estados Unidos da América (2013) (Fonte: autora) ..</i>	<i>27</i>
<i>Figura 6 - “Árvore” wifi gratuita na Praça do Município em Lisboa (2015) (Fonte: autora)</i>	<i>29</i>
<i>Figura 7 - Fatores que contribuem para as alterações da paisagem urbana (Fonte: autora).....</i>	<i>32</i>
<i>Figura 8 - “Outdoor” na Amadora (2014) (Fonte: autora)</i>	<i>33</i>
<i>Figura 9 - Cronologia da legislação relativa à paisagem em Portugal (Fonte: autora).....</i>	<i>37</i>
<i>Figura 10 - Etapas e Metodologia (Fonte: autora).....</i>	<i>38</i>
<i>Figura 11 - Estrutura da dissertação (Fonte: autora)</i>	<i>41</i>
<i>Figura 12 – a) Jardins do Palácio de Versailles (1996) e b) Jardins de Buckingham Palace em Londres, Inglaterra (2015) (Fonte: autora)</i>	<i>45</i>
<i>Figura 13 - Conceitos relativos à paisagem que surgiram no século XX (Fonte: autora)</i>	<i>46</i>
<i>Figura 14 - Evolução histórica do conceito de paisagem ao longo dos séculos (Fonte: autora)</i>	<i>48</i>
<i>Figura 15 - Elementos que contribuem para a materialidade da paisagem (Fonte: autora)</i>	<i>51</i>
<i>Figura 16 - Elementos que contribuem para a imaterialidade da paisagem (Fonte: autora)</i>	<i>52</i>
<i>Figura 17 - Relação ente a paisagem urbana “espaço físico” e a paisagem urbana “percepção” (Fonte: autora).....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 18 – Fatores individuais dos quais depende a percepção da paisagem (Fonte: autora).....</i>	<i>54</i>
<i>Figura 19 - Considerações sobre o conceito de “paisagem urbana” (Fonte: autora).....</i>	<i>58</i>
<i>Figura 20 - Distribuição temática dos artigos científicos entre 2016-2022 dedicados à paisagem urbana (Fonte: autora)</i>	<i>63</i>
<i>Figura 21 - Distribuição geográfica da origem dos artigos científicos dedicados à paisagem (Fonte: autora).....</i>	<i>64</i>
<i>Figura 22 – Representação de diversas abordagens sectoriais à paisagem urbana, e respetivas relações (Fonte: autora)</i>	<i>64</i>
<i>Figura 23 - Observação de uma obra de arte de Ibrahim Salah, Museu Tate Modern, Londres (2015) (Fonte: autora)</i>	<i>69</i>
<i>Figura 24 – a) Arte urbana em Bilbao (2008) e b) em Lisboa (2020) (Fonte: autora).....</i>	<i>70</i>
<i>Figura 25 - Órgão do mar, em Zadar, Croácia (2017) (Fonte: autora)</i>	<i>75</i>

Figura 26 – a) Lago em jardim, e b) canal em Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora)	79
Figura 27 - Ruas com flores coloridas em Braga Portugal (2014) e em Catânia, Itália (2012) (Fonte: autora).....	80
Figura 28 - Fotografias de um edifício residencial com varandas arborizadas e jardins, a) e b), Singapura (2018) (Fonte: autora).....	84
Figura 29 – Fotografia de flores tipo “prado”, num jardim de Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora).....	85
Figura 30 – Cadeiras que podem ser deslocadas, num jardim de Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora).....	91
Figura 31 - “Skylines” de Nova Iorque a) visto a partir do rio e b) visto de dentro da cidade (2011) (Fonte: autora).....	95
Figura 32 - Miradouro de São Pedro de Alcântara, Lisboa (2020) (Fonte: autora)	95
Figura 33 - Edifício identitário, Taj Mahal (Agra, Índia) (2010) (Fonte: autora).....	97
Figura 34 - Componentes identitárias da paisagem urbana (Fonte: autora).....	99
Figura 35 - Figuras de fachadas a) antigas e b) modernizadas, Bilbao, Espanha (2008) (Fonte: autora)	101
Figura 36 – Evolução do conceito de “avaliação da paisagem” na Grã-Bretanha (Fonte: autora).....	118
Figura 37 – Atributos comuns a alguns dos estudos, representados pelos respetivos autores (Fonte: autora).....	132
Figura 38 - Jardins de Hyde Park em Londres, Inglaterra (2015) (Fonte: autora)	138
Figura 39 - Evolução temporal (e tendencial) das abordagens à avaliação da paisagem (Fonte: autora)	140
Figura 40 - Metodologia para a construção do modelo de avaliação (quadro adaptado de Vieira et al., 2019).....	153
Figura 41 - Metodologia para aplicação do método Delphi (Fonte: autora)	162
Figura 42 - Especialidades académicas/profissionais do painel de peritos (Fonte: autora)	163
Figura 43 - Critérios apresentados aos peritos para a primeira ronda do método Delphi (Fonte: autora)	164
Figura 44 – a) Critérios apresentados na Ronda 1, e b) Critérios resultantes da Ronda 1 do método Delphi (Fonte: autora)	165
Figura 45 - Resultados do inquérito na plataforma eletrónica “Survey monkey” (Fonte: autora)	170
Figura 46 - Critérios de avaliação determinados pelo painel de peritos (Fonte: autora)	171
Figura 47 - Tipos de descritores de impacto quanto ao tipo de grandeza escolhida (Fonte: autora)	173
Figura 48 - Tipos de representação de descritores de impacto (Fonte: autora).....	173
Figura 49 -Exemplo de um descritor de impacto pictórico (adaptado de Ferreira et al. (2016)).....	174
Figura 50 - Aplicação do método Swing Weighting e respetivas etapas, para determinação dos coeficientes de ponderação (Fonte: autora).....	187
Figura 51 - Alternativa “a ₀ ” (piores desempenhos em todos os critérios) (Fonte: autora).....	188
Figura 52 - Alternativa a ₁ (melhor desempenho no critério C ₁ e o pior desempenho nos critérios C ₂ , C ₃ , C ₄ e C ₅) (Fonte: autora).....	188
Figura 53 – Alternativa “a ₂ ” (piores desempenhos em todos os critérios e melhor desempenho segundo o critério C ₂) (Fonte: autora).....	189
Figura 54 - Representação dos 56 bairros analisados no Atlas Urbanístico (Salgado, 2006), e dos 4 bairros selecionados para o caso de estudo (Lisboa).....	205
Figura 55 - Fotografias Igreja de São João de Brito e Estátua de Santo António, a),b), e Ruas de Alvalade, c) e d) (Fonte: autora).....	207
Figura 56 - Fotografias do Bairro do Parque das Nações a), b) c) e d) (Fonte: autora).....	209
Figura 57 - Ruas da Baixa de Lisboa, a), b) e c), e d) Rio Tejo (Cais das Colunas) (Fonte: autora).....	211
Figura 58 - Ruas de Benfica (a), b), c) e d)) (Fonte: autora).....	213
Figura 59 - Valores comparativos dos descritores dos vários bairros segundo cada critério (Fonte: autora)	226
Figura 60 - Valores totais da qualidade da paisagem urbana no bairro: a) de Alvalade, b) Parque das Nações, c) Baixa e d) Benfica, respetivamente. (Fonte: autora).....	227
Figura 61 – Rua Morgado de Mateus, Porto, Portugal (Fonte: artista Teresa Ruivo)	246

Índice de Quadros

<i>Quadro 1 - Relações entre as várias abordagens e os diversos temas que se influenciam mutuamente, e os respectivos autores. (Fonte: autora).....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 2 - Resultados da Ronda 2 (plataforma app.welphi.com) (Fonte: autora).....</i>	<i>167</i>
<i>Quadro 3 - Resultados da Ronda 3 (Fonte: autora).....</i>	<i>168</i>
<i>Quadro 4 - Valores dos descritores de impacto no cada critério “Dimensão Humana” (como exemplo), consoante as características presentes em cada alternativa (unidade territorial). (Fonte: autora)</i>	<i>180</i>
<i>Quadro 5 - Valores das funções de valor em cada critério, consoante as características presentes em cada alternativa. (Fonte: autora)</i>	<i>185</i>
<i>Quadro 6 - Pontos atribuídos pelos “peritos” da conferência de decisão-teste (2). (Fonte: autora).....</i>	<i>196</i>
<i>Quadro 7 - Coeficientes de ponderação de cada critério, segundo cada perito, e respetiva média aritmética (Fonte: autora).....</i>	<i>197</i>
<i>Quadro 8 - Pontos atribuídos pelos peritos para cada um dos critérios de qualidade – conferência de decisão (Fonte: autora)</i>	<i>198</i>
<i>Quadro 9 - Coeficientes de ponderação de cada critério, segundo cada perito, e respetiva media aritmética (Fonte: autora).....</i>	<i>198</i>
<i>Quadro 10 - Comparação dos resultados obtidos dos coeficientes de ponderação dos critérios de qualidade – conferência de decisão entre a sessão-teste, com “não peritos”, e com os peritos (Fonte: autora).....</i>	<i>199</i>
<i>Quadro 11 - Dimensão das áreas dos bairros (Salgado, 2006)</i>	<i>205</i>
<i>Quadro 12 - Tipo de informação de campo, a recolher e a inserir pelos operadores (Fonte: autora).....</i>	<i>220</i>
<i>Quadro 13 - Quadro para preenchimento de dados para cada unidade territorial (Fonte: autora)</i>	<i>221</i>
<i>Quadro 14 - Dados de Alvalade (Fonte: autora).....</i>	<i>222</i>
<i>Quadro 15 - Dados do Parque das Nações (Fonte: autora).....</i>	<i>223</i>
<i>Quadro 16 - Dados da Baixa (Fonte: autora).....</i>	<i>224</i>
<i>Quadro 17 - Dados de Benfica (Fonte: autora).....</i>	<i>225</i>
<i>Quadro 18 - Avaliação expressa em unidades de valor globais do bairro, segundo cada critério (Fonte: autora).....</i>	<i>226</i>
<i>Quadro 19 - Quadro dos valores globais da qualidade da paisagem urbana de cada bairro (Fonte: autora).....</i>	<i>227</i>

ACRÓNIMOS

CEP | Convenção Europeia da Paisagem

CoE | Council of Europe

DGT | Direção Geral do Território

ELC | European Landscape Convention

HLC | Historic Landscape Characterization

INE | Instituto Nacional de Estatística

LCA | Landscape Character Assessment

OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS | Organização Mundial de Saúde

OQP | Objetivos de Qualidade Paisagística

PDM | Plano Diretor Municipal

PNAP | Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

RSU | Resíduo(s) Sólido(s) Urbano(s)

UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UP | Unidade de Paisagem

À Adriana, Miguel,
Xandinha, Madalena e
Margarida

“Uma paisagem degradada, desordenada, fragmentada, revela uma cidade doente, que não soube gerir o seu passado recente, e por isso, se confrontará no futuro com dificuldades acrescidas”

(Ferrão, 2003, p. 223).

Capítulo 1. Introdução

1.1. Enquadramento temático
1.1.1.O planeamento urbano e a arquitetura
1.1.2.A temporalidade da paisagem urbana
1.1.3.A evolução dos modelos de planeamento urbano
1.1.4. As alterações da paisagem urbana devidas às crises climáticas, sanitárias e económicas
1.2. Motivação e Objetivos
1.3. Metodologia
1.4. Estrutura da dissertação
1.5. Ideias-chave do Capítulo 1

O Capítulo 1 faz o enquadramento temático do trabalho, abordando a importância do planeamento urbano e da arquitetura, as evidências do efeito do tempo, a evolução dos modelos de planeamento urbano, e as alterações devidas às crises climáticas, energéticas e sanitárias, na paisagem urbana. Descreve ainda os principais vetores que motivaram o desenvolvimento deste trabalho, e apresenta a metodologia traçada para a investigação.

1.1.Enquadramento temático

“Ao fim de mais de um século a tentar resolver problemas sociais através de planeamentos e de projetos mais aperfeiçoados, continua-se a discutir se as preocupações em relação a estes problemas poderão alguma vez ser orientadas de forma que transformações fundamentais e duradouras possam ter lugar. Essas ambiguidades, essas dúvidas persistentes, essas combinações de êxitos e fracassos mostram que um ambiente urbano com qualidade, mesmo que se chegasse a um acordo sobre o que isso significa, não é suficiente para criar e manter uma sociedade urbana justa. À escala individual, as condições de vida foram certamente melhoradas, mas a uma escala maior acontece que as paisagens urbanas modernas, como todas as paisagens, são mais o reflexo do que a causa da condição humana”
(Relph, 1987, p. 235).

A paisagem urbana é uma realidade cada vez mais dominante no mundo de hoje devido ao aumento das áreas e das populações urbanas (Pessoa, 2018). Está presente no quotidiano dos cidadãos, e caminhar na rua pressupõe, inevitavelmente, vê-la e senti-la (Nasar, 1998; Relph, 1987). Contudo, raramente é abordada no seio do sistema de planeamento ou encarada como uma estratégia municipal, o que lhe retira a importância de poder sequer ser discutida (Lindholm, 2012).

O ponto de partida para o presente trabalho é precisamente o de focar a atenção na paisagem urbana, a partir da base conceptual de “paisagem” tal como definida pela Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), ou seja, como “parte do território tal como é apreendida pelas populações”, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”, aplicada ao meio natural, rural, urbano e periurbano (Figura 1).

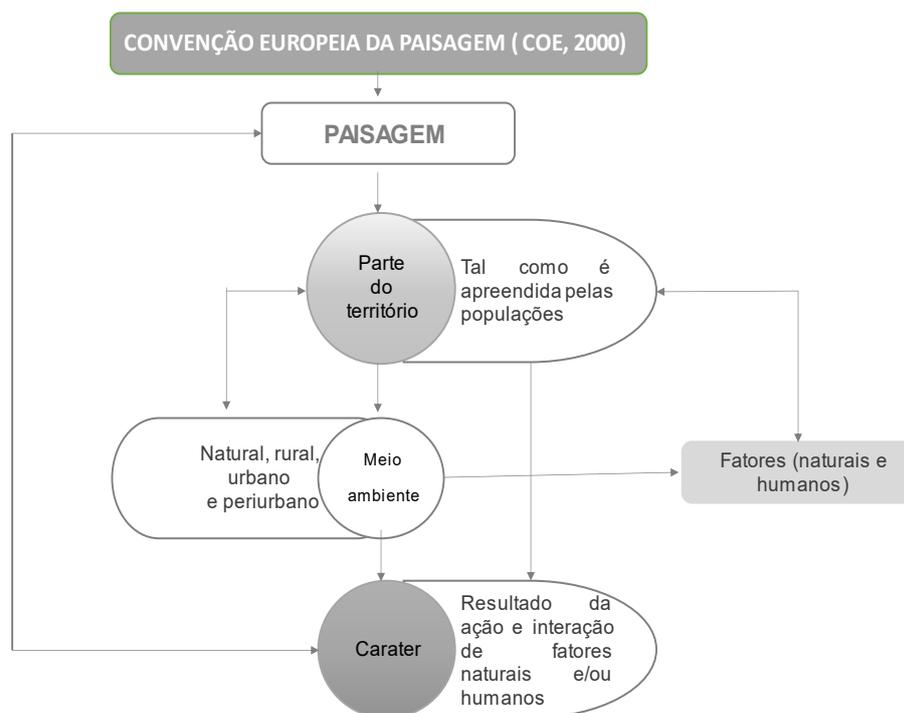


Figura 1 - Base conceptual da paisagem segundo a Convenção Europeia da Paisagem (Fonte: autora)

1.1.1.O planeamento e a arquitetura

O tema da paisagem urbana tem vindo a ser abordado ao longo das últimas décadas por vários autores, tais como Cullen (2010), Lynch (2011), Nasar (1998), Relph (1987), Tandy (1981), Whitehand & Larkham (2015). A este fenómeno não será porventura alheio, o facto de existir um contínuo aumento da população urbana, e da OCDE¹ estimar para que, já em 2030, cerca de 60% da população mundial viva em áreas urbanas. Esta previsão confirma que o “habitat” humano é e será, sobretudo, a cidade, cujo crescimento acelerado é parte responsável pela descaracterização, uniformidade e falta de identidade das paisagens urbanas, não obstante a sua população ser cada vez mais exigente na qualidade das condições de vida, do ambiente urbano e da paisagem (Fadigas, 2010; Gavrilidis et al., 2016; Morgado, 2016; Termorshuizen & Opdam, 2009).

Quando o ser humano começou a enfrentar os elementos atmosféricos agrestes ou os ataques de animais selvagens, procurou proteção e abrigo, e utilizou, de forma rudimentar, os materiais fornecidos pela natureza; e, tal como as tocas e os ninhos, a sua habitação era parte integrante da paisagem natural (Morgado, 2016). Com a sedentarização, a construção de cidades e a evolução da técnica construtiva (sofisticação dos materiais e do processo de construção), no sentido de as habitações se tornarem mais resistentes, maiores, e mais belas, os edifícios deixaram de se integrar camufladamente na paisagem natural, para se diferenciarem dela e alterá-la. O ser humano, ao contrário de outras espécies, (como, por exemplo, as abelhas, cujo “habitat” é muito bem executado do ponto de vista “arquitetónico” e funcional), não desenha o seu meio ambiente por instinto. Ele chega, instala a sua casa, num processo mais ou menos ordenado, criando um assentamento urbano, composto por várias habitações unifamiliares e/ou coletivas. Contudo, sem planeamento urbano, sem infraestruturas, a cidade assim construída, não é mais do que um conjunto de “barracas” colocadas umas ao lado das outras (Figura 2). Em muitas regiões do planeta, o mundo “urbaniza-se” desta forma, mas não constrói “cidade” (com as respetivas ruas, edifícios, equipamentos de saúde, escolas, zonas de lazer, etc).

¹ <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Highlights.pdf>

O planeamento urbano surge, assim, por forma a oferecer soluções para os problemas urbanos, seja na organização do espaço, na utilização do solo, na construção de cidades mais eficientes, mais limpas, mais seguras e mais justas (Lindholm, 2012; Relph, 1987).



Figura 2 - Arredores de Cuzco, Perú (2019) (Fonte: autora)

A ausência de planeamento urbano, e estudo da conceção da forma urbana, pode conduzir, na prática, a resultados indesejados, nomeadamente, à ocupação de áreas inundáveis, e de encostas instáveis, que potenciam eventuais deslizamentos de terras e consequentes prejuízos humanos e materiais; e ainda, permitir a promiscuidade de usos (por exemplo, no que respeita à edificação de instalações industriais próximo das habitações), a falta de espaços públicos, a ausência de uma correta integração do automóvel, a deficiente oferta de transporte público, e de insuficiência de equipamentos, e/ou a ausência de limpeza urbana. Estas áreas, sem planeamento urbano, correspondem geralmente a guetos, ou seja, a bairros estigmatizados, com elevadas taxas de criminalidade, de vandalismo, e de poluição ambiental, habitados por camadas populacionais socioeconomicamente desfavorecidas; correspondem, grosso modo, a “amontoados de pessoas”, exemplos reveladores de desrespeito pela dignidade humana, e pela potencialidade paisagística e histórica do local (Baum & Palmer, 2002; Pessoa, 2018).

Assim, e de forma a poder coabitar ordenadamente com o seu semelhante, tirar o maior partido possível das condições de vida em comunidade, o ser humano deve pensar o seu “habitat”, conceber objetivos, tecer planos e elaborar regulamentos de usos e de construção.

Os edifícios, um dos elementos construídos mais evidentes na paisagem urbana (e, por conseguinte, as suas formas, os estilos arquitetónicos e os materiais de construção), são uma presença marcante no espaço público. Consequentemente, a arquitetura, para além do próprio edifício, é responsável simultaneamente pela conciliação do edificado com a paisagem natural, pelo impacto da ação humana, e pelo sentido de lugar e de comunidade (Morgado, 2016; Pessoa, 2018; Relph, 1987). Ao invés, o planeamento e o desenho urbano são responsáveis por fazer

realçar a arquitetura de um edifício, porque, por muito boa que seja a qualidade do projeto arquitetónico, não é possível o seu pleno reconhecimento em zonas mal planificadas, desertificadas, onde apenas existem alguns equipamentos avulso, tais como bombas de gasolina, supermercados, estádios de futebol, centros comerciais ou terminais de transportes públicos, e onde não exista limpeza urbana ou manutenção dos espaços sobrantes (Dias, 2014). Ou seja, o planeamento, o desenho urbano e a arquitetura de edifícios andam de mãos dadas, e devem, mutuamente, defender os respetivos interesses e, sobretudo, o do público.

1.1.2. A temporalidade da paisagem urbana

O ambiente edificado revela a história da cidade, evidencia as transformações económicas e sociais, e ilumina a temporalidade da paisagem urbana (Ildefonso et al., 2019). E, uma vez que ninguém consegue abstrair-se do ambiente construído, a arquitetura dos edifícios, pela sua grande relevância estética, e o desenho e o planeamento urbanos, são omnipresentes e indissociáveis da paisagem urbana, enquanto ferramentas que a moldam, e com a capacidade de ilustrar, e promover, os padrões de beleza do passado e do futuro, respetivamente (Morgado, 2016; Paetzold, 2012 ; Relph, 1987).

A paisagem urbana está em constante mudança, fruto de expansões urbanas de novos edifícios, infraestruturas e equipamentos, da recuperação dos centros históricos e das antigas zonas industriais (Brandão, 2008); e ainda da alternância das estações do ano e das cores (Coeterier, 1996), ou da simples mudança do dia para a noite, pela iluminação dos edifícios habitacionais, comerciais e patrimoniais, pela alternância das luzes e das sombras (Tandy, 1981), que transforma a paisagem urbana.

Atender à evolução da paisagem urbana, da forma urbana, dos estilos arquitetónicos e do mobiliário urbano, é identificar elementos, fixos ou móveis, que ainda há poucos anos existiam - tais como, por exemplo, as cabines telefónicas com caixilharia de madeira pintada, os reclames luminosos e as antenas “em espinha”, nos telhados dos edifícios das principais praças da cidade, os autocarros verdes de dois andares, os amoladores de tesouras, as varinas, com os cestos (de peixe) na cabeça, os polícias sinaleiros e os engraxadores de sapatos -, elementos muito presentes na paisagem urbana (em particular da de Lisboa), com todo o seu movimento, sons, cores e cheiros. que hoje já praticamente não existem.

Por sua vez, surgiram outros tipos de elementos urbanos e de usos: ciclovias, écrans eletrónicos, cabos de serviços de telecomunicações, antenas parabólicas nas varandas, aparelhos ar condicionado nas fachadas dos edifícios, etc, ao mesmo tempo que se dá a reconversão de praças históricas, dedicadas exclusivamente ao peão, (livres de estacionamento automóvel), e surgem esplanadas, e ruas pedonais, em maior número, algumas com o pavimento pintado de cores fortes (Figura 3).



Figura 3 - Rua dos Bacalhoeiros (Rua azul), Lisboa (2020) (Fonte: autora)

A temporalidade da paisagem urbana é evidenciada no edificado, pelas alterações de usos, como, por exemplo, a reconversão das vilas operárias, (que serviam de residência aos operários de pequenas unidades fabris), em unidades habitacionais, para uma camada populacional mais abastada; ou pela existência de ruínas e/ou de edifícios abandonados (Brito-Henriques, 2017) em grande parte, devido à mobilidade social, deixados pela deslocação de famílias que procuram mais espaço habitacional, nas periferias urbanas, a preços mais económicos, e que abandonam os edifícios antigos nos centros urbanos, (mais tarde ocupados por grupos populacionais de menores rendimentos), em processo de degradação. Neste sentido, está previsto como um dos vetores fundamentais das políticas públicas em Portugal, a “qualificação da paisagem urbana e periurbana pelo aproveitamento e reconversão dos espaços abandonados e desqualificados” (PNPOT, 2019, p. 236).

A paisagem urbana transforma-se muito rapidamente, sem que, por vezes, haja tempo para acompanhar essas alterações, restando apenas, as memórias de um passado recente.

1.1.3. A evolução dos modelos de planeamento urbano

Por outro lado, as alterações da paisagem urbana têm-se evidenciado pelas alternâncias da morfologia urbana ao longo dos tempos, e pelas mudanças no ambiente físico que vão ocorrendo e alterando a sua configuração. Há cidades que, por exemplo, e por motivos diversos, em determinados momentos da sua história destruíram os núcleos mais antigos para darem lugar a novos bairros, substituindo a “cidade velha” por “cidade nova”, como foi o caso de Paris, quando o Barão Von Haussman sob a autoridade de Napoleão III, destruiu parte da cidade medieval para abrir os grandes “Boulevards”, com o intuito de garantir a segurança civil por via militar (Dias, 2014); ou o caso do grande incêndio de Chicago, em 1871, que destruiu parte da cidade, e que deu origem a uma operação de regeneração urbana (Relph, 1987). Outras cidades, como é o caso de Lisboa, que viu destruído e renovado, grande parte do seu tecido edificado, após o terramoto de 1755, tem conseguido preservar os bairros mais antigos, seja em termos da morfologia do seu edificado ou da malha viária (Lamas, 1993).

O modo de construir a cidade, por acrescentos ao tecido pré-existente, evidencia a sedimentação de várias épocas, a adaptação às variações temporais, e ilustra a plasticidade e perenidade da paisagem urbana. Desafia a resiliência do edificado, e a capacidade de a cidade manter a sua história e identidade ao longo dos tempos.

Da cidade medieval, “compacta”, até às cidades “abertas”, com edifícios isolados envolvidos por grandes espaços verdes, segundo as orientações da Carta de Atenas (1933), em termos de funcionalidade (pela defesa do zonamento do trabalho, lazer e habitação), a morfologia urbana, e conseqüentemente a paisagem urbana, tem-se vindo a alterar ao longo dos séculos. A facilidade nas deslocações, proporcionada pela massificação de utilização do automóvel, veio introduzir, em meados do século XX, uma nova forma de urbanização - as periurbanizações (ou urbanizações periféricas), e/ou as urbanizações contínuas (Portas, 2003) -, com as conseqüências devastadoras da dispersão urbana: impactos negativos na biodiversidade, diminuição das reservas florestais e rurais, congestionamento de tráfego, redução da qualidade do ar (devido ao aumento das emissões de CO₂), consumo de tempo e de recursos desperdiçados nas longas deslocações casa-trabalho, tudo isso tendo como resultado a diminuição da qualidade de vida dos cidadãos (Moreno et al., 2021).

O Novo Urbanismo, a partir dos anos '80 do século XX, surgiu com a intenção de inverter esta situação e mitigar a dispersão urbana, uma vez que a cidade compacta ocupa cinco vezes menos solo, as infraestruturas custam três vezes menos do que na ocupação dispersa, as deslocações casa-trabalho são mais curtas, há menor congestionamento automóvel, menores gastos energéticos, e menos poluição atmosférica (Carvalho, 2013). A Carta do Novo Urbanismo (1993) delineou a intenção de retomar a forma urbana tradicional do quarteirão, “compactar” a cidade dispersa, coser o tecido urbano, colmatar os “vazios”, incorporar usos mistos (comercial, residencial, e espaços públicos de lazer) em cada bairro, incentivar uma menor dependência do automóvel e o uso de transportes públicos (Bourdin, 2011).

No entanto, é necessário adaptar a cidade às preferências de modos de vida dos cidadãos. Se uns vivem na cidade, por opção, e querem usufruir de tudo o que ela proporciona (em termos culturais, de serviços, etc), outros, em igual proporção preferem viver fora da cidade, nos subúrbios, numa casa individual, se possível, com jardim; e ainda, outras camadas da população, em menor quantidade, preferem viver no campo, aproveitando simultaneamente a proximidade à cidade, ou são “obrigadas” a viver nas cidades, “presas” em bairros de habitação social (Ascher, 2012; Dias, 2006).

No final do século XX, e princípios do século XXI, surgiu uma corrente do urbanismo centrado no projeto (o “Urbanismo Liberal”), onde pontificam as grandes obras de arquitetos de renome, os projetos emblemáticos no edificado, nos equipamentos dos grandes eventos, nas grandes operações de revitalização urbana, na construção de obras de marcos atrativos das cidades (Bourdin, 2011), como, por exemplo, a torre Burj Khalifa, no Dubai, os estádios dos Jogos Olímpicos, ou dos Mundiais de Futebol, o Museu Guggenheim, em Bilbao ou o edifício da Orquestra Filarmónica de Hamburgo (Figura 4).

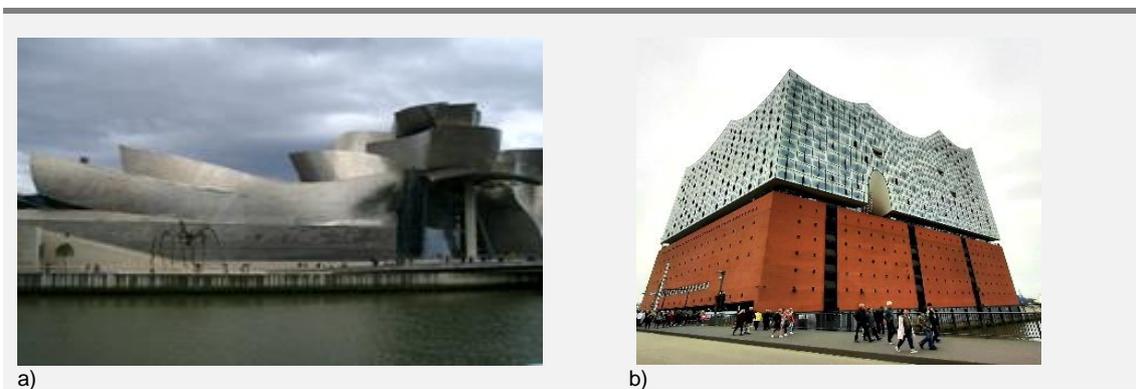


Figura 4 – a) Museu Guggenheim em Bilbao (2008), b) Edifício da Orquestra Filarmónica de Hamburgo (2021)
(Fonte: autora)

Pese embora a Carta do Novo Urbanismo (1993) recomende a defesa da identidade do local, com a adoção de um estilo arquitetónico tradicional, único e consistente que, de acordo com a respetiva história, reflita a cultura, a geografia, os materiais de construção e o clima da região, mantêm-se ainda, na atualidade, as grandes operações urbanísticas, sobretudo nos países emergentes, que evidenciam uma uniformização da paisagem urbana a nível global (González & Lejano, 2009).

Na mudança do século, e pela primeira vez na História, a maioria dos seres humanos passou a viver nas cidades, o que fez com que o século XXI fosse designado como o “primeiro século urbano”, realidade que veio realçar a importância, cada vez maior, do planeamento urbano (Steiner, 2011). “Se o planeamento é um meio para ações territoriais, a paisagem é o meio para observar, refletir e compreender essas ações” (Lindholm, 2012, p.12), ou seja, “a paisagem urbana pode ser vista como um espelho que reflete o discurso do planeamento” (Lindholm, 2012, p.13).

Em 2006, surgiu um novo conceito, o de “Landscape Urbanism” (Urbanismo da Paisagem), com Charles Waldheim, por enquanto ainda com poucas aplicações práticas, maior evidência em obras realizadas (Steiner, 2011), e com ênfase na paisagem e na ecologia, enquanto elementos essenciais no processo urbano (Lindholm, 2012; Spirn, 2013). Deste conceito é ilustrativo o projeto do “High Line Park” de Nova Iorque (Figura 5) - uma linha de caminho de ferro dentro da cidade, outrora abandonada, e transformada num parque urbano -, um exemplo, de como um território urbano abandonado, pode ser transformado num bem comum, para o uso da comunidade.

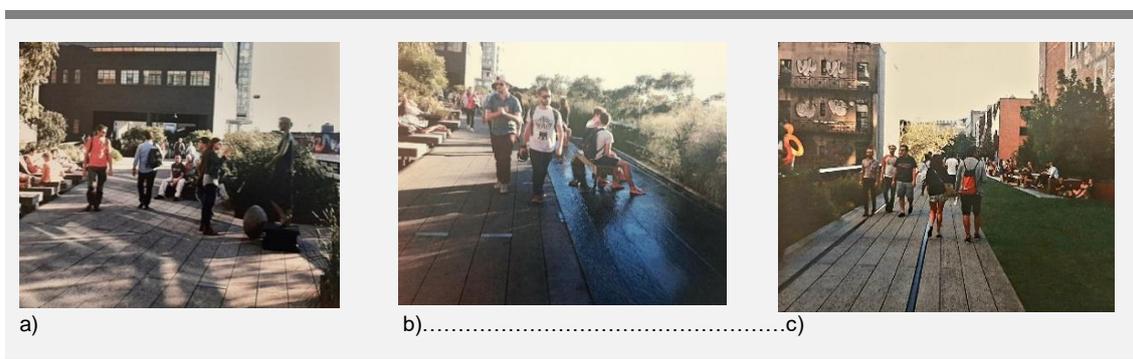


Figura 5 – a) b) e c) “High Line Park”, Nova Iorque, Estados Unidos da América (2013) (Fonte: autora)

Por forma a dar resposta às questões ambientais e biofísicas, foi impulsionada uma nova teoria do planeamento e do desenho urbano, “Landscape Ecological Urbanism” (Urbanismo Ecológico

da Paisagem), cujo conceito, ainda em evolução, surgiu de modo a incorporar os conflitos decorrentes da urbanização, (isto é, a adaptação do território às atividades humanas), e da ecologia, e a trazer novas ideias acerca do desenho das cidades, necessárias para fazer face aos desafios da crescente urbanização. colocados tanto social, como ambientalmente (Steiner, 2011).

Face aos contínuos desenvolvimentos tecnológicos, vários estímulos têm-se colocado aos espaços públicos e privados, no sentido de abraçar novos valores, estilos de vida, comportamentos sociais ou necessidades espaciais.

A desmaterialização do espaço onde ocorrem as relações sociais, (nomeadamente, as redes sociais, e as operações virtuais), que eliminam a necessidade de sair de casa, (e ir de para a rua para encontrar as notícias e/ou atender o público), a par da falta do contacto social diário, podem ser uma ameaça à urbanidade (Thompson, 2002); porém, a vivência de bairro, os contactos presenciais, e os locais físicos, onde é possível o encontro e a interação humana, continuam a ser valorizados (Balula, 2011).

A utilização das novas tecnologias de comunicações, adaptadas às preferências pessoais, pode, contudo, ajudar a melhorar, e aumentar, a utilização do espaço público. O conceito recente das “Smart cities”, veio colocar o foco na gestão “inteligente” da cidade, através de investimentos em infraestruturas de comunicação modernas, com base nas tecnologias de informação. Através delas é possível aumentar o desenvolvimento económico, e a qualidade de vida dos cidadãos (Caragliu et al., 2017), por exemplo, através da colocação de aparelhos, em vários pontos da área urbana, que coletam informação, que é redistribuída e fornecida, em tempo real, aos utilizadores da cidade (Moreno et al., 2021). São disso exemplos, as paragens de autocarros, equipadas com écrans eletrónicos, com os tempos em falta para a chegada do próximo veículo, os painéis de uso informativo, com mensagens úteis para os cidadãos e consumidores, designadamente números de telefone SOS, informações sobre o clima, sobre o grau de poluição atmosférica; e ainda a colocação de câmaras de vigilância, de partilha de informação, em locais considerados inseguros, e que contribuem para ajudar na vida quotidiana. As aplicações em “smartphones” para acesso a plataformas de transporte, (tal como a “UBER”), ou de partilha de bicicletas, trotinetes ou motorizadas elétricas, ou as aplicações para orientação, (tal como o “Waze”), permitem o uso generalizado das tecnologias, ao dispor dos cidadãos, que servem

como elemento de ligação, de expressão individual, de auxílio, e ainda, de garantia de participação pública, redefinindo o papel da cidadania.

A disseminação pelas cidades de cybercafés, de equipamentos em locais de lazer, com disponibilidade de “WiFi” gratuita (Figura 6), mostram a importância atual da internet.



Figura 6 - “Árvore” wifi gratuita na Praça do Município em Lisboa (2015) (Fonte: autora)

Nas “Smart cities”, a utilização das tecnologias de informação, disponíveis aos cidadãos, como por exemplo, o uso das plataformas digitais de alojamento local (tal como o “Airbnb”, ou o “Booking”, entre outras), devido ao turismo, potenciam alterações na reabilitação do edificado e do espaço público, e, conseqüentemente, no mercado imobiliário, com o risco associado do aumento de desigualdades socio-espaciais (Seixas & Antunes, 2019). As cidades designadas por “Smart”, tornam mais caro o mercado habitacional, e o imobiliário em geral, inoportável e inacessível a muitos cidadãos, e, como tal, não resolvem as desigualdades sociais (Moreno et al., 2021).

A crise climática veio alertar para a urgência de uma alteração nos comportamentos de consumo, nomeadamente, de combustíveis fósseis nos automóveis, e para a necessidade de diminuição do número de deslocações por este meio de transporte. Foi dado realce a um novo conceito de planeamento da cidade, a “cidade dos 15 minutos”, que apela à proximidade de serviços e de bens essenciais, que podem ser alcançados num quarto de hora a pé ou de bicicleta, o que a uma velocidade de 4,8 Km/h, corresponde a um percurso de aproximadamente 1200 metros (Nalaskowska, 2021). Este modelo não corresponde a uma ideia radical, uma vez que inclui vários princípios de planeamento já pré-estabelecidos - tal como a unidade de bairro (Balletto et al., 2021), com as escolas, o comércio, os serviços, os parques e os jardins, as áreas

residenciais, e que constituem “a unidade básica para a construção da vida comunitária” (Li et al., 2019, p. 592) -, mas aponta para a necessidade de redesenhar as cidades contemporâneas, segundo uma visão de sustentabilidade (Pozoukidou & Chatziyiannaki, 2021). De igual forma, já umas décadas antes, Alexander et al. (1977), também referia que “as áreas locais se deveriam ver livres da pressão dos automóveis”, e que o problema das cidades se resolveria através de “uma rede viária que desencoraje o uso do automóvel e encoraje outros tipos de locomoção” (Alexander et al., 1977, p. 64). O autor defendia que as cidades “fossem divididas em áreas de cerca de uma milha de diâmetro (1,5 km, aproximadamente), “em que os automóveis serviriam apenas para se deixar essas áreas, e dentro delas seriam usados outros meios de transporte, tal como a deslocação de bicicleta, de cavalo, e de táxi” (Alexander et al., 1977, p. 64), ou de deslocação a pé, numa visão, em muito alinhada, com o conceito da “cidade dos 15 minutos”, proposto por Carlos Moreno, em 2016. Este autor defende que a qualidade de vida dos cidadãos é inversamente proporcional ao tempo que é, por eles, investido nos transportes, e apela à reconfiguração do edificado, baseando-se em quatro pilares (Nalaskowska, 2021): a) proximidade, numa lógica de interação social, e relacionada com o número de deslocações das áreas residenciais para o trabalho, para o comércio, para um centro de saúde, para a escola, ou para outros serviços básicos, num curto espaço de tempo, e na disponibilidade dos bens essenciais, a uma distância a 15 minutos de bicicleta, ou a pé, b) diversidade de oferta das necessidades básicas, (de habitação, de educação, de comércio, de emprego, de lazer, de cultura), e diversidade multicultural e demográfica da população, na ótica de promoção de coesão social (Moreno et al., 2021), c) densidade, focada no uso eficiente do espaço público, flexível, em usos mistos consoante a hora do dia, com alocação de espaços, habitualmente para peões e automóveis, a atividades de lazer, restauração e compras (Pozoukidou & Chatziyiannaki, 2021), com partilha de equipamentos, (por exemplo, um recreio de uma escola poder ser utilizado como um parque, fora das horas de funcionamento da escola) (Moreno et al., 2021), e d) digitalização, relacionada com os outros 3 pilares, alinhado com o conceito das “Smart cities”, no que respeita, por exemplo, ao uso das plataformas de partilha de bicicletas, de participação pública, de serviços de vendas “on line”, de reuniões virtuais, e/ou de transações sem dinheiro (Moreno et al., 2021).

Vários modelos de planeamento têm sido propostos ao longo dos tempos, com vista a responder a questões sociais e económicas, por forma a tornar as cidades mais resilientes e sustentáveis (Moreno et al., 2021).

Contudo, há fenómenos imprevistos, disruptivos, que colocam em evidência a fragilidade de alguns modelos adotados. A paisagem urbana está sujeita a mudanças imprevisíveis, dependentes das conjunturas económicas, ambientais e sanitárias (Araújo, 1994), e das alterações dos valores culturais da sociedade (Ciobota et al., 2015).

Durante a pandemia do Covid-19, foi colocada em evidência, a necessidade de ter os bens essenciais a uma pequena distância, (pela restrição das deslocações de automóvel) (Moreno et al., 2021), o que não se compadece com a cidade fragmentada, espacial e funcionalmente, entre a habitação, emprego, lazer e transportes, e que privilegia o uso do automóvel. Foi valorizado o uso das bicicletas, (como transporte individual), e as deslocações pedonais, em detrimento da utilização dos transportes públicos, devido à possibilidade de contágio entre a população. Este meio de transporte, (bicicleta), viu a sua utilização crescer, em cerca de 60%, em Nova Iorque, e 150% em Pequim; em Copenhague, ao contrário de outros estabelecimentos, que se viram obrigados a fechar as portas ao público, as lojas de bicicletas nunca encerraram, por serem consideradas fornecedoras de produtos fundamentais (Moreno et al., 2021).

A “cidade dos 15 minutos”, focada na proximidade de bens essenciais, promove a igualdade social de acesso a bens e serviços, o que não acontece com a cidade dispersa, que depende do automóvel. Ao mesmo tempo, a defesa do percurso pedonal ou de bicicleta, promove um estilo de vida saudável, pelo combate à obesidade, aos efeitos nocivos da poluição atmosférica, refletida em cerca de 7 milhões de mortes prematuras, devido a cancro do pulmão e a doenças cardiorrespiratórias, pelo uso de meios de transporte não poluentes (Pozoukidou & Chatziyiannaki, 2021), e pelo tempo poupado nas deslocações, para a realização de outras atividades (Moreno et al., 2021). Neste conceito, onde se promove a interação social, o bairro assume uma importância acrescida, ao ser a unidade territorial que proporciona este tipo de vivência e de deslocações, e a proximidade geográfica de pessoas, de serviços e de atividades (Pozoukidou & Chatziyiannaki, 2021).

1.1.4. As alterações da paisagem urbana devidas às crises climáticas, sanitárias e económicas

Para além do aumento da população, da acentuada pressão urbanística, da expansão das infraestruturas, e da disseminação dos edifícios em altura, há ainda outros fatores, mais ou menos imponderáveis (Figura 7), como, por exemplo, as crises económicas, as crises sanitárias, e as que decorrem do fenómeno das alterações climáticas, que contribuem para as alterações à paisagem urbana.

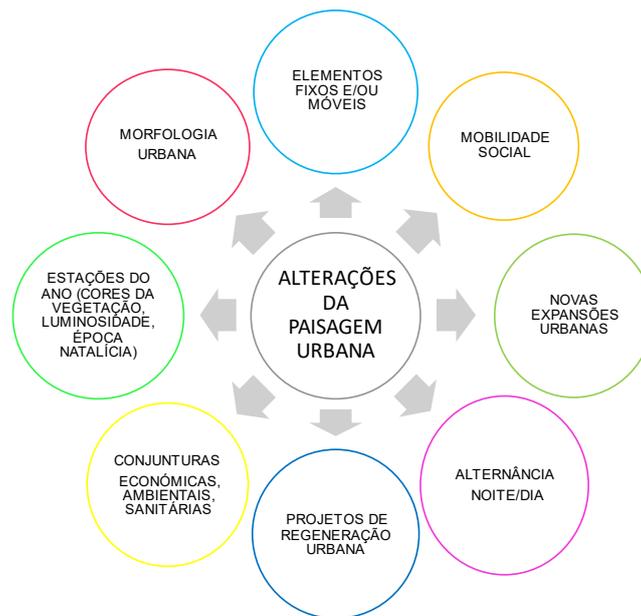


Figura 7 - Fatores que contribuem para as alterações da paisagem urbana (Fonte: autora)

As crises económicas, e a decorrente desagregação e deslocação socio-espacial, provocada pela falência de famílias e empresas, impõem a necessária e respetiva adaptação, do modelo de desenho urbano (Seixas & Antunes, 2019). Outras situações imprevistas, tal como, por exemplo, a crise sanitária pandémica, e respetivas medidas de afastamento social, e da quebra na sociabilização, provocam outro tipo de alterações na paisagem urbana, designadamente, a desertificação das ruas, o fraco movimento de veículos.

Nas crises climáticas, as cheias e/ou as ondas de calor, são alguns dos fenómenos que têm introduzido a necessidade de adaptações da morfologia urbana. Em situação de cheias, as impermeabilizações dos pavimentos, dos passeios ou das coberturas/terraços dos edifícios, contribuem, nalguns casos, (dependendo da dimensão das bacias hidrográficas), para grandes e rápidas concentrações de água da chuva, em pouco espaço de tempo, sem possibilidade de escoamento compatível. Por este motivo, algumas destas superfícies têm vindo a ser

substituídas por solo e por vegetação, ou por sistemas de retenção, tal como, pequenas depressões no terreno, com cobertura vegetal, que permitem acumulação temporária de água, por forma a evitar a catástrofe (Bai et al., 2018; Ramos et al., 2009).

Nas cidades, o efeito de ilha de calor, potenciado pelo aumento da temperatura média, devido à acumulação de calor, proveniente da radiação solar, e retido nos materiais das vias de comunicação, tais como nas calçadas de pedra e no betão betuminoso, ou produzido pelos veículos, e pela incapacidade de dissipação do calor, pelas brisas marítimas ou pelo vento, pode afetar, negativamente, a saúde dos cidadãos, aumentar o consumo energético (dos aparelhos de ar condicionado e dos frigoríficos), a poluição atmosférica, e alterar os processos ecológicos urbanos. Por estes motivos, há uma tendência para o aumento da cobertura vegetal, seja em grandes parques urbanos, seja nas zonas residenciais, com a plantação de árvores de grande porte e copas largas, para ajudar a combater os efeitos da ilha de calor (Davis et al., 2016; Ramos et al., 2009).

Devido a estes fenómenos, mais ou menos imprevisíveis, surge a necessidade de utilização de energias alternativas, como, por exemplo, a utilização de energia solar, em telhados e/ou fachadas de edifícios (Redweik et al., 2013), e de obras de adaptação, que podem ser pontuais, e de pequena dimensão (Figura 8), mas que são de grande importância para a adaptação das cidades aos desafios que vão surgindo ao longo dos tempos.



Figura 8 - "Outdoor" na Amadora (2014) (Fonte: autora)

Vários modelos de planeamento foram propostos ao longo dos anos, com vista à adaptação das cidades às várias circunstâncias e desafios em várias épocas, numa tentativa de se tornarem resilientes e de resolução dos problemas sociais e económicos. Todavia, continua a faltar ainda

a operacionalização das medidas, para a conversão plena num ambiente urbano que facilite a vida aos cidadãos e torne agradável a vida na cidade.

1.2. Motivação e Objetivos

Apesar da vida na cidade conter elevados riscos, e nem sempre decorrer no ambiente mais agradável, o ser humano tem demonstrado uma imensa adaptabilidade a condições pouco favoráveis e esteticamente pouco interessantes (Relph, 1987). “Uma maior concentração da população nos centros urbanos, associada a um ritmo cada vez mais acelerado do quotidiano, apresenta um elevado potencial de perda de qualidade de vida” (Ramos, 2008, p.59), pelo que, é necessário continuar a identificar os problemas relacionados com o aumento da população, e com a expansão das áreas urbanas, para, a partir deles, encontrar soluções que possibilitem introduzir benfeitorias no espaço público e motivar a intervenção técnica e cívica.

Como tal, nas últimas décadas tem havido uma preocupação explícita e crescente com a melhoria do ambiente urbano, já que a qualidade de vida, a saúde física e mental do indivíduo, se relaciona de uma forma direta, com a qualidade do espaço urbano (Baum & Palmer, 2002; Cerwén, 2016; Gavrilidis et al., 2016; Kabisch & Haase, 2014; Lee et al., 2017; Mahdi et al., 2016; Moosavi et al., 2018; Wen et al., 2015).

A paisagem urbana representa hoje uma relação estreita com a qualidade de vida humana, num ambiente envolvente saudável (Simonis, 2006), uma vez que saúde, segundo a definição da OMS, “é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”.²

O planeamento territorial traduz-se por uma ação sobre o território, e os resultados desse planeamento, são observáveis e reconhecidos na paisagem urbana (Lindholm, 2012). Não obstante, a paisagem urbana, continua a ser abordada, tradicional e superficialmente, através do planeamento territorial, como que observada de cima, numa perspetiva aérea, excluindo a abordagem segundo outros ângulos (nomeadamente o horizontal, do olhar ao nível do caminhar) (Lindholm, 2012). Esta abordagem, é de certa forma incompreensível, uma vez que andar a pé é o meio de locomoção humana natural, e é através dele que se encontram novos locais,

² <https://www.who.int>

aparentemente escondidos na cidade, novas experiências urbanas, e a partir do qual melhor se percebe a paisagem urbana.

Na paisagem, o foco encontra-se na relação entre o indivíduo e o lugar (Swanwick, 2002). O território tem uma natureza eminentemente tangível, enquanto a paisagem contém uma componente subjetiva, introduzida pela percepção que “transforma o território em paisagem” (Jensen, 2007, p.167).

“A paisagem identifica-se e caracteriza-se, analisa-se e diagnostica-se”, enquanto “o território planifica-se, no sentido de, para ele, se definir um modelo de desenvolvimento territorial, que estabeleça as regras para a sua utilização, num dado quadro temporal” (Abreu et al., 2011, p.10). O planeamento e os instrumentos de gestão territorial, por si só, não criam paisagem com a qualidade que seria desejável, uma vez que não integram os aspetos intangíveis, tais como os aspetos estéticos, sensoriais e/ou emocionais (Kirillova et al., 2014; Lindholm, 2012), e reduzem a paisagem apenas à sua funcionalidade, e à quantificação dos recursos a utilizar em cada intervalo de tempo (Telles, 1994). Existem para definir, e salvaguardar, uma determinada forma urbana, num território onde se projetam habitações, redes de transporte, e espaços verdes, numa ótica de funcionalidade do “habitat” humano, e respondem sobretudo a problemas fundiários, e às dicotomias do urbano/rural (Lindholm, 2012). Assim, há a necessidade de responder à “paisagem” - e não apenas ao “território” - e promover a criação de um ambiente construído com qualidade.

A paisagem é um bem público, devido à sua capacidade de satisfazer as necessidades coletivas (Pato, 2013; Uniscape, 2021), e um recurso a ser usado e consumido pelo público (CEP, 2005), pelo que é importante contribuir para a introdução a paisagem nas decisões administrativas. Foi este o vetor principal de motivação para a realização deste trabalho, para a qual contribuíram ainda três aspetos fundamentais:

- a) o conhecimento da existência e da atuação do “Instituto da Paisagem Urbana de Barcelona”, a observação, e o reconhecimento, dos resultados obtidos na imagem da cidade pelo trabalho desenvolvido pelo Instituto.

O “Institut Municipal del Paisatge Urbà i la Qualitat de Vida” (IMPUQV)³ de Barcelona, Espanha, é um organismo autónomo local criado pela Câmara Municipal de Barcelona. A sua origem remonta a 1986, ano em que a Câmara Municipal lançou uma campanha com o lema “Barcelona Post’guapa”, cuja iniciativa se tornou num projeto de transformação e melhoria da cidade.

O IMPUQV zela pelos valores paisagísticos da cidade de Barcelona, coordenando as ações de todas as entidades que intervêm na melhoria do ordenamento do espaço público. Assume a gestão, o processamento da ajuda para a reabilitação e melhoria do parque habitacional da cidade, dos programas de apoio aos titulares de instalações comerciais e atividades profissionais ou de serviços. Emite os relatórios necessários sobre determinados usos da paisagem urbana, relacionados com a colocação de mobiliário urbano, de atribuição de licenças de publicidade, de identificação de obras e/ou de instalações provisórias que ocupam a via pública, e promove concursos para a adjudicação de contratos de patrocínio através da atribuição de espaços publicitários de domínio público.

b) o documento orientador da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP, 2015), ainda sem aplicação prática, (embora com um Plano de ação estratégica apresentado em 2020), e com objetivos bem definidos para a paisagem.

A publicação da PNAP (2015), constituída por Resolução de Conselho de Ministros nº45/2015 em 4 de julho de 2015, como um documento orientador da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem, e conforme estipulado no Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007, 2019), visa “elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2005) e desenvolver uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto em meio urbano como rural” (PNPOT, 2007, p. 26).

Um dos objetivos da PNAP (2015), e do seu Plano de Ação⁴, apresentado em 2020 (Figura 9), é a elaboração de guias, que permitam valorizar as práticas profissionais de todos os agentes do setor, e propor a definição de critérios de qualidade da paisagem.

³ <https://ajuntament.barcelona.cat/ecologiaurbana/ca/qui-som/empreses-i-organismes-autonomos/institut-del-paisatge-urba>

⁴ https://pnap.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PLANO_DE_ACAO_PNAP_2020.pdf

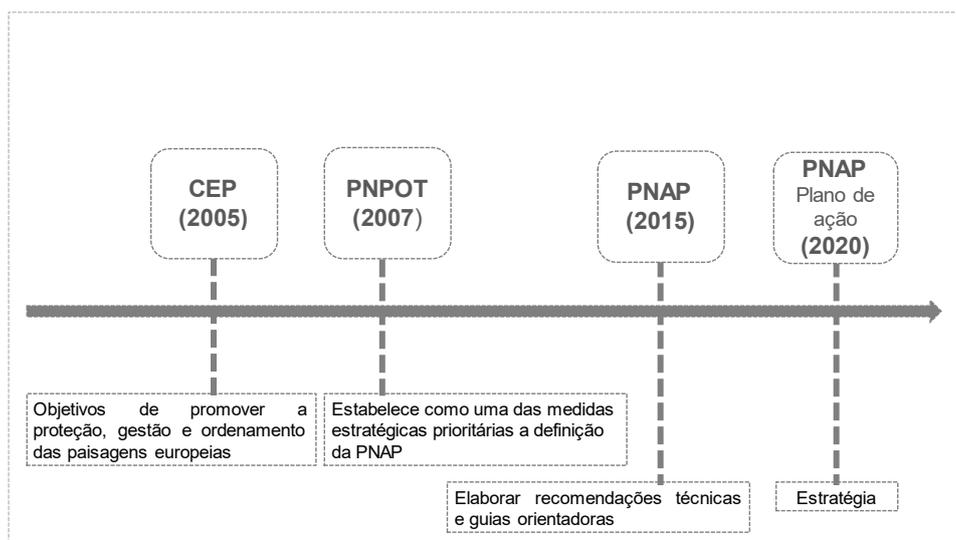


Figura 9 - Cronologia da legislação relativa à paisagem em Portugal (Fonte: autora)

c) os resultados da investigação desenvolvida na dissertação de mestrado “Contributo para a avaliação da qualidade da paisagem urbana” (Campos, 2015), que apontou caminhos para o desenvolvimento de novos estudos.

A investigação conduzida no âmbito da dissertação de mestrado, evidenciou a curiosidade de procurar desenvolver esta temática, para um patamar mais abrangente e atualizado, e contribuir, eficazmente, para a implementação de políticas municipais, ao permitir que as Autarquias possam dispor de um instrumento de aferição da qualidade da paisagem urbana.

A avaliação, não tem como objetivo identificar o que é melhor, para uma eventual atribuição de prémios ou galardões, mas identificar o que está mal, e é necessário melhorar, para corrigir desigualdades, e contribuir para a coesão territorial, e equilíbrio das condições de vida dos habitantes da cidade.

A partir da avaliação da paisagem urbana será possível definir estratégias de atribuição de recursos, e definir outras políticas municipais, com a finalidade de aumento da qualidade de vida dos cidadãos, de correção de assimetrias, e ainda que possam servir de base a um processo de participação pública, em matérias de paisagem.

No planeamento e no desenho urbano, a incorporação dos critérios de avaliação é relevante na medida em que alerta para determinadas escolhas. Na gestão urbanística, a avaliação da qualidade da paisagem urbana permite dirigir as ações e os investimentos para onde são necessários. No planeamento estratégico serve de apoio à avaliação global de políticas urbanas,

municipais e nacionais. Deste modo, importa apresentar um modelo de avaliação da qualidade da paisagem urbana, através da identificação e de operacionalização de critérios, que permita contribuir para a integração da paisagem urbana nas práticas diárias, desde o planeamento e do desenho urbano, à gestão urbanística.

1.3. Metodologia

Atendendo aos objetivos a atingir, traçados neste trabalho, são necessárias desenvolver as seguintes etapas (Figura 10):

- 1) Análise do estado da arte (evolução conceptual);
- 2) Desenvolvimento de um modelo de avaliação;
- 3) Mapeamento das áreas de maior e menor qualidade da paisagem urbana – aplicação do modelo de avaliação a um caso de estudo (Lisboa).

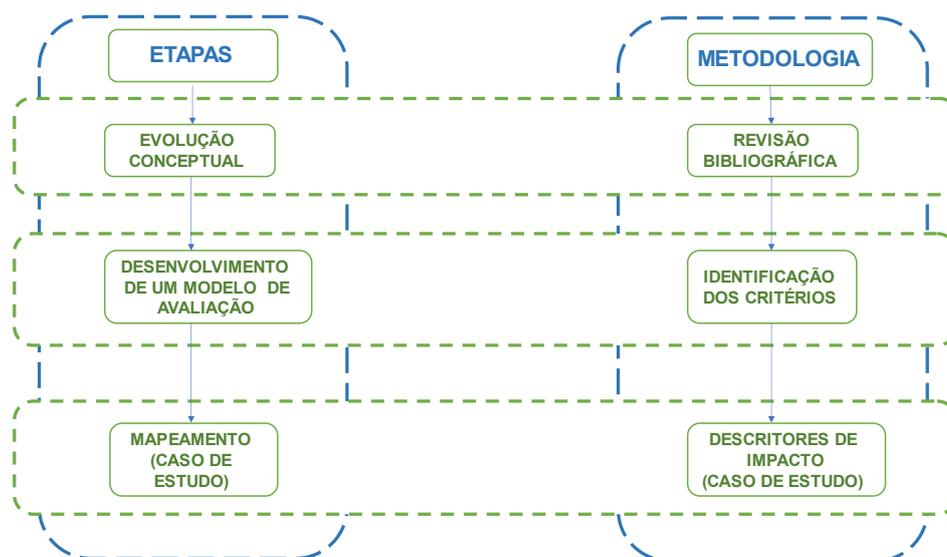


Figura 10 - Etapas e Metodologia (Fonte: autora)

A metodologia a ser adotada baseia-se na identificação de um conjunto de critérios, de descritores de impacto para a sua operacionalização, e no desenvolvimento de um modelo de avaliação multicritério (e validação do modelo, a partir da aplicação a quatro bairros de Lisboa).

Os resultados obtidos na dissertação de mestrado sob a mesma temática (Campos, 2015), embora profundamente complementada com uma revisão bibliográfica mais abrangente, e com novos métodos, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

A investigação anterior (dissertação de mestrado), teve como objetivo central a determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana, e dos elementos que a desvalorizam, e para tal, recorreu a um instrumento fundamental: uma entrevista (de cerca de 1,5 h, e a respetiva análise de conteúdo), a cada um dos 22 membros de um painel de peritos, constituído por especialistas na temática, que permitiu determinar os critérios de Qualidade e os Elementos de Desvalorização da paisagem urbana.

Neste trabalho a identificação de critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, realizou-se através do método Delphi, com auscultação a um painel de 24 peritos (não coincidentes com os do painel referido anteriormente), e de uma “conferência de decisão” “online” (tendo em conta o período pandémico do Covid-19), com recurso ao método Swing Weighting (adaptado), para o cálculo dos coeficientes de ponderação dos critérios, a integrar o modelo aditivo, para o cálculo do valor global da qualidade da paisagem urbana, de cada bairro. Este modelo possibilita o estabelecimento de uma base de comparação entre as várias unidades territoriais (bairros), e permite obter uma visão mais focada sobre os aspetos que precisam de ser especificamente abordados, nas políticas e ações municipais, no que se refere à paisagem urbana.

1.4. Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada de modo que seja possível ao leitor acompanhar a metodologia proposta para este trabalho (Figura 11).

O Capítulo 1 enquadra tematicamente a paisagem urbana, e apresenta a motivação e a metodologia para o presente trabalho.

O Capítulo 2 dedica-se à abordagem conceptual da “paisagem” e da “paisagem urbana” através de um enquadramento histórico dos conceitos, desde a Antiguidade até à contemporaneidade.

Aborda a paisagem urbana conceptualmente, através da interpretação de vários autores, focando-se, sobretudo, na definição de “paisagem” apresentada pela Convenção Europeia da

Paisagem (CEP, 2005), (aplicada às áreas urbanas), e cuja definição é a base conceptual aplicada a este trabalho.

O Capítulo 3 analisa as várias abordagens à paisagem urbana - estética, emocional/sensorial, ecológica, cultural, morfológica, funcional ou económico -, evidenciando as diversas dimensões do conceito, e analisando as respetivas abordagens setoriais e as inter-relações.

O Capítulo 4 debruça-se sobre a avaliação da qualidade da paisagem urbana, e as metas a atingir pela CEP (2005) e pela PNAP (2015). Refere-se ainda aos Objetivos de Qualidade Paisagística estipulados pela CEP (2005), e aos conceitos de “qualidade”, e de “avaliação da qualidade da paisagem urbana”, definindo o contexto de avaliação deste trabalho, e o respetivo campo de aplicação. Enuncia alguns casos de estudos de avaliação de paisagem urbana, referidos na bibliografia.

O Capítulo 5 apresenta um modelo para a avaliação da qualidade da paisagem urbana. Identifica, através do método Delphi, o conjunto de critérios de avaliação da paisagem urbana, e as respetivas descrições. Descreve a evolução do método em quatro rondas, e identifica os critérios de avaliação, através de um painel de peritos (de 24 membros). Com recurso a um procedimento semelhante a uma conferência de decisão, adaptada (através de um processo interativo “online” entre os peritos do painel), este capítulo apresenta uma proposta de descritores de impacto, e das respetivas funções de valor, de cada critério, para a operacionalização e aplicação do modelo construído; e com o apoio do método Swing Weighting, (adaptado), calcula os valores dos coeficientes de ponderação, dos respetivos critérios de avaliação.

O Capítulo 6 apresenta um caso de estudo, com a aplicação do modelo proposto à cidade de Lisboa, e promove a respetiva validação. Inicialmente, identifica a delimitação das unidades territoriais, e seleciona quatro bairros para avaliação: Alvalade, Parque das Nações, Baixa e Benfica. Após o levantamento de dados “in situ”, e determinados os valores para os descritores propostos, são calculados os valores de qualidade globais, para cada bairro.

O Capítulo 7 discute os métodos utilizados, os resultados obtidos na avaliação global dos bairros, e apresenta possíveis estudos a desenvolver a partir desta investigação.

No Capítulo 8 discute-se a relevância do tema da “paisagem urbana” nas várias áreas de investigação, referem-se algumas críticas de diversos autores aos conflitos interdisciplinares, em particular, nos resultados obtidos das práticas de exercício profissional respetivas. É analisado o

conjunto de disciplinas que concorrem para o conceito da paisagem urbana, desde os vários tipos de Ciências, das Engenharias às Artes, acentuando a necessidade, e pertinência, de uma nova disciplina, vocacionada especificamente para o estudo da paisagem urbana, reforçada, nomeadamente, através dos objetivos da CEP (2005), no que toca ao enquadramento académico da temática da paisagem, e à formação de especialistas.

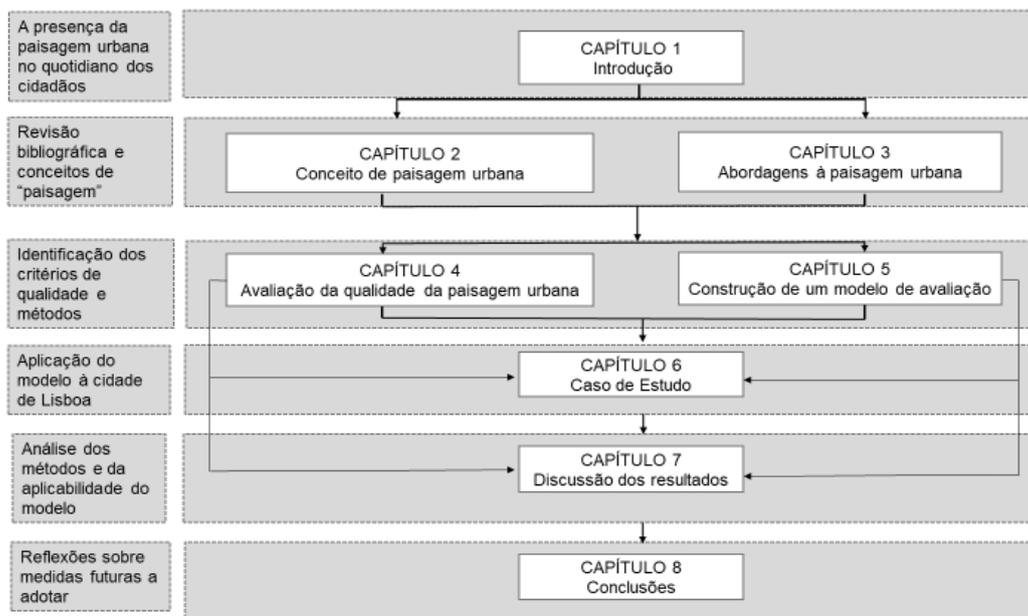


Figura 11 - Estrutura da dissertação (Fonte: autora)

1.5. Ideias-chave do Capítulo 1

- A paisagem urbana encontra-se em todo o espaço urbano, fazendo parte, inevitavelmente, da vivência quotidiana urbana;
- a qualidade de vida dos cidadãos, depende da qualidade do espaço público, e por conseguinte da paisagem urbana;
- a paisagem urbana é cada vez mais dominante no mundo atual, devido à expansão das áreas urbanas;
- os cidadãos estão cada vez mais exigentes com a paisagem;
- a paisagem urbana (e as respetivas dimensões estéticas, sensoriais e emocionais), não está no discurso do planeamento territorial;
- o conceito de paisagem utilizado neste trabalho corresponde à definição apresentada pela Convenção Europeia da Paisagem (2005).

Capítulo 2. Conceito de “paisagem” e de “paisagem urbana”

2.1. Enquadramento histórico do conceito de “paisagem”
2.2. Dimensão material e imaterial da paisagem urbana
2.3. Conceito de paisagem urbana
2.4 Ideias-chave do Capítulo 2

“Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitetónica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”
(Lynch, 2011, p.9).

2.1. Enquadramento histórico do conceito de “paisagem”

A raiz etimológica de “paisagem” é latina, “pagus”, (que significa “campo”), tal como outras palavras de origem latina, como, por exemplo, a francesa “paysage”, ou a castelhana “paisaje” e a italiana “paesaggio” (Maciocco & Taliagambe, 2009). Existem ainda os vocábulos “pagensis”, relativo ao campo, e “paganus”, relativo ao indivíduo que vive no campo (Fadigas, 2011; Pinto-Correia et al., 2001).

Por outro lado, as palavras de origem germânica, como por exemplo a inglesa “landscape”, a alemã “landschaft”, ou a holandesa “landschap”, partilham a mesma raiz etimológica, cujo conceito assenta na criação de um novo território a partir da união de processos naturais e culturais (Fadigas, 2011; Steiner, 2011).

Com efeito, esta diferença de terminologia e conceitos é muito importante ao nível da definição de abordagens e métodos, uma vez que a língua inglesa é dominante no discurso académico e político internacional. “As definições para a paisagem são: 1.a. “uma imagem representando...”, 2.a “uma vista ou perspetiva”, (...) 2.b. “uma extensão de terra com as suas características distintivas” (Fairclough et al., 2018, p.8). “Essas definições refletem um foco, especificamente britânico, do sentido visual, cênico” (Fairclough et al., 2018, p.8), e excluem outros significados de paisagem, com um sentido social, como na terminologia latina, como por exemplo “paysage”.

“Land’ in “landscape”, does not mean the same as “pays” in “paysage”, nor do those words carry the same weight in their respective overall compound words. Equally, “scape” with its ambivalent double (at least) meanings of “shaping as seeing”, has quite different meanings to the “age” suffix of “paysage””(Fairclough et al., 2018, p.13).

Originalmente, na Antiguidade, na Roma e na Grécia Antiga, a dimensão estética do conceito de “paisagem” era inexistente (Arraes, 2017). A “paisagem” estava muito ligada ao conceito de lugar (“loci”), e diretamente relacionada com o usufruto dos elementos naturais, tais como, a vegetação, a água, e a produção alimentar (hortícola, frutícola) (Pessoa, 2018). As referências à “paisagem” eram evidenciadas nas pinturas murais, nos mosaicos e nos baixos relevos, (que na época eram pintados com cores), em que a “paisagem” (enquanto elementos da natureza), servia como um ornamento para embelezar o cenário, cuja imagem principal era o ser humano (Keshtkaran, 2019; Telles, 1994).

Na Idade Média, o conceito de paisagem continuava, ainda, sem ter a mesma interpretação da que tem hoje (Abreu et al., 2004). A pintura retratava sobretudo figuras e motivos religiosos, e os poucos elementos da natureza existentes, eram utilizados como pano de fundo, geralmente muito “geométricos” e ordenados, evidenciando uma paisagem natural, muito artificial, e controlada pelo ser humano (Queirós, 2005). A observação da paisagem, fazia-se para o interior, para os claustros, e não para o exterior das habitações (Abreu et al., 2004).

Por esta altura, em 1336, o poeta italiano Francesco Petrarca subiu ao Monte Ventoux (nos Alpes Franceses), e observou a paisagem. Este momento ficou marcado, como aquele a partir do qual surgiu o conceito de “paisagem”, na cultura ocidental. A observação da paisagem, e a experiência paisagística estética relatada por Petrarca, contém em si uma dimensão espiritual, de introspeção, e de religiosidade; a subida ao cume da montanha, de busca de purificação espiritual, deixando para trás o sopé do monte, corresponde a um afastamento espiritual em relação às tentações terrenas, e à proximidade a uma vida santificada e pura (Arraes, 2017; Wascher, 2005).

O conceito de “paisagem” surgiu na Europa por volta do século XV (Keshtkaran, 2019), e, naquela altura, expressava uma nova visão do mundo, “que vai para além daquele que se habita” (Fadigas, 2011, p. 123), relacionando-o com uma nova realidade territorial e sensorial.

A partir do Renascimento (séculos XVI e XVII), a paisagem começou a ter um maior realce na pintura, passando a ser o tema principal, sem os artificialismos de uma paisagem tranquila e organizada, mas retratando a natureza tal como ela é, espontânea e “melodramática” (Queirós, 2005).

No século XVIII, a paisagem, portadora de grande beleza, foi catapultada para os jardins que embelezavam os palácios, cuja concepção era considerada como uma arte (Keshtkaran, 2019; Pessoa, 2018; Queirós, 2005; Townsend, 1997), com variações entre o estilo francês, muito desenhado e trabalhado, como o do jardim do Palácio de Versailles, ou o inglês, um jardim mais natural, com vegetação e cursos de água, à semelhança dos que se encontram na natureza (Figura 12), ambos com objetivos de proporcionarem experiências estéticas e de lazer.



Figura 12 – a) Jardins do Palácio de Versailles (1996) e b) Jardins de Buckingham Palace em Londres, Inglaterra (2015) (Fonte: autora)

“A contemplação estética da paisagem é um acontecimento que se desenvolve nos séculos XVII e XVIII, paralelamente à investigação experimental da ciência” (Arraes, 2017, p.39).

A partir do século XIX surgiu um maior interesse pela pintura da paisagem, enquanto, simultaneamente, se verificou um desenvolvimento do conhecimento científico (na biologia, na botânica e na geografia), para o qual contribuíram as descobertas das viagens do cientista alemão Alexander von Humbolt, ao continente americano (Wascher, 2005).

Com o aparecimento da cidade industrial e a expansão urbana acelerada, a natureza “entrou” na cidade, em vastas áreas, pela mão dos arquitetos paisagistas, como, por exemplo, Frederick Olmsted, projetista do Central Park, em Nova Iorque, cuja construção teve o intuito funcional de purificar o ar, através da presença de árvores e grandes zonas verdes, de proporcionar uma atmosfera saudável, e para permitir à cidade “respirar”, de criar espaços para atividades de lazer,

para equilibrar os volumes construídos (Fadigas, 2010; Keshtkaran, 2019; Queirós, 2005; Pessoa, 2018; Ramos & Silva, 2015; Relph, 1987).

“Os estudos sobre a paisagem, como categoria do conhecimento, intensificaram-se a partir de 1910, no século XX” (Arraes, 2017, p.39). Na Alemanha surgiram dois conceitos relevantes para o estudo da paisagem (Figura 13): o primeiro, por volta de 1920, de “Geografia da Paisagem”, que apresentava o conceito de paisagem global, enquanto ponto de encontro da litosfera (camada sólida mais externa do planeta, composta por rochas e solo), da atmosfera (camada de gases que envolvem a Terra), da biosfera (conjunto de todos os seres vivos e respetivos ecossistemas) e da hidrosfera (conjunto de todas as águas do planeta), e que considerava a paisagem como um ramo da Geografia; e mais tarde, por volta de 1939, com o geógrafo alemão Carl Troll, de “Ecologia da Paisagem”, focado nas preocupações ambientais, e na ação destrutiva e predadora da ação humana sobre a natureza (Dorado, 2019a).

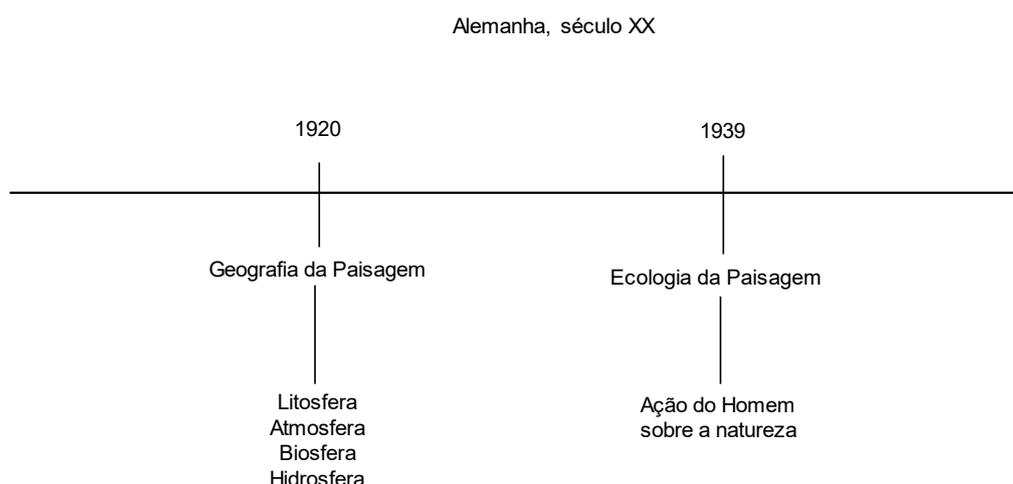


Figura 13 - Conceitos relativos à paisagem que surgiram no século XX (Fonte: autora)

Em meados do século XX, foi dada uma maior ênfase ao papel do “observador” da paisagem, e à vertente emocional e sensorial. Com Cullen (2010), Lynch (2011; 2012) e Nasar (1998), surgiu o conceito de “paisagem urbana”, centrado nos efeitos emocionais e sensoriais provocados no observador, em resultado da relação entre os elementos construídos e os naturais, e entre os vários elementos construídos entre si.

Nos finais do século XX, princípios do século XXI, o conceito de paisagem começou a ser alargado à perspetiva ecológica, aos aspetos biológicos e biofísicos, e às preocupações de sustentabilidade, dos “habitats” naturais e de conservação da biodiversidade (Fadigas, 2011; Keshtkaran, 2019; Ramos & Silva, 2015; Telles, 1994). O conceito, surgiu relacionado com os “serviços de ecossistemas”, tal como a produção de biomassa, a produção de energia, a retenção de solo, a proteção contra a erosão, e a produção alimentar, entre outros, funções que existem na natureza independentemente da presença humana.

Contudo, alguns autores defendem que a definição de paisagem, introduzida pela CoE (2000a), mudou o conceito de paisagem defendida pelos geógrafos e pelos ecologistas, ao introduzir uma dimensão subjetiva, devido à presença de um observador (Sowińska-świerkosz et al., 2020a).

O conceito de paisagem tem evoluído no tempo (Figura 14), desde o Renascimento até aos dias de hoje, “consoante o contexto histórico e cultural”, “assumindo múltiplos significados” (Gonçalves & Curado, 2017, p.198), cada vez mais focado na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar humano. “A evolução do conceito de paisagem ao longo da história, a pluralidade de significados e sentidos que este termo tem tido no tempo, a diversidade de disciplinas que contribuem para a sua compreensão, explicam a grande riqueza de estudos teóricos e metodológicos existentes, e a variedade de instrumentos paisagísticos que se utilizam no seu estudo, análise, defesa dos seus valores, intervenção, gestão e ordenamento das suas dinâmicas e transformações” (Dorado, 2019b, p.134). Desde o princípio do século XXI, a paisagem tem vindo a ser alvo de maior interesse, tanto nos aspetos culturais, como nos funcionais e económicos, até culminar com a definição formal do conceito de “paisagem”, definido pela Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), “(...) em que a paisagem vai muito para além do sentido pictórico inicial, conferido pelas representações da paisagem do século XVI” (Abreu, 2011, p. 10). A evolução do conceito da paisagem urbana tem-se revelado, a partir dos inícios do século XXI, focado num novo paradigma, com ênfase principal no “habitat” humano, na qualidade de vida do cidadão, e nos efeitos de relaxamento mental, e de felicidade, que a qualidade da paisagem aporta aos seus observadores (Dorado, 2019a; Gravididis et al., 2016; Önaç & Birişçi, 2019).

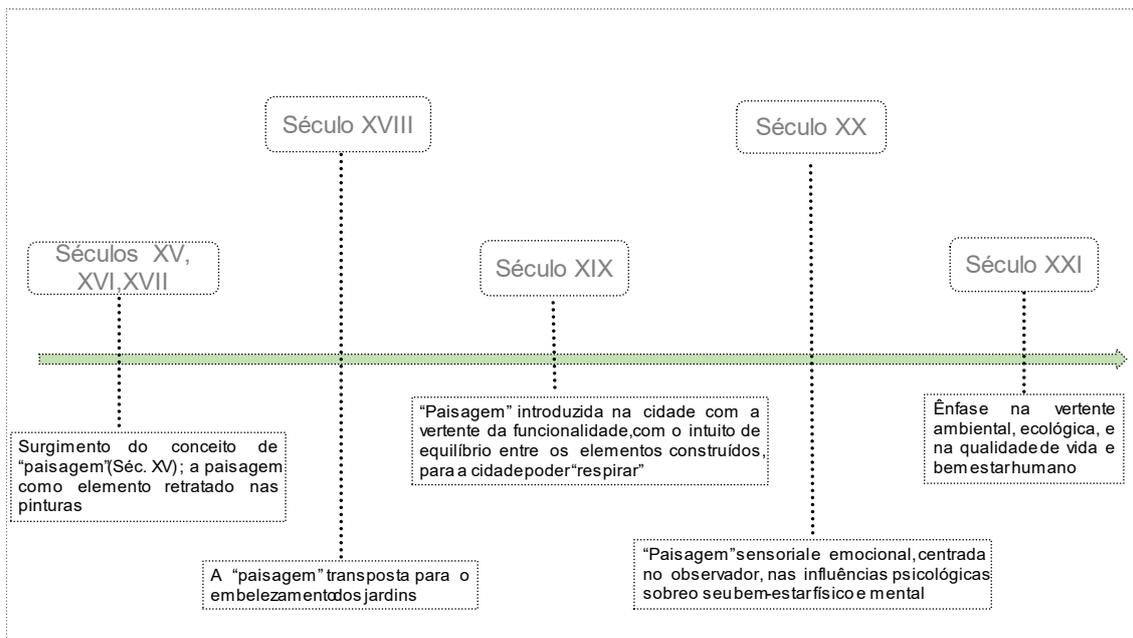


Figura 14 - Evolução histórica do conceito de paisagem ao longo dos séculos (Fonte: autora)

Assim, e pese embora de limites pouco nítidos, e por vezes sobrepostos temporalmente, e apesar da variabilidade do conceito (Termorshuizen & Opldam, 2009), a “paisagem” revela uma evolução ao longo do tempo (Fadigas, 2011; Pessoa, 2018), consoante teve o foco:

a) na imagem,

“(…) a paisagem nasceu da arte de pintar a natureza como objetivo, por si só, merecedor de interpretação artística (Telles, 1994, p.31);

“(…) um conjunto de valores ordenados numa visão; por outras palavras, uma paisagem” (Cauquelin, 2014, p. 14);

“(…) para quem a paisagem é a “imagem” do nosso “habitat” que os pintores costumam retratar na tela ou os fotógrafos fixar na película fotográfica” (Araújo, 1994, p. 123);

“ a paisagem é uma unidade territorial, caracterizada pelo seu conteúdo, dado pelos elementos observáveis, naturais ou induzidos pelo Homem” (Simensen et al., 2018, p. 559);

b) na emoção,

“a paisagem citadina pode ter valor enquanto fonte de alegria para as pessoas e de possível efeito restaurador do “stress” do dia-a-dia” (Nasar, 1998, p. 2);

c) na ecologia,

“a paisagem é um conceito global, resultado da conjugação de fatores ecológicos e naturais, por um lado, e das atividades humanas, por outro lado” (Pessoa, 2018, p. 90);

d) na cultura e história,

“(a paisagem) é o arquivo constantemente acrescido, e, portanto, em transformação, da presença do Homem ao longo do tempo, num dado território (Pessoa, 2018, p. 90);

“um desenvolvimento mais recente tem sido o uso das **paisagens urbanas** como um meio de interpretar as sociedades que as criaram. Nessa perspectiva, ao invés de serem vistas apenas como objetos a serem explicados, as **paisagens urbanas** são vistas muito mais como transmissoras de sinais sobre as sociedades que as criam” (Whitehand, 1993, p. 2);

e) na funcionalidade,

“a paisagem é o resultado de uma combinação evolutiva, de elementos e de processos, ligados por relações funcionais e espaciais (Vizzari, 2011, p. 108);

f) na economia,

“ (a paisagem) é tanto um recurso económico como um bem público local” (Oueslati et al., 2011, p. 1).

A “paisagem” tem adotado vários “significados, incluindo o de natureza, território, área geográfica, meio ambiente”, sistema de sistemas, “habitat”, cenário, ambiente do quotidiano, e área envolvente” (Pastor et al., 2007, p. 204). ““Paisagem” é um dos poucos conceitos que podem

abranjer toda a gama, que integra natureza e cultura, pessoas e meio ambiente, preocupações sociais e economia” (Fairclough et al., 2018, p.6).

Trata-se de um conceito integrador, que abrange os aspetos físicos, naturais, e influências sociais, culturais, que moldaram o território através da interação e percepção humana (Fairclough et al., 2018, p. 8), e amplo, uma vez que a “paisagem” está em toda a parte, não apenas em áreas especiais, designadas para proteção especial, relacionado com qualquer escala espacial, consoante o nível de detalhe mais apropriado (Fairclough et al., 2018).

2.2. Dimensão material e imaterial da paisagem urbana

“A paisagem é sustentada por elementos materiais, e adquire valor e significado a partir de uma dimensão imaterial” (Menezes, 2013, p. 4), ou seja, materialidade e a imaterialidade são ambas dimensões da paisagem (Pina et al., 2017).

A dimensão física da paisagem tem a ver com a sua forma estruturante, e no caso das paisagens naturais e rurais, com a água, vegetação, solo, e biodiversidade, entre outros (Pastor et al., 2007); e, no caso particular da paisagem urbana, com a sua fisicalidade, associada à necessidade de satisfação dos anseios básicos dos cidadãos, tal como a habitação, os serviços, o comércio, os transportes, os espaços de lazer, entre outros. Contudo, “a relação do Homem com o meio, é uma relação que ultrapassa a satisfação das suas necessidades básicas” (Fadigas, 2011, p.125). Existe, simultaneamente, uma dimensão imaterial que se refere à percepção individual, subjetiva, “colorida pela experiência individual” (Swanwick, 2002, p. 37), em resposta às necessidades de experiência, de vivência, de significados, de memórias (reais ou imaginadas) (Figura 13), relacionadas com as emoções e sensações de segurança, de tranquilidade, “de percepção de beleza ou atratividade cénica” (Swanwick, 2002, p.34).

Por um lado, há a vivência da paisagem enquanto ideia, construída individualmente, e transmitida pelos livros ou pelos filmes. É criada uma imagem do lugar, idealizada, uma ilusão de conhecimento, que pode ir além da paisagem real, por vezes até enaltecida, e que projeta, por palavras, as imagens mentais, os sentimentos, as memórias e as vivências do autor (Arraes, 2017); por outro lado, há a vivência real da paisagem, da sua identidade, (do seu caráter único, dos seus elementos diferenciadores, da sua individualidade), da sua temporalidade, da sua história, da sua memória e dos valores culturais (Brandão, 2011; Lynch, 2011; Mehan, 2016).

A “paisagem-matéria”, ou a “paisagem – espaço físico”, é a paisagem geográfica, tangível, territorial, com todos os elementos físicos que o compõem - “o território enquanto suporte material da paisagem” (Fadigas, 2011, p.124). É aquela onde se inserem os vários elementos físicos que configuram o território. Esta dimensão de fisicalidade, é dada pelos seguintes componentes: a) antrópicos, resultantes da ação humana, os elementos móveis e imóveis, perenes ou removíveis, tais como, por exemplo, os edifícios, as vias, as praças, os largos, a arte urbana, o mobiliário urbano, as pontes, os viadutos, as ruas, os aviões no céu, os barcos no rio, os fios elétricos, postes, marquises, alarmes, aparelhos de ar condicionado, caixas de telecomunicações e energia, os veículos (ligeiros e pesados), e todos os elementos que revelam uma civilização, um modelo de vida (Dias, 2014; Fidalgo, 2017); b) bióticos, que incluem todas as formas de vida (animal, vegetal), onde se inclui a população humana, todos os outros animais e a vegetação; c) abióticos, de origem natural, sem forma de vida, tal como os componentes gasosos (fenómenos atmosféricos), líquidos (água doce e água salgada), e sólido (solo, relevo, altitude, exposição), e d) cósmicos, (fora da terra), os planetas e as estrelas, tal como, por exemplo, o sol e a lua (Fidalgo, 2017) (Figura 15).

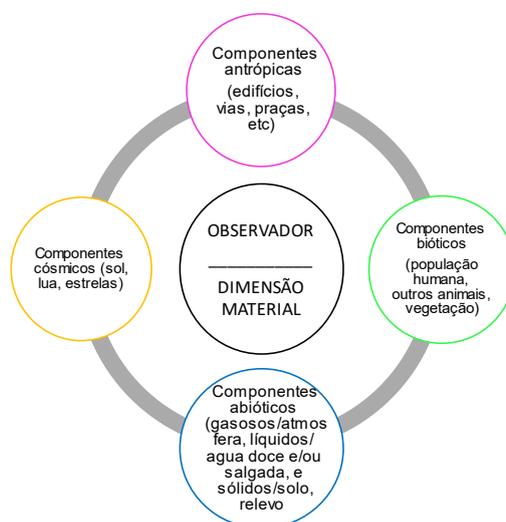


Figura 15 - Elementos que contribuem para a materialidade da paisagem (Fonte: autora)

A dimensão imaterial, intangível, a “paisagem – percepção”, direta ou indireta, consoante se trate da experiência “in situ” da paisagem, em interação direta, multissensorial, com o meio ambiente envolvente - “percecionar é muito mais do que olhar” (Antrop & Eetvelde, 2017, p.5) -, ou da

observação de uma representação de paisagem, numa pintura ou escultura, do registo de imagem (fotografia), sonoro e/ou em texto (Arsénio, 2011), é conferida pelos vários elementos, de vários tipos, que contribuem para a perceção da paisagem, tais como: a) universais, que dizem respeito às condições de iluminação, aos sons, ao tato, às acessibilidades, à localização e posição do observador, e à distância e velocidade do observador; b) os físico-psíquicos, que se referem ao observador, à herança genética, à memória, à capacidade de reação aos estímulos; c) os socioculturais, que têm a ver com a influência da envolvente cultural e as relações sociais do observador; e d) os variáveis, que dizem respeito aos aspetos visuais de contraste, enquadramento de pontos focais, diversidade, equilíbrio, escala, proporção, cor ou simetria (Fidalgo, 2017) (Figura 16).

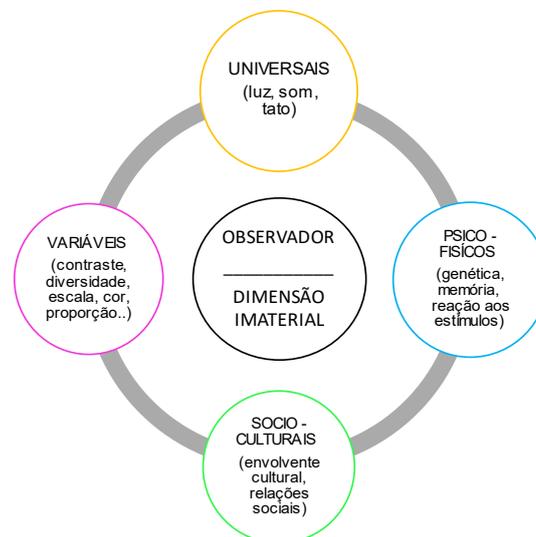


Figura 16 - Elementos que contribuem para a imaterialidade da paisagem (Fonte: autora)

Em Portugal, a paisagem foi introduzida na Constituição da República Portuguesa, de 1976, que refere que é um dever de o Estado classificar e proteger a paisagem. A Lei de bases do ambiente, de 1987, e a Lei de bases da Política de Ordenamento do território e Urbanismo de 1998, fazem ambas referência à paisagem no que se refere à sua gestão (Abreu et al., 2004).

No ano 2000, foi assinado em Florença, o primeiro tratado internacional, ratificado por vários países, entre os quais Portugal, dedicado a todas as dimensões da paisagem europeia, a Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), que veio clarificar o conceito de paisagem, e que enfatiza as suas duas dimensões: uma, material, o “espaço físico”, e outra, imaterial, que

pressupõe a presença humana, expressa através da respetiva percepção (Figura 17). O reconhecimento pela Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), da importância da relação entre o observador e o objeto, quando se refere, nomeadamente, ao carácter da paisagem, e ao facto de este depender da ação e interação entre fatores naturais e/ou humanos, evidencia a presença humana e a relação com o espaço envolvente, fruto das observações, experiências, vivências (experiências repetidas) e memórias (Nasar, 1998; Relph, 1987).

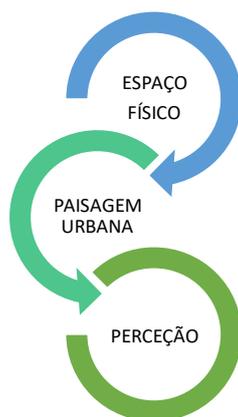


Figura 17 - Relação ente a paisagem urbana “espaço físico” e a paisagem urbana “percepção” (Fonte: autora)

O conceito de paisagem necessita de um observador, seja um habitante local ou um visitante, e, o olhar e a percepção da paisagem processa-se de modo diferente, consoante o observador (Antrop & Eetvelde, 2017; Jensen, 2007), uma vez que esta interação se processa através de quatro fatores, individuais, que são, respetivamente: o cognitivo (com base nos pensamentos); o afetivo (com base nas emoções); o interpretativo (relacionado com os significados); e o valorativo (relacionada com os julgamentos) (Moratiel, 2017) (Figura 18).

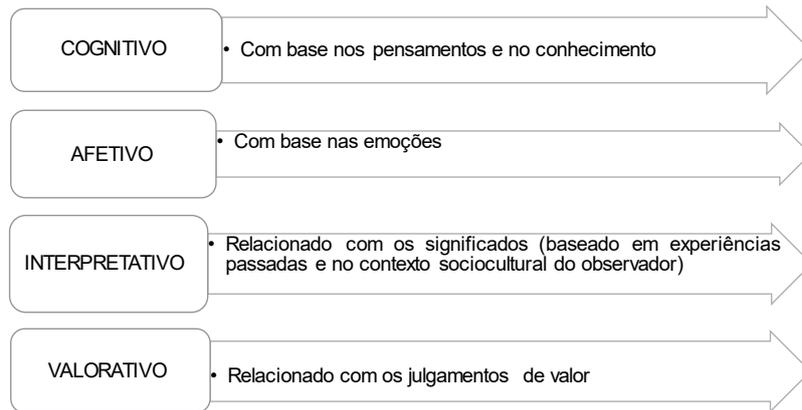


Figura 18 – Fatores individuais dos quais depende a percepção da paisagem (Fonte: autora)

2.3. Conceito de paisagem urbana

“Paisagem urbana” é um conceito proveniente da conjugação dos conceitos de “paisagem”, e de “urbana”, ou seja, relativa à cidade.

O conceito de “urbano” pode ser usado de muitas maneiras (Bryant, 2006; Gopal et al., 2016; Roca & Arellano, 2017; Wu, 2014). No entanto, é geralmente definido por um (ou mais), de três fatores: dimensão populacional, densidade populacional e área impermeabilizada (Wu, 2014). Há países que usam a dimensão da população ou a densidade populacional, outros que definem os limites das áreas urbanas pela existência de infraestruturas, (tais como estradas pavimentadas, redes de abastecimento de águas, redes de esgotos, rede de distribuição de energia); outros países delimitam as áreas urbanas em função do número de habitantes, (por exemplo, a partir de 200 habitantes), ou em função da distância entre edifícios, estabelecendo uma distância mínima, a partir da qual passa a ser considerado um outro aglomerado urbano (Roca & Arellano, 2017).

A caracterização das áreas urbanas é, por vezes, difícil de definir, e torna-se imprecisa devido à heterogeneidade do uso do solo (Gopal et al., 2016). Contudo, existem metodologias de análise, tal como, as que se referem à delimitação morfológica, demográfica, funcional, ou da estrutura socioeconómica (Ferreira et al., 2010), e/ou os métodos de identificação das áreas urbanas, como por exemplo, através do metabolismo urbano, dos dados da procura de energia e de materiais, da intensidade de luz (à noite) em imagens de satélite, entre outros. No futuro, a identificação das áreas urbanas comportará abordagens mistas, integradoras, de análise

espacial, do metabolismo, do consumo de energia, das emissões domésticas de resíduos, dos volumes de tráfego e da permeabilidade do solo (Gopal et al., 2016; Roca & Arellano, 2017).

Neste trabalho, a definição de “urbana” aplica-se ao solo urbano, tal como definido na Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, artigo 10.º “Classificação e qualificação do solo”, nº 2, alínea b)), que define “solo urbano”, como o que está total, ou parcialmente, urbanizado ou edificado e, como tal, afeto, em plano territorial, à urbanização ou à edificação.

Apesar de existir paisagem urbana desde que existem as cidades, “paisagem urbana” é um conceito recente, que se viu reforçado pela expansão urbana, acentuada a partir do desenvolvimento industrial (Enache et al., 2013). “A paisagem urbana, como fenómeno dominante na paisagem global, é um acontecimento da época moderna” (Pessoa, 2018, p. 98).

“Paisagem urbana” é um termo pouco interiorizado, e, como tal, pouco usado (Keshtkaran, 2019; Lindholm, 2012; Pessoa, 2018; Ramos & Silva, 2015). É simultaneamente negligenciado do ponto de vista académico, uma vez que muitos dos estudos sobre paisagem, se referem apenas à paisagem em áreas rurais e naturais, apesar da CEP (2005) estipular, que a paisagem se encontra em todo o território, natural, rural, urbano e periurbano (Ramos & Silva, 2015). É controverso, porque, para alguns, existe “paisagem” apenas fora da cidade, ou existe a dicotomia “paisagem” e “jardins”, fora e dentro da cidade, respetivamente, como se fossem duas entidades separadas, e com significados meramente decorativos (Donadieu, 2002, Ramos & Silva, 2015; Telles, 1994). “Esta perspetiva, ainda em vigor, resultou na produção de mais literatura sobre a paisagem em áreas rurais e naturais, que em áreas urbanas” (Ramos & Silva, 2015, p.3).

“Paisagem urbana” é um conceito pouco estabilizado, com diferentes definições consoante a perspetiva (Keshtkaran, 2019; Lindholm, 2012; Pinto-Correia et al., 2001). Para tal, contribuíram as várias dimensões da paisagem, estética, sensorial/emocional, funcional, cultural, ecológica, morfológica, e económica, e a grande variedade de abordagens ao tema, encontradas na bibliografia (Keshtkaran, 2019; Pessoa, 2018).

Algumas das definições de “paisagem” e de “paisagem urbana”, são apresentadas por diversos autores, dependendo da perspetiva - estética, sensorial/emocional, funcional, cultural, ecológica, morfológica -, e económica em que se posicionam:

a) Estética “a **paisagem urbana** é a arte de tornar coerente e organizado visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o espaço urbano” (Cullen, 2010, contracapa);

“se me perguntassem para definir o conceito de **paisagem urbana**, diria que um edifício é arquitetura, mas dois seriam já paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da **paisagem urbana**” (Cullen, 2010, p. 135);

b) Sensorial/
emocional “a **paisagem urbana**, a visão da rua, é o que a maioria de nós capta das cidades a maior parte do tempo” (Relph, 1987, p. 211);

“as **paisagens** são o contexto visual da existência quotidiana (Relph, 1987, p. 12);

“a **paisagem urbana**” é o meio através do qual compreendemos a cidade em que habitamos” (Lindholm, 2012, p. 9);

“(…) entende-se, portanto, por **paisagem urbana**, o espetáculo da cidade do quotidiano, vista por quem passeia, que, sem hierarquizar, apreende a realidade num olhar circular, em seu redor, na sua totalidade, ao ritmo da marcha, do andar, e com tempo para assimilar o ambiente. Não é um olhar distante, mas um olhar de proximidade, tanto espacial como afetiva, uma espécie de miopia sentimental, sensível aos pequenos detalhes, porque eles revelam a parte íntima e secreta da sua cidade, da sua alma.” (Chenet-Faugeras, 1994, p.34);

c) Ecológica “Assim, compreender e melhorar a ecologia e a sustentabilidade das **paisagens urbanas** e regiões não deve apenas considerar o modo como a urbanização afeta esses componentes-chave, mas também como suas relações mudam com o tempo” (Wu, 2014, p. 209);

“As **paisagens urbanas** têm sido abordadas pela perspectiva da ecologia”, e “tende a concentrar-se nos elementos naturais da paisagem urbana, e na sua vasta gama de funções ecológicas e sociais” (Ramos & Silva, 2015, p. 3);

- d) Funcional “a **paisagem urbana** inclui todas as áreas, funções e usos do solo tal como o residencial, institucional, a comercial, a industrial e cultural” (Keshtkaran, 2019, p. 146);
- e) Morfológica “o estudo da **paisagem urbana** muitas vezes designada por “morfologia urbana” (Whitehand & Larkham, 2015, p.1);
“a forma física das áreas urbanas, a **paisagem urbana** ou paisagem da cidade” (Whitehand, 1993, p. 1)
“a **paisagem** é a materialização do processo de ordenamento do território, enquanto resultado das intervenções planeadas que aí ocorrem” (Ramos, 2008, p.2);
- f) Cultural “a **paisagem urbana*** constitui um bem social, cultural e económico definido pela sobreposição histórica de valores produzidos por culturas, tradições, e experiências, reconhecíveis na sua diversidade e que ocorreram ao longo do tempo” (Ragozino, 2016, p.201);
“a **paisagem urbana** é um tipo de paisagem cultural, que é definida pelos espaços abertos culturais, reservados ao benefício de mais pessoas e da sociedade” (Polat et al., 2017, p. 68);
“a **paisagem urbana** é um arquivo em desenvolvimento de atividade humana (Birkhamshaw & Whitehand, 2012, p. 5);
- g) Económica “(...) os efeitos positivos, significativos, da **paisagem urbana** nos preços dos terrenos, estão comprovados e não são triviais” (Gao & Asami, 2007);
“A paisagem urbana constitui um bem social, cultural e económico (...)” (Ragozino, 2016, p. 201).

Tendo em conta todas as definições e diferentes perspetivas, poucos são os que usam o termo “paisagem urbana” quando andam na rua, e inclusivamente, muitos autores optam por usar o

termo “townscape” (Guildford Borough Council, 2007, p. 3), “cityscape” (Iwańczak & Lewicka, 2020, p. 3), “paisagem citadina” (Lynch, 2011, p.10) ou “city landscape” (Nasar, 1998, p. 2). Com efeito, “paisagem não é sempre o termo que vem à cabeça quando se fala de lugares ou dos seus arredores” (Fairclough et al., 2018, p. 6). Para além da omissão do termo e do conceito, “paisagem urbana” tem sido ainda confundida com “morfologia urbana” e/ou “imagem urbana” (Dorado, 2019a; Dorado, 2019b). “Paisagem” é um conceito complexo, difícil de definir e sintetizar (Oliveira, 2019; Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016), de “contornos ambíguos e difusos” (Ramos, 2008, p.1), e “relativamente vago e intangível para a maioria do público” (Abreu, 2011, p.13) (Figura 19).



Figura 19 - Considerações sobre o conceito de “paisagem urbana” (Fonte: autora)

Com efeito, parte do público inquirido sobre o tema, confunde “paisagem urbana” com um “projeto de arquitetura paisagista de arranjos exteriores”, com “pequenos espaços verdes envolventes aos edifícios”, com “jardins ou parques urbanos”, ou seja, relacionado com o papel da arquitetura paisagista em contexto urbano, que se desenvolve em torno do planeamento das zonas verdes e de vegetação urbana, e dos projetos de espaços exteriores (Dorado, 2019b). “Nas áreas urbanas, é vulgarmente usado, em vez de paisagem urbana, o termo “espaços verdes””, e “mesmo na mente de alguns arquitetos paisagistas e agentes de planeamento, é o mesmo que “espaço verde dentro das cidades” (Fairclough et al., 2018, p. 6).

Contudo, a definição do conceito de paisagem pela CEP (2005), torna-o suficientemente claro para poder ser assimilado sem equívocos, e de espectro largo, porquanto reforça o seu caráter holístico (Gonçalves & Curado, 2017). Essa nitidez e abrangência do conceito, apresentado pela CEP (2005), foi a razão pela qual, neste trabalho, se optou por utilizar o termo “paisagem urbana”, na tentativa de contribuir para a sua estabilização, e para o aumento da sua utilização na linguagem cotidiana.

2.3. Ideias-chave do Capítulo 2

- O conceito de paisagem tem sofrido alterações ao longo dos séculos;
- A paisagem urbana ainda é um conceito pouco utilizado pela maioria dos cidadãos;
- O conceito de paisagem pressupõe a presença humana;
- O conceito de paisagem urbana incluiu duas dimensões: uma, material e uma, imaterial;
- o conceito de paisagem urbana é inclusivo, multidisciplinar;
- A definição de paisagem pela CEP (2005) contribuiu para que haja uma estabilização do conceito de paisagem.

Capítulo 3. Abordagens à paisagem (urbana)

3.1. As várias abordagens temáticas à paisagem (e à paisagem urbana)
3.1.1. Abordagem estética
3.1.2. Abordagem sensorial e emocional
3.1.3. Abordagem ecológica
3.1.4. Abordagem funcional
3.1.5. Abordagem morfológica
3.1.6. Abordagem cultural
3.1.7. Abordagem económica
3.1.8. Abordagem holística
3.2. Ideias-chave do Capítulo 3

3.1. As várias abordagens temáticas à paisagem (e à paisagem urbana)

“Tudo sugere que as paisagens são coisas óbvias. No entanto, quando tentamos analisá-las, logo se nos afigura que, em primeiro lugar, são tão familiares e envolventes que se torna difícil enquadrá-las numa perspetiva nítida e, em segundo lugar que não podem ser facilmente desmontadas nas suas partes constitutivas, como os edifícios e ruas, sem perder o sentido da panorâmica geral”.

(...) “Infelizmente a forma mais fácil de se enfrentar essa totalidade frágil é ignorá-la e ocupar-se com fragmentos de paisagem, como se isolados de um contexto”

(Relph, 1987, p. 13).

O “conceito de paisagem é abrangente e compreende um sem número de abordagens (...)” (Pina et al., 2017, p. 156), e são todas realizadas preferencialmente sob uma perspetiva, confundindo-se conceitos e estreitando-se o objeto da análise (Pessoa, 2018).

No entanto, em cada abordagem há sempre aspetos que interferem com outros, de outras abordagens (Menezes, 2013), o que evidencia que nenhuma delas é completamente estanque, relativamente às demais; e “nenhuma das abordagens é completamente distinta das restantes” (Antrop & Eetvelde, 2017, p. 7). Tal advém do facto, de a paisagem ser um conceito multidisciplinar (Antrop & Eetvelde, 2017), que cobre diversas temáticas, caracterizada por uma diversidade complexa de objetivos que têm de ser reconciliados, e diferentes dimensões que devem ser harmonizadas (Özgüner et al., 2007).

Porém, a paisagem urbana não tem sido abordada na sua total abrangência, talvez por se considerar ser mais simples analisá-la “aos pedaços” do que abordá-la na sua totalidade (Keshtkaran, 2019; Relph, 1987).

Após uma pesquisa bibliográfica sobre esta temática, as muitas abordagens à paisagem, tornam o conceito pouco transparente, já por si clarificado pela CEP (2005). Devido, porventura, à ratificação da CoE (2000a) por vários Estados-membros, que trouxe um maior enfoque à temática da paisagem (Dorado, 2019a), tem havido uma publicação de artigos científicos dedicados à paisagem, sobretudo no contexto europeu, que mostram “um interesse crescente decorrente do apreço da sociedade pelo tema da paisagem, apesar de se continuar a verificar a degradação de muitas paisagens” (Dorado, 2019b, p 134).

“E, não é apenas o público, que atribui diversas palavras, e significados, ao termo “paisagem”, tal como, “natureza”, “campo”, “cenário”, “lugar” ou “ambiente envolvente”; também a academia “utiliza termos que competem entre si, tais como, “serviços de ecossistemas”, “estudos humanos ambientais”, “ecologia política”, “planeamento territorial”, “desenvolvimento sustentável”, entre outros”, e nalguns casos, palavras, tal como, “ambiente”, entre outras, são substituídas pela palavra “paisagem”, mas o sentido global não é alterado” (Fairclough et al., 2018, p.7), por forma a enquadrar todos os assuntos, sectoriais, sob o enquadramento do grande tema “paisagem” (Fairclough et al., 2018, p.7).

Tanto assim é, que nos últimos seis anos, no site da “web of science.com”, surgiram entre 2016 e 2021, cerca de 700 artigos, em que o termo “paisagem urbana” (“urban landscape”) consta do título. Porém, os temas abordados referem-se, maioritariamente, a preocupações com o ambiente, (em cerca de 50% dos artigos), seja com a vegetação em meio urbano, com a sobrevivência e adaptação de espécies de animais em ambiente urbano, com a ecologia urbana,

com a temperatura urbana (e ilha de calor), com a poluição atmosférica, etc. Em menor percentagem, (cerca de 20%), os artigos referem-se a questões histórico-culturais, de preservação e conservação de elementos históricos e identitários, restauro do património, iluminação dos monumentos, iluminação de pontes e viadutos, praças históricas, rituais, festivais, entre outros aspetos. Os restantes artigos, em grande número (cerca de 30%), referem-se a aspetos relacionados com julgamentos estéticos, planeamento territorial, expansão urbana, morfologia urbana, espaços públicos, população (gangs, “sem abrigos”), valorização dos imóveis, saúde mental, crime, imagens de satélite, espaços públicos, arte urbana, iluminação pública, publicidade/”outdoors”, fotografia, ruído, entre outros temas variados, dos quais não foi possível extrair outra subcategoria mais evidente (Figura 20).

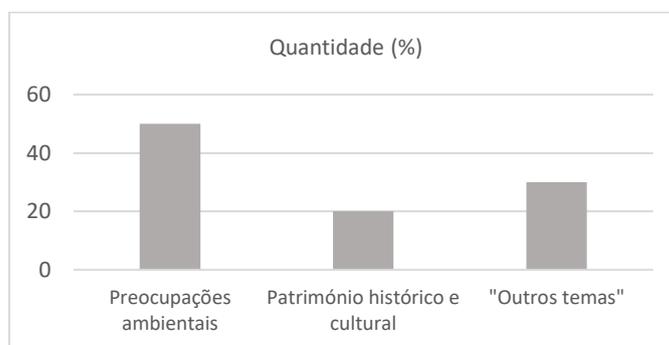


Figura 20 - Distribuição temática dos artigos científicos entre 2016-2022 dedicados à paisagem urbana (Fonte: autora)

Em artigos científicos, de Universidades de 35 países, relacionados com o tema da paisagem, referenciados neste trabalho, cerca de 55 % são provenientes da Europa, 20% das Américas (EUA, Canadá, Argentina), 10% da Ásia (China, Japão, Malásia, Indonésia e Taiwan), 8% do Médio Oriente (incluindo a Turquia, Irão, Omã), 6 % da Oceânia (Austrália e Nova Zelândia), e o restante 1% de países variados (como a Argélia e a Nigéria) (Figura 21).

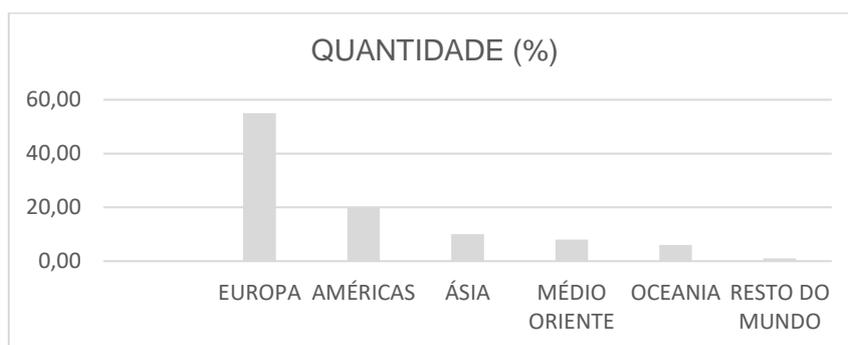


Figura 21 - Distribuição geográfica da origem dos artigos científicos dedicados à paisagem (Fonte: autora)

Na bibliografia foram encontradas sete abordagens diferentes ao tema da paisagem urbana - estética, sensorial/emocional, ecológica, cultural, morfológica, funcional, e económica -, o que dificulta a extração, e a conciliação das várias abordagens, sob uma só perspetiva.

Na Figura 22 estão representadas as interligações entre as diversas abordagens sectoriais relativas à paisagem.

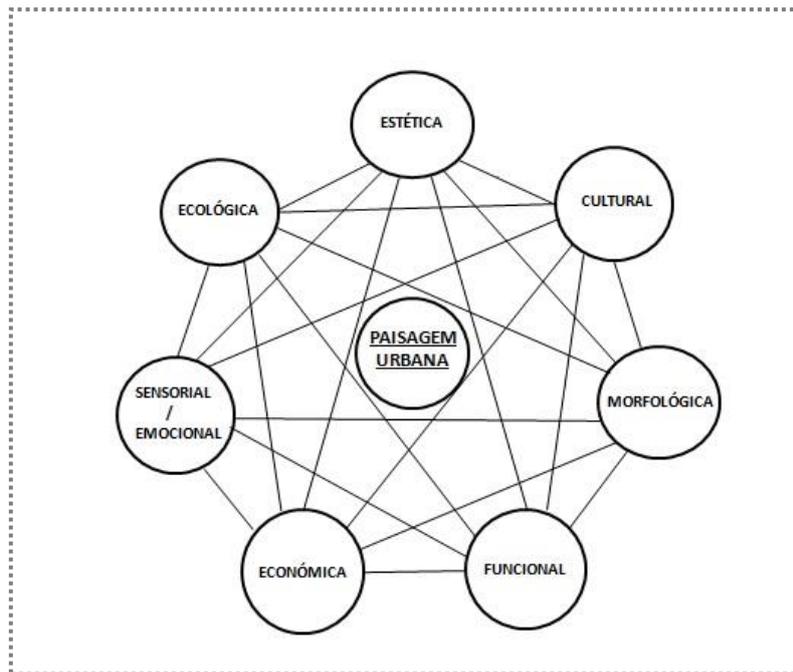


Figura 22 – Representação de diversas abordagens sectoriais à paisagem urbana, e respetivas relações (Fonte: autora)

O Quadro 1 apresenta as relações entre as várias abordagens, os diversos temas que se influenciam mutuamente, e os respetivos autores.

Quadro 1 - Relações entre as várias abordagens e os diversos temas que se influenciam mutuamente, e os respetivos autores. (Fonte: autora)

Interligação entre abordagens/Temas	Autor(es)
Estético ↔ Cultural A influência estética das mesquitas no “skyline” de Istambul Preferências estéticas de acordo com as diferentes culturas	(Bostanci et al., 2011) (Chen et al., 2016)
Estético ↔ Ecológico A qualidade estética associada a valores ecológicos e ambientais Valor estético relacionado com o “verde” urbano, corredores verdes, fachadas “verdes” A importância da estética na defesa dos valores ecológicos Relação entre a Estética e a ecologia Análise dos sistemas verdes lineares ao longo das ruas Avaliação estética da paisagem Avaliação estética abordada pela métrica da ecologia	(Daniel, 2001) (Lindemann-Matthies & Brieger, 2016) (Gobster et al., 2007) (Jorgensen, 2011) (Slegers & Brabec, 2014) (Steiner, 2011) (Tveit, 2009)
Estético ↔ Funcional Sinalização de informação comercial e de regulamentação Intervenções artísticas em viadutos Influência das qualidades estéticas nas áreas de recreio, consoante a função, composição e cores	(Crawford et al., 2015) (Leitão, 2017) (Polat & Akay, 2015)
Estético ↔ Económico Valor estético das vistas panorâmicas Valores estéticos associados ao turismo Aplicação ao turismo do valor estético das áreas urbanas Incorporação dos valores estéticos nos orçamentos dos projetos	(García & Rodríguez, 2015) (Kirillova et al., 2014) (Kowalczyk, 2012) (Wey et al., 2015)
Estético ↔ Sensorial/emocional Relação entre estética e ambientes restauradores Preferências estéticas versus qualidades estéticas Relação entre a componente afetiva e o julgamento estético Arte pública Ambientes restauradores e qualidade visual	(Galindo & Hidalgo, 2005) (Li et al., 2015) (Moratiel, 2017) (Motoyama & Hanyu, 2014) (Simonic, 2006)
Estético ↔ Morfológico Influência da forma dos “skylines” na beleza das paisagens urbanas	(Stamps et al., 2005)
Cultural ↔ Sensorial “Genius Loci” e património cultural Comportamentos antissociais e perceção de segurança	(Ciobota et al., 2015) (van der Leun & Koemans, 2013)
Cultural ↔ Funcional Identidade- mobiliário urbano Iluminação pública nos monumentos e nos espaços públicos Espaço público e criatividade urbana Diversidade de usos em bairros periurbanos A ideia de mistura social em planeamento Conservação da paisagem urbana histórica	(Allahdadi, 2017) (Alves, 2007) (Balula, 2011) (Grant & Perrott, 2011) (Sarkissian, 1976) (Whitehand & Gu, 2010)

Cultural ↔ Morfológico

Coesão social (sintaxe espacial)

(Oliveira, 2015)

Funcional ↔ Económico

Manutenção dos espaços públicos versus verbas para a manutenção

(Dempsey & Burton, 2012)

Funcional ↔ Sensorial

Aspetos funcionais que interferem nas escolhas e preferências das deslocações pedonais

(Alfonzo, 2005)

Relações sociais e qualidade de vida e saúde mental, versus tipo de espaço

(Baum & Palmer, 2002)

A importância do som em meio urbano

(Cerwén, 2016)

Prevenção do crime nas “smart cities”

(di Bella et al., 2014)

Efeitos restauradores das árvores em ruas

(Home et al., 2012)

Manutenção e percepção de segurança

(Hur & Nasar, 2014)

Expectativas dos utilizadores dos espaços públicos abertos versus limpeza, manutenção e segurança

(Lin et al., 2014)

Qualidades do meio ambiente na percepção de qualidade de vida dos residentes

(Mahdi et al., 2016)

A influência dos espaços com água e os respetivos efeitos terapêutico como um recurso de saúde pública (avaliação)

(Mishra et al., 2020)

Manutenção versus percepção do crime

(Monchuk et al., 2018)

Densidade residencial versus benefícios dos espaços verdes e atividades

(Nasar & Cubukcu, 2011)

Preferências de elementos físicos em áreas de lazer

(Ozer & Baris, 2013)

Funcional ↔ Morfológico

“Space syntax” – qualidade dos espaços públicos (manutenção, limpeza, segurança)

(Abbasi et al., 2016)

Bairros compactos e bairros pós-industriais versus funcionalidade

(Juárez & Vicente, 2016)

Utilização do espaço, movimentos como produto funcional ligado à forma urbana

(Oliveira, 2015)

Funcional ↔ Ecológico

Preenchimento dos vazios urbanos com o “verde”

(Camilletti, 2015)

Padrões de análise de desastres ecológicos, problemas ambientais e poluição industrial

(Chang et al., 2011)

Contribuição da vegetação para a qualidade de vida nas cidades (paisagem urbana ~ zonas verdes)

(Polat et al., 2017)

Irrigação dos relvados e nutrientes, e sustentabilidade

(Sisser et al., 2016)

Fachadas verdes e biodiversidade

(Teemusk & Mander, 2006)

Económico ↔ Sensorial/emocional

Valor económico das vistas nos preços dos imóveis

(Yamagata et al., 2016)

Económico ↔ Cultural

Crescimento económico por via do turismo, relacionado com a “marca” da cidade

(Casellas et al., 2010)

Económica- Morfológica

A morfologia urbana e os métodos de análise (incluindo os ciclos económicos da cidade) (Oliveira, 2015)

Sensorial ↔ Morfológico

Tipo de crime relacionado com o desenho urbano (Ceccato, 2014)

Pontos notáveis (skyline) e legibilidade (Kalin & Yilmaz, 2012)

Análise do crime, segurança pública e “sintaxe espacial” (Oliveira, 2015)

Ecológico ↔ Económico

Aumento do preço das casas função da proximidade a um espaço verde (Jim & Chen, 2010)

Sistemas de incentivos para a gestão sustentável da paisagem (Tagliafierro et al., 2013)

Ecológico ↔ Morfológico

Análise da morfologia urbana para identificação das áreas verdes (Gill et al., 2008)

Ecológico ↔ Sensorial/emocional

Redução do “stress” versus densidade de árvores (Jiang et al., 2014)

Ecológico-cultural

Serviços de ecossistemas culturais (Frank et al., 2013; De Rosa et al., 2016)

Nos subcapítulos seguintes apresentam-se alguns dos temas relacionados com as várias abordagens à paisagem urbana, recolhidos na bibliografia mais recente, considerados como os mais relevantes para a identificação dos critérios de avaliação de qualidade da paisagem urbana, a integrar o modelo de avaliação de qualidade proposto, apresentado no Capítulo 5.

3.1.1. Abordagem estética

A abordagem estética encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em três aspetos:

a) na arte urbana, b) nos padrões estéticos (ecológicos) e c) na avaliação (visual) estética da paisagem.

Esta abordagem tem a ver com a perceção de beleza da paisagem urbana, onde quer que ela se encontre: na composição dos elementos, nas volumetrias, nos materiais, nas cores, e na multiplicidade de aspetos relacionados com a estética da paisagem.

O adjetivo “belo” aplicado à paisagem, - “Que bela paisagem!” (Campos, 2015, p. 8) - certifica a respetiva dimensão estética (Arraes, 2017).

O vocábulo “estética” (usado preferencialmente como adjetivo, como por exemplo “preferência estética”, “juízo estético” “experiência estética”, ou “ponto de vista estético”, entre outros), é amplamente utilizado, e remete para o “belo” e/ou para a arte (Çelik et al., 2017). No entanto, a sua aplicação deverá ser devidamente enquadrada, por forma a não ser confundido com outros conceitos, tal como, Estética (enquanto substantivo), ou com obra de arte e Arte (Keshtkaran, 2019).

“Estética” (enquanto substantivo) é uma disciplina, um ramo da filosofia, surgido na segunda metade do século XVIII (Arraes, 2017), que estuda a beleza e os fundamentos da Arte, transmitindo um pensamento ou uma reflexão sobre o “belo” (Keshtkaran, 2019; Townsend, 1997). É um discurso filosófico sobre a experiência estética, ou seja, é como que a beleza materializada em ideias. A Estética não tem um objeto - é uma reflexão que excede a obra de arte - , ou seja, é um pensamento estético sobre a obra de arte (Paezthold, 2012). Nesta temática há três momentos a reter: a Estética, enquanto reflexão sobre o belo, a obra de arte, e a experiência estética (fruto da relação com a obra de arte, que pode ser positiva ou negativa). Pese embora não existir arte sem Estética, “Estética”, “Arte”, e “obra de arte”, são conceitos diferentes, e pertencem a universos distintos.

“Arte” é a estesia dos sentidos, e, quem sabe, é o que dá sentido à vida. Apesar da Estética se socorrer de exemplos, e fundamentar-se em observações sobre a Arte, passa para além da obra de arte - pode ter a ver, por exemplo, com conjuntos edificados (Dias, 2014), com a natureza, com a música (como a arquitetura sonora, com propriedades estéticas) (Moratiel, 2017), ou com uma relação introspetiva. Na relação do observador com a obra de arte, e apesar de haver sempre um ímpeto humano para falar dela (objeto), existe, todavia, uma margem grande para o silêncio; essa relação que se estabelece, é algo impossível de ser materializada por completo, de ser traduzida para uma linguagem verbal. A necessidade de contemplação de uma obra de arte (Figura 23), enquanto emanção da individualidade de um artista, impele para se falar dela. Contudo, a obra de arte fala por si, só é preciso saber ouvir, e deixar que o observador a interprete individualmente. Por isso, a experiência estética, enquanto contemplação de uma obra de arte, é uma experiência individual (Maciocco & Taliagambe, 2009), e é através da contemplação, interpretação e processamento da imagem, que se formam os julgamentos estéticos (Landry, 2017; Léon 2016), que podem conduzir ou não ao prazer estético, consoante

os julgamentos estéticos sejam positivos ou negativos. “Diferentes observadores terão distintas interpretações sobre uma mesma tela, ou dito em outros termos, terão diferentes discursos sobre o mesmo objeto contemplado” (Arraes, 2017, p.53).

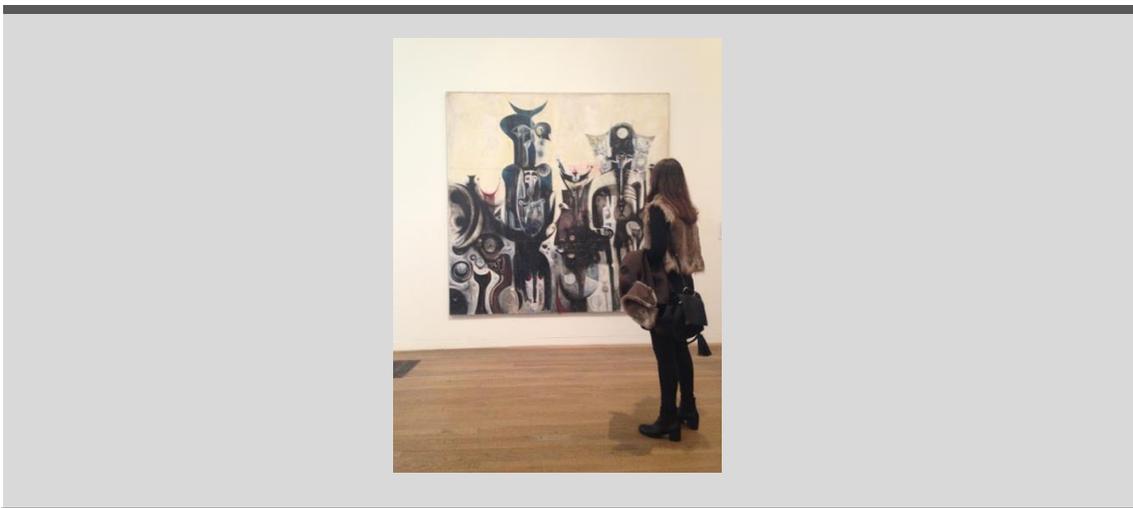


Figura 23 - Observação de uma obra de arte de Ibrahim Salah, Museu Tate Modern, Londres (2015) (Fonte: autora)

Vários autores alertam para a Arte, na base da construção da cidade e da paisagem urbana: Lynch (2011), descreve o “design” da cidade como uma arte temporal, uma construção no espaço, em grande escala, perceptível por longos períodos de tempo; Sitte (2013), assinala a necessidade da colaboração do talento de um artista (para além da ciência de um técnico), para que a cidade preencha os requisitos de proporcionar segurança e felicidade aos seus habitantes; e Cullen (2010), chama a atenção para “a arte da paisagem urbana” desenvolvida a partir da relação estabelecida pela existência de pelo menos dois edifícios próximos, e da experiência estética daí resultante.

Na medida em que existe uma percepção, uma leitura e uma decodificação da imagem, uma apreensão unitária de um conjunto de elementos, recebida pelo observador, e que provoca nele um conjunto de emoções e sensações, é possível comparar uma paisagem urbana, a uma obra de arte (Lindholm, 2012). Tal como o pintor, transmite para a tela, os sentimentos que lhe vão na alma (seja de melancolia, tristeza, medo, alegria, etc.), a pintura da paisagem é, dessa mesma forma, uma espécie de “emoção codificada em arte” (Arraes, 2017, p.40). Essa emoção, transmitida pelo artista através da obra de arte, ou sentida pelo observador, na contemplação da paisagem urbana, podem proporcionar uma experiência positiva (Habibi, 2017; Kirillova et al.,

2014), com benefícios que atuam diretamente sobre o bem estar humano, físico e emocional (Crawford et al., 2015; Galindo & Hidalgo, 2005).

a) Arte urbana

A arte urbana por exemplo, (Figuras 24), instalada nos espaços públicos, onde também se incluem os grafitis, (enquanto manifestação artística), seja pela novidade, ou pela complexidade que aporta, tem o intuito de tornar os espaços mais atrativos, e de proporcionar experiências estéticas positivas (Motoyama & Hanyu, 2014).



Figura 24 – a) Arte urbana em Bilbao (2008) e b) em Lisboa (2020) (Fonte: autora)

Algumas intervenções artísticas de autor incidem sobre viadutos, (tabuleiro e/ou pilares), como, por exemplo, os azulejos, de autoria do artista português Pedro Cabrita Reis, no viaduto da Avenida Marechal Gomes da Costa, no Parque das Nações, (Leitão, 2017), ou muros, por exemplo, através dos azulejos, que lhes conferem cor, brilho, e possibilitam, através da representação gráfica, a evocação da memória do local (como por exemplo os azulejos representativos de animais em Sete Rios, junto ao Jardim Zoológico). As obras de arte inseridas na paisagem urbana, tendem a evitar a fragmentação, resultante da existência destes elementos no espaço urbano, tais como, muros ou viadutos, e a integrá-los na envolvente na paisagem urbana (Leitão, 2017).

b) Padrões estéticos (ecológicos)

Kirillova et al. (2014) chama a atenção para que, no geral, e independentemente do tipo de análise, os julgamentos estéticos sobre a paisagem, têm sido reduzidos apenas à sua

funcionalidade, deixando de fora outros aspetos, que contribuem para a respetiva avaliação estética.

Outros autores, tais como Gobster et al. (2007) e Jorgensen (2011), referem-se aos padrões estéticos da paisagem, sustentando que a beleza não pode estar dissociada de uma avaliação estética e ecológica em simultâneo, ou seja, não pode haver uma avaliação estética da paisagem, sem se atender à existência dos valores da ecologia.

Segundo estes autores, é previsível que, uma vez que no século XXI, as preocupações são sobretudo ambientais, no futuro venha a existir uma maior abrangência do conceito de “estética-ecológica” aplicado à paisagem, em que a qualidade visual estética, tenha de atender também aos valores ecológicos (Jorgensen, 2011).

A “estética-ecológica”, é sustentada pela ideia, de que o que pode parecer bonito, pode não ser bom para o ambiente, e o que é bom para o ambiente, pode não ser bonito (Li & Nassauer, 2020), e, que os elementos que produzem benefícios ecológicos, podem não conduzir a paisagens esteticamente agradáveis, correndo o risco de não conseguirem subsistir. A compatibilidade de ambos os aspetos, estéticos e ecológicos, pode ser obtida, por exemplo, num parque urbano com flores coloridas, esteticamente atrativas, e que são essenciais para os insetos e aves fazerem a polinização e para a consequente conservação da biodiversidade (Gobster et al., 2007).

Gobster et al. (2011), defende que é necessário alinhar os objetivos estéticos com os ecológicos, chegando a colocar a estética da paisagem, como um serviço de ecossistema, ou seja, como um serviço ecológico da paisagem (Termorshuizen & Opdam, 2009).

Na mesma linha de pensamento, ou seja, dos aspetos ecológicos, “uma paisagem é bela quando é ordenada, no sentido em que não exista uma sobre exploração, ou alteração dos parâmetros biofísicos em presença” (Pessoa, 2018, p.93). No entanto, a posição do público não é clara quanto a este aspeto, ou seja, se por um lado, prefere paisagens que apresentam um aspeto natural, (e consequentemente mais ecológicas), mostrando uma posição favorável à preservação da natureza, por outro, em meio urbano, demonstra um maior apreço por arranjos paisagísticos mais artificiais, e consequente com menor biodiversidade (Khew et al., 2014; Özgüner et al., 2007).

c) Avaliação estética (formal e simbólica)

Embora não seja simples escolher o melhor método para medir o valor estético da paisagem urbana (Kowalczyk, 2012), há essencialmente dois tipos de abordagens estéticas: a) a formal (ou objetiva), realizada por peritos, em que a avaliação estética é realizada pelas características do projeto e desenho urbano, e b) a simbólica (ou subjetiva), realizada por “não peritos”, isto é, pelos observadores da paisagem, nomeadamente pelas suas preferências, quanto à atratividade e beleza cénica dos lugares (Crawford et al., 2015; Galindo & Hidalgo, 2005; Keshtkaran, 2019). O paradigma formal, objetivista, é baseado no facto da beleza se centrar no objeto, ou seja, a beleza é vista como “uma qualidade intrínseca da paisagem” (Keshtkaran, 2019, p. 149).

A avaliação estética formal à paisagem urbana, realizada por peritos, pode ser uma tentativa de racionalização do valor estético, na medida em que pretende quantificar a análise visual estética (Bostanci et al., 2011); contudo, tem sido a análise mais utilizada até recentemente (Frank et al., 2013).

A este propósito, e no sentido da análise formal estética, interessa referir, por curiosidade, a existência, no início do século XX, em Portugal, da Comissão de Estética, criada no Porto (1913-1934), e posteriormente, o Conselho de Estética e Urbanização (1934), em cujos membros se incluía, o Presidente da Câmara, o Diretor da Escola de Belas Artes do Porto, representantes da Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal, da Sociedade de Arquitetos do Norte e o engenheiro-chefe da Secção de Edifícios da Câmara Municipal do Porto, e que emitiam um parecer, do ponto de vista artístico, sobre os projetos de edificado que lhes eram submetidos, todos os edifícios a construir, ou reconstruir, e pronunciavam-se sobre projetos urbanísticos e construção de monumentos, de iniciativa pública; paralelamente em Lisboa, em 1933, existia o Conselho de Estética Cívica (1933-1935), em cujos membros, se incluía, o Presidente de Câmara, os Vereadores dos Pelouros de Urbanização e dos Serviços Culturais, e o Chefe do Conselho de Arquitetura da Câmara, que tinha por fim emitir parecer, sobre os problemas estéticos, em questões relacionadas com as transformações a realizar na cidade, de forma a evitar quaisquer atentados à arte, à tradição ou à história da capital (Campos, 2015).

A análise formal estética da paisagem proposta por alguns autores, identifica vários tipos de atributos da paisagem, como por exemplo, as linhas, as formas, as cores (Keshtkaran, 2019), a proporção, o ritmo, a escala humana, a complexidade (diversidade visual), a iluminação, as sombras, a ordem, as simetrias, o equilíbrio, a “clareza”, (como antítese de “confusão”) (Bostanci et al., 2011), a coerência, a variedade, a legibilidade e a abertura do espaço (Slegers & Brabec, 2014).

Por outro lado, a abordagem simbólica, subjetivista, considera que a beleza está no olhar e no conhecimento de quem observa a paisagem, e assenta na percepção do observador, e nas suas preferências estéticas (Frank et al., 2013; Galindo & Hidalgo, 2005; Kirillova et al., 2014), ou seja, “a beleza é uma qualidade aos olhos do observador” (Keshtkaran, 2019, p. 150).

A avaliação estética simbólica, analisa os resultados da interação entre a paisagem e o observador, e das suas preferências, baseadas no contexto sociocultural, seja através dos estudos das experiências estéticas, dos comportamentos e escolhas individuais, ou através de questionários de interpretação visual (Saraiva, 1995).

A subjetividade associada à avaliação da paisagem urbana, pode conduzir, a que, uma paisagem, podendo até ser feia, seja considerada interessante, pelo caos, pela confusão, e pela complexidade, ou ainda, a que, a beleza se possa encontrar nos materiais mais “pobres”, e não nos mais nobres. Ou seja, a beleza e o interesse, por motivos diferentes, são ambos aspetos estéticos da paisagem (Crawford et al., 2015).

Pese embora, existirem os dois tipos de análise estética da paisagem, há uma tendência para, no virar do século XXI, haver uma fusão entre a abordagem formal e a avaliação simbólica, para melhor ter em conta a qualidade visual estética da paisagem (Daniel, 2001), ou seja, a análise pericial, pode, ser complementada, com outros métodos de análise subjetiva realizada por “não peritos” (Daniel, 2001; Keshtkaran, 2019).

3.1.2. Abordagem sensorial e emocional

A abordagem sensorial e emocional encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em quatro aspetos: a) nos sentidos (visão, olfato, audição e tato), b) na legibilidade, curiosidade e segurança, c) nos ambientes restauradores e d) no “lugar” e apego ao lugar.

Quando a paisagem “sai” da imagem, deixando de lado as suas componentes visuais e estéticas, estritamente, e produz efeitos diretos sob o indivíduo, com as respectivas consequências, atuando diretamente sobre os sentidos e as emoções, e influenciando as preferências individuais, sobressaem as componentes sensorial e emocional.

As abordagens sensoriais e emocionais estão ligadas, dado que o sistema sensorial humano, está intimamente relacionado com as emoções (Gobster et al., 2007).

a) Os sentidos (visão, olfato, audição e tato)

A beleza da paisagem, que se capta quando se anda na rua, ou se avista da janela, está presente na vida quotidiana (Chen et al., 2016). A experiência estética, ocorre quando há uma primazia da visão, relativamente aos outros sentidos (Léon, 2016), e a contemplação visual da paisagem urbana, pode exercer um efeito positivo sobre o bem-estar emocional dos cidadãos, envolvendo duas dimensões emocionais, excitação e prazer (Galindo & Rodriguez, 2000).

A paisagem “é uma realidade que só existe como tal, quando há alguém para ver e interpretar” (Fadigas, 2011, p.124). Contudo, a paisagem urbana pode ser analisada sob o ponto de vista sensorial, através de um, ou de todos, os seus sentidos, visão, olfato, audição e tato, exprimindo a relação do ser humano com o seu território.

Há uma dimensão sensorial da paisagem urbana, fruto da relação do indivíduo com o que vê, com o que cheira, com o que ouve, com o que toca, seja pelas diferentes texturas, pela sensação do vento, pelos pavimentos escorregadios, ou pelas mensagens que se retira das cores, dos sons, dos cheiros, do clima, da luz. Também existe uma dimensão sensorial, fruto da relação do indivíduo com o que não vê, ou seja, com as mensagens impercetíveis dos campos eletromagnéticos, das linhas dos telemóveis, das televisões, do rádio, da iluminação pública, que constituem elementos, capazes de atuar sobre o equilíbrio natural das células do indivíduo, que somadas, são experienciadas, sensorial e emocionalmente, e que transmitem informação acerca da paisagem urbana (Landry, 2017; Léon, 2016).

O cheiro e o ruído são aspetos facilmente memorizados e processados mentalmente, cujo efeito pode prolongar-se pelo tempo, e deixar uma marca pesada sobre a paisagem urbana, seja pela positiva, por exemplo, “a fragrância de árvore adiciona um sentimento agradável relativamente ao meio ambiente” (Gao & Liu, 2021, p.8), ou pela negativa, quando invadida por cheiros

desagradáveis, (como, por exemplo, aqueles provenientes de indústrias, de celulose, de produção animal suína, ou de aterros sanitários, de estações de tratamentos de águas residuais, dos odores petroquímicos, ou de dióxido de carbono concentrado proveniente dos tubos de escape de automóveis) (Landry, 2017; Mascarenhas, 2018; Wen et al., 2015).

A avaliação de um local está muito relacionada com os sons que se ouvem, e dependendo do contexto, pode ter uma resposta emocional forte, agradável, nomeadamente, através dos sons da natureza, e que transmitem tranquilidade (Cerwén, 2016), (Figura 25), ou uma resposta, emocional e sensorial, desagradável, fruto de ruído do tráfego em viadutos, pontes e autoestradas. Por outro lado, pessoas que estão habituadas aos sons da cidade, e dos automóveis, podem não sentir-se confortáveis, com ruas pedonais, silenciosas (Dias, 2014).



Figura 25 - Órgão do mar, em Zadar, Croácia (2017) (Fonte: autora)

Certas paisagens podem ser bastante repulsivas, pelo facto de serem muito ruidosas, (sobretudo devido ao tráfego automóvel, e às atividades de diversão noturna), causando perturbações do sono, alterações de humor, de concentração, ou de comunicação. Por outro lado, há aquelas paisagens urbanas, que, ao serem totalmente desprovidas de som, podem provocar distúrbios nervosos, pela ausência de qualquer tipo de ruído citadino normalmente existente (Carles et al., 1999; Dias, 2014), e outras podem ter sons agradáveis como por exemplo “o som do Big Ben a indicar as horas é claro e bonito” (Gao & Liu, 2021, p.8).

O tato, é um sentido, que é ativado pelo contacto com as várias texturas do tecido urbano, cujos materiais podem ser desagradáveis, nomeadamente, aos movimentos pedonais, pelas calçadas empenadas ou escorregadias, perigosas para o andar, que causam sensações de medo, de quedas, e insegurança. As várias texturas nos pavimentos (betão betuminoso, cubos de calçada

grossa e miúda, gravilha, relva, etc), servem para evidenciar diversos tipos de usos, marcação de tipos de vias, pedonais, para veículos, ou para parques infantis (Tandy, 1981).

b) Legibilidade, curiosidade e segurança

Da mesma forma que os animais que se orientam pelo cheiro, forma, cor, movimento, luz ou tato, no ambiente onde habitam, também os cidadãos se orientam pelos sentidos, e pelos elementos visuais, auditivos, olfativos e táteis, importantes para a orientação e navegação na cidade. A legibilidade da cidade, e a capacidade de manter a orientação no meio urbano, tem a ver com a informação disponível, dada por exemplo, pela estrutura dos quarteirões, pelas cores, pelo contraste dos objetos, pela existência de pontos notáveis (como, por exemplo, os monumentos, edifícios notáveis, ou as torres das igrejas), que possibilita a leitura do espaço (Hunziker et al., 2007; Kalin & Yilmaz, 2012; Lynch, 2011).

Por outro lado, a complexidade em meio urbano, proveniente da riqueza de informação, proporcionada pela variedade da estrutura física, e do respetivo conteúdo, (provenientes da diversidade, em termos de número de diferentes itens, e frequência, das linhas, formas, texturas, das cores, de tipos de edifícios, de estilos arquitetónicos, do mobiliário urbano, e da atividade humana), influencia positivamente o valor estético da paisagem urbana, devido ao potencial de exploração que transmite, desperta a curiosidade, e apela aos sentidos (Berman et al., 2015; Bostanci et al., 2011; Bryant, 2006; Ramos et al., 2009). Segundo Cullen (2010) essa experiência, também pode ser conseguida, a) por uma “visão serial”, (pelo visionamento de uma sequência de cenas de rua), b) por ambientes que envolvam mistério, (ou seja, pela possibilidade de obtenção de mais informação na cena seguinte), mais perceptível em ruas com curvas do que em ruas retas (“o que se vê no início da rua para o fim da rua? muito? pouco?”), e c) pela surpresa, ou seja, pela experiência a ser vivida “após a curva”, e relacionada com a experiência atual, relativamente à experiência anterior (Nasar & Cubukcu, 2011).

A desorientação, (ou incerteza geográfica), cria uma sensação de ansiedade, de medo, de dissabor, na experiência de viver a cidade (Bostanci et al., 2011; Kalin & Yilmaz, 2012).

A perceção de segurança, traduz a sensação de se estar protegido de perigos, que põem em risco a vida humana. Na cidade, esta perceção está relacionada com o desenho urbano, com a presença de determinado tipo de população, e com a manutenção do espaço público (Ramos et

al., 2009). Certos tipos de morfologia urbana, contribuem para elevadas taxas de crime, como, por exemplo, as zonas de fraca visibilidade, e de orientação, e de possibilidade de fuga por parte do criminoso (Ceccato, 2014), ou artérias, que permitem a circulação automóvel, de velocidades consideradas despropositadas para o local. Ruas com um número razoável de lojas, e de lugares públicos, abertos ao fim da tarde e de noite (Juárez & Vicente, 2016), com bastante utilizadores dos espaços públicos (Jacobs, 1992), transmitem uma percepção de segurança maior, do que os próprios meios materiais, afetos à garantia efetiva da segurança (Van der Leun & Koemans, 2013). Os espaços verdes públicos, para a sua plena utilização, devem permitir a sensação de segurança, seja pela sua localização, pelo modo como está conservado e mantido (sem sinais de vandalismo e de lixo), pela abertura visual (possibilidade de visualização de todo o espaço, sem obstrução), e pela presença humana (jardineiros ou cuidadores dos espaços). “O espaço verde não pode apenas ser seguro, mas tem de parecer seguro” (Ramos et al., 2009, p.135).

A prevalência do crime, e do vandalismo, em áreas associadas à delinquência, ameaçadoras para a população residente (Day, 2016), estão, normalmente, relacionados, com a existência de edifícios sujos, pintados com “tag’s” (rabiscos), vidros partidos, automóveis abandonados, mobiliário urbano delapidado, falta de iluminação, de propriedades vazias e abandonadas, e pouca iluminação pública (Baum & Palmer, 2002; Ramos et al., 2009).

A percepção de insegurança, advém igualmente de outros motivos, como por exemplo da existência de determinado tipo de população, (seja de uma minoria étnica, de “sem abrigo”, de “gangs”, de toxicodependentes, ou relacionados com a prostituição), associada a determinadas atividades ilícitas, e em particular, os “sem abrigo”, por se tratarem, sobretudo, de indivíduos normalmente pobres e marginais, e por poderem ter problemas mentais, de alcoolismo ou abuso de drogas (Van Leeuwen, 2018).

c) Ambientes restauradores

Existe uma preocupação crescente em compreender as relações entre o ambiente urbano e os problemas associados à saúde mental dos cidadãos (Evered, 2016), sendo que “a paisagem urbana pode ter valor para a população, como uma fonte de satisfação e um possível efeito restaurador para o “stress” da vida quotidiana” (Nasar, 1998, p. 2).

Os ambientes restauradores representam o conjunto de elementos ambientais, capazes de repor as capacidades cognitivas, e de recuperar da fadiga mental, causada por uma exposição prolongada ao "stress", potenciado pelos elementos existentes em meio urbano (Kaplan, 1995; Ulrich et al., 1991).

Há duas teorias complementares, que contribuíram para a elaboração do conceito de ambientes restauradores: a) uma, de Ulrich (1991), a da "Recuperação psicofisiológica ao "stress", ligada à redução do "stress", que assenta no pressuposto de que experiências, em ambientes físicos agradáveis, provocam emoções positivas, diminuem os pensamentos negativos, mantêm o estado de atenção não vigilante, e que aponta para que, em meio urbano, os elementos naturais, tais como a água e a vegetação, promovem a recuperação psicofisiológica ao "stress", enquanto que, por outro lado, o ruído, a poluição do ar, os fluxos constantes e a concentração populacional, constituem elementos provocadores de "stress"; e b) a teoria da restauração da atenção do casal Kaplan, a "ART" - Attention Restoration Theory) (Kaplan, 1995) -, que assenta no pressuposto de que o ser humano, após muitas horas de atenção e concentração, ou de exposição ao "stress" da vida quotidiana, experimenta um processo de fadiga cerebral (isto é, de uma sobrecarga de informação para o cérebro), e conseqüente quebra de atenção; a Teoria defende que a restauração da atenção, pode ser recuperada através i) de estímulos esteticamente agradáveis, que possibilitem a reflexão e introspeção, ii) do "afastamento" geográfico ou psicológico das atividades diárias, iii) da ausência de necessidade de atenção focalizada e/ou iv) da localização numa envolvente coerente, que permita a identidade e o sentido de pertença (Kaplan, 1995).

Estímulos agradáveis, como por exemplo, simplesmente a exposição a cenários da natureza (à contemplação de um por de sol, do movimento que o vento imprime às folhagens das árvores, dos raios de sol a trespassar os ramos e das árvores, das folhagens de cores variadas, de um plano de água), ou ainda ouvir os sons da vida selvagem, ou sentir o cheiro da terra molhada, promovem benefícios físicos, e mentais, e a recuperação do "stress" (Chen & Xu, 2016).

Ambientes com este tipo de elementos, e que proporcionam este tipo de experiências, aumentam o bem-estar, diminuem a ansiedade, promovem emoções positivas, ajudam a recuperar de tensões, e dos problemas do dia-a-dia, permitem recuperar física e, emocionalmente, de situações psicologicamente negativas (Kaplan, 1995; Hunter & Askarinejad, 2015; Loureiro & Lima, 2013; Ramos et al., 2009; Ulrich et al., 1991). Em ambiente urbano, a água (livre ou

confinada), é um elemento essencial em termos de efeitos restauradores, sendo a sua simples existência mais importante do que a quantidade de água em presença (Alfonzo, 2005; Berman et al., 2015; Mishra et al., 2020). A água é um ponto focal, que funciona como um ímã ao olhar, nos seus múltiplos tipos e formas, quer se trate de água doce (lagos naturais ou artificiais, rios) (Figura 26), quer de água salgada (mar) (Tandy,1981). No entanto, e apesar da presença das zonas ribeirinhas terem um elevado valor paisagístico e ecológico, a existência de um grande plano de água, tal como o estuário de um rio, não é o elemento aquífero mais atrativo, segundo as preferências do público (Saraiva, 1995).



Figura 26 – a) Lago em jardim, e b) canal em Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora)

Os espaços verdes nas proximidades das habitações, de áreas relativamente pequenas (de, aproximadamente, 5 500 m²) (Alexander et al., 1977), com árvores, arbustos, relvados e/ou com flores com cores (Figura 27), têm um papel fulcral, por providenciarem múltiplos benefícios sensoriais, emocionais, tal como o relaxamento, e conseqüentemente, efeitos terapêuticos, que se refletem no aumento da qualidade de vida dos cidadãos, e na diminuição dos problemas de saúde (Kabisch & Haase, 2014; Lee et al., 2017; Pala et al., 2020). Com efeito, “evidências empíricas, salientam a importância das funções sociais e psicológicas, desempenhadas pelos espaços verdes urbanos” (Ramos et al., 2009, p.114).

As árvores, em particular, são apontadas como um dos elementos preferidos dos cidadãos, em termos de embelezamento das ruas (Alfonzo, 2005; Chen & Xu, 2016), e da atenuação da sensação de desconforto, causado, por exemplo, por excesso de “outdoors” e “placards” de publicidade (Lee & Huh, 2020).



Figura 27 - Ruas com flores coloridas em Braga, Portugal (2014) e em Catânia, Itália (2012) (Fonte: autora)

Por outro lado, os elementos desagradáveis do ambiente biofísico, tal como o ruído, (em particular, proveniente do trânsito automóvel), a poluição atmosférica, os cheiros dos tubos de escape, as difíceis condições climatéricas, e os elementos desagradáveis do ambiente social, tal como a elevada densidade populacional, a intensidade de atividades e de fluxos, (provenientes de mercados, cafés e/ou espaços comerciais), a fraca acessibilidade e/ou mobilidade, constituem elementos provocadores de “stress”, de fadiga e de desgaste psicológico, e/ou de doenças respiratórias (Evered, 2016; Home et al., 2012; Jiang et al., 2014; Lee et al., 2017; Mahdi et al., 2016; Pala et al., 2020).

d) “Lugar” e apego ao lugar

Do ponto de vista emocional e afetivo, a paisagem urbana oferece um conjunto de elementos socioculturais, (estátuas, placas comemorativas, festas populares), e arquitetónicos, (monumentos e edifícios icónicos), que são assimilados, individual e socialmente, pela comunidade que se identifica com eles, que lhe confere um sentido de lugar (Hunziker et al., 2007).

Um “lugar” é um espaço imbuído de significado, devido às relações entre o indivíduo e o meio ambiente, e às experiências humanas que comporta. Tal como uma casa não é um lar, se não refletir a identidade de quem lá vive, um espaço só será um lugar, se existir presença e atividade

humana (Adejumo & Adebamowo, 2012), e nele transparecer, uma manifestação da cultura local (Ujang & Zakariya, 2015).

Um lugar é resultante de uma experiência emocional forte, criada pela própria vivência do espaço, ou a partir de um conjunto de memórias, provenientes de uma ideia construída individualmente, (transmitida, por exemplo, por livros ou por filmes), em que é formada uma imagem mental do lugar, como que uma ilusão de conhecimento do território, de ligação do indivíduo àquele espaço (Cheshmehzangi & Heat, 2012; Relph, 1987).

“Genius Loci” (expressão em latim, que representa o espírito de um lugar) evidencia o conjunto dos elementos diferenciadores, e que constituem a identidade do lugar, ou seja, o conjunto de características que permanecem apesar das variações temporais, culturais e políticas, de uma sociedade, que são transmitidas às gerações futuras (Ciobota, 2015; Magalhães, 1994).

Existem relações intangíveis que se criam entre o indivíduo e o lugar, que promovem sentimentos de orgulho, autoestima e de pertença, nomeadamente através da identidade, que define, identifica, e distingue os indivíduos, e a sua relação com o espaço, (relativamente, por exemplo, ao sítio onde nasceram e/ou onde vivem), e para as quais contribuem as características individuais, as características dos grupos e as características dos lugares (Saraiva et al., 2017). Estes sentimentos surgem, em particular, quando estão envolvidas atividades culturais, históricas ou sociopolíticas, com significados construídos e partilhados socialmente, e aos quais são, geralmente, associados, sentidos de "propriedade" e de "territorialidade". Estes sentimentos são tanto maiores, quanto maior for o tempo nele despendido, (como, por exemplo, nos espaços mais utilizados em criança, ou em atividades de lazer) (Hunziker et al., 2007; von Wirth et al., 2016). O apego a um lugar depende do grau de envolvimento, entre um indivíduo e o meio envolvente, ou seja, depende da intensidade, da duração e da frequência dessa ligação. Os laços afetivos, e o grau de familiaridade elevado, que se estabelecem, entre os cidadãos e a zona geográfica onde se inserem, fazem com que os utentes, revelem um conhecimento profundo sobre os lugares, o desejo de manter a proximidade com o espaço, de preservar a respetiva identidade (Ujang & Zacharias, 2015), e manifestem preocupações acrescidas com o lugar (Brandão, 2008; Galindo & Hidalgo, 2005).

Este sentimento, de apego ao lugar, de existência de laços sociais, de relações de vizinhança fortes, verifica-se, quando existe uma estabilização da composição social, ou seja, quando não

há uma sistemática alteração dos padrões sociais ao longo do tempo, como, por exemplo, as mudanças do número dos indivíduos que constituem o agregado familiar, ou do envelhecimento da população. Com efeito, uma flexibilização, da oferta de tipos de habitação, de conversão dos existentes, de adequação dos sistemas de infraestruturas, e repartição das áreas de habitação, permite a transição e adaptação para as mudanças da composição social, e do ciclo de vida das famílias (Bonenberg, 2015).

3.1.3. Abordagem ecológica

A abordagem ecológica encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em três aspetos: a) na biodiversidade em meio urbano, b) nos elementos naturais, nos elementos “verdes” e os “azuis”, (ou seja, a vegetação e a água), e c) nos serviços de ecossistemas e serviços da paisagem.

A abordagem ecológica à paisagem urbana revela preocupações pela sustentabilidade dos ecossistemas nas cidades, ou seja, pelo conjunto formado pelos seres vivos que habitam uma determinada região, e dos fatores abióticos, (como, por exemplo, a luz, radiação solar, o vento, a água, o tipo de solo), que influenciam essas comunidades.

Esta abordagem coloca a paisagem urbana como parte de um grande ecossistema, onde há funções e processos sistémicos, ou seja, processos que trabalham juntos, em direção a um objetivo comum, processos abrangentes, que incluem todas as atividades, e uma relação entre o ser humano e todos os outros seres vivos, que com ele partilha o espaço urbano.

a) Biodiversidade em meio urbano

As cidades representam ambientes onde os efeitos negativos das atividades humanas alteram as condições do “habitat” natural de muitas espécies animais, e vegetais, e causam uma diminuição gradual dos ecossistemas naturais (Gordon et al., 2009; Jokimäki et al., 2011) e da biodiversidade, ou seja, da variedade e variabilidade, (no sentido de mobilidade), de organismos vivos, e dos respetivos tipos de “habitats” (Bryant, 2006). As cidades são ambientes muito dinâmicos, e como tal devem ser monitorizados, para assegurar a compatibilização do desenvolvimento urbano, com a conservação da natureza, dos múltiplos objetivos em jogo, e evitar desastres ecológicos (Chang et al., 2011; Lookingbill et al., 2007; Ujang & Zakariya, 2015).

A fragmentação da paisagem urbana influencia a reprodução dos animais, a respetiva taxa de mortalidade, e a dispersão das espécies, que tendem a procurar outros territórios. No entanto, e apesar do meio urbano ser pouco atrativo, algumas espécies adotam-no, por um lado, pela degradação do mundo rural, e por outro, pela existência de pontos de refúgio nas cidades, tal como os edifícios abandonados, ou as pequenas ilhas em rios, que servem de proteção contra os predadores e de garantia de alimento no inverno (Mascarenhas, 2018), adaptando-se e ajustando as suas preferências alimentares, ou estendendo o seu período de reprodução (Jokimäki et al., 2011). Uma forma de promover a biodiversidade em meio urbano, é através da instalação de ninhos artificiais, da construção de muros com irregularidades, saliências ou cavidades, para a instalação de espécies de aves, ou da colocação de determinado tipo de vegetação, atrativa para determinadas espécies, (aves ou reptéis), ou pela existência de elementos com água, natural, em ribeiras ou lagos, ou artificializada, em fontes ou tanques, que são locais muito procurados por vários tipos de animais (Ramos et al., 2009).

b) Elementos naturais

Os elementos “verdes” e os “azuis” (ou seja, a vegetação e a água) servem de corredores de ar fresco, e ajudam na circulação do ar em ambientes urbanos (Hussain et al., 2015).

A existência de rios e colinas, e de vegetação, nos limites da cidade, e em meio urbano, ajudam na vitalidade e diversidade ecológica (Hong et al., 2011), e na gestão da capacidade de retenção dos recursos naturais (Gill et al., 2008; Ives & Kelly, 2015). As árvores são dos elementos naturais, que mais contribuem para um meio ambiente saudável, e ecologicamente equilibrado, quer pela produção de oxigénio, redução de partículas em suspensão no ar, regulação microclimática, da temperatura, do efeito da ilha de calor, das tempestades, das emissões de CO₂ (e conseqüente aumento da qualidade do ar), e do ruído (Camilletti, 2015; Önder et al., 2017; Ramos et al., 2009). As espécies vegetais autóctones, são as mais adaptadas ao clima do local, e as que mais contribuem para a sustentabilidade ecológica, porque necessitam de menor manutenção, e cumprem melhor as funções, por exemplo, de ensombramento (García, 2016). Não é recomendável plantar vegetação que não é própria do local, criar “paisagens pseudo-tropicais, na base de relvados extensos (...)” em climas mediterrânicos (Pessoa, 2018, p. 97),

sob pena, de tal, não ser sustentável, para as Autarquias (pela necessidade acrescida de água para a rega), e para o ambiente (Pessoa, 2018).

Embora, em termos visuais, haja uma tendência para a colocação de fileiras de árvores, todas da mesma espécie, por razões ecológicas, nomeadamente, de doença específica de uma determinada espécie, é recomendável plantar árvores de espécies diferentes (Camilletti, 2015).

Os parques “verdes” contínuos, ou os “corredores verdes”, são uma ferramenta de planeamento e de desenho urbano, para proteção de espécies, e dos recursos naturais (Bryant, 2006; Ribeiro & Barão, 2006). Ajudam a melhorar a drenagem urbana, a potenciar uma melhor gestão da água, a controlar a temperatura urbana, a evitar a erosão do solo, e a facilitar a conservação da biodiversidade (Chang et al., 2011).

As “coberturas verdes”, as “fachadas verdes”, e os edifícios com varandas ajardinadas (Figura 28), são outras das medidas que permitem incorporar o “verde” em meio urbano. Servem para uso recreativo, decorativo, ou para criar estruturas urbanas de suporte de ocorrência de transações ecológicas. Ajudam a reduzir o ruído, e a ampliar os sons da natureza, (o som do vento na folhagem, o canto dos pássaros), a mitigar o efeito de ilha de calor, (causador de “stress”, de doenças, e de agravamento da poluição atmosférica), reduzir as amplitudes térmicas nos edifícios, (e consequentes consumos energéticos), e a diminuir a velocidade de escoamento da água, e aumentar a retenção da água de escorrência da chuvas para posterior utilização na rega (Dempsey & Burton, 2012; Lindemann-Matthies & Brieger, 2016; Saraiva et al., 2009; Teemusk & Mander, 2006; Yu et al., 2016).



Figura 28 - Fotografias de um edifício residencial com varandas arborizadas e jardins, a) e b), Singapura (2018)
(Fonte: autora)

Nos espaços públicos, e sobretudo nos jardins e nos parques, é preferida a presença de flores do tipo “prado”, se possível, com mistura de cores, autóctones, e bem mantidas, plantadas preferencialmente de forma livre, sem ser em vasos (Lindemann-Matthies & Brieger, 2016; Ozer & Baris, 2013) (Figura 29); e ainda, a existência de fontes, com água potável, para proteção contra as condições atmosféricas extremas, de calor (Alfonso, 2005).



Figura 29 – Fotografia de flores tipo “prado”, num jardim de Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora)

c) Serviços de ecossistemas e serviços da paisagem

Outra preocupação presente na abordagem ecológica prende-se com os serviços de ecossistemas. As estruturas biofísicas têm funções, (que existem independentemente da ação humana), que prestam serviços à sociedade, das quais são obtidos benefícios, que decorrem dos elementos biofísicos, tais como, os parques urbanos, os corredores verdes, etc, e às quais pode ser atribuído um valor monetário em termos de “disponibilidade para pagar”, (“willingness to pay”, na terminologia inglesa), por esses serviços. Em meio urbano, os serviços de ecossistemas, que prestam serviços à sociedade, podem ter funções ambientais, por exemplo, de regulação do clima, de cheias, ou de ilha de calor, de produção de alimentação (hortas urbanas), ou funções educacionais, (tal como, por exemplo, de informação ambiental), entre outros (Potschin & Haines-Young, 2011; Termorshuizen & Opdam, 2009).

Os “Landscape Services” (serviços de paisagem) existem apenas pela presença humana, como por exemplo, serviços estéticos, relacionados com a beleza da paisagem, com a apreciação estética da natureza, ou de vistas, ou culturais, tais como, o enriquecimento espiritual, o desenvolvimento cognitivo, a reflexão, a introspeção, o recreio (Afiyanita & Kaswanto, 2021; D. La Rosa et al., 2016).

3.1.4. Abordagem funcional

A abordagem funcional encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em quatro aspetos: a) na diversidade de usos, de unidades comerciais e de população, b) na manutenção do edificado e do espaço público, e poluição visual, c) nos tipos de espaços públicos, e d) na funcionalidade do espaço público.

A Carta de Atenas (1933), e Le Corbusier, em particular, (em inícios do século XX), contribuíram para a ênfase atribuída à vertente funcional da cidade, com a defesa do zonamento no planeamento urbano, e a distribuição de diferentes áreas consoantes os usos, residencial, comercial, industrial e cultural (Keshtkaran, 2019), apoiado na cultura de utilização do automóvel, e da construção de grandes vias rodoviárias.

A abordagem funcional à paisagem urbana encontra-se ligada ao uso e à possibilidade de usufruto, dos elementos existentes na cidade, como resposta às necessidades básicas do ser humano, como, por exemplo, a habitação, os serviços, os transportes e o lazer. Traduz aspetos relacionados com o metabolismo da cidade, com os processos que nela existem, com as trocas, com os sistemas, que fazem com que seja possível a vida do ser humano urbano. Neste âmbito, há várias preocupações abordadas na bibliografia, com maior predominância, seja no que se refere à diversidade de usos (residencial, serviços e comércio), à manutenção do edificado e do espaço público, às características e tipos de espaços públicos, aos elementos naturais (vegetação e água), à iluminação pública e às novas tecnologias.

a) Diversidade de usos, de unidades comerciais e de população

A diversidade de usos, evidenciada pela variedade de edificado, com fins residenciais, de serviços, e de comércio, de densidades volumétricas diversas, adiciona contrastes na forma, na cor, e nas texturas, evitando que a cidade se apresente monótona.

Os vários tipos de funções, de horários, e de atividades, contribuem, para a vitalidade da interação social e económica, de uma forma eficiente e sustentável, e para uma comunidade mais heterogénea, mais segura, com a possibilidade de permitir maiores escolhas (Balula, 2011; Grant & Perrott, 2011; Jacobs, 1992; Stamps et al., 2005). A diversidade visual daí decorrente, representa uma riqueza de perspetivas, dos elementos e detalhes da paisagem urbana. A

complexidade da informação da imagem, dada a diversidade da sua estrutura física, e de conteúdo, nomeadamente, a variedade de ruas e praças (Enache et al., 2013), despertam a atenção, a vontade de explorar o ambiente envolvente, o prazer da descoberta, da surpresa e da novidade (Stamps et al., 2005). Contudo, a diversidade, além de ser difícil de medir, é “um bem limitado” (Lynch, 2012, p. 183), porque o ser humano, só é capaz de fazer escolhas até um certo ponto, dentro de um conjunto restrito de alternativas, a partir do qual, não consegue preferir, optando, conseqüentemente, pela simplicidade (Lynch, 2012).

A presença de uma percentagem elevada de lojas ao nível do r/c, a existência de praças com árvores, e de determinados tipos de equipamentos, (tal como a igreja, a farmácia, os correios, o infantário, a escola, as lavandarias, e/ou as lojas de alimentação), têm, pela sua atratividade uma influência, direta e positiva, nas escolhas dos movimentos pedonais, e nas deslocações diárias, ou semanais dos cidadãos (Alfonzo, 2005; Lynch, 2012). O comércio de proximidade, com portas abertas diretamente para a rua, provou, em caso de necessidade de afastamento social, estar à altura desse desafio.

Gehl (2010) utiliza uma métrica para caracterizar a cidade ao nível do olhar, no que respeita ao seu “interesse”, e aponta para o número de portas de lojas para a rua; e, consoante a variedade de funções, por cada 100 metros de passeio, para classificar a rua, numa escala, que varia de “interessante” e “atrativa”, a “desinteressante”. Não é relevante existir uma oferta de muitas unidades comerciais, se todas forem iguais, (como por exemplo, só restaurantes, ou só cafés), porque, o que é essencial, é o grau de escolha que é oferecido (Lynch, 2012). No entanto a diversidade é também a existência de algumas ruas adjacentes de comércio, dedicadas a artigos específicos, em que o cidadão sabe que, quando não encontra um artigo numa loja, encontrará, provavelmente, o que procura, na loja ao lado (Dias, 2014).

A par da diversidade de usos, também a diversidade demográfica, económica e cultural, reflete a diversidade do mundo global, heterogéneo, pluricultural e cosmopolita, que contribuem para uma comunidade completa, e equilibrada (Grant & Perrott, 2011; Sarkissian, 1976). Numa cidade, de população heterogénea, os cidadãos vivem misturados, independentemente do seu estilo de vida. No entanto, um determinado estilo de vida, pode ser diluído, num contexto heterogéneo, e conseqüentemente, a diversidade de estilos de vida, ser reduzida, devido a tal heterogeneidade, “pelo que uma determinada subcultura, (relativamente à cultura

predominante), para poder viver o seu próprio estilo de vida, é possível que esteja separada fisicamente dos vizinhos” (Alexander et al., 1977, p. 44). Tal realidade, não é, porém, o mesmo que os guetos, que não permitem que dentro deles emerjam outros estilos de vida, “em que a população vive isolada do resto da sociedade” (Alexander et al., 1977, p. 44), (que, por sua vez é, geralmente, intolerante, perante os habitantes do gueto, zonas onde os de fora não entram), pelo que a par da mistura social, há que ter em conta, a espacialidade de determinada subcultura, para que haja a manutenção de um determinado estilo de vida, e, conseqüentemente, a diversidade cultural (Alexander et al., 1977). A mistura social, associada a um determinada espacialização, proporciona uma diversidade visual de edifícios, de classes sociais, e de grupos étnicos (Sarkissian, 1976), e contribui para a concretização de vários objetivos: a) fazer com que, por imitação e contacto visual assíduo, as classes mais desfavorecidas tendam a elevar os padrões estéticos, e os cuidados de manutenção do edificado; b) encorajar a multiculturalidade, promovendo a intelectualidade, e o nível cultural; c) promover a igualdade de oportunidades, através da mistura social, por exemplo nos estabelecimentos de ensino, harmonia social, e espírito de cooperação, reduzindo as tensões sociais, raciais, reconciliando as variedades, e os antagonismos; d) promover oportunidades de emprego, dentro dos limites do bairro e da cidade, satisfazendo as necessidades da população, em geral, com vários tipos de profissões, evitando picos, pressões, e concentrações de pessoas nos transportes públicos, em horários fixos, alargando o espectro de transeuntes, a várias horas do dia e da noite (Sarkissian, 1976).

b) Manutenção do edificado e do espaço público, e poluição visual

A manutenção do edificado, e do espaço público, está relacionada com o modo como a paisagem urbana é cuidada e acarinhada (Galindo & Hidalgo, 2005; Gavrilidis et al., 2016; Nasar, 1998). Por um lado, quando há demasiada manutenção, os ambientes podem parecer artificiais e estéreis, existindo alguma aparente restrição na liberdade de uso. Por outro lado, muito pouca manutenção, e a degradação do património edificado, transmitem desleixo, promove o vandalismo, a desordem social; a destruição descontrolada de objetos de valor cultural, de propriedade pública (Allahdadi, 2017), afeta todo e qualquer cidadão (Brito-Henriques, 2017), e afasta os potenciais utilizadores do espaço.

Porém, a manutenção por excesso ou por defeito, é negativa. A boa manutenção dos espaços públicos, faz com que o ambiente envolvente transmita segurança, e isso é um dos aspetos preferidos pelos utentes, na escolha para a prática de atividade física, e para recreio (Galindo & Hidalgo, 2005; Gavrilidis et al., 2016; Monchuk et al., 2018; Moosavi et al., 2018; Motoyama & Hanyu, 2014; Nasar, 1998).

Por outro lado, os espaços mal mantidos, afastam o uso respetivo, e conseqüentemente, não promovem os contactos entre vizinhos, e as relações sociais (Baum & Palmer, 2002). Ninguém se importa com paisagens de que não gosta; e os passeios, e as valetas, com ervas daninhas, os caixotes a transbordar de lixo, os tag's, os papéis colados nas fachadas, os "placards" de informação política, desatualizada, os posters de propaganda colados em postes de iluminação, o mobiliário urbano delapidado, e os dejetos de animais, entre outros, são um indicador da falta de limpeza, de má gestão, e de falta de carinho pela paisagem urbana (Abbasi et al., 2016; Dempsey & Burton, 2012).

A falta de manutenção dos espaços públicos, na maior parte dos casos, não é apenas falta de recursos financeiros, mas, sobretudo, de falta de compreensão, dos respetivos efeitos negativos, nos seus utilizadores (Dempsey & Burton, 2012).

A poluição visual resulta de um efeito conjunto de "lixo", e desordem visual, ou seja, um excesso de objetos, de vários tipos, na paisagem urbana, tal como anúncios, mobiliário urbano, postes de iluminação, telecomunicações, e antenas (Chmielewski et al., 2015). Demasiada informação, e sinalética, gera uma confusão de imagens, poluição visual, retira a atenção aos condutores, provoca irritação emocional e psicológica, e degrada a qualidade dos espaços públicos, sujando, e tapando o património edificado (Chmielewski et al., 2015; Landry, 2017).

Os grafitis, reconhecidos pelos seus atributos negativos em termos de danos na propriedade, estão muitas vezes associados a uma atividade fora da dominância cultural de normas e dos valores da sociedade. Em determinadas circunstâncias, e pontualmente, os grafitis podem ser reconhecidos como uma forma de arte, e como um meio de expressão (Rowe & Hutton, 2012). Por outro lado, os "tags" (rabiscos), são formas de escrita, sem sofisticação, que não requerem qualquer habilidade particular, e, como tal, não são reconhecidos como uma forma artística. São frequentemente associados a vandalismo, e um estrago da propriedade, pública e privada (Rowe & Hutton, 2012).

c) Tipos de espaços públicos

Os espaços públicos abertos, dos quais fazem parte as vias e as praças (Gehl, 2010), são constituídos pelas zonas intersticiais entre os edifícios, de livre acesso dos cidadãos, servem de suporte da vida comunitária, e à realização em simultâneo de várias atividades, como caminhar, sentar, desfrutar da experiência urbana, e interagir socialmente (Gehl, 2010; Mehan, 2016; Nasution & Zahrah, 2014). Os espaços públicos têm: a) uma dimensão social, enquanto potencializadores da vida em sociedade, lugares para a sociabilização, muito relevantes para a promoção de relações sociais, fatores que contribuem para combater a solidão, aspeto que, sendo muito mais prejudicial do que o consumo de álcool ou de tabaco, pode conduzir à doença e à morte (Lima & Marques, 2014); b) uma dimensão funcional por ser o local privilegiado onde ocorrem as atividades de lazer e c) uma dimensão simbólica, por concentrarem um conjunto de significados para diversas pessoas e grupos sociais.

A PPS (“Project for Public Spaces”) - Associação americana para a construção dos espaços públicos -, propõe um método de diagnóstico, da perceção dos valores identitários do espaço público (Brandão, 2011), através de vários critérios de avaliação, (com observação em vários dias da semana, e fim-de-semana, e a várias horas do dia), tais como o “conforto”, a “atividade”, o “acesso” e a “sociabilidade”.

Os espaços “indefinidos”, como os lotes residuais, os vazios urbanos, abandonados, e os espaços selvagens, informais, sem limites, são as zonas intersticiais, ou terrenos baldios da cidade, que aguardam remodelação e manutenção, que, apesar de poderem ser desconfortáveis, podem permitir oportunidades de uso, para os que são socialmente marginalizados. São espaços soltos, que se encontram livres da obrigação de uma qualquer funcionalidade projetada, que sobram, abandonados, e permitem, muitas vezes uma proliferação de atividades, podendo tornar-se, culturalmente, mais abrangentes do que os espaços projetados (Thompson, 2002). Estes espaços, podem ser reconhecidos, também, por terem um valor social, por vezes igual ao dos espaços projetados e arrumados. Podem deslocar-se ao longo do tempo, dentro do tecido urbano, criando paisagens urbanas dinâmicas, como se

tratasse de uma cidade nómada, dentro de uma cidade sedentária (Jacques, 2013), cosendo pontualmente o tecido existente.

Em contrapartida, os “não lugares”, são espaços desprovidos de significado, e não promovem o encontro, e a permanência (Augé, 2016). São espaços sem identidade, despersonalizados, de solidão, de negação da dimensão humana no que toca à ausência de relações sociais, mas onde ocorrem atividades utilitárias, e “anti-lazer” (Lipollis, 2016). São espaços de fluxos, de interface, de paragem, onde apenas se mantém uma relação de funcionalidade com o espaço, sem vínculo afetivo (Augé, 2016; Lipollis, 2016). É o caso das interfaces de transportes, do comércio de grandes superfícies, dos aeroportos, das áreas de serviço, espaços de paragem e de descanso, mas onde não existe interação humana, porque tudo está definido, automatizado e explicado devidamente, com instruções.

d) Funcionalidade do espaço público

Gehl (2010) identificou os doze princípios de qualidade da “Cidade ao nível do olhar”, com algumas recomendações, tal como, em criar “Oportunidades para caminhar”, “Boas experiências sensoriais”, “Proteção contra o crime e a violência”, “Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis”, e “Proteção contra o tráfego automóvel”, e, quanto à preocupação da adequação dos espaços, para responderem às necessidades funcionais, nomeadamente, à existência de sítios para sentar e conversar, com possibilidade de apropriação do espaço, e manipulação do mobiliário urbano, tal como, mesas e cadeiras (Figura 30).



Figura 30 – Cadeiras que podem ser deslocadas, num jardim de Hamburgo, Alemanha (2021) (Fonte: autora)

As ruas mais atrativas ao movimento pedonal são aquelas que têm uma percentagem elevada de unidades comerciais ao nível da rua, de árvores, que proporcionem o ensombramento, de bancos e bebedouros, uma arquitetura interessante, de edifícios históricos, e de edifícios icónicos (Alfonzo, 2005; Gehl, 2010).

As árvores, do ponto de vista de um desenho urbano funcional, permitem estabelecer uma relação, entre o edificado e a área envolvente, acomodando as diferenças de níveis ou degraus, limitando as áreas, protegendo do vento, do sol, das poeiras e do ruído, criando a privacidade, pela sua verticalidade, nos espaços exteriores, e conferindo contraste de cor, texturas e formas (Tandy,1981); promovem o caminhar na cidade, proporcionam espaços de lazer, de contemplação e de ensombramento e (Galindo & Hidalgo, 2005; Gavrilidis et al., 2016; Lindemann-Matthies & Brieger, 2016; Nasar, 1998; Nasution & Zahrah, 2014).

As coberturas “verdes” permitem o uso integral dos telhados, sobretudo em cidades densamente povoadas, criando espaços extra para lazer, separando os peões dos veículos (Tandy,1981), ou proporcionando espaços para jardins, e/ou hortas urbanas. Estas coberturas assim como as paredes verticais “verdes”, e as varandas com muitas plantas, criam a sensação de se estar rodeado de “verde”, reduzindo a sensação de isolamento, da população que habita em edifícios muito altos. De igual forma, os pequenos jardins, ao nível de cada habitação, em altura, em cada nível do edifício, permitem uma melhor utilização dessas zonas verdes (Alexander et al.,1977).

As praças públicas, e as praças públicas históricas, em particular, são locais de interação entre os cidadãos. Têm, geralmente, uma localização privilegiada, são providas de conforto, de boa manutenção, de bom mobiliário urbano, acessibilidade pedonal, e parques de estacionamento (Mehan, 2016).

Os jardins públicos, parques ou miradouros, são propícios à contemplação, seja da natureza, ou do património edificado (Brandão, 2008); são locais de lazer, de contacto com a natureza, de reunião de estranhos, e de expressão de diversidade pessoal, e cultural, mas onde, por vezes, é possível transcender a multidão, e permanecer sozinho em anonimato, em isolamento, em intimidade e privacidade, devendo, por isso, serem parcialmente fechados, por forma a permitir a sensação de proteção, preferencialmente com árvores, ou cantos para sentar, e com visão para o espaço aberto (Alexander et al., 1977; Gehl, 2010). Estes dois tipos de espaços, diferentes e complementares, têm a designação de “sociopetal”, quando, pela disposição dos elementos

(árvores, mobiliário urbana, etc), promovem a interação social, e “sociofugal”, quando a disposição dos elementos dificulta o contacto interpessoal, e promove o isolamento (Ramos et al., 2009).

Os espaços verdes públicos permitem atividades educacionais e recreativas, interação entre vizinhos e unidade social, e oportunidades de interação cultural, aumento da sociabilização, e a consequente redução de agressão e do crime. As zonas verdes, devem, preferencialmente, ser pequenas (até cerca de 5 500 m²), com dimensões de largura e comprimento, que permitam um contacto real com a natureza, e um afastamento, relativamente ao bulício da cidade; e devem existir em grande número, perto das habitações, por forma a facilitarem as deslocações, (a cerca de 3 minutos de distância, ou a cerca de 230 metros), para que os cidadãos sejam estimulados a deslocar-se, e usufruir desses espaços verdes (Alexander et al., 1977).

As classes mais desfavorecidas tiram menos benefícios dos elementos naturais, porque, apesar de terem acesso, têm menos contacto, no seu dia-a-dia, aos espaços verdes urbanos (Hand et al., 2016; Kabisch & Haase, 2014); nessa medida, as hortas comunitárias ou os agro parques, são um tipo de espaços, socialmente desejáveis, que têm várias funções; permitem, por exemplo, envolver certos grupos populacionais, (como, por exemplo, grupos de imigrantes), que, habitualmente, não utilizariam um parque público aberto, mas usam uma horta comunitária, para o cultivo de plantas e legumes, para o seu próprio alimento, que podem, por um lado criar um elo importante com a sua cultura, e por outro, responder a uma necessidade económica; e também, permitem que as crianças experienciem o crescimento das plantas, e criem laços, entre o que consomem, e a produção dos alimentos (Thompson, 2002).

A iluminação pública noturna, através da luz artificial, pode ser um instrumento de melhoria da qualidade do espaço público, e de valorização dos edifícios, de elevado valor arquitetónico e patrimonial, evidenciando determinados edifícios, (realçando o comércio), ajuda a manter a ordem pública, e a segurança, para o movimento pedonal e de veículos (Tandy, 1981). Quando bem utilizada, ajuda à revitalização dos espaços, evitando o abandono e situações negativas, fomenta um sentimento de pertença, identidade, e promove a herança do património natural, e/ou cultural (Alves, 2007).

3.1.5. Abordagem morfológica

A abordagem morfológica encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em dois aspetos: a) no solo, o relevo e os “skylines”, e b) nos métodos de análise da morfologia urbana.

A abordagem morfológica à paisagem urbana toca em aspetos relacionados com o relevo, e com os “skylines” (ou silhuetas dos edifícios), por um lado, e por outro, com os métodos de análise da morfologia urbana, através dos aspetos exteriores do meio urbano, e das relações entre eles (Lamas, 1993). Estes métodos consistem numa análise geográfica “in situ”, e/ou através de mapas, de fotografias aéreas ou de satélite, numa reconstituição histórica da paisagem, através da toponímia dos locais, e da evolução da configuração da paisagem (Antrop & Eetvelde, 2017); ou através de análise espacial, de localizações e movimentos espaciais, (Sintaxe Espacial), através de “software” específico.

a) O solo, o relevo e os “skylines”

O solo, (suporte aos edifícios, às vias, à vegetação, à água), e o relevo, (a forma da superfície do solo, que pode ser, mais ou menos, acidentado), são talvez os elementos naturais mais presentes, e porventura, mais diferenciadores na paisagem urbana. O “solo urbano”, de acordo com o articulado da Lei 31/2014, de 30 de maio, é o que está total, ou parcialmente, edificado e urbanizado, e afeto, em planos territoriais, à edificação e à urbanização, e ao qual é atribuído um valor económico, que depende da sua localização e capacidade construtiva, conferidos pelos regulamentos municipais (Bastié & Le, 1965).

O relevo, responsável pela abertura ou enclausuramento de vistas, pelo tipo de implantação do edificado, pela acessibilidade, ou por situações particulares de acumulação de águas e de microclimas, faz com que cidades, com declives acentuados, como, por exemplo, Lisboa, apresentem paisagens urbanas peculiares, (sobretudo pelas vistas panorâmicas), muito diferentes, das que ocorrem, em superfícies predominantemente planas. Quando existe uma distância entre o observador e a cidade, de fora para dentro da cidade, (ou dentro da cidade, a uma distância suficiente grande), é possível a observação da linha, que delimita a separação, entre o céu e o topo dos telhados, o “skyline” (ou silhueta) (Figura 31), característica muito marcante da paisagem urbana, que pode ter diversas formas, (plana, côncava e/ou convexa), e

evidenciar diversos pontos notáveis marcantes, (como, por exemplo, as torres das igrejas, edifícios peculiares ou outros monumentos), e que, no seu conjunto, conferem identidade à paisagem urbana (Stamps III et al., 2005).



Figura 31 - "Skylines" de Nova Iorque a) visto a partir do rio e b) visto de dentro da cidade (2011) (Fonte: autora)

Os pontos dominantes, (geralmente de uma cota alta), de onde é possível ter uma boa vista, foram sempre os preferidos do ser humano, por razões estratégicas e de segurança, na perspectiva de obtenção de refúgio e proteção, e de avistamento de possíveis intrusos sem, necessariamente, ser visto (Mealey, 1995; Yamagata et al., 2016). As vistas panorâmicas, podem ocorrer a partir de pontos de cota elevada, pelo relevo natural (miradouros), ou por recurso a pontos notáveis em edifícios, monumentos, e pontes, para alcance de vistas, de observação vertical (Figura 32); e, igualmente, a partir de pontos de cota baixa, mas que proporcionam campos visuais, quer de observação horizontal, para planos de água (lagos, rios), e para zonas verdes, quer de observação vertical, para colinas ou montanhas (Bourassa et al., 2004; Daniel, 2001; Luttik, 2000; Tveit, 2009; Wen et al., 2015; Yamagata et al., 2016).



Figura 32 - Miradouro de São Pedro de Alcântara, Lisboa (2020) (Fonte: autora)

b) Métodos de análise da morfologia urbana

Do ponto de vista morfológico, a paisagem urbana é analisada segundo duas perspectivas, e dois métodos principais: a histórico-geográfica, de Cozen, (geógrafo alemão do século XX), (Whitehand, 2001), com utilização de mapas e fotografias, e a Sintaxe Espacial, mais recente, e com recurso a “software” específico (Gu, 2014; Oliveira, 2015).

Na perspectiva histórico-geográfica, a paisagem urbana foi decomposta por Cozen (Gu, 2014; Oliveira, 2015; Whitehand, 2001; Whitehand & Gu, 2010), em três componentes: a) a malha viária (o traçado das ruas); b) os lotes (os quarteirões) e c) a respetiva implantação dos edifícios nos lotes. Cozen (Gu, 2014; Oliveira, 2015; Whitehand, 2001; Whitehand & Gu, 2010), utilizou ainda os conceitos de i) “cintura periférica”, respeitante ao crescimento de uma área urbana de uma forma descontínua, separado por momentos de pausa, onde o uso do solo para a habitação fica suspenso, e relativo a um conjunto de expansões das áreas residenciais, de ii) “região morfológica”, como uma área que tem uma unidade em relação à sua forma, que a distingue das áreas envolventes, que, segundo Cozen (Gu, 2014; Oliveira, 2015; Whitehand, 2001; Whitehand & Gu, 2010), se refere a agrupamentos espaciais na paisagem urbana, delimitadas com base nas suas semelhanças de desenvolvimento, e que são necessárias, do ponto de vista da gestão e preservação da paisagem urbana histórica e iii) o conceito de “ciclo da parcela burguesa”, como o ciclo, que reflete a ocupação dos edifícios no lote, associado a mudanças de requisitos funcionais, numa análise fundamentalmente histórica, realizada por forma a compreender os vários estratos morfológicos da cidade, e o respetivo desenvolvimento (Gu, 2014; Oliveira, 2015; Whitehand, 2001; Whitehand & Gu, 2010). O método designado por Sintaxe Espacial (“Space Syntax”), surgiu pela necessidade de compreender a influência do desenho urbano, nos problemas sociais (Oliveira, 2015). O foco nesta análise está nos elementos que influenciam os vários posicionamentos espaciais, (as ruas e a configuração espacial), e nos movimentos e nas respetivas formas (Tomé & Heitor, 2011).

Esta análise da configuração dos fluxos realizada através do “software” da Sintaxe Espacial, permite entender as relações, entre o espaço urbano e os movimentos pedonais, e dos veículos, e antecipar cenários, nas deslocações individuais. Enquanto as teorias dominantes, tinham como principal explicação, para os fluxos “de” e “para” os locais mais atrativos, determinados usos do

solo, a Sintaxe Espacial, aponta a configuração do desenho urbano, como o principal gerador de padrões de movimento. Os padrões do movimento pedonal, permitem desenvolver estudos em vários aspetos, como, por exemplo, a relação entre a morfologia e a coesão social, ou a influência do desenho urbano, em questões de segurança e nos comportamentos antissociais.

3.1.6. Abordagem cultural

A abordagem cultural à paisagem urbana encontrada na revisão bibliográfica, refere-se a temas variados e centra-se sobretudo em quatro aspetos: a) na identidade urbana, b) na identidade da paisagem (urbana), c) no património e na cultura e d) nos bairros criativos.

a) Identidade urbana

A identidade urbana, ou seja, a capacidade de uma paisagem urbana, ser reconhecida como sendo distinta de outras, é conferida pelo elementos naturais, e pelo património construído, com maior impacto visual (Enache et al., 2013; Popa & Enache, 2019).

A preservação da identidade urbana, é reveladora da capacidade da sociedade, que nela reside, de se adaptar às novas exigências, e aspirações das eras mais recentes.

O reconhecimento da identidade urbana, que faz da paisagem urbana um elemento diferenciador, no contexto da globalização, pode ser transmitido, pela proximidade a grandes áreas naturais (Enache et al., 2013), tipo de solo, relevo, vegetação, estruturas aquíferas, ou pelos elementos construídos, como, por exemplo, os quarteirões, as ruas, o conjunto edificado, os monumentos, (Figura 33), os edifícios icónicos, os estilos arquitetónicos, os materiais, e respetivas cores (Brandão, 2008; De Mattiello & Rabuini, 2011) e o mobiliário urbano (Allahdadi, 2017; Bulduk, 2012).



Figura 33 - Edifício identitário, Taj Mahal (Agra, Índia) (2010) (Fonte: autora)

Para além deste elementos, os cidadãos recolhem visualmente, com facilidade, outros elementos específicos, de cada paisagem urbana, muito repetidos, e frequentes, (designados por “elementos discriminativos”, tal como, os pormenores de varandas, as janelas, os sinais de trânsito, a toponímia, os candeeiros, os elementos estilísticos), que, por vezes, mais do que os edifícios, ou os monumentos, lhes permite ver, sentir, e identificar o local onde se encontram (Doersch et al., 2015).

Da mesma forma, os elementos móveis, (como, por exemplo, os táxis de Nova Iorque ou os de Londres), ou as memórias coletivas, (ligadas aos antepassados, e aos acontecimentos históricos, tais como, as guerras, desastres, ou alterações socioeconómicas), preservadas por exemplo, na toponímia, nos monumentos, nas estátuas, ou em placas comemorativas (Brandão, 2008), e os hábitos, e os valores culturais, tais como, por exemplo, festas, manifestações religiosas, desporto e gastronomia, o idioma e os dialetos locais, o artesanato, e as técnicas construtivas, permitem sentir a carga identitária do local (Önaç & Birişçi, 2019).

Do ponto de vista identitário, as componentes da paisagem urbana, são as seguintes (Ziyae, 2018) (Figura 34):

1) Materiais (características da identidade física)

a) naturais, como a topografia (montanhas, colinas, vales, etc), a vegetação, o clima (quente, frio, chuvoso, etc), a hidrografia (rio, mar, lagos), os materiais e texturas naturais, a proximidade à costa marítima ou ao deserto, e as funções que proporcionam;

b) devido à ação do ser humano – acessibilidades, (caminhos, ruas, viadutos, autoestradas, pontes), edifícios (arquitetura, estilos, materiais, mobiliário urbano (bancos, sinalética, fontes, esculturas), monumentos, jardins;

2) Imateriais (características da identidade cultural)

a) crenças, tais como os valores, religiões, ideologias, eventos, festivais, artesanato,

b) padrões comportamentais, tais como práticas do modo de vida, símbolos, atividades, significados, mitos e

c) Regras, derivadas das políticas, da economia das relações de poder;

3) Ligações e processos (características da identidade histórica)

a) relacionadas com o tempo, a história do local, as memórias, o património e

b) técnicas, relacionadas com as danças, os estilos, pinturas, roupas e com as comidas.

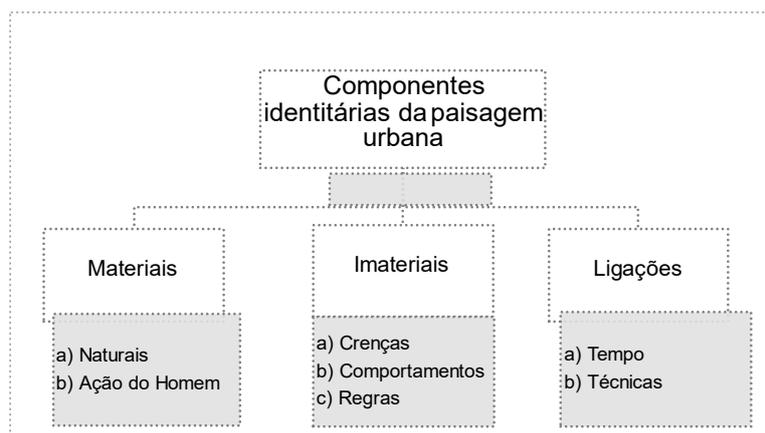


Figura 34 - Componentes identitárias da paisagem urbana (Fonte: autora)

b) Identidade da paisagem (urbana)

O conceito de “identidade da paisagem”, relativamente recente, diferencia-se do ponto anterior, na medida em que entra em conta, com a definição do próprio conceito de paisagem, segundo a CEP (2005), focada no seu carácter, na ação e interação entre os fatores naturais e humanos, e na percepção da paisagem (Saraiva et al., 2017). O conceito, parte da visão de que, não só os cidadãos são afetados pelo espaço físico, mas também os lugares são afetados pela comunidade. Ou seja, se o “estatuto” de um lugar é alterado, como por exemplo, uma área, um conjunto edificado, ou um edifício apenas, passar a ser considerado como “protegido”, ou “classificado”, como algo a preservar e a acarinhar, dá-se uma alteração da percepção individual, e da relação da comunidade, com esse lugar (Saraiva et al., 2017). Ou se, por exemplo, um mercado tradicional, deixa de existir num determinado local, ao fim de muito tempo, há, não só, uma alteração no próprio espaço, mas também uma modificação da percepção que os cidadãos têm desse lugar.

Neste sentido, a monitorização das alterações da paisagem (urbana) são da maior relevância, uma vez que permite detetar, se a identidade do lugar se mantém, face às alterações introduzidas na paisagem, se se adapta, ou se essas modificações rompem com essa identidade, conferindo um novo carácter ao lugar (Saraiva et al. 2017; Swanwick, 2002).

c) Património e cultura

O património e a cultura são os principais recursos de atratividade das cidades, do respetivo desenvolvimento económico (Popa & Enache, 2019), e, uma das principais motivações de

investidores e arquitetos, que, através da regeneração, e revitalização do edificado, promovem o carácter diferenciador da cidade (Enache et al., 2013).

O património urbano compreende três categorias principais (UNESCO, 2011, p.9):

- “a) O património monumental de excepcional valor cultural;
- b) Os elementos do património que não possuem valor excepcional, mas apresentam coerência em relativa abundância;
- c) Os novos elementos urbanos a serem considerados: a forma de construção urbana; os espaços abertos (ruas, espaços públicos ao ar livre); as infraestruturas urbanas (redes materiais e equipamentos).”

O património monumental, viu reforçada a sua necessidade de preservação, na Declaração de Toledo, (CoE, 2010), documento de referência, durante a presidência europeia espanhola, sobre os temas da regeneração urbana, e sobre estratégias, para um desenvolvimento urbano, mais sustentável e mais inclusivo, socialmente.

Este documento, declara a importância do património histórico urbano, nas suas múltiplas dimensões, de sustentabilidade económica, social, ambiental, cultural, e de governança, (ao nível municipal), e da necessidade de preservar, o património cultural e histórico da cidade, particularmente, o património arquitetural, um meio essencial de manter viva a memória coletiva, e as características do modelo de cidade, para desfrute das gerações contemporâneas e herança para as gerações futuras (Ragozino, 2016).

A “paisagem urbana histórica, é o resultado da sobreposição, e interligação, de valores culturais e naturais ao longo do tempo” (Ragozino, 2016, p. 202), pelo que os edifícios históricos, em particular, apresentam características identitárias, que proporcionam a identidade do lugar onde se inserem, seja pela identidade pessoal, através do sentido de orgulho, de pertença e de apego pelos lugares, seja pela identidade de grupo, coletiva, e de sentido de comunidade (Coeterier, 2002).

Contudo, existem diferentes modos de assegurar a conservação do património edificado, como por exemplo: a) através de políticas de conservação integral, das características arquitetónicas, numa ótica de perpetuar os valores do passado, e partindo do princípio de que, a integração de elementos arquiteturais, contemporâneos, podem distorcer esses valores artísticos, sociais e culturais adquiridos, ou b) através de políticas, que defendem a preservação do património,

embora, no pressuposto, de que a integração da arquitetura contemporânea, ou seja, uma “modernização” das fachadas e dos interiores dos edifícios, pela integração de elementos arquitetónicos contemporâneos, fortalece a coesão identitária (Paixão et al., 2013).

Pese embora, poder existir alguma contemporaneidade, e adaptação do edificado à modernidade, (Figura 35), a paisagem urbana, é o elemento, que pode assegurar essa continuidade histórica e cultural (Enache et al., 2013).



Figura 35 - Figuras de fachadas a) antigas e b) modernizadas, Bilbao, Espanha (2008) (Fonte: autora)

A paisagem urbana histórica é valorizada pelos habitantes da cidade, e pelos turistas que procuram experiências culturais, e que consideram os espaços culturais, e históricos, como os mais atrativos (Galindo & Hidalgo, 2005).

O turismo cultural, interessa-se em conhecer lugares de reconhecido valor histórico, e procura, sobretudo, o centro das cidades, onde se encontra o maior número de locais, mais visitados (Ginzarly et al., 2019). Se ainda há pouco anos se negligenciava o núcleo histórico, deixando-o sem uso, e sem investimento, como, por exemplo, o caso de Lisboa, hoje, o centro é, provavelmente, a zona da cidade mais preservada, em termos de forma e de aparência, modernizada, no que se refere aos interiores, e funcionalidades dos edifícios. O centro histórico, é o grande trunfo das cidades, para atrair investimentos avultados, nomeadamente, através de atribuição do reconhecimento mundial de património da humanidade, da UNESCO (Ginzarly et al., 2019; Tokarchuk et al., 2017). A preservação da identidade e continuidade histórica e cultural, dos elementos naturais, e dos valores estéticos urbanos (Enache et al., 2013), são fundamentais, face à crescente globalização, e “standartização”, das paisagens urbanas.

d) Bairros criativos

A abordagem cultural à paisagem urbana encontrada na bibliografia, refere-se ainda aos “bairros criativos”, ou seja, aqueles lugares carregados de história, dentro da cidade, onde são desenvolvidas atividades criativas, não, como uma aglomeração de “indústrias da criatividade”, como se fosse um parque industrial, numa lógica funcional de economia de escala, mas onde nascem, espontaneamente, empresas criativas (Balula, 2011).

A vitalidade urbana está associada à concentração, e à mistura de atividades de três tipos, que combinadas entre si, conduzem a diferentes ambientes, e a vivências do espaço: a) as necessárias, ou seja, aquelas que satisfazem as necessidades funcionais, (como a saúde, o ensino, segurança pública, escritórios, bancos, etc); b) as sociais, que satisfazem as necessidade de interação, e de convívio social (bares, restaurantes, cinemas, teatros, etc); e c) as opcionais, ou criativas, onde são satisfeitas as necessidades de determinados setores da sociedade, tal como ateliês, galerias de arte, bibliotecas, ensino artístico, museus, antiquários, alfarrabistas, os “hubs” tecnológicos, etc (Balula, 2011).

Estes bairros criativos são, geralmente, locais onde predominam, e se concentram as atividades opcionais, criativas, que evoluem, e se adaptam, incrementalmente, sem perder as ligações com o passado, e com as tradições, como é, por exemplo, o caso do Bairro Alto, em Lisboa, (Balula, 2011).

3.1.7. Abordagem económica

A abordagem económica à paisagem urbana encontrada na revisão bibliográfica, centra-se sobretudo em dois aspetos: a) no valor económico dos imóveis e b) no turismo.

Tal como referido na CEP (2005), “(...) a paisagem constitui um recurso favorável à atividade económica”, traduzido pela expressão monetária do benefício recebido pela sociedade (Tagliafierro et al., 2013), que demonstra a “willingness to pay” (Saraiva, 1995), (ou a “disponibilidade para pagar”), por forma a poder ter acesso a determinados bens públicos, tal como, por exemplo, as vistas, os arranjos paisagísticos, a proximidade a planos de água, etc.

Mais recentemente, alguns autores debruçam-se sobre os aspetos económicos da paisagem urbana, relacionados, sobretudo, com objetivos estéticos, e ecológicos (Antrop & Eetvelde, 2017; Tagliafierro et al., 2013), Há autores que defendem a incorporação dos valores estéticos nos

orçamentos dos projetos urbanos, integrando-os, como parte essencial do desenho urbano, porque, no final, a mais-valia conferida por estes fatores, reflete-se no preço das habitações, na valorização económica do território, nas receitas do turismo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da cidade (Jim & Chen, 2010; Wey et al., 2015). Contudo, verifica-se que, ao nível do desenho urbano, o valor estético, encontra-se subvalorizado, e não suportado financeiramente, nos respetivos orçamentos (Wey et al., 2015).

a) Valor económico dos imóveis

Outros autores referem-se às mais-valias sobre os imóveis, conferidos pelas qualidades dos arranjos paisagísticos envolventes, com a existência de árvores, ao longo das ruas (Ishikawa & Fukushige, 2012), de vistas panorâmicas, pela proximidade à água, e/ou a parques (Jim & Chen, 2010; Luttk, 2000).

Com efeito, o acréscimo de valor monetário de uma habitação pode ser conferido pela boa aparência dos imóveis circundantes, (em cerca de 27%), e pelo contrário, imóveis, na envolvente da propriedade, de aparência média, podem afetar, negativamente, os preços dos imóveis, (em cerca de 33%), e, arranjos paisagísticos, de muito má qualidade, podem desvalorizar um imóvel até 51% (Bourassa et al., 2004).

Os impactos diretos sobre os valores das propriedades, podem adicionar, em média, um acréscimo, (de cerca de 60%), ao valor de um imóvel, não apenas, pelos benefícios de uma propriedade ter vista, com também, pelas características naturais, (como o oceano, lago, montanhas ou floresta), e àquelas associadas a arranjos paisagísticos atraentes, e à qualidade dos edifícios circundantes (Bourassa et al., 2004).

b) Turismo

Outro tipo de abordagem à paisagem urbana é realizado através da análise da indústria turística, e do respetivo património histórico das cidades, como um recurso fundamental para captação de fluxos e proveitos (Ciobota, 2015; De Rosa & Di Palma, 2013; Tokarchuk et al., 2017).

O turismo de cidade, gerado em contexto urbano, é um mercado fortemente consolidado, e constitui um dos principais destinos mundiais. Os turistas procuram espaços onde podem encontrar vestígios da história dos locais, e usufruir de uma experiência agradável,

nomeadamente, através de uma experiência estética positiva, conferida pelas características do destino (Fortuna et al., 2013; Kirillova et al., 2014).

As vistas panorâmicas, que podem ser observadas a partir de locais, como, por exemplo, os miradouros, de grande valor estético e identitário, são encaradas como um recurso económico de atração turística, gerador de receitas (García & Rodríguez, 2015).

O fluxo de turistas nos centros das cidades com maior congestionamento, leva a que sejam delineadas estratégias para a sua redistribuição, dentro da cidade (Casellas, et al., 2010).

O turismo é um vetor incontestável da transformação urbanística e das respetivas economias, uma vez que contribui, para o aumento dos investimentos públicos nas infraestruturas, na conservação de edifícios históricos, na oferta cultural, e é um vetor de geração de emprego (Casellas, et al., 2010). Nas cidades grandes, e apesar do contributo das receitas turísticas, no desenvolvimento económico serem menos pronunciadas, em proporção, e, relativamente, a outras cidades, de menores dimensões, o turismo, ao promover a preservação e adaptação do património, a criação de lazer, a revitalização das tradições e culturas locais, acarreta efeitos positivos no bem-estar dos residentes (Tokarchuk et al., 2017).

3.1.8. Abordagem holística

Apesar de alguns autores referirem a necessidade de se realizar uma abordagem holística à paisagem (Ginzarly et al., 2019; Pinto-Correia et al., 2001), são muitos os estudos que se encontram na bibliografia relativamente a abordagens sectoriais, e poucos os que abordam a paisagem de uma forma holística, tendo em conta que a CoE (2000a) é um “acordo internacional que trata especificamente de questões da paisagem no sentido holístico (Roe et al., 2008, p.7). Antrop & Eetvelde (2017) referem que a paisagem segue o princípio holístico, de que “o todo é maior do que a soma das partes”, porém, ficará sempre a faltar a parte correspondente ao “maior do que”, uma vez que é pouco provável que se consiga estudar o “todo” de uma forma abrangente. Os autores explicam o holismo da paisagem, estabelecendo um paralelismo com o corpo humano, onde existem vários sistemas mais ou menos autónomos, (digestivo, cardiovascular, etc), que interagem entre si; e, apesar de cada um destes sistemas, poder ser estudado por métodos específicos, é pouco provável que, desse saber individual, de cada

sistema, agregado com os outros saberes, dos outros sistemas, possa resultar um conhecimento completo do indivíduo.

A necessidade de abordagens holísticas pode conduzir a uma interdisciplinaridade que represente mais do que simplesmente o somatório de várias disciplinas; ou orientar a classificação segundo do caráter da paisagem, como, por exemplo, o “Landscape Character Assessment” (LCA) (Wascher, 2005, p.2).

O LCA é um método de classificação de paisagens, de matriz inglesa, raramente aplicado em paisagens urbanas (Ramos & Silva, 2015), centrado na avaliação do caráter das paisagens. Consiste em analisar padrões distintos, reconhecíveis, e consistentes, que fazem com que uma paisagem, seja diferente de outra (Gonçalves & Curado, 2017). Trata-se de um processo de “mapear, descrever e classificar paisagens, com base na presença e conjugação de determinadas características” (Ramos & Silva, 2015, p.2), que permite agrupar determinadas áreas, em “unidades de paisagem”, ou seja “áreas com características relativamente homogêneas, com um padrão específico que se repete no seu interior, e que as diferencia das suas envolventes” (Abreu et al., 2004, p.17), e que, “mais do que serem homogêneas entre si, são sobretudo diferentes umas das outras” (Ramos & Silva, 2015, p.11). Contudo, “embora alguns tenham tentado construir indicadores de caráter da paisagem, que tentam capturar as propriedades holísticas de paisagem, os enquadramentos conceptuais não estão ainda suficientemente bem desenvolvidos para tentar fazê-lo à escala europeia” (Wascher, 2005, p.95).

3.2. Ideias-chave do Capítulo 3

- Atualmente na literatura existem muitas abordagens sectoriais, que contribuem para uma imagem difusa do conceito de paisagem urbana;
- a abordagem estética tem vindo a incorporar os valores ecológicos na sua avaliação;
- a abordagem holística à paisagem pode não ser completamente abrangente, porque fica sempre a faltar a definição do que representa a frase “maior do que a soma das partes”;
- mais recentemente, a paisagem urbana tem vindo a ser abordada como um recurso económico, e a abordagem económica tem vindo a ter maior realce na literatura;
- as abordagens à paisagem urbana evidenciam as principais preocupações: estéticas, sensoriais/emocionais, ecológicas, funcionais, morfológicas, culturais e económicas.

Capítulo 4. Avaliação da qualidade da paisagem urbana

4.1. A Convenção Europeia da Paisagem e a Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem
4.1.1. Compromissos assumidos pelos Estados-membros
4.1.1.1. Identificação, classificação e monitorização da paisagem
4.1.1.2. Avaliação da paisagem
4.2. Abordagens à avaliação da paisagem
4.2.1. Exemplos de casos de estudo de avaliação de paisagens urbanas
4.2.2. Objetivos de Qualidade Paisagística
4.2.3. Qualidade da paisagem
4.2.4. Avaliação da qualidade da paisagem
4.2.5. Análise do estado da arte (da avaliação da paisagem urbana)
4.2.6. Necessidade de uma nova abordagem à avaliação da paisagem urbana
4.3. Ideias-chave do Capítulo 4

Este capítulo faz um enquadramento temático da avaliação da paisagem, segundo o estipulado pela CEP (2005) e pela PNAP (2015), e aborda, nomeadamente, os Objetivos de Qualidade Paisagística (OPQ) como base para as políticas de paisagem.

Apresenta alguns estudos com tipos de abordagens à avaliação da paisagem urbana, e os aspetos de maior relevância retirados das respetivas avaliações.

Refere-se à necessidade de abordagem à avaliação da paisagem urbana, através do vetor da “qualidade”.

4.1. A Convenção Europeia da Paisagem e a Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2005) é um documento orientador apresentado pelo Conselho da Europa (CoE, 2000a) ratificado pelo Estado Português em 2005 (Decreto n.º 4/2005, 14 de fevereiro). “O Conselho da Europa não tem poderes legais sobre os Estados-membros. Uma vez que as Convenções do Conselho da Europa dependem do acordo e do consenso entre os Estados-membros, a aplicação da Convenção realiza-se através do cumprimento voluntário e dos desafios colocados ao abrigo do direito interno” (Roe et al., 2008, p.7).

“A CoE (2000a) não tem uma base legal como uma Diretiva Europeia e não tem recursos financeiros atribuídos” (Antrop & Eetvelde, 2017, p. 53).

Apesar da CEP (2005) não definir instrumentos financeiros (Gonçalves & Curado, 2017), o Conselho da Europa (CoE, 2008) (Ponto 8, Apêndice 1) indica algumas medidas que os Estados-membros podem implementar para atribuir recursos, e levar a cabo as políticas de paisagem, tal como acordos, contratos ou protocolos entre o Estado e as partes interessadas, donativos, aplicação de taxas, ou retenção “de uma percentagem mínima dos orçamentos das grandes obras públicas e infraestruturas públicas às dimensões paisagísticas” (CoE, 2008) (Ponto 8, Apêndice 1).

No caso da Catalunha (Espanha), por exemplo, na sua legislação (Lei 8/2005 de 8 de junho), já está prevista a “criação de um fundo financeiro dedicado à proteção, gestão e ordenamento da paisagem, da responsabilidade do governo catalão” (Gonçalves & Curado, p. 206), e, na cidade de Barcelona, existe o Instituto Municipal da Paisagem Urbana e Qualidade de Vida, com autonomia financeira, para a gestão da paisagem urbana (Campos, 2015).

A CEP (2005) (artigo 5º) define quatro grandes medidas a serem adotadas pelos Estados-membros:

- o reconhecimento da paisagem transpondo-a para a legislação nacional;
- a implementação de políticas para a proteção, manutenção e planeamento da paisagem;
- o estabelecimento de procedimentos para a participação pública;
- a integração da paisagem nas políticas de planeamento.

A recomendação da CEP (2005) às autoridades competentes, para a implementação de políticas para a paisagem (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016), deu origem, em Portugal, à Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP, 2015), aprovada em Resolução de Conselho de Ministros, nº 5/2015, de 4 julho. Trata-se de um documento orientador, para a implementação de uma política direcionada para a qualidade da arquitetura e da paisagem, estabelecendo-a como um dos pilares estratégicos e prioritários, para o desenvolvimento sustentável do País, e bem-estar dos cidadãos. Nesse sentido, a PNAP (2015) refere que a paisagem deve ser orientada por princípios e objetivos que lhe confirmam qualidade, e evidencia o valor económico da arquitetura e da paisagem, como um recurso gerador de riqueza e de benefícios para a sociedade, e potenciador de desenvolvimento e de crescimento económico (nomeadamente no turismo).

A PNAP (2015) propõe três grandes medidas no seu Plano de Ação⁵, apresentado em 2020:

- medidas de estratégia e coordenação;
- medidas legislativas e de regulação, e
- medidas de informação, sensibilização e educação,

mas, tanto quanto se sabe, a sua definição e implementação estão aquém de estarem concluídas.

Uma das medidas de regulação proposta é a definição de critérios de qualidade para proteção e reabilitação do meio urbano, (que até ao momento ainda são desconhecidos), que contribuam para melhorar os processos de contratação pública em matérias de arquitetura e paisagem.

Tendo em conta as metas estabelecidas pela CEP (2005), e apesar do surgimento da PNAP (2015), falta ainda a aplicação prática no terreno das medidas preconizadas, inclusivamente, no que se refere ao estabelecimento dos procedimentos para a participação pública, pelas autoridades competentes.

Por outro lado, a constatação da falta de concretização dos grandes objetivos da Convenção Europeia da Paisagem (2000), (entretanto renomeada “Convenção de Florença”, em julho de 2021) (Uniscape, 2021), à escala europeia, deu origem à apresentação de um “Manifesto para o futuro da paisagem europeia” (Uniscape, 2021), que, fundamentalmente, reitera os objetivos da CoE (2000a). Este Manifesto reconhece que “a Convenção de Florença é um instrumento internacional essencial, no entanto subutilizado” (Uniscape, 2021, p.4), e refere que, apesar “dos estudos de caso de melhores práticas serem abundantes, a implantação da Convenção, em larga escala, está atrasada” (Uniscape, 2021, p.1). Verifica assim a necessidade de passados vinte anos, se (continuar) a avançar na identificação, caracterização e avaliação de paisagens, para consubstanciar o planeamento e políticas de paisagem já previstas na CoE (2000a), no artigo 6 alíneas C) e D).

Para tal, o Manifesto propõe um Plano de Ação para a Convenção Europeia da Paisagem (Convenção de Florença) liderado por instituições europeias e nacionais, numa coordenação aberta, e com base no modelo Convenção de Faro (CoE, 2005), nomeadamente do seu Plano de Ação ⁶, com iniciativas de políticas baseadas em exemplos práticos, e em resultados

⁵ https://pnap.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PLANO_DE_ACAO_PNAP_2020.pdf

⁶ <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-action-plan>

operacionais tangíveis, e deve funcionar “como um balcão único para as partes interessadas, em aspetos de ação da Convenção de Florença”.

Realça a necessidade de elaboração de “uma Carta da Paisagem, para reforçar a dimensão política da Convenção de Florença, integrando a paisagem em políticas europeias, nacionais e regionais, específicas, e exequíveis, com diretrizes, políticas, estratégias e planos”. Reitera os objetivos, já indicados na Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), no que se refere:

- a) ao “reconhecimento legal e enquadramento da paisagem a nível europeu, nacional e regional”,
- b) à “inclusão da dimensão da paisagem em iniciativas políticas novas e emergentes, relacionadas com o desenvolvimento sustentável da Europa”,
- c) à “promoção de soluções baseadas na paisagem como ferramenta de abordagem sociocultural e desafios ambientais, através de abordagens sustentadas na comunidade”,
- d) ao “aumento da sensibilização e utilização do conceito de paisagem, como ferramenta para desenvolver a identidade europeia, e para expressar os valores que a Europa defende”,
- e) e a implementação de “linhas de pesquisa dedicadas a paisagens sustentáveis, a nível europeu e nacional, ligadas às principais agendas políticas, económicas e sociais europeias” (Uniscape, 2021, p. 5)

4.1.1. Compromissos assumidos pelos Estados-membros

A CEP (2005) refere, no seu articulado (artigo 6º C), que os Estados-membros se comprometem

a:

“a)

i identificar as paisagens no conjunto do seu território;

ii analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;

iii acompanhar as suas transformações;

b) avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada”.

Deste modo, e pese embora não existirem recursos financeiros especificamente atribuídos para o efeito, estas quatro etapas implicam, resumidamente, as seguintes tarefas (Antrop & Eetvelde, 2017):

- 1) definição dos limites das áreas de estudo, atribuição de uma designação, inventariação e mapeamento das respetivas características (identificação e classificação),
- 2) acompanhamento das forças que alteram a paisagem (monitorização), e
- 3) conhecimento e análise dos valores particulares, num processo participativo, com todas as partes interessadas, de cada uma das áreas delimitadas (avaliação).

4.1.1.1. Identificação, classificação e monitorização da paisagem

A identificação da paisagem refere-se ao reconhecimento dos elementos que a compõem. Diz respeito à recolha de toda informação relevante relativa à paisagem, com “descrições, observações de campo, mapas, ilustrações, fotografias e narrativas” (Antrop & Eetvelde, 2017, p.280), que permita a obtenção de uma base de dados. Esta etapa consiste em criar um inventário, com dados de todo o tipo, sobre todos os aspetos das paisagens (tais como a geologia, o relevo a cobertura do solo), com recurso a catálogos, mapas e/ou imagens aéreas (Antrop & Eetvelde, 2017).

A classificação da paisagem consiste “em dividir a paisagem em áreas distintas, de caráter reconhecível e consistente, e agrupar áreas de caráter semelhante” (Swanwick, 2002, p.37), a partir da identificação das características da paisagem, isto é, dos “elementos, ou combinações de elementos, que contribuem para um caráter distinto” (Tudor, 2014, p.54).

A classificação é realizada através de vários métodos, entre os quais os métodos holísticos (através de imagens aéreas, ou paramétricos), e os métodos por agregação, paramétricos. A classificação é realizada a partir da análise e ordenação dos dados recolhidos, de uma forma descritiva (tipologia), e através de mapas (corologia), por forma à obtenção de uma síntese da informação, (que geralmente resulta também em mapas). A tipologia é uma classificação de elementos que são distintos uns dos outros, e que dão origem a agrupamentos com características semelhantes (em termos geomorfológicos, funcionais, visuais/estéticos, sensoriais, entre outros). A corologia refere-se ao mapeamento, através de fotografias aéreas,

dessas características, tendo em conta o contexto geográfico dos diversos grupos de paisagens, e em consonância com a tipologia.

O método holístico, (ou descendente), é baseado num sistema hierárquico, através de subdivisões de unidades territoriais, obtidas a partir das diferenças observadas em imagens aéreas, e de identificação dos respetivos limites. A classificação holística resulta num mapa de zonamento, com limites bem definidos (Antrop & Eetvelde, 2017), cujo exemplo metodológico é o “Landscape Character Assessment” (LCA). Esta metodologia, de avaliação do carácter de uma paisagem, (mencionada anteriormente em “3.1.8. Abordagem holística”), consiste na identificação do conjunto de elementos distintos e reconhecíveis numa paisagem, o qual a distingue das demais, e conduz, através da tipologia e da corologia, à sua caracterização; permite a identificação das unidades de paisagem, isto é, das áreas com uma identidade própria, com características diferentes entre si, (diferente carácter), mas com características semelhantes dentro da própria unidade de paisagem (Simensen et al., 2018). A aplicação da classificação da metodologia LCA, com base numa classificação paramétrica, pode ser utilizada para identificar “tipos de carácter da paisagem”, através de métricas, (tais como, perímetros, áreas de manchas, densidades, percentagens, proporções, entre outras), para evidenciar a mudança de carácter da paisagem (Van Eetvelde & Antrop, 2009).

O método de classificação por agregação (ou ascendente), paramétrico, é um método de classificação, segundo o qual as unidades territoriais são definidas segundo parâmetros – (atributos quantitativos, definidos através de indicadores ou índices) -, que podem ser agregados em grupos (“clusters”, na terminologia inglesa) (Abreu et al., 2004; Campos & Oliveira, 2016; Rego et al., 2021). Este método da Análise de “Clusters” tem aplicação na definição de Unidades de Paisagem, a partir da definição de atributos e dos respetivos indicadores (Abreu et al., 2004). O conjunto das etapas de identificação, classificação e da avaliação do carácter da paisagem (classificação holística, descendente), designa-se por caracterização da paisagem (Simensen et al., 2018).

A paisagem está em constante mudança, pelo que a respetiva monitorização, ou seja, as múltiplas observações ao longo do tempo, tem como objetivo detetar e analisar tais alterações. A monitorização designa-se por “passiva”, quando apenas regista o tipo de mudanças, ou “ativa”, quando deteta ainda os efeitos causados por determinada atividade ou decisão. A monitorização

pode ser realizada através do registo de fotografias aéreas, ou captadas a partir de pontos fixos, e em várias ocasiões, e comparadas com fotografias anteriores, mais recentes ou mais antigas. A monitorização serve para analisar os efeitos das mudanças originadas por fatores culturais, e aferir a eficácia de políticas, para eventual alteração de decisões mal tomadas (Antrop & Eetvelde, 2017).

4.1.1.2. Avaliação da paisagem

A avaliação da paisagem segundo a CoE (2000a), (“avaliação” na terminologia inglesa surge como “assessment”), consiste em “destacar os valores particulares que lhes são atribuídos pelas partes interessadas e pela população abrangida” (Dias & Rodrigues, 2020, p. 12), e, de acordo com a Direção Geral do Território (Oliveira, 2019), tem como objetivo fundamentar a definição de uma estratégia, ou de uma proposta de intervenção na paisagem.

“As partes interessadas” correspondem aos “decisores políticos, especialistas em paisagens, agentes económicos e membros da população” (Dias & Rodrigues, 2020, p. 10).

Segundo o glossário da Convenção Europeia da Paisagem (Dias & Rodrigues, 2020), o “valor” de uma paisagem pode ser económico, se entendido como monetário, isto é, se tomado como o valor do rendimento líquido gerado, ou “não-monetário”, quando os benefícios para a paisagem são obtidos sem participação monetária.

Em qualquer dos casos, entende-se que a paisagem “proporciona a atividade económica, e muitas vezes torna-se um fator central na atração de negócios e turismo” (Swanwick, 2002, p. 87). A paisagem tem um valor social se relacionado com a qualidade de vida e com a sua contribuição para a criação de culturas locais, ou seja, enquanto “valor social e comunitário, como uma parte importante da vida das pessoas, contribuindo para o sentido de identidade e bem-estar” (Swanwick, 2002, p.87), e tem um “valor ambiental por ser um lar para a vida selvagem, e um registo cultural do uso da terra pela sociedade” (Swanwick, 2020, p.87), ou seja, tem um valor “relacionado com o património natural e cultural” (Dias & Rodrigues, 2020, p. 22),

É de realçar que, apesar da avaliação da paisagem não pretender “classificar paisagens ou estabelecer uma hierarquia” (Dias & Rodrigues, 2020, p.12), uma vez que todas as paisagens, excecionais ou degradadas, necessitam de igual preocupação nas políticas de paisagem (Roe

et al., 2008; Saraiva et al., 2017), a atribuição destes valores, sobretudo do valor económico e monetário, pode conduzir, inevitavelmente, a uma comparação entre paisagens.

O conceito de “avaliação da paisagem” teve, em países como a Grã-Bretanha - um dos países pioneiros no estudo da paisagem, “que aplicava políticas de paisagem muito antes do surgimento da Convenção Europeia da Paisagem” (Gonçalves & Curado, 2017, p.200), com uma tradição “de considerar e integrar a paisagem como um elemento-chave, e como uma ferramenta de apoio ao planeamento” (Gonçalves & Curado, 2017, p.203) -, uma evolução conceptual (Figura 36), desde a década de 70’, em que era utilizado o termo “landscape evaluation”, para, ao longo da década de 80’, passar a utilizar a terminologia “landscape assessment”; e na década de 90’, na utilização do termo “landscape character assessment” (LCA) (Gonçalves & Curado, 2017; Jensen, 2007; Swanwick, 2002).

Na tentativa de conter a pressão da utilização de determinadas áreas, como local de lazer, e com preocupações relacionadas com a conservação da natureza, e com a destruição das paisagens devido aos efeitos da agricultura, e ainda, com a finalidade de obtenção de informação sobre as paisagens, para fins estratégicos, ligados ao planeamento e à preservação da paisagem (Jensen, 2007; Muir, 1999), foi desenvolvida uma abordagem na década de 70’, baseada numa metodologia de avaliação, com o termo, “Landscape evaluation”. Esta metodologia, associada à avaliação da paisagem, de modo a determinar a sua qualidade e o seu valor (Jensen, 2007; Swanwick, 2002, Wascher, 2005), tentava identificar “o que faz com que uma paisagem seja melhor do que outra” (Jensen, 2007, p. 163). A abordagem consistia numa avaliação pericial, obtida a partir “da medição quantitativa dos elementos da paisagem” (Gonçalves & Curado, 2017, p.201).

Tal abordagem, contudo, foi alvo de algumas críticas de alguns autores:

- a) a avaliação estava confinada a determinadas áreas, e não previa a aplicação em todas as paisagens (Jensen, 2007);
- b) uma vez que se considerava “que existem determinadas características permanentes da paisagem que contribuem primordialmente para a sua qualidade estética – o relevo, a água, a cobertura vegetal e os artefactos humanos” (Crofts, 1975, p.125), a paisagem era “retalhada” em componentes físicas, como por exemplo, aspetos relativos ao relevo (“montanha”, “planície”, “vale”, “encosta”, “colina”, “planalto”, entre outros), aspetos

- relativos às bacias hidrográficas (“área da bacia”, “presença de água”, “quantidade de água”, “cascatas”, “lagos”, “riachos”, “limpeza da água”, entre outros), cobertura do solo (“florestas”, entre outros) (Appleton, 1975);
- c) as componentes físicas eram subjetivamente selecionadas pelo investigador sem qualquer base teórica subjacente, sem fundamento em princípios estéticos (Appleton, 1975), e sem atender às relações entre as várias componentes (tal como é percebida pela população) (Crofts, 1975);
 - d) a avaliação não era consubstanciada em critérios nem em quaisquer conceitos teóricos de qualidade estética, e cada investigador construía a sua própria classificação (Appleton, 1975; Crofts, 1975);
 - e) a avaliação consistia na classificação quantitativa atribuída às várias componentes da paisagem, com pontuações correspondentes a diferentes realidades, simplesmente adicionadas, e com base no pressuposto de que todas as componentes da paisagem, tinham a mesma importância; ou seja, não era atribuída qualquer ponderação às várias componentes, e o valor global da paisagem correspondia ao valor cumulativo da soma aritmética simples das componentes (Appleton, 1975; Crofts, 1975; Swaffield, 1999);
 - f) a avaliação da beleza cénica da paisagem, era baseada em classificações numéricas, e pela utilização de métodos estatísticos (Jensen, 2007);
 - g) o foco da avaliação encontrava-se “na necessidade de conservar áreas cenicamente atraentes” (Crofts, 1975, p. 124);
 - h) a avaliação da qualidade estética, onde comparações de melhor e pior paisagem, como por exemplo, uma paisagem com relevo, ser melhor ou pior do que uma paisagem plana, não faz qualquer sentido (Crofts, 1975; Muir, 1999);
 - i) a paisagem era avaliada segundo uma vista, observada a partir do local onde se posicionava o observador, e a avaliação poderia ignorar outras vistas, de os outros pontos de observação (Crofts, 1975);
 - j) a avaliação estava centrada apenas na perspetiva cénica, visual, na dimensão estética, e menosprezava outras dimensões da paisagem (Swaffield, 1999);
 - k) a avaliação focava-se apenas nas componentes físicas, e não no resultado das relações entre elas (Appleton, 1975).

Na década de 80' porém, o conceito de avaliação, com a designação de "landscape assessment", foi-se alargando a todas as áreas, rurais e naturais, e focou-se, não no que faz com que uma paisagem seja melhor do que outra, mas no "que faz uma área diferente de outra" (Swanwick, 2002, p.2), com tendência a descrever o que define o caráter de uma paisagem (Dorado, 2019b), através do inventário, da classificação e da avaliação da paisagem.

Foi reconhecida a subjetividade no processo de avaliação e a importância da percepção da paisagem pela população (Gonçalves & Curado, 2017), e que deu origem, nomeadamente, à divisão da avaliação em duas partes: a parte de "assessment" (com a identificação, caracterização e mapeamento) e a parte de "evaluation", com atribuição de julgamentos (Dorado, 2019b; Jensen, 2007).

Contudo, manteve-se ainda o foco na vertente visual da paisagem, uma vez que, por essa altura, se considerava que "o termo paisagem se referia primordialmente à aparência visual do território, incluindo a sua forma, estado e cor" (Jensen, 2007, p. 165).

A avaliação da paisagem foi-se alterando, por se considerar que:

- a) A paisagem deveria alargar-se a outras áreas, e não apenas à proteção de determinadas áreas especiais (Jensen, 2007);
- b) A "população valoriza a paisagem por diversas razões, não apenas por conceitos tradicionais relacionados com a estética, com a beleza" (Swanwick, 2002, p. 3), pelo que, a paisagem, não devia estar confinada a ser apenas um cenário;
- c) Deveria prestar-se mais atenção a outros aspetos relacionados com a paisagem, tais como, o clima, a biodiversidade, a vegetação, a geologia, a arqueologia, a arquitetura, a história, o uso e aptidão do solo, a hidrologia, entre outros (Jensen, 2007);
- d) Deveria procurar-se uma nova abordagem, menos técnica e matemática, e com maior atenção à percepção da paisagem (Jensen, 2007).

Na década de 90' a paisagem começou a ser encarada como uma relação entre as pessoas e os locais, e não com apenas pela sua aparência visual. "Enquanto em "landscape assessment" da década de 80', a paisagem parecia ser vista como um recurso entre muitos, no "landscape character assessment" (LCA), a paisagem é vista como uma relação, mais do que um recurso apenas. Ou seja, é vista como "uma base relacional sobre a qual todos os outros recursos são compilados" (Jensen, 2007, p. 167).

A paisagem diverge de ser avaliada apenas com aquilo que se vê, para passar a ser avaliada também com aquilo que se cheira, com o que se ouve, com o que se sente, ou seja, começa a ser relacionada com a percepção, e ligada aos sentimentos e às memórias.

Por esta altura, a avaliação centrou-se no carácter da paisagem, conceito que vem refletido na definição de paisagem da CoE (2000a), e que “resulta da combinação das componentes físicas da paisagem (geologia, relevo, solo e vegetação) e dos elementos antropogénicos (uso do solo, conjuntos edificados, entre outros)”, que origina um padrão distinto reconhecível, e consistente, composto por elementos, que fazem com que uma paisagem seja distinta de outra (em vez de ser melhor do que outra)”(Eetvelde & Antrop, 2009). “Cada área é mapeada com base nas combinações de características, que fazem com que essa área seja única em comparação com as outras” (Turner, 2018,p. 41). A metodologia LCA consiste na identificação e mapeamento das unidades de paisagem (Gonçalves & Curado, 2017; Jensen, 2007; Ramos & Silva, 2015; Swanwick, 2002). É uma “ferramenta para identificar as características que dão a uma localidade o seu sentido de lugar, e aponta para o que torna uma área diferente das suas áreas vizinhas” (Swanwick, 2002, p. 87). A metodologia, tornou-se no “principal instrumento de estudo da paisagem” (Dorado, 2019b, p. 137), de aplicação abrangente a todas as paisagens, (sobretudo naturais e rurais), e não apenas a determinadas paisagens especiais (Swanwick, 2002).

“A essência da preocupação do método LCA está, em primeiro lugar, em documentar o carácter da paisagem, mais do que em lhe atribuir qualidade ou valor (o que implica uma distinção entre a caracterização e os julgamentos)” (Wascher, 2005, p.Viii). A LCA manteve a divisão entre “assessment” e “evaluation”, em que a primeira diz respeito à caracterização da paisagem (identificação, mapeamento, classificação e descrição do carácter), e a segunda, à atribuição de julgamentos, com “ênfase numa avaliação da paisagem através (ou na prática, com a ajuda) dos “stakeholders” (Jensen, 2007, p. 167), da população e partes interessadas, com vista a “informar um conjunto de decisões diversas sobre a paisagem” (Swanwick, 2020, p. 2), permitindo “que diferentes grupos de interesse julguem melhor qualquer mudança, uma vez que conhecem o que existe e o que é distinto” (Swanwick, 2020, p. 88).

A transposição da metodologia LCA, com origem na Grã-Bretanha, sem a adaptação necessária, tem demonstrado algumas dificuldades de aplicação a outros países europeus, uma vez que a CoE (2000a) estipula a necessidade de identificar e classificar as paisagens, mas “não promove

o desenvolvimento de uma abordagem unificada para a identificação e mapeamento de paisagens”, pelo que “cada aplicação precisa de ser adaptada a cada caso particular, levando em consideração as características específicas” de cada paisagem (Ramos & Silva, 2015, p. 3). A aplicação da metodologia LCA, de raiz inglesa, deve, por isso, ter em conta, a existência das diferenças existentes a outros contextos europeus (Fairclough et al., 2018). Ao nível da caracterização da paisagem, nomeadamente, é necessário ter em conta as diferenças semânticas das palavras de raízes anglo-saxónicas e latinas (como, por exemplo, “landscape” e “paysage”) (Fairclough et al., 2018), (tal como mencionado no Capítulo 2); por outro lado, a partir deste entendimento, é conveniente ter a noção se a avaliação é realizada, acentuadamente, pela vertente visual/cénica (ainda muito enraizada na visão inicial de LCA), ou se é mais abrangente, e inclui outras dimensões da paisagem; e ainda, ter em consideração o tipo de cartografia a utilizar, perante as características físicas de cada país. E ainda saber qual a finalidade da aplicação da metodologia, uma vez que os resultados da caracterização da paisagem têm tendência para ser aplicadas no sistema da administração pública, como por exemplo, em Inglaterra, enquanto em países como Portugal, essa caracterização realiza-se sobretudo “ao nível da academia e em trabalhos de investigação” (Fairclough et al., 2018, p. 4).

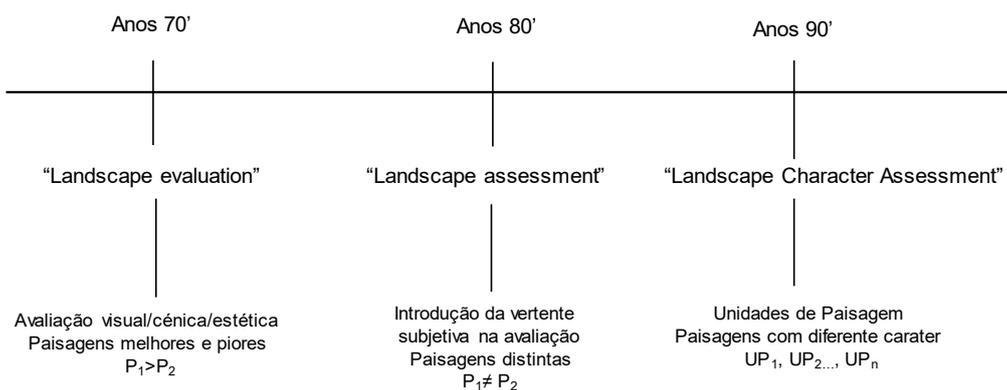


Figura 36 – Evolução do conceito de “avaliação da paisagem” na Grã-Bretanha (Fonte: autora)

Em Portugal, o mapeamento das unidades de paisagem (UP) teve aplicação à escala nacional (Abreu et al., 2004), numa publicação “Contributos para a Identificação e Caracterização da

Paisagem em Portugal Continental”, da Direção Geral do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), em 2004, e identificou, nesse estudo, 128 unidades de paisagem (UP).

A aplicação da metodologia LCA é menos frequente a nível local do que ao nível regional ou nacional, em áreas compactas, em contexto urbano, pelo menos até há poucos anos atrás (Ramos & Silva, 2015); contudo são conhecidos dois casos de aplicação da metodologia LCA: um, em Inglaterra, no Condado de Guilford (Guildford Borough Council, 2007), e outro, um estudo académico, exploratório, de aplicação à cidade de Lisboa.

No primeiro caso, aplicado à cidade de Guilford, no sudeste de Inglaterra, condado de Surrey, foram identificadas 12 UP (e respetivas 29 sub-unidades), o que, segundo a área de Guilford⁷, de aproximadamente 27 100 hectares, corresponde em média, a 660 ha/UP. A metodologia incluiu uma fase de caracterização, com uma descrição da influência física e humana na configuração das paisagens urbanas, (tais como, a geologia, topografia, formas de construção, idade do ambiente construído envolvente, tipologia urbana, materiais de construção locais, arquitetura tradicional, morfologia urbana, elementos específicos da paisagem, estudo das pressões de mudança, e diretrizes pré-estabelecidas pela administração, para a gestão em cada unidade de paisagem definida), e uma fase de julgamentos, correspondente à consulta pública. A avaliação considerou como elementos-chave da paisagem urbana, a morfologia, tal como a malha viária, e a escala e densidade do edificado, e os elementos da paisagem, tal como árvores, jardins, pontos notáveis e vistas.

O trabalho de campo utilizou observações escritas, anotações nos mapas e fotografias, confirmou as fronteiras, previamente definidas, das unidades de paisagem, e adicionou subdivisões de áreas, segundo o seu carácter, (único), e definiu fronteiras (mais) precisas. Contudo, o “carater da paisagem raramente muda abruptamente” (Guildford Borough Council, 2007, p. 7), e as fronteiras representam, sobretudo, mudanças ao nível da topografia, geologia e uso do solo, e são constituídas por ruas, alamedas ou por zonas de campo aberto (Guildford Borough Council, 2007). A consulta pública incluiu a consulta a “stakeholders”, entidades públicas, agências de conservação da natureza, entidades de preservação do património histórico, organizações não governamentais, e autoridades municipais. Foram ainda realizadas

⁷ <https://www.britannica.com/place/Guildford-England>

entrevistas por telefone e enviados postais com fotografias, para reenvio às autoridades (pré-estabelecido através do próprio postal), das respostas com as preferências do público.

O outro estudo académico referido, de cariz exploratório, de aplicação à cidade de Lisboa, realizado por 16 alunos de mestrado, do Instituto Superior Técnico, utilizou a sobreposição de “layers”, de imagens aéreas, e de satélite (em sistema SIG), com mapas temáticos, relacionados com a geologia, cobertura e usos do solo (tais como, agricultura e floresta, construções humanas e elementos históricos), vistas de rio, sistemas ecológicos, rede viária, interfaces de transportes, aos quais se juntaram algumas métricas de densidades de edificado, de “verdes”, de ruas e de outros elementos lineares (Ramos & Silva, 2015).

A análise foi completada com uma observação tridimensional, decisiva para a definição das UP, onde foi analisada a altura das árvores e dos edifícios. A definição das fronteiras das UP demonstrou alguma fragilidade pela falta de consistência na definição dos limites na zona central de Lisboa, em particular nos limites da zona histórica da Baixa. A frente ribeirinha e a grande área verde de Monsanto apresentaram a maior consistência na definição dos seus limites, (sobretudo Monsanto, que se apresentava, desde logo, delimitada por ser um parque urbano). A definição das UP, por cada grupo de alunos, não foi idêntica: enquanto um grupo identificou 4 UP, (com 17 sub-unidades), outro grupo identificou 8 UP, (com 3 sub-unidades, num total de 11 unidades), outro grupo 12 UP, e outro grupo 6 UP, ou seja, cada grupo delimitou fronteiras diferentes. No final da identificação pelos vários grupos de alunos, os limites foram sobrepostos, e identificadas cinco grandes UP, o que, atendendo à área do concelho de Lisboa, com cerca de 10 000 hectares, corresponde, em média, a 2 000 ha/UP.

Este estudo exploratório, revelou algumas limitações na aplicação em contexto urbano:

- foi necessário uma adaptação das “layers”, em SIG, ao contexto urbano;
- o resultado não foi satisfatório, porque faltou uma análise da perceção, no que se refere à identidade de cada UP, que permitisse confirmar, sob este prisma, as fronteiras estabelecidas;
- a delimitação não captou a perceção da população, (captou apenas a perceção da persistência dos limites das áreas), pelo que ficou a faltar a intervenção do público, para o mapeamento das UP, num processo participativo (Ramos & Silva, 2015).

A evolução temporal dos métodos de avaliação da paisagem corresponde à alteração do seu conceito, que deixou de ser meramente visual, para passar a ser acerca das relações entre o

indivíduo e o espaço físico (Jensen, 2007); esta evolução foi acompanhada da alteração da designação de “evaluation” para “assessment” (na terminologia inglesa).

Porém, continuam a surgir, em vários países, artigos científicos, com títulos que incluem tanto o termo “evaluation”, em contexto natural, rural (ou indefinido), (Coeterier, 1996; Hessburg et al., 2014; Pastor et al., 2007; Price, 1976) ou urbano (Afiyanita & Kaswanto, 2021; Campos & Oliveira, 2016; Gavrilidis et al., 2016; Ramos & Panagopoulos, 2010), como o termo “assessment”, em contexto natural, rural (ou indefinido) (Tudor, 2014; Daniel, 2001; Fairclough et al., 2018; Frank et al., 2013; Sowińska-świerkosz et al., 2020), ou urbano, como em Nyari et al. (2019). Dado que, existem vários métodos de avaliação da paisagem em vários países - “só na Alemanha existem mais de 200 métodos” (Butler, 2020, p.392) - , o foco encontra-se na “avaliação da paisagem”, independentemente da terminologia utilizada, ou do contexto geográfico a que se referem.

Desde a década de 90', em Inglaterra, tem sido ainda aplicada, igualmente, a abordagem segundo a metodologia “Historic Landscape Characterization” (HLC), proveniente da consciencialização da importância dos processos históricos, na constituição da forma e do caráter das paisagens, “que vai além da preservação do ambiente físico, e foca-se em todo o ambiente humano, com todas as suas qualidades tangíveis e intangíveis” (Fairclough et al., 2018, p.10).

O que habitualmente era reconhecido como património, (tais como os monumentos, os grupos de edifícios, os locais naturais, culturais, ou de mérito excecional, em termos artísticos, estéticos, ou ainda pela sua originalidade), mudou, de forma a incluir outras dimensões culturais, tais como, a língua, as tradições, as crenças, os costumes, as práticas, as histórias que se transmitem oralmente entre gerações, e ainda a incluir também outro tipo de edificado, tal como o industrial, rural, entre outros. Ou seja, o património deixou de se circunscrever a monumentos e a sítios específicos, e passou a poder encontrar-se em todos os lugares, uma vez que depende das interações sociais. Esta alteração do conceito de património, aproxima-se do conceito de paisagem, seja em termos de abrangência espacial, (ambos se encontram em qualquer lugar), seja de dimensão temporal, (associada aos locais, à criação de experiências individuais ou dos valores da comunidade criados pelas paisagens).

O HLC é uma metodologia de representação espacial, semelhante à LCA, no que se refere ao mapeamento do caráter, mas apresenta algumas diferenças no modo como se processa a identificação e o mapeamento; enquanto o HLC utiliza um número limitado de categorias (ou “de tipos de paisagens históricas com caráter”), em que diferentes áreas têm processos históricos semelhantes e reconhecíveis, o LCA identifica áreas com caráter diferente, independentemente de estar pré-definido. Por outro lado, apesar de poderem usar várias escalas de trabalho, as de LCA e de HLC tendem a ser diferentes, com as primeiras a serem maiores do que as segundas, que tendem a ser mais pequenas (Turner, 2018). A HLC é uma metodologia que ilustra o processo do tempo em todas as áreas, e não somente nas áreas especiais, e em todos os períodos temporais, e não apenas nos mais antigos (Dobson, 2012).

A aplicação à escala local, em contexto urbano, pode ser realizada através de SIG, ou de fotografias aéreas, com identificação de polígonos, que identificam áreas distintas entre si, mas de características semelhantes dentro do mesmo polígono.

As fronteiras são definidas pelas mudanças de características, circunscrevendo áreas com características semelhantes. “Enquanto a área típica rural de HLC pode ser acerca de 300 a 500 ha, em contexto urbano, a área média é acerca de 2 ha” (Dobson, 2012, p.17). Para esta delimitação, em contexto urbano, pode contribuir o método de Cozen (referido no Capítulo 3), que proporciona informação sobre a morfologia urbana, e realça “a importância da temporalidade na sua formação” (Dobson, 2012, p.13).

4.2. Abordagens à avaliação da paisagem

As metodologias que existem para a avaliação da paisagem, são sobretudo destinadas às paisagens rurais e naturais (Dorado, 2019a; Dorado, 2019b; Ramos & Silva, 2015), em que a presença de elementos construídos (edifícios e infraestruturas), é mínima, pelo que, a aplicação de modelos, normalmente utilizados em avaliações ecológicas (Dorado, 2019b), em que o “fenómeno humano não é considerado em si mesmo, e quando o é, apenas é abordado pela vertente negativa, pelas alterações das relações naturais e dos ecossistemas, vinculando-o com âmbitos altamente contaminados ou artificiais” (Dorado 2019b, p. 134), são de aplicação desajustada à paisagem urbana (Dorado, 2019a).

Com efeito, determinados atributos utilizados na avaliação visual da paisagem rural (por exemplo, com vista à identificação de indicadores), tal como “naturalidade” (“naturalness”, no sentido do grau de aproximação ao estado natural), “distúrbio” ou “manutenção”, têm conotações diferentes se aplicados em meio rural ou em meio urbano, pelo que se justifica desenvolver um novo enquadramento (e uma nova terminologia) para aplicação em meio urbano (Tveit & Sang, 2014). “As metodologias foram desenvolvidas especificamente para paisagens rurais, e não podem ser transferidas diretamente para paisagens urbanas” (Ramos & Silva, 2015, p.3).

A avaliação qualitativa faz uma descrição das propriedades da paisagem, e pode referir-se, no que toca à paisagem urbana, aos estilos arquitetónicos, à altura dos edifícios, ao alinhamento das fachadas, entre outros. A avaliação quantitativa utiliza variáveis (ou índices), para avaliar determinados atributos da paisagem (Antrop & Eetvelde, 2017; Bostanci & Ocakç, 2011). A avaliação quantitativa, apesar de parecer mais objetiva, contém em si muita subjetividade e incerteza, na medida em que, na avaliação da paisagem, e independentemente do tipo de avaliação, existe sempre um certo grau de subjetividade (Antrop & Eetvelde, 2017), relacionado com a presença e a perceção do observador.

A avaliação da paisagem de cariz técnico-científico, é realizada através de agentes de planeamento, (nos quais se incluem os investigadores, e todos aqueles com experiência profissional em planeamento e em paisagem), e pode envolver avaliações de carácter qualitativo ou quantitativo. Alguns autores referem que a avaliação pericial, quer qualitativa quer quantitativa, tem sido criticada, por ter níveis de precisão inadequados, no que se refere à confiança e validade dos resultados (Daniel, 2001), embora outros autores considerem que, uma avaliação pericial, realizada por especialistas, evidencia um maior grau de exigência na qualidade da paisagem, e tende a produzir “recomendações de modo a serem integradas em planos ou projetos” (Saraiva, 1995, p.190).

Uma vez que uma abordagem pericial pode não ser suficiente para abranger a dimensão holística da paisagem, e capturar a perceção da paisagem (Ramos & Silva, 2015), tem-se verificado que os estudos destinados à avaliação da paisagem são sobretudo de cariz participativo (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016), baseados na análise de preferências do público, cujos julgamentos dependem das experiências vividas e das emoções provocadas pela paisagem (Capilla & Gabaldón, 2017).

Da amostra da população a questionar sobre a percepção da paisagem, deverão fazer parte determinados atores relevantes, tais como, os residentes, os técnicos, os autarcas, os investigadores e os visitantes (Abreu et al., 2011), e os métodos a utilizar podem ser diversos. A preferência direta é revelada através de inquéritos e entrevistas, e pode recorrer à visualização de figuras, de imagens reais ou hipotéticas (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Rodriguez, 2000; Moratiel, 2017), à comparação de fotografias (Saraiva, 1995) ou à construção de cenários exploratórios sobre o futuro, isto é, através de fotografias “manipuladas” em “softwares” específicos, de várias opções de atuação no território - “simulações de paisagens hipotéticas” (Castel-Branco et al., 2011, p. 50) - de cenários alternativos da paisagem urbana (Ramos, 2010). Este tipo de avaliação pode ser de carácter qualitativo, através de inquéritos abertos e de respostas verbais, ou de carácter quantitativo, através de atribuição de valores numéricos (Gavriliadis et al., 2016). A preferência indireta é revelada através das escolhas comportamentais do público, (dos residentes e utilizadores do espaço público), nomeadamente, através das respetivas deslocações e estadias (Price, 1976; Wen et al., 2015).

Existem estudos com avaliações comuns, entre ambos os atores, peritos e população, o que enfatiza a necessidade de negociação e de consenso tendo em conta que os conhecimentos, do público e dos especialistas, se complementam (Daniel, 2001; Sowińska-świerkosz et al., 2020a). A avaliação pericial pode ser conjugada com outros métodos, como, por exemplo, de cenarização, e, em conjunto, serem “utilizados como instrumentos no processo de planeamento e ordenamento” (Ramos, 2008, p. 94).

4.2.1. Exemplos de casos de estudo de avaliação de paisagens urbanas

Da revisão bibliográfica realizada, foram identificados alguns estudos, em que é efetuada uma avaliação da paisagem urbana, pericial e pelo público, ou apenas pericial, quantitativa ou qualitativa, com enfoque na avaliação visual estética. Existem estudos de cariz participativo, de consulta direta ao público (inquéritos de preferência), e/ou com a participação de estudantes, em representação do público; ou de consulta indireta, através de textos recolhidos em “websites” e “blogs” de viagens. Os casos de estudo (por ordem cronológica) são os seguintes:

Nasar (1998) Knoxville e Chattanooga (Tennessee) Estados Unidos da América

<p>Avaliação pelo público, qualitativa; observação da “paisagem da cidade”, em termos de “agrado” (+) e “desagrado” (-)</p> <p>160 residentes e 120 visitantes</p>	<p><i>5 “Atributos” em termos de “agrado”</i></p> <p>Elementos naturais - presença de vegetação, água e montanha (+)</p> <p>Ordem - organização, coesão, compatibilidade entre os elementos da paisagem urbana (+)</p> <p>Manutenção - limpeza, bom estado de conservação e edificado de construção recente (+)</p> <p>Abertura de vistas - espaços abertos, vistas panorâmicas (+)</p> <p>Lugares com significado histórico (+)</p> <p><i>4 “Atributos” em termos de “desagrado”</i></p> <p>Áreas construídas, grandes contrastes no edificado, dispositivos para anúncios comerciais, zonas industriais, cabos, postes e equipamentos de sinalização (-)</p> <p>Degradação e sujidade do espaço público, existência de ervas daninhas, falta de manutenção e delapidação do mobiliário urbano (-)</p> <p>Vistas reduzidas, ruas estreitas com excesso de população (-)</p> <p>Áreas com evidência de desordem, caos, falta de uniformidade e de compatibilidade (-)</p>
--	--

Galindo & Hidalgo (2005) Málaga, Espanha

<p>Avaliação do público, quantitativa; observação de 3 lugares considerados mais atrativos e 3 menos atrativos</p> <p>132 residentes</p>	<p><i>11 “Características” (p.21) seleccionadas pelos autores do estudo</i></p> <p>Vegetação</p> <p>Diversidade visual</p> <p>Harmonia entre todos os elementos</p> <p>Abertura de espaços</p> <p>Luminosidade</p> <p>Lugares históricos e identitários</p> <p>Limpeza</p> <p>Manutenção</p> <p>Atividades de lazer</p> <p>Lugares de encontro</p>
--	--

Novos lugares

5 Categorias

Lugares de lazer onde é possível caminhar (+)

Lugares com ligação à identidade histórica do local (+)

Locais com vistas panorâmicas (+)

Zonas habitacionais em geral, e de classes trabalhadoras (-)

Áreas industriais (-)

Gao & Asami (2007) Tokyo e Kitakyushu Japão

Avaliação pericial, quantitativa; observação das ruas das zonas residenciais	11 “ <i>Fatores</i> ” (p. 158) selecionados pelos autores do estudo
2 investigadores (autores do estudo) recolheram os dados separadamente um do outro. Verificou-se uma coincidência de informação em 94% dos casos (6% dos casos foram tratados isoladamente)	Alinhamento de fachadas (+) Conformidade de materiais de construção e cores (+) Compatibilidade de estilos arquitetónicos (+) Alinhamento das cérceas e compatibilidade dos estilos arquitetónicos dos telhados (+) Abertura e variedade dos espaços formados pelo edificado (+) Presença de “verde” contínuo, ao longo das ruas (+) Presença de “verde” ao longo das fachadas (+) Presença de vegetação em parques e árvores ao longo dos passeios (+) Espaços pedonais limpos, sinalização e publicidade ordenada, com estacionamento automóvel que permite a circulação pedonal (+) Espaços públicos com vitalidade, que permitem a interação social (+) Espaços públicos com mobiliário urbano, arte urbana, elementos com água, e boa iluminação (+)

Ramos & Panagopoulos (2010) Faro, Portugal

Avaliação visual estética, qualitativa; observação pela população	“ <i>Características/elementos</i> ” selecionadas pelos peritos” p. 123
Questionário desenhado por peritos para “não peritos”, com base em fotografias	Presença de água (+) Cor (+) Luminosidade (+) Vistas (+)

Falta de manutenção (-)
 Ausência de vegetação (-)
 Sensação de abandono (-)

Castel-Branco et al. (2011) Barreiro, Seixal e Moita, Portugal

<p>Avaliação visual, pela população, qualitativa, através de fotografias, e mapeamento das áreas de maior e de menor qualidade visual</p> <p>200 indivíduos</p>	<p>10 “Variáveis explicativas para as preferências” (selecionadas pelos peritos) (p.68)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vista potencial para a água - Grau de naturalidade - Profundidade visual - Grau de limpeza e manutenção - Gestão - Uso do solo - Raridade - Grau de segurança - Carater tradicional da arquitetura <p>“Aspetos” (+) e (-) valorizados pelo público a partir das fotografias apresentadas (p.70)</p> <p>Vistas profundas para o estuário (+)</p> <p>Núcleos históricos densos, bem mantidos, de arquitetura vernacular, e com facilidade de locomoção para o peão (+)</p> <p>Áreas “verdes” e praças urbanas bem infraestruturadas e mantidas (+)</p> <p>Passeios marginais sólidos de interface com a distância do estuário (+)</p> <p>Zonas industriais atrás de muros, desativadas, em núcleos urbanos (-)</p> <p>Presença nas vias e na paisagem de painéis publicitários (-)</p> <p>Áreas residenciais sem infraestruturas, vias, espaços verdes e/ou árvores (-)</p> <p>Construções, devolutas, abandonadas ou em ruínas (-)</p> <p>Caneiros de água não tratada (-)</p> <p>Postes de iluminação, antenas, linhas de alta tensão (-)</p> <p>Plataforma logística com grandes superfícies impermeabilizadas (-)</p> <p>Sucatas (-)</p> <p>Estruturas urbanas densas, com arruamentos estreitos, estacionamentos confusos e sem árvores (-)</p>
---	--

Áreas agrícolas expectantes ocupadas por construções clandestinas (-)

Gavrilidis et al. (2016) Ploesti, Roménia

Avaliação visual, pericial, quantitativa, através de inquérito a peritos, e avaliação ao público, através de inquérito “on line”, quantitativa, e mapeamento da cidade de acordo com um índice de qualidade

Avaliação pericial: 6 “componentes” (p.159) selecionadas pelos peritos, para avaliação pericial (5 pontos escala de Likert e pelo público, com 3 pontos na mesma escala):

Avaliação por 1 perito (não residente) versus avaliação por 61 residentes

Verificou-se uma coincidência de valores entre os valores do índice correspondente à avaliação pericial, e os valores atribuídos pelo público, em cerca de 75% das respostas

- 1) Conjunto edificado – altura, cor, estética, arquitetura, idade
- 2) Edifícios de vários pisos – altura, varandas, aparelhos de ar condicionado, antenas de televisão, isolamento térmico, tipos de janelas
- 3) Casas individuais – altura, idade, estilo arquitetónico, jardins, vedações e telhados
- 4) Infraestruturas urbanas – ruas, passeios, sumidouros, mobiliário urbano, gestão de resíduos urbanos, fauna, parques de recreio
- 5) Infraestruturas verdes – parques, praças, florestas, árvores
- 6) Outros elementos – rios, lagos, áreas pedonais, casas individuais, edifícios de diferentes estilos arquitetónicos, significado histórico e cultural

12 “itens” (p.164) selecionados pelo público que influenciaram a sua perceção

Edificado (+)

Áreas verdes (+)

Infraestruturas de transportes (+/-)

Fauna (-)

Locais industriais (-)

Locais comerciais (+)

Locais de trabalho (+)

Instituições públicas (+)

Tráfego automóvel (-)

Condições de vida (-)

Estrutura étnica da população (-)

Gestão dos resíduos urbanos (+/-)

Sowińska-Swierkosz et al. (2020a) 3 zonas da cidade de Lublin, na Polónia

Avaliação (pericial e pelo público) quantitativa de “Objetos da paisagem urbana”	6 “categorias” (p. 598) selecionadas pelos peritos
Modelo matemático que “mistura” as avaliações do “público” e dos peritos	Uso do solo
50 estudantes (que representam o público), e avaliações realizadas por 4 peritos (autores do estudo).	Organização espacial
	Valores naturais
	Qualidade ambiental
	Valores culturais
	Valores estéticos

Preferência por:

- Edifícios históricos (+)
- Edifícios com funções educacionais (+)
- Edifícios com funções religiosas, de meditação e de contemplação (+)
- Diversidade de unidades comerciais, restaurantes, bares, galerias de arte (+)
- Diversidade de serviços (+)
- Lugares de entretenimento e lazer (+)
- Preservação do património edificado ou natural (+)
- Atratividade estética (+)

Afiyanita & Kaswanto, (2021) 5 zonas da cidade de Bogor City, Indonesia”

Avaliação da qualidade estética, visual, pericial /quantitativa, e pelo público/ quantitativa	5 “Atributos” (p.3) (ou “Características” (p.6)) atribuídos pelos peritos (com maior pontuação)
Utilização da rede social “Instagram” na procura dos locais de preferência do público (selecionados 5 locais preferidos pelo “upload” das fotografias pelo público); pesquisa no Instagram dos locais da cidade com mais “posts” (em dois anos consecutivos, 2018 e 2019)	- Grau de aproximação ao estado natural (presença de elementos naturais)
Fotografias apresentadas a 67 peritos (estudantes de arquitetura paisagista) para avaliação numérica	- Originalidade (“uniqueness”)
Inquérito a 150 inquiridos (30 em cada local), estudantes de liceu com 17-22 anos, em representação do público (65 residentes, 85	- Conformidade (“suitability”)
	- Atratividade estética
	- Tranquilidade (“calmness”)

visitantes) atribuição de uma % (de 0% a 100%), a cada local

Gao & Liu (2021) Londres Grã-Bretanha

Análise subjetiva, qualitativa da estética da paisagem urbana

56 textos de “websites” e “blogs”
(análise de conteúdo)

8 “Aspetos” p.1 ou “Dimensões” p.6

“Complexidade” – multiculturalidade (+), contraste entre o moderno e o antigo (+)

“Imagem” – elementos inovadores (ex: London eye), cor simbólica, singularidade dos autocarros vermelhos de dois andares e com os táxis, vistas para o rio, combinação dos estilos arquitetónicos (+)

“Escala visual” – abertura do campo de visão, ruas estreitas, profundidade de vistas, vistas de edifícios icónicos (+)

“Coerência” – articulação do edificado moderno e do antigo, sem uma rutura abrupta, ausência de sons e odores desagradáveis (+)

“Presença da natureza” – jardins, lagos e aves; grande área “verde” que serve de pulmão à cidade; conectividade dos parques urbanos; forma como o rio liga os elementos culturais e os naturais; possibilidade de usufruto das zonas verdes (+)

“História” – ambiente histórico da cidade; ambiente religioso “respirado” pela existência de inúmeras igrejas (+)

“Ordem” – manutenção e gestão, ruas limpas, ruas sem estacionamento automóvel; boas condições de circulação viária; existência de pessoas “bem vestidas, asseadas e andar rapidamente para o trabalho”; rituais de etiqueta e cerimónias da cidade (+)

“Experiência” – iluminação noturna; clima (cor do céu e do por-do-sol); frequência (elevada) de cerimónias na cidade; número (elevado) de horas de sol (+)

Nos exemplos referidos são utilizados termos variados, tais como, “atributos”, “características”, “categorias”, “fatores”, “componentes”, “itens”, “variáveis”, “aspetos”, “elementos”, “valores”, para identificar os atributos, (ou critérios, em contexto de avaliação), segundo os quais são avaliadas

as paisagens urbanas. Esta variedade de terminologia, não facilita, no processo de avaliação, a utilização de conceitos, de forma inequívoca.

Estes exemplos de estudos, permitem constatar uma prevalência da avaliação da paisagem urbana visual, e realizada maioritariamente com inquirição ao público (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Liu, 2021; Nasar, 1998; Ramos & Panagopoulos, 2010). Alguns dos estudos, incluem os dois tipos de avaliação, pericial e pelo público (Afiyanita & Kaswanto, 2021; Gravididis et al., 2016; Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016), e apenas um estudo apresenta uma avaliação totalmente pericial (Gao & Asami, 2007).

Na maior parte dos casos, os “atributos”, (aos quais são atribuídos outras designações, embora com sentido semelhante), segundo os quais são realizados a avaliação, são seleccionados pelos peritos, (autores dos estudos); contudo, existem alguns estudos, em que os atributos são indicados pelo público, em termos das suas preferências (Castel-Branco et al., 2011; Gao & Liu, 2021; Gavididis et al., 2016; Nasar, 1998; Ramos & Panagopoulos, 2010; Sowińska-Świerkosz et al., 2020).

Deste conjunto de estudos é possível retirar alguns atributos da paisagem urbana, segundo as preferências do público, ou pré-seleccionados pelos respetivos autores, contudo, são retirados de contextos urbanos muito específicos, (como é o caso das cidades onde se realizaram os estudos), com características particulares, e, por isso, não replicáveis a outros contextos urbanos. Apesar disso, os conceitos associados a esses atributos, podem servir de base, numa situação de avaliação, à identificação de critérios de qualidade da paisagem urbana. Na Figura 37, estão representados alguns atributos, comuns a alguns dos estudos, representados pelos respetivos autores:

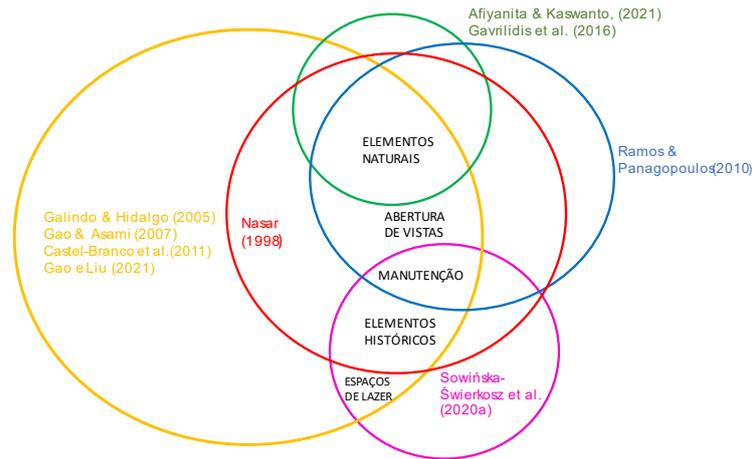


Figura 37 – Atributos comuns a alguns dos estudos, representados pelos respectivos autores (Fonte: autora)

Desta imagem é possível concluir que os “elementos naturais”, “a abertura de vistas”, a “manutenção”, “os elementos históricos” e os “espaços de lazer”, são os atributos que constituem o denominador comum em termos de preferências do público e dos peritos.

4.2.2. Objetivos de qualidade paisagística

A CEP (2005) prevê ainda a definição de “Objetivos de Qualidade Paisagística” (OQP), que “correspondem à formulação, pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida” (CEP, 2005, artigo 1º). A uma “paisagem específica” corresponde uma designação única, e determinados limites, dentro dos quais se encontram “características específicas” (Dias & Rodrigues, 2020).

Os OQP devem procurar aumentar a qualidade paisagística (Olmo, 2014) ou “pelo menos não provocar o declínio (da paisagem)” (Abreu et al., 2011, p. 19). De acordo com as recomendações da Direção Geral do Território (Oliveira (2019), os OQP deverão corresponder a uma visão estratégica para o território, e como tal, constituir uma base de cenarização de uma paisagem desejada pela população.

Assim, as três vertentes, a serem consideradas na definição dos OQP são os seguintes:

- a) Os OQP devem ser definidos e assumidos pelas autoridades públicas competentes;
- a) Os OQP devem corresponder às expectativas das populações;

- b) Os OQP devem refletir uma visão estratégica para os territórios por forma a poderem ser incluídos nos Planos Diretores Municipais (PDM's).

Em Portugal foi recomendada a realização de “Estudos de Paisagem”, a serem incluídos no PDM's, (e nas respetivas Revisões), onde deveriam constar os OQP (em cada delimitação de Unidade de Paisagem) (Abreu et al., 2011).

Contudo, em Portugal, tanto quanto se sabe, à data de hoje e, a avaliar pelo Plano de Ação da PNAP (2015), apresentado em 2020, as metodologias para identificação dos OQP e para a consulta pública, ainda não estão desenvolvidas, nem não se encontram estipuladas as respetivas medidas específicas no quadro de elaboração e revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Com efeito, “a partir do momento que se sabe quais os elementos de uma paisagem que, combinados ou sós, são preferidos pela população, o planeamento da paisagem passa a dispor de linhas mestras de orientação, para saber o que se deve preservar, o que se pode mudar e projetar de novo” (Castel-Branco et al., 2011, p. 43). Uma das recomendações do Conselho da Europa (CoE, 2008), é a da implementação de “Observatórios de Paisagem”, com a finalidade de

“- caracterizar, e monitorizar as dinâmicas de transformação das paisagens;

- apoiar a formação dos especialistas e do público em geral, sobre as temáticas da paisagem;

- sensibilizar as populações para os valores da paisagem” (Saraiva et al., 2017, p.280).

Estes Observatórios, podem ser um ponto de encontro de especialistas, de decisores e da população, interessados na paisagem, e funcionar em estruturas tipo “top-down”, (quando são de intervenção de entidades estatais, centralizadas), ou “bottom-up”, (quando partem da iniciativa pública, espontânea, com o envolvimento das comunidades, e o intuito de valorização do território, entre outros) (Saraiva et al., 2017). Contudo, quanto se sabe, por enquanto, não se aplicam a contextos urbanos.

Na Catalunha, em Espanha, o organismo estatal para a sensibilização da sociedade em matéria de paisagem, em funcionamento desde março de 2005 - o “Observatório del Paisaje de Cataluña” -, “que constitui uma entidade de aconselhamento da administração da região” (Saraiva et al., 2017, p.280), define os “Catálogos de Paisagem”, que determinam a tipologia das paisagens, atuais e futuras, da Catalunha. Esses Catálogos, que servem como uma ferramenta para a

implementação das políticas de paisagem, integram “a identificação, caracterização, e avaliação da paisagem, a definição dos OQP, e o estabelecimento de diretrizes, medidas e propostas de atuação” (Nogué & Sala, 2008, p. 85), “com a participação ativa de todos os que intervêm no território” (Nogué & Sala, 2008, p. 43).

Dada a subjetividade inerente ao conceito de paisagem, traduzida pela presença de um observador, e pela percepção individual, a CoE (2000a) pressupõe a consulta pública na identificação dos OQP, que “representam a declaração das preferências paisagísticas da sociedade” (Nogué & Sala, 2008, p. 92).

Os “processos de participação pública são muito exigentes do ponto de vista de recursos e de tempo” (Santé et al., 2020, p.3), e podem, por exemplo, implicar esforços conjuntos entre a administração pública e a Academia; podem recorrer a plataformas eletrônicas criadas, especificamente, para a participação pública, e/ou envolver, eventualmente, o envio de milhares de convites à população para integrar inquéritos, contendo fotografias e imagens para a construção de cenários, para aferir o grau de satisfação do público (Santé et al., 2020).

O processo de participação pública pode ser realizado através de inquéritos telefônicos, ou por correio, ou através de entrevistas (Abreu et al., 2011; Santé et al., 2020); de questionários, por exemplo, com base em fotografias, e com o apoio a plataformas eletrônicas em SIG, para captação da percepção, graus de satisfação da população, e construção de cenários (Santé et al., 2020), ou seja, de “cenários exploratórios para visualizar paisagens futuras plausíveis” (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016, p.506); podem envolver grupos de discussão (Ramos et al., 2019) e/ou “workshops” (Abreu et al., 2011; Ramos, 2010; Santé et al., 2020), e/ou a identificação de um conjunto de indicadores e índices de componentes de paisagem, (existentes e/ou desejados), utilizados para a avaliação de preferências do público (Santé et al., 2020; Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016).

No entanto, na definição dos OQP, e apesar da grande importância que se atribui à participação pública, constata-se por um lado, a existência de “muito poucos artigos científicos da “Web of Science” (base de artigos) com a procura por “landscape quality objectives”, no título, apenas quatro artigos, e pelo tópico, apenas 13 artigos, no período de 1900-2020” (Santé et al., 2020, p.2), o que, por um lado, demonstra a escassa produção de investigação sobre estas matérias, e por outro, “um grande vazio na procura da definição dos OQP” (Santé et al., 2020, p.2). Verifica-

se ainda que, em muitos casos, “só são auscultadas as autoridades públicas e/ou “stakeholders”, e não a população em geral” (Santé et al., 2020, p.2).

A CEP (2005), não define quais são os OQP, e tanto quanto se sabe, até ao momento, as autoridades públicas competentes portuguesas não os definiram ainda, para nenhuma parte do território nacional, (e muito menos em contexto urbano), nem tão pouco estão definidas as aspirações das populações, que, sendo por vezes pouco coerentes (Antrop & Eetvelde, 2017), torna mais complexa e demorada a tarefa de definir esses objetivos. Com efeito, “o envolvimento da população com vista a assegurar o seu contributo nos processos de decisão (...) não é muitas vezes respeitado e tido em consideração”, porque, para além “da falta de divulgação desta medida”, (de consulta pública), há também o “próprio desinteresse do público” (Castel-Branco et al., 2011, p. 48).

Constata-se assim que é relevante desenvolver abordagens metodológicas, que promovam o processo de definição dos OQP (Ramos, 2010; Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016; Santé et al., 2020), cuja definição, apesar de constituir um processo participativo, deve ter por base, e integrar, o conhecimento de especialistas, nas diversas componentes da paisagem (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016), uma vez que “os peritos possuem conhecimentos específicos sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas da paisagem” (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016. p. 605).

A integração do conhecimento de peritos, e da avaliação da população, no processo de consulta pública, pode proporcionar a obtenção de resultados, de forma eficaz, para o estabelecimento de uma política de paisagem, e permitir que a consulta pública, não conduza apenas, a um conjunto de informação marginal, e/ou irrelevante.

4.2.3. Qualidade da paisagem

O conceito de “qualidade”, segundo a Norma Portuguesa NP EN ISO 9000, 2015,(Instituto Português da Qualidade, 2015), representa o grau de satisfação de requisitos, dados por um conjunto de características intrínsecas de um objeto, sendo que, “um requisito” é a “necessidade ou expectativa expressa, geralmente implícita ou obrigatória” (NP EN ISO 9000, 2005, p. 24), uma “característica”, “um elemento diferenciador” (NP EN ISO 9000, 2005, p. 31) e um “objeto”, uma “entidade” (NP EN ISO 9000, 2005, p. 24).

Pode definir-se a “qualidade”, como sendo qualquer característica que determina se um objeto é bom ou mau, quando comparado com uma característica-padrão (Suratkon et al., 2016). Para alguns autores, a qualidade da paisagem tem os seguintes significados:

(Abreu et al., 2011, p.44) “A paisagem, (...), deve apresentar uma qualidade que seja sinónimo de identidade, segurança e sustentabilidade.”

Castel-Branco et al. (2011, p.46) “(...) a qualidade visual deve ser incluída nos critérios de planeamento da paisagem”.

(Daniel, 2001, p. 268) “A qualidade advém da relação entre as propriedades da paisagem e os efeitos dessas propriedades nos observadores.”

(Galindo & Rodriguez 2000, p. 1) “A qualidade (...) é geralmente considerada como um contínuo de perfeição, ou dimensão de excelência, segundo o qual várias paisagens estão situadas. A questão é a de saber quem coloca as paisagens numa determinada posição nesse contínuo, e sob que critérios (...)”.

(Gavriliadis et al., 2016, p.155) “A qualidade da paisagem urbana pode ser usada como um indicador de alta ou baixa qualidade do nível de vida”

(Mahdi et al., 2016, p. 90) “Uma qualidade elevada do meio ambiente pode transferir benefícios e sentimentos de bem-estar, felicidade, e satisfação, através das suas características físicas sociais e simbólicas.”

(Polat & Akay, 2015 p. 573) “A qualidade da paisagem advém da relação entre as características da paisagem e dos efeitos que essas características produzem no indivíduo.”

(Sowińska-Wierkosz & Michalik-Nieek, 2020b, p.1) “A qualidade da paisagem é entendida com o estado, em que a estrutura espacial, funcional e visual de uma paisagem se encontra em determinado momento.”

(Vizzari, 2011, p. 109) “A qualidade da paisagem está diretamente relacionada com os seus componentes e características e com as inter-relações espaciais e funcionais.”

O grau de satisfação dos requisitos pré-definidos, permite estabelecer uma base comparativa da paisagem, função do grau de realização atingido, e, conseqüentemente, mapear - através de critérios, e de um modelo de avaliação -, as áreas de maior e pior qualidade da paisagem urbana (Gavriliadis et al., 2016).

A qualidade da paisagem, na sua multidimensionalidade, pode ser encarada como um “Landscape service”, (“serviço de paisagem”, conceito referido no Capítulo 3), à semelhança de outros serviços proporcionados pela paisagem, tais como os serviços estéticos, de contemplação, entre outros, e que contribua de uma forma integrada, para a qualidade de vida dos cidadãos.

4.2.4. Avaliação da qualidade da paisagem

A avaliação da qualidade da paisagem pode variar consoante a época, os grupos sociais, os interesses de cada grupo, e consoante o tipo de utilizador do espaço, seja como residente, ou como frequentador habitual, turista, ou visitante esporádico. A perceção, ou a recolha de informação sobre o meio envolvente, envolve todos os sentidos para além da visão, e está fortemente vinculado à valoração da paisagem (Capilla & Gabaldón, 2017). Os vários grupos sociais respondem de modo diferente às solicitações, e aos valores que representam a qualidade de uma paisagem. Por exemplo, se por um lado, uns apreciam os parques (Figura 38), os bosques, os rios, favoráveis à prática de caiaque, pesca, picnics ou “jogging”, outros, apreciam os bosques para a realização de atividades como a equitação, o golf, andar de bicicleta e/ou a pé; se por um lado, há aqueles que preferem a contemplação estética, por outro há os que privilegiam o aspeto funcional (Donadieu, 2002). Por um lado, podem existir áreas com equipamentos de saúde, escolares, de lazer, com espaços verdes, boas acessibilidades, ou seja, com bons indicadores de qualidade de vida, mas que se encontram vazios, e onde não é possível estabelecer relações de vizinhança; e outras áreas, sem tais indicadores de qualidade de vida, mas que, devido a elevados valores paisagísticos, e culturais, se encontram cheios de vitalidade (Abreu et al., 2011). Ou seja, não se pode desligar a avaliação da qualidade da paisagem das escolhas individuais, sejam sociais, económicas ou comportamentais, visto o conceito abranger muitas dimensões (Oueslati et al., 2011).



Figura 38 - Jardins de Hyde Park em Londres, Inglaterra (2015) (Fonte: autora)

A avaliação individual da qualidade da paisagem é a avaliação do resultado da inter-relação entre as características da “paisagem-espaço físico”, e a “paisagem-percepção”, subjetiva, diretamente ligada ao observador, e às sensações e experiência (Abreu et al., 2004).

Assume inequivocamente a existência de duas componentes de avaliação: da qualidade objetiva, no primeiro caso, relacionada com a avaliação do espaço físico, dos aspetos materiais, tangíveis, (das suas componentes, naturais e inertes, das características dos materiais, da conservação, etc), e a qualidade subjetiva, relacionada com a avaliação da experiência da paisagem, com os aspetos imateriais, intangíveis da paisagem (conceitos referidos no Capítulo 2).

Uma avaliação individual, objetiva, da qualidade da “paisagem-espaço físico”, não implica necessariamente uma avaliação subjetiva, idêntica, da qualidade da “paisagem-percepção”, ou seja, nem sempre há uma relação direta, entre as componentes objetivas e subjetivas da qualidade.

A avaliação da qualidade dos elementos físicos também contém um certo grau de subjetividade. Com efeito, na maioria das vezes, a avaliação positiva da qualidade da paisagem, é realizada, mais de acordo, com a componente subjetiva, do que com a objetiva. É possível reconhecer-se a qualidade do espaço físico, mas ao mesmo tempo, essa qualidade não se traduzir necessariamente, numa avaliação positiva da qualidade da paisagem (da experiência).

Em suma, a qualidade da paisagem resulta, para o observador, da conjugação e ponderação de todos os fatores - objetivos e subjetivos -, em simultâneo.

4.2.5. Análise do estado da arte (da avaliação da paisagem urbana)

Na bibliografia consultada, e face o que foi exposto anteriormente, no que respeita à avaliação da paisagem, em geral, e urbana, em particular, constataram-se algumas limitações:

- a) a abordagem temática da paisagem é sobretudo sectorial; debruça-se preferencialmente sobre uma das sete abordagens encontradas – estética, sensorial/emocional, ecológica, cultural, funcional, morfológica, económica – ou seja, não configura uma abordagem multidimensional; com efeito, e até há poucos anos, “as paisagens urbanas têm sido abordadas pela perspetiva da ecologia da paisagem”, que “tende a focar-se nos elementos naturais da paisagem urbana” (Ramos & Silva, 2015, p.3).
- b) a avaliação da paisagem urbana depara-se, nos estudos analisados, com várias terminologias, relativamente aos atributos da paisagem, escolhidos para efeitos de avaliação, tais como, “atributos”, “características”, “aspetos”, “fatores”, “elementos”, “componentes”, entre outros, o que evidencia a necessidade de clarificação e compreensão dos conceitos das designações a utilizar, por forma a um melhor entendimento comum;
- c) a avaliação da paisagem, nos termos em que foi realizada em Inglaterra, na década de 70’, com a terminologia de “landscape evaluation”, não foi utilizada na paisagem urbana, uma vez que, o âmbito de aplicação era o campo, (“countryside”, na terminologia inglesa), ou seja, nas paisagens rurais e naturais, cujo foco de preocupações incidia na conservação da natureza, e nos efeitos da agricultura sobre a paisagem;
- d) a avaliação da paisagem, nos termos em que foi realizada em Inglaterra, na década de 80’ e 90’, com as terminologias de “landscape assessment”, e de “landscape character assessment”, respetivamente, não se aplicavam ao contexto urbano, mas às paisagens rurais e naturais. Tinham como preocupação, a manutenção, (ou melhoria), do carácter das paisagens, com particular atenção às situações que, por via da introdução de “elementos” na paisagem, podiam contribuir para a destruição ou alteração do carácter da paisagem;
- e) o exemplo do estudo académico, de aplicação do LCA, ao contexto urbano de Lisboa, demonstrou alguns constrangimentos, no que se refere à delimitação das unidades de paisagem;
- f) as metodologias “landscape assessment”, ou de LCA, adotadas para as paisagens rurais, não podem ser aplicadas às paisagens urbanas, sem a necessária adaptação. Tanto quanto se sabe, o LCA, foi utilizado com carácter exploratório, no estudo académico referido, aplicado à cidade

de Lisboa (Ramos & Silva, 2015), mas não tem sido aplicado, em áreas compactas, à escala da cidade;

g) apesar da percepção da paisagem se realizar ao nível de quase todos os sentidos, visão, olfato, audição, e tato, a avaliação da paisagem urbana, nos estudos abordados, anteriormente referidos, fixa-se apenas na avaliação visual, de acordo com preferências estéticas (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Nasar, 1998; Ramos & Panagopoulos, 2010). Essa limitação evidencia uma lacuna nas avaliações realizadas, uma vez que as “pessoas avaliam a paisagem por muitas razões diferentes, nem todas relacionadas com o tradicional conceito de estética e beleza” (Swanwick, 2002, p. 3), pelo que, a avaliação da paisagem tende a ser multidimensional (Figura 39).

“Quando a paisagem é considerada de uma forma inclusiva e abrangente, em vez de, simplesmente, em termos estéticos, de cenário, ganha um mérito adicional, como um enquadramento, para políticas e ações” (Fairclough et al., 2018, p.8).

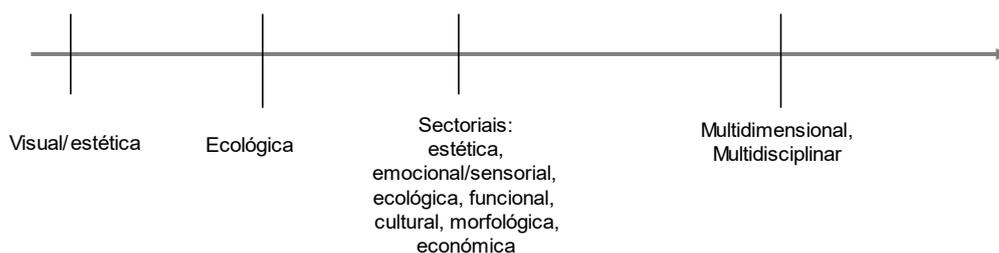


Figura 39 - Evolução temporal (e tendencial) das abordagens à avaliação da paisagem (Fonte: autora)

h) os estudos consultados demonstram que atualmente não há uma tendência para a aplicação de uma ou de outra terminologia, (seja “assessment” ou “evaluation”), de uma ou de outra metodologia, à semelhança do se verificou anteriormente, nas décadas de 70’, 80’ e 90’, em Inglaterra;

h) a avaliação LCA, mais recente, da década de 90’, de aplicação aos dias de hoje, não é, vulgarmente, utilizada em contexto urbano, pelo que, quer a fase de caracterização, quer a de atribuição de julgamentos, se processam de modo diferente das paisagens rurais ou naturais. Em contexto urbano, na avaliação da paisagem, ou “townscape assessment” (em terminologia inglesa) (Swanwick, 2002, p.69), a fase de caracterização, constitui um processo de identificação

das características dos edifícios, (tais como, os materiais, a altura, a forma), uma vez que se está a lidar com elementos construídos, com um edificado denso e em contínuo.

A fase de julgamentos, por parte dos “stakeholders”, serve, sobretudo, para influenciar a conceção, e construção, de futuros empreendimentos urbanos, que possam, eventualmente, introduzir alterações na paisagem urbana, e que poderão ter um impacto negativo no caráter de uma área.

Os julgamentos focam-se em assegurar que as mudanças propostas, (de uso do solo, e da construção de novos empreendimentos), são coerentes com o meio envolvente. Preocupam-se em avaliar, se esses empreendimentos vão ter um impacto adverso, e/ou, contribuem para melhorar a paisagem urbana, ou, para formar um novo carácter da paisagem, uma nova identidade.

Os julgamentos devem ser feitos pelos “stakeholders”, “mas por motivos práticos, algumas avaliações ainda podem basear-se, principalmente, em julgamentos feitos por especialistas” (Swanwick, 2002, p.52).

Para tal, com vista à obtenção de um resultado, de qualidade elevada, da paisagem urbana, as autoridades competentes, devem introduzir um conjunto de critérios de avaliação, baseado num conjunto de características da área, consideradas sensíveis, que devem ser mantidas, e que devem estar de acordo com o seu caráter (Swanwick, 2002).

A fase dos julgamentos em LCA, (se aplicado ao contexto urbano), deverá informar “o propósito da avaliação” (Swanwick, 2002, p.17), incluir os critérios a serem usados, e todas “as informações necessárias para apoiar os julgamentos a serem feitos” (Swanwick, 2000, p. 14).

Atendendo às limitações da avaliação do LCA em contexto urbano, (no que se refere aos instrumentos e aos tipos de abordagens), e apesar de terem já decorridos vinte anos desde a implementação da CoE (2000a), constata-se ainda, a falta de uma metodologia de avaliação da paisagem urbana, (de aplicação geral, e não apenas em casos específicos, de áreas ou de projetos avulso), que permita uma eficaz integração da paisagem, nas políticas municipais e/ou nacionais.

4.2.6. Necessidade de uma nova abordagem à avaliação (da qualidade) da paisagem urbana

A necessidade de avaliação da paisagem urbana, por ser o meio onde se desenvolve a vida quotidiana, prende-se, fundamentalmente, com o próprio desígnio da paisagem, enquanto recurso gerador de bem-estar individual e coletivo, com a importância deste bem, como indicador da qualidade de vida dos cidadãos (Capilla & Gabaldón, 2017; Frank et al., 2013; Gavrilidis et al., 2016; Jensen, 2007; Olmo, 2014; Sowińska-Wierkosz & Michalik-Nieek, 2020b; Swanwick, 2002; Vizzari, 2011).

Assim, torna-se necessário saber em que estado se encontra esse recurso, e consequentemente, avaliar a sua qualidade.

Em primeiro lugar, é preciso definir o propósito da avaliação, (à semelhança das avaliações referidas de “landscape evaluation”, “landscape assessment”, e “landscape character assessment”), uma vez que a avaliação da paisagem urbana tem de ser relevante para o fim a que se propõe (Swaffield, 1999), ou seja, é necessário saber para que serve a avaliação.

Como resposta a esta questão, o “Explanatory Report” (CoE, 2000b, Ponto 57, p.10) apresenta detalhadamente o articulado da Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a), em particular o artigo 6º parágrafo C, alínea b), e refere que a avaliação (“evaluation”, na língua inglesa) da paisagem tem como objetivo:

- fornecer uma base para identificar as características da paisagem que são valiosas e devem ser protegidas;
- identificar as características que precisam de ser geridas a fim de manter a qualidade da paisagem;
- definir as áreas cuja paisagem deve melhorar.

Ao referir que é preciso manter, ou melhorar, a qualidade da paisagem, (através das respetivas características), este relatório introduz, implicitamente, o conceito de “qualidade da paisagem”, (enquanto grau de satisfação de requisitos), e, consequentemente, o de “melhor” e de “pior” qualidade, que poderá ser medida através do grau de realização dos objetivos pré-definidos.

A aplicação prática de medidas para atingir a qualidade de vida dos cidadãos, processa-se, em grande parte, ao nível municipal, sob a tutela das Autarquias, às quais são necessárias ferramentas para aferir a qualidade da paisagem urbana, e para:

- a) alcançar a transformação necessária por forma a garantir uma paisagem de boa qualidade, e
- b) aferir os resultados das políticas implementadas, em termos de qualidade, de coesão territorial, e de correção de assimetrias em termos de paisagem urbana.

É ainda necessário formular outra pergunta: “para atingir o objetivo da avaliação, que metodologia e que métodos se devem utilizar?”

O “Explanatory Report” da Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000b, Ponto 57, p.10), refere que o “processo (de avaliação) deve levar em consideração a opinião das pessoas envolvidas e os interesses ligados às políticas setoriais, apesar de as visões poderem conduzir a opiniões altamente subjetivas e diferir consideravelmente”. Pelo que recomenda que pode valer a pena realizar a avaliação da paisagem (“evaluation”) “primeiro de acordo com critérios, e depois comparar os resultados com as várias avaliações da paisagem (“assessments”) realizadas pelo público, pelas pessoas envolvidas e outros grupos de interesse”.

É de realçar que o documento utiliza, na mesma frase os dois termos “evaluation” e “assessment”, - “It may well be worth performing the evaluation according to objective criteria first, then comparing the findings with the various assessments of the landscape by people concerned and other interest groups”) -, referindo-se o primeiro a uma avaliação realizada segundo critérios objetivos, e a segunda a uma avaliação realizada pelo público.

Com efeito, a definição dos critérios de avaliação, pode ter dois efeitos:

- por um lado, ao nível municipal, na prevenção dos efeitos de mudanças que podem ocorrer, (mas que podem ainda não estar definidas), e assegurar a qualidade da paisagem para possíveis alterações, que possam afetar negativamente a qualidade da paisagem existente, e o caráter da paisagem;
- e por outro lado, a nível nacional, de aplicação em políticas públicas, contribuindo para a implementação da PNAP (2015), no que se refere às medidas 2.3 e 2.4 do Plano de Ação (2020) para “a melhoria dos processos de contratação pública, em matérias de arquitetura e de paisagem”, e no “desenvolvimento de instrumentos adequados à participação pública, nas ações de preparação e implementação da PNAP”, ou seja, deve servir de base, e fornecer orientações para a consulta pública, sobre a avaliação da qualidade da paisagem urbana (cujos procedimentos ainda não se encontram definidos).

Ou seja, a identificação dos critérios de avaliação, (e a avaliação da paisagem urbana), configuram um enquadramento para determinadas políticas de paisagem, seja em questões protecionistas, seja em linhas mestras, para concretizar a mudança (Swaffield, 1999), e deve fazer parte de um “processo integrado no procedimento de tomada de decisão, com vista a determinar os impactos de planos, programa e medidas, que têm lugar a partir do processo decisório” (Abreu, 2011, p. 53).

No que se refere à entidade sobre a qual recai a avaliação, (peritos ou público), “a participação pública neste tipo de procedimento, (avaliação da paisagem), deve ser fomentada através da divulgação de informação ao público, de consulta a entidades representativas, da utilização dos meios de comunicação e da realização de campanhas de sensibilização a todos os níveis” (CoE, 2000b, p.10), cuja compreensão é necessária, por forma ao público poder exprimir as suas preferências (Ramos & Panagopoulos, 2010). Contudo, antes de se inquirir o público deve-se informá-lo sobre o que existe, e o que é possível pedir para a paisagem urbana, (nomeadamente através da identificação dos atributos, ou, se em contexto de avaliação, de critérios), por forma a serem satisfeitas as necessidades e as expectativas da população, uma vez que ninguém vai pedir para a paisagem urbana algo que desconhece (Campos, 2015).

A consulta pública deve ser realizada, de forma que, o público esteja o mais informado possível, sobre o espectro de respostas que pode dar, uma vez que, reconhecidamente, segundo alguns autores:

- “tem aspirações pouco coerentes” (Antrop & Eetvelde, 2017, p.390);
- manifesta “desinteresse” no seu envolvimento nos processos de decisão (Castel-Branco et al., 2011, p. 48);
- demonstra dificuldade em compreender determinados conceitos, relacionados com a avaliação da paisagem, tais como, “relevo, sentido de lugar, simbolismo, unidade” (Ramos & Panagopoulos, 2010, p.123).

A “falta de tradição de participação pública no processo decisório” é resultado do baixo nível de confiança, e de alguma, eventual, “suspeita, que a informação é ocultada ou manipulada” (Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016, p.602).

Atendendo ao elemento de subjetividade inerente ao conceito de paisagem, deve ser o público, o utilizador/observador da paisagem, “aquele que é investido do poder de decidir” (Appleton,

1975, p.122). Mas tal como Appleton (1975) questiona, “se se quiser classificar e atribuir mérito aos melhores vinhos de uma determinada colheita, deve-se encaminhá-los para um painel de peritos/júri, ou para um público leigo que não consegue distinguir um bom vinho de um mau vinho?”, “ou ainda, “quantos dos prédios públicos ou dos jardins municipais exibiriam hoje o trabalho de Henry Moore (escultor), se a política fosse determinada por uma consulta aos cidadãos?” (Appleton, 1975, p. 122).

A autora refere ainda que, se nestes dois aspetos se confia “na capacidade do especialista em reconhecer a excelência”, porquê “na avaliação da paisagem se tem o direito de rejeitar o especialista como árbitro de excelência” (Appleton, 1975, p. 122).

Os peritos, (especialistas em paisagem), são acusados de serem tendenciosos na sua avaliação, de terem opiniões bem definidas sobre o que é bom para a paisagem, e por vezes estarem em desacordo com as opiniões do público (Appleton, 1975; Nasar, 1998; Pessoa, 2018).

Contudo, nos estudos anteriormente referidos, (subcapítulo 4.2.1.), as avaliações revelam que, mesmo naqueles em que há uma avaliação da paisagem urbana pelo público, são os peritos (autores dos estudos), quem fornece as bases para a avaliação, ou seja, são os peritos que constroem o enquadramento da avaliação, a partir do conjunto de atributos da paisagem urbana. Porém, nesses estudos, ficaram, por validar, (por exemplo, por um painel de peritos), os atributos, (ou critérios, em contexto de avaliação), que devem ser selecionados, para, com base numa visão multidisciplinar da paisagem, (segundo todas as dimensões da paisagem, e não apenas visuais e estéticas), seja desenvolvida uma metodologia, passível de ser replicada em outras realidades, e noutras unidades territoriais.

Por fim, é necessário definir o âmbito geográfico da avaliação.

Como foi referido anteriormente, a definição das fronteiras das unidades de paisagem, de aplicação num estudo académico, e exploratório, à cidade de Lisboa, apresentou falta de consistência na definição dos limites das UP, e algumas fragilidades da aplicação em contexto urbano.

Não captou a perceção identitária, (captou apenas a perceção da persistência dos limites das áreas), e não incorporou a intervenção do público para o mapeamento das UP.

Por outro lado, nos dois estudos referidos anteriormente, (subcapítulo 4.1.1.3), as unidades de paisagens obtidas, correspondiam a áreas da ordem das várias centenas de hectares.

A delimitação territorial administrativa (em Portugal) das freguesias ou dos bairros, delimitados com base nos planos de execução, e desenvolvimento de zonas homogéneas em termos tipomorfológicos, (tipologia e morfologia, ou seja, o tipo de edificado e a respetiva forma que resulta do seu conjunto), são duas unidades territoriais possíveis, para a realização da avaliação da paisagem urbana.

Constatada a necessidade de uma nova metodologia específica, (e de terminologias associadas específicas) (Tveit & Sang, 2014), de preferência de aplicação a qualquer unidade territorial urbana, a avaliação da paisagem urbana, deve ter em conta, por um lado, a ausência de bases teóricas, para os procedimentos de inquirição pública, nomeadamente, por parte das autoridades competentes, e por outro, a dificuldade de aplicação de metodologias já testadas, de avaliação de paisagens rurais e naturais, à paisagem urbana.

4.3. Ideias-chave do Capítulo 4

- a CEP (2005), não define as estratégias para a realização das etapas de identificação, classificação (e caracterização), monitorização e a avaliação das paisagens, e que correspondem aos compromissos dos Estados-membros;
- a falta de implementação da PNAP (2015), e apesar do seu Plano de Ação (2020), em Portugal, não tem contribuído para a promoção dos objetivos da CEP (2015);
- a própria designação da PNAP, ao integrar na sua designação “arquitetura” e “paisagem”, pode eventualmente não contribuir para a implementação das medidas referentes exclusivamente à paisagem, nomeadamente, a paisagem urbana;
- apesar da recomendação da CEP (2005), continua a constatar-se a indefinição dos OQP, (em Portugal), e dos processos de participação pública, em termos de metodologia, e de financiamento;
- a avaliação da qualidade da paisagem urbana deve consubstanciar uma nova metodologia, diferenciada da avaliação das paisagens rurais e/ou naturais;
- a qualidade da paisagem urbana resulta da qualidade da interação entre a paisagem urbana enquanto espaço físico, e a paisagem urbana enquanto percepção;
- dado a essência da paisagem-percepção, a avaliação da qualidade da paisagem não é apenas visual, mas deve incluir todos os outros sentidos para além da visão;

- dada a multidimensionalidade do conceito de paisagem, a avaliação não deve recair apenas na vertente estética, mas deve ser uma avaliação multidimensional;
- dos estudos de avaliação das paisagens urbanas consultados na bibliografia, foi possível retirar alguns atributos, (ou características), da paisagem urbana, e ao mesmo tempo constatar a multiplicidade de terminologias utilizadas, associadas ao conceito de “atributos”;
- é recomendável definir os critérios de avaliação da qualidade da antes de inquirir o público, para que a consulta pública seja eficaz;
- a avaliação da paisagem deve ter em consideração o fim a que se destina.

Capítulo 5. Construção do modelo de avaliação

5.1. Modelo de avaliação de qualidade
5.1.1. Introdução
5.1.2. Metodologia para a construção do modelo paramétrico
5.2. Estruturação do modelo
5.2.1. Introdução
5.2.2. Critérios de avaliação
5.2.2.1. Método Delphi – descrição geral do método
5.2.2.2. Aplicação do Método Delphi à determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana
5.2.2.3. Resultados
5.3. Operacionalização do modelo
5.3.1. Descritores de impacto
5.3.1.1. Conferência de decisão – descrição geral do método
5.3.1.2. Aplicação da conferência de decisão à construção dos descritores de impacto
5.3.2. Funções de valor
5.3.3. Coeficientes de ponderação dos critérios
5.4. Identificação das alternativas, aplicação e validação do modelo
5.5. Ideias-chave do Capítulo 5

Este capítulo descreve a construção do modelo proposto para a avaliação da qualidade da paisagem urbana, segundo uma abordagem paramétrica, através da identificação de critérios de avaliação, de descritores de impacto, da construção de funções de valor e da determinação dos coeficientes de ponderação de cada critério.

5.1. Modelo de avaliação da qualidade da paisagem urbana

5.1.1. Introdução

“A avaliação da paisagem, (na terminologia inglesa, “evaluation”), é atualmente reconhecida como um método de investigação ambiental, poderoso e interdisciplinar” (Pastor, 2007, p. 204).

Neste sentido, é o objetivo deste trabalho contribuir para a implementação de políticas municipais, na tentativa de permitir às Autarquias, de disporem de um instrumento de aferição

da qualidade da paisagem urbana, que possibilite a definição de estratégias, de atribuição de recursos, e outras políticas municipais, com a finalidade de aumento da qualidade de vida dos cidadãos, de coesão e equilíbrio territorial, de correção de assimetrias e que sirva de base a um processo de participação pública, em matérias de paisagem.

A incorporação dos critérios, e a avaliação da paisagem urbana, no planeamento e na gestão urbanística são fundamentais, na medida em que permitem alertar para determinadas escolhas, e em dirigir as ações e os investimentos de uma forma programada.

Neste pressuposto, e face à ausência de bases teóricas para os procedimentos de inquirição pública, da dificuldade de aplicação à paisagem urbana de metodologias já testadas em paisagens rurais e naturais, e ainda, sendo recomendável definir os critérios de avaliação (CoE, 2000b) antes de inquirir o público, para que a consulta pública, seja realizada de forma que a população, esteja o mais informada possível, sobre o espectro de respostas que pode dar, optou-se, neste trabalho, por uma avaliação pericial, com a apresentação de uma proposta de um modelo, paramétrico, de avaliação da qualidade da paisagem urbana, de aplicação a qualquer unidade territorial.

Propõe-se uma metodologia apropriada à avaliação da qualidade da paisagem urbana, adequada às suas especificidades próprias, em unidades territoriais delimitadas (bairros), (alinhada com o conceito de modelo de cidade atualmente em desenvolvimento, o da “cidade dos 15 minutos” (referidos no Capítulo 1)), ao nível do olhar, do caminhar na rua.

A metodologia adotada diferencia-se dos outros estudos anteriormente apresentados, (Capítulo 4), fundamentalmente, por identificar os critérios de avaliação de qualidade a partir de um painel de peritos, e determinar, (também por um painel de peritos), os respetivos coeficientes de ponderação a integrar o modelo de avaliação.

A metodologia de avaliação da qualidade da paisagem urbana proposta, toma em consideração os seguintes aspetos:

- o campo de aplicação da avaliação é a área urbana;
- a avaliação aplica-se ao edificado e ao espaço público, considerados como o campo de observação da paisagem urbana;
- a paisagem urbana pode ser observada por um residente, visitante ou utilizador frequente;

- a paisagem urbana é observada ao nível do olhar, do caminhar na rua, e a velocidade de observação (pedonal) é em média de 1,25 m/s, ou 4,5 Km/h (Silva & Cunha, 2012), ou de 4,8 km/h, segundo outros autores (Nalaskowska, 2021);
- a avaliação da qualidade da paisagem urbana pode ser realizada tanto de dia como de noite;
- as unidades territoriais escolhidas para a avaliação da qualidade da paisagem urbana são os bairros.

A palavra “modelo” significa “pequena medida”, e traduz uma tentativa de réplica da realidade a uma escala pequena (Phillips, 1984), como, por exemplo, uma maquete. No entanto, um modelo também significa um “molde”, que pode ser usado, repetidamente, para replicar um “objeto”, mudando apenas as variáveis do sistema (Kowalczyk, 2015).

O modelo paramétrico que se propõe apresentar é, por um lado, uma representação simplificada da realidade mental do decisor, e por outro, tem como objetivo servir de fórmula, ou de molde, cuja utilização permitirá a avaliação da paisagem urbana noutros contextos geográficos e/ou socioculturais e económicos.

Atendendo à multidimensionalidade da paisagem urbana, e por forma a incorporar todos os aspetos relevantes para a avaliação global pretendida, deverá ser realizada uma análise multicritério (Antrop & Eetvelde, 2017; Ferri & Maturo, 2012).

Um critério é uma ferramenta que serve para estabelecer julgamentos e comparar as preferências do decisor (Roy, 1996), “em função de uma seleção ou classificação num processo de tomada de decisão” (Antrop & Eetvelde, 2017, p. 296).

Neste sentido, é proposto um modelo aditivo multicritério, que corresponde ao modelo de agregação multicritério mais utilizado na prática, pela sua simplicidade (Ferreira et al., 2016; Winterfeldt & Edwards, 1986), e que atribui um valor global a cada alternativa, resultante da soma ponderada (pelos coeficientes de ponderação de cada critério), dos valores parciais do desempenho de cada alternativa nos diferentes critérios.

O valor da avaliação global “V” da alternativa “a”, resulta da expressão:

$$V(a) = \sum_{i=1}^n v(a)_i \times K_i$$

Em que:

a – alternativa (unidade territorial)

$v(a)_i$ - é o valor da alternativa “a” segundo o critério “i”

i - índice do critério (de 1 até “n”)

n – número de critérios

K_i - coeficiente de ponderação do critério “i”

Este modelo matemático, pode ser aplicado, desde que exista a independência mútua das preferências, ou seja, desde que a “performance” de uma alternativa, num critério, não esteja dependente da “performance” dessa alternativa, noutro critério (Keeney, 1992).

Trata-se de um modelo compensatório, em que o pior desempenho de uma alternativa num critério, pode ser compensado pelo melhor desempenho, dessa alternativa, noutro critério.

O modelo deve ser tal, que a sua forma e conteúdo sejam suficientes para resolver um determinado problema, ou seja, deve ser um “requisite model” (Phillips, 1984), e deve refletir as preferências do decisor, através da quantificação dos seus julgamentos (Keeney, 1992).

Neste caso, e mais uma vez atendendo à multidimensionalidade da paisagem urbana, o “decisor” será materializado por um grupo de peritos, de várias áreas de conhecimento, (em particular, em planeamento ou em paisagem), por forma a espelhar a diversidade de opiniões. Por um lado, porque os peritos são considerados especialistas, devido à sua formação ou experiência profissional, e reconhecidos como tal pelos seus pares, por terem autoridade e perícia nas matérias respetivas, e alguém que tem um conhecimento “especial” que lhe permite tomar melhores decisões (Loe, 1995; Meskell et al., 2013; Rowe & Wright, 2001). Por outro lado, porque permite incluir uma informação abrangente, dada por uma diversidade de perspetivas, que conduz a resultados que inspiram confiança e um elevado grau de aceitação. A dificuldade de determinar objetivamente o grau de perícia do perito, afim de o selecionar para integrar um painel, poderá ser ultrapassada por uma análise curricular, quer do ponto de vista de artigos

publicados, quer da experiência em cargos de responsabilidade em organizações, e poder de decisão (Ramos, 2008; Rowe & Wright, 2001).

Neste estudo foram formados dois painéis de peritos, compostos por académicos e por decisores públicos, para a aplicação do método Delphi, com vista à identificação dos critérios de avaliação, e para a aplicação do método Swing Weighting, com vista à determinação dos coeficientes de ponderação dos critérios, a aplicar no modelo paramétrico.

5.1.2. Metodologia para a construção do modelo

A metodologia a seguir para a construção do modelo de avaliação da qualidade da paisagem urbana consiste nas seguintes fases (Figura 40):

- Fase 1 - estruturação do modelo - identificação dos critérios de avaliação; para tal é necessário identificar o contexto da decisão, estabelecer o âmbito e os limites de análise, identificar o decisor e os critérios de avaliação;
- Fase 2 - operacionalização do modelo - construção dos descritores de impacto, na construção das funções de valor para cada critério, e no cálculo dos coeficientes de ponderação;
- Fase 3 – identificação das alternativas e aplicação do modelo - consiste em identificar as alternativas, e ainda no cálculo do valor parcial das alternativas em cada critério, e no cálculo do valor global de cada alternativa;
- Fase 4 - validação do modelo - consiste na análise de sensibilidade e de robustez do modelo.

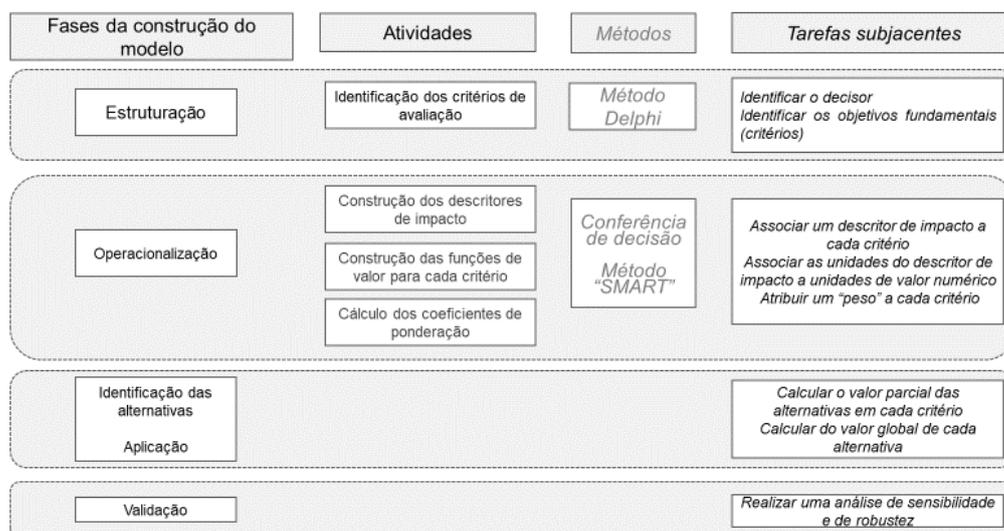


Figura 40 - Metodologia para a construção do modelo de avaliação (quadro adaptado de Vieira et al., 2019)

5.2. Estruturação do modelo

5.2.1. Enquadramento geral

Neste estudo, o contexto de decisão abrange a avaliação da qualidade da paisagem urbana de uma alternativa (unidade territorial), e a ordenação das várias alternativas, de acordo com o seu valor global, calculado através do modelo aditivo, anteriormente apresentado.

Para a identificação dos critérios de avaliação, deve ser escolhida a estratégia de estruturação do modelo que melhor se adequa à situação em causa.

As duas principais estratégias de estruturação de modelos de análise multicritério de abordagens são: a) “top –down”, ou “value focused thinking”, centrada nos valores e b) “bottom-up” ou “alternative focused thinking”, centrada nas alternativas (Costa & Beinat, 2005; Keeney, 1992).

A abordagem “value focused thinking” é realizada em quatro passos, em que

- 1º) são definidos os critérios da avaliação;
- 2º) são identificadas as alternativas;
- 3º) são avaliadas as alternativas; e
- 4º) é selecionada uma alternativa.

A segunda abordagem “alternative focused thinking” é realizada em quatro passos, sendo que em primeiro lugar são escolhidas as alternativas, e a partir delas são “extraídos” e selecionados os critérios, ou seja:

- 1º) identificam-se as alternativas;
- 2º) identificam-se os critérios;
- 3º) avaliam-se as alternativas, e
- 4º) seleciona-se uma alternativa.

Face o tipo de problema em questão, a estratégia escolhida neste estudo, é aquela centrada nos valores - a “Value focused thinking” -, por um lado, porque se pretende construir um modelo que seja aplicável a alternativas que à partida não se conhecem; e por outro, porque a construção do modelo, não deve ser influenciada por um conjunto específico de alternativas pré-definidas.

Na análise multicritério de políticas públicas, e em particular, a avaliação da qualidade da paisagem urbana, enquadrada no âmbito de uma política de paisagem, considera-se “como mais

adequada uma estratégia de estruturação centrada nos valores. De facto, uma política deve ser encarada como um meio para atingir os objetivos e, portanto, é difícil conceber que as opções de política possam ser definidas antes da decisão sobre o que deverão atingir” (Costa & Beinat, 2010, p. 5).

Num contexto de decisão, os “pontos de vista” correspondem a aspetos relevantes, ou a objetivos que se pretendem alcançar. São apresentados pelos peritos, conhecedores do problema, que podem fornecer informação, e julgamentos, para a construção do modelo de decisão (Phillips, 2007).

Apesar de cada perito apresentar os seus pontos de vista, nem todos os pontos de vista são considerados como critérios. Os “pontos de vista fundamentais” são considerados como critérios, enquanto os “pontos de vista intermédios”, uma vez que apenas servem para atingir um “ponto de vista fundamental”, não são considerados critérios (Keeney, 1992; Mateus et al., 2008). Como exemplo, pode referir-se a situação, cujo objetivo a atingir, é a maximização da segurança automóvel. Os “pontos de vista fundamentais”, são aqueles que respondem ao objetivo a atingir, ou seja, “minimizar as perdas de vida”, ou “minimizar os danos graves”; enquanto os “pontos de vista intermédios”, isto é, aqueles que servem para atingir os pontos de vista fundamentais, são, por exemplo, a “qualidade da condução”, a “boa manutenção dos veículos”, ou os “dispositivos (extras) nos veículos, destinados à segurança de pessoas” (Keeney, 1992). Tanto os “pontos de vista fundamentais”, como os “pontos de vista intermédios”, são parte integrante do contexto de decisão.

O conjunto de “pontos de vista fundamentais”, a incluir numa análise multicritério de decisão, deverá ser (Keeney, 1992, p.82):

- “1. essencial, para indicar as consequências em termos das razões fundamentais do interesse da decisão;
2. controlável, para identificar as consequências que são influenciadas somente pela escolha de alternativas no contexto de decisão;
3. completo, para indicar a inclusão de todos os aspetos fundamentais das consequências das alternativas de decisão;
4. mensurável, para definir objetivos com precisão e para especificar os graus em que os objetivos podem ser alcançados

5. operacional, para tornar razoável a coleta de informações necessárias para uma análise, considerando o tempo e o esforço
6. decomposto, para permitir o tratamento separado de diferentes objetivos na análise
7. não redundante, para evitar a contagem dupla de possíveis consequências
8. conciso, para reduzir o número de objetivos necessários para a análise de uma decisão
9. compreensível, para facilitar a geração e comunicação de visões para orientar o processo de tomada de decisão.”

5.2.2. Critérios de avaliação de qualidade

A bibliografia existente, nas várias áreas de conhecimento, é um dos modos viáveis, segundo o qual se consegue, em princípio, identificar os critérios, a incluir num processo de avaliação. No entanto, quando tal não é possível, deve ser auscultado o decisor, (que neste caso, corresponde ao painel de peritos), por forma a elencar os seus pontos de vista fundamentais, e a refletir, no modelo, o seu o pensamento, e julgamentos.

A inquirição realizada ao painel de peritos, através do método Delphi (“on line”), teve o apoio de um facilitador/coordenador (neste caso a autora).

5.2.2.1. Método Delphi – descrição geral do método

A.1.) Âmbito de aplicação do método

Para a identificação dos critérios, foi adotado o método Delphi, por ser uma técnica de grupo, geralmente utilizada, para a resolução de problemas complexos (Landeta, 2006; Landeta & Barrutia, 2011), prever eventos futuros, e apoiar a tomada de decisões, com base nas opiniões de peritos, ou de participantes, com interesse relevante, para a obtenção de informação, não exigindo uma conferência presencial (Hung et al., 2008). O método, cujo objetivo é de obter informação sobre o futuro, ou sobre algo por identificar, adotou a designação do oráculo do templo de Delphos, na Grécia Antiga, (séculos VI e IV a.c.), local que servia para os dirigentes procurarem predições sobre o futuro da sua governação. O método baseia-se num processo estruturado, de comunicação no grupo de peritos, iterativo, de recolha e síntese de opiniões, em anonimato, obtidas por meio de uma série de questionários, com “feedback” controlado da

opinião dos especialistas, por parte do(s) coordenador/facilitador(es) do estudo, sem obrigatoriedade de alcance de um dado consenso, entre o grupo (ou seja, de um acordo entre os membros do painel, medido em percentagem) (Diamond et al., 2014; Hasson et al., 2000; Rowe & Wright, 1999).

O método Delphi é um instrumento amplamente utilizado há mais de 50 anos (Sharkey & Sharples, 2001), de metodologia flexível e execução simples, utilizado em particular na área das Ciências Sociais que, de acordo com o número de artigos publicados, tem visto aumentar a sua aplicação (Landeta, 2006).

Os tipos de estudos que se adaptam ao uso desse método, são fundamentalmente aqueles para os quais a) não há informações disponíveis (ou as que existem são insuficientes), b) quando o problema do estudo não se presta ao uso de uma técnica analítica, objetiva, quantitativa, c) quando existe um número de peritos com disponibilidade para que possam ser recolhidas e sintetizadas as respetivas opiniões e d) quando os peritos estão fisicamente dispersos e exigem anonimato, não é possível realizar reuniões regulares de grupos de especialistas (Jenkins & Smith, 1994).

Existem estudos de aplicação do método Delphi em diversas áreas de conhecimento, por exemplo, em identificação de critérios considerados importantes, para a escolha de soluções de renovações térmicas eficientes em edifícios (Seddiki et al., 2016), de riscos associados à saúde mental (Sharkey & Sharples, 2001), dos efeitos dos valores naturais e culturais da paisagem das cidades contemporâneas (Önaç & Birişçi, 2019), da despesa per capita do turismo (Landeta, 2006), na avaliação de programas educacionais (Hung et al., 2008) ou na investigação de modelos de cuidados de enfermagem (Keeney et al., 2006), entre outros.

A qualidade dos resultados obtidos com o método Delphi, depende do painel de peritos, pelo que é conveniente assegurar o respetivo grau de conhecimento, e a experiência profissional, no tema em estudo, nomeadamente, através de uma breve análise curricular (Cabero & Infante, 2014; Ramos, 2008; Skulmosky et al., 2007).

A.2.) Dimensão do painel de peritos

Não há regra estabelecida para o tamanho do painel, e o número de membros é muito variável de estudo para estudo, embora, quanto maior o número de membros o painel tiver, maior e

melhor será a informação recolhida (Geist, 2010; Powell, 2003). Existem estudos, em que painéis homogêneos, em termos de nível de conhecimento dos peritos, podem ter entre 10 e 15 peritos, e este número de membros do painel ser suficiente para a obtenção de resultados (Skulmosky et al., 2007); porém, existem outros estudos, (por exemplo, de âmbito internacional, nos quais existem muitos especialistas envolvidos), em que facilmente é reunido um número elevado de participantes, (de algumas centenas) (Hung et al., 2008). Existem estudos em que o painel é composto apenas por 4 decisores (em representação de 4 associações diferentes) (Seddiki et al., 2016); outros estudos integram painéis compostos por 14 peritos (Landeta, 2006); outros ainda, em que foram convidados 45 membros, mas que no fim da primeira ronda a taxa de respostas foi de 31 membros, e apenas 22 membros completaram ambos os questionários 1 e 2 (ou seja, 69% completaram o questionário 1 e apenas 49% completaram ambos os questionários) (Sharkey & Sharples, 2001); outros estudos em que de 25 peritos foram entrevistados, apenas 13 aceitaram participar nos questionários, (e em que na 2ª e 3ª ronda responderam 13 peritos e 12 peritos, respetivamente) (Önaç & Birişçi, 2019); outros estudos em que, de entre 70 convites enviados, apenas 37 aceitaram participar, e apenas entre 24 e 30 responderam aos questionários das várias rondas (Hung et al., 2008). Com efeito, no que se refere à seleção de peritos a bibliografia aconselha a que a escolha deve estar relacionada com a disponibilidade dos peritos, e numa ótica de escolher os peritos mais apropriados a responder sobre o tema (Keeney et al., 2006).

Neste estudo, optou-se por um painel de peritos heterogêneo, uma vez que a multidimensionalidade da paisagem urbana “obriga” a uma variedade de perspetivas, e consequentemente, a uma diversidade de especialistas, nas várias áreas, da dimensão da paisagem; não obstante, o painel é constituído por um número contido de membros, por forma a permitir a interação, (indireta), entre os peritos, (através do “feedback” dos comentários dos outros especialistas, e eventual mudança de opiniões), de acordo com os estudos encontrados na bibliografia, para alcance do consenso pretendido.

A aplicação do método Delphi é um trabalho em grupo, não simultâneo, que pode ser desenvolvido à distância. Quer os peritos, quer as respetivas respostas, não necessitam de coincidir no espaço, (os peritos podem estar geograficamente dispersos), ou no mesmo momento, flexibilizando o processo de inquirição, e de recolha de respostas. Tendo em conta

que, não é necessária uma interação presencial entre peritos, torna-se possível reunir um maior número de participantes para o processo, especialistas interessados na discussão, e na partilha de informação, cuja integração no painel, deve ter em conta a sua vontade de participar no processo (Boulkedid et al., 2011; Vieira et al., 2019). Este método, assegura o anonimato dos participantes, que desconhecem a identidade uns dos outros, evitando-se assim a influência negativa, que poderia ser exercida nas respostas individuais, por fatores que têm a ver com a personalidade e posição dos peritos participantes - inibição e/ou personalidades dominantes –, isto é, a possibilidade de um membro do grupo, poder ser influenciado pela reputação de outro, reduzindo a influência psicológica indesejável entre os participantes (Huang et al., 2008).

É prudente ensaiar previamente a aplicação do método Delphi, através de um questionário piloto, por forma a testar a compreensão e a aplicabilidade do mesmo (Hanna & Noble, 2015; Hasson et al., 2000).

A.3.) Número de rondas

No método Delphi, a consulta aos peritos, para reunir a informação pretendida, é realizada através de uma série de questionários, ou “rondas” (Boulkedid et al., 2011). O método consiste em aplicar um questionário repetidamente, informando todos os peritos das respostas dos outros participantes nas rondas anteriores, e convidá-los a procurar o consenso máximo entre eles (Hung et al., 2008).

Os peritos são consultados pelo menos duas vezes na mesma questão (Landeta, 2006), para que possam reconsiderar a sua resposta, refletindo, auxiliados pela informação que receberam dos restantes peritos, de modo a convergir para um consenso. Para tal, o resultado de cada ronda deve ser reportada ao painel (Hasson et al., 2000), por forma a possibilitar aos peritos uma reflexão sobre as próprias respostas, e eventual mudança de opinião. As questões devem ser perguntas fechadas, para aferição do grau de consenso obtido; e colocadas de forma objetiva, de fácil interpretação, de modo a todos os peritos terem o mesmo entendimento sobre as questões (Hung et al., 2008). O método Delphi, está “desenhado” para a construção de consensos, apesar de poder ser suficiente uma estabilização das respostas, ao fim de algumas iterações; emprega múltiplas iterações, (e interações entre os peritos), por forma a promover uma evolução das respostas dos peritos, e o consenso (Hsu & Sandford, 2007). Em teoria, o

processo pode desenvolver-se até ser alcançado um consenso, pré-definido (expresso por uma percentagem), o que, na maioria dos casos, sucede em três ou quatro rondas (Hsu & Sandford, 2007), ou ainda, pela estabilidade das respostas, no caso de não haver alteração das respostas, de ronda para ronda.

Apesar do número de rondas, depender do tempo necessário, até se atingir o consenso, e do tempo disponível para o processo, e embora, sejam preferíveis duas a três rondas, consideradas, geralmente, suficientes para atingir um grau elevado de consenso (Hung et al., 2008), o método por decorrer até quatro rondas (Hasson et al., 2000). Uma das razões fundamentais, para que o número de rondas seja limitado, é a diminuição de taxa de respostas dos peritos, de ronda para ronda, comprometendo o processo iterativo de comunicação de grupo (Boulkedid et al., 2011).

Cada ronda, será influenciada pelo resultado das respostas de grupo da ronda anterior, caso o painel de peritos assim o entenda. Existe um processo de iteração anónimo, que se deseja que tenda a convergir, no grupo, numa opinião agregadora.

O processo é acompanhado por um ou vários facilitadores, que recolhem as respostas, que são responsáveis pelo respetivo tratamento estatístico, e fornecem o “feedback” aos peritos, mantendo o anonimato dos participantes. Os comentários, e as opiniões proferidas na ronda, permitem aos participantes serem expostos a novas ideias, dando-lhes a possibilidade de mudar de opinião, e de alterar as respostas na ronda seguinte, mediante o “feedback” das respostas da ronda anterior (Hanna & Noble, 2015).

A vantagem do “feedback”, prestado aos peritos, ser controlado, e a troca de informações entre os peritos não ser livre, mas realizada por meio de um facilitador, permite eliminar toda a informação por ele considerada irrelevante; por outro lado, poder ser deitada fora informação relevante pode ser perigoso, na medida em que pode enviesar a decisão.

Uma das limitações do método Delphi, e uma preocupação referida por vários autores, tem a ver com a diminuição de taxa de respostas dos peritos, de ronda para ronda, comprometendo o processo iterativo, de comunicação de grupo (Geist, 2010; Hung et al., 2008; Keeney et al., 2006; Landeta, 2006; Önaç & Birişçi, 2019; Sharkey & Sharples, 2001). Com efeito, no decorrer das rondas, pode haver membros do painel que deixam de responder, e as taxas de resposta caem para metade, ou menos, entre rondas (Landeta, 2006; Sharkey & Sharples, 2001). De facto, os membros do painel só respondem, se estiverem interessados e comprometidos com o processo,

e para evitar, que haja uma desistência de participação dos membros do painel, há autores que defendem que se deve a) criar familiaridade com os membros do painel antes do início do processo (Keeney et al., 2006), b) selecionar peritos com interesse no tema c) desenvolver um protocolo para manter os peritos comprometidos com o processo que pode passar por ter reuniões presenciais (Hung et al., 2008) d) estabelecer um acordo de pagamento pela respetiva participação (Önaç & Birişçi, 2019), e) evitar permanecer muito tempo na mesma ronda, f) adaptar o estudo, aos horários e disponibilidades dos membros do painel (que, apesar de não ser um processo presencial, deve atender ao desenvolvimento atempado das rondas) g) manter o contacto com os membros do painel, durante as rondas (Hung et al., 2008) e h) mostrar tenacidade e persistência, na abordagem aos membros que não respondem. De modo a prevenir uma baixa taxa de respostas, é recomendável enviar lembretes, com a periodicidade que se considerar adequada, em função do comportamento dos peritos (Geist, 2010; Hung et al., 2008).

A.4.) Término do processo

O método Delphi consome bastante tempo, podendo o tempo, entre rondas, decorrer até dois meses, e o tempo, até concluir o processo, incluindo a preparação e análise, decorrer até 16 meses (Keeney et al., 2006). O processo termina quando há consenso, ou estabilidade das respostas (Skulmosky et al., 2007), ou seja, quando existe uma opinião, alcançada por um grupo como um todo, ou pela vontade da maioria expressa, em percentagem, de respostas num determinado sentido, ou quando não há alteração das respostas, de ronda para ronda, ou seja, apenas pela estabilidade das respostas, e não tanto, por percentagens obtidas (Hasson et al., 2000; Skulmosky et al., 2007). Contudo, embora não exista uma regra quanto à obtenção do consenso, é aconselhável definir, previamente, a taxa de consenso que se deseja alcançar (Boulkedid et al., 2011; Powell, 2003); verificou-se que o consenso foi atingido, em vários estudos, com taxas entre 51% e 90% (Gomes et al., 2021; Keeney et al., 2006; Stewart et al., 2017; Vogel et al., 2019), sendo o valor médio de consenso, na maioria dos estudos, de 75% (Diamond et al., 2014).

5.2.2.2. Aplicação do Método Delphi à determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana

A aplicação do método Delphi, para a identificação e seleção, dos critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, foi desenvolvida segundo a seguinte metodologia (Figura 41):

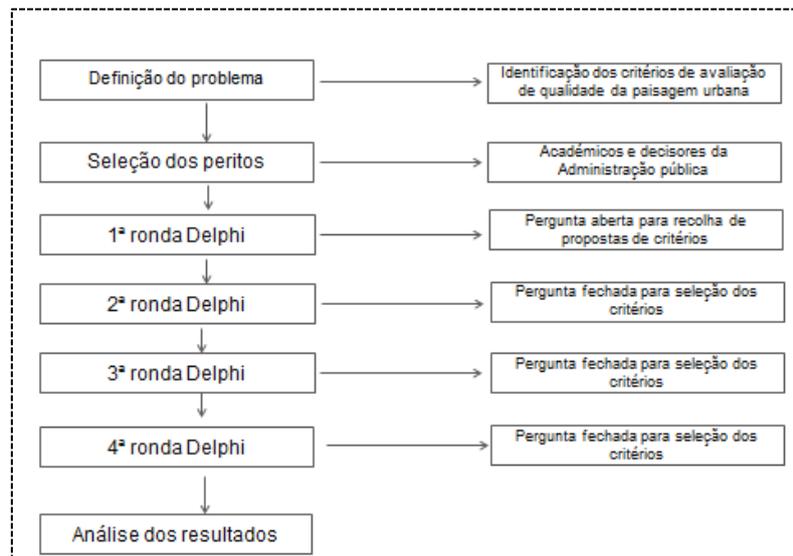


Figura 41 - Metodologia para aplicação do método Delphi (Fonte: autora)

A1) Definição do problema

Pretende-se identificar os critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana a integrar o modelo proposto, (de forma que sejam facilmente operacionalizáveis), e de forma que reflita o pensamento, e as escolhas do decisor, (neste caso o conjunto de membros que integram o painel de peritos).

A2) Seleção dos peritos

No âmbito da aplicação do método Delphi, foram convidadas várias personalidades, a integrar um painel de peritos, especialistas na respetiva área de conhecimento, e na temática em estudo. Foi enviado um “email” a 57 peritos, convidados a integrar o painel, dos quais 12 não responderam ao convite, e 45 aceitaram participar. Deste modo estavam reunidas as condições para o desenvolvimento do método. Contudo, ao longo de todo o processo apenas 24 peritos responderam aos questionários, e o número de respondentes variou entre 20 e 22, ao longo das quatro rondas. O painel é composto, maioritariamente, por académicos de várias Universidades de Portugal, de cursos de Arquitetura, Engenharia do Ambiente, Geografia, Psicologia,

Arquitetura Paisagista, Gestão de Empresas (com especialidade em transportes) e Engenharia Civil, e decisores da administração pública, com o mesmo tipo de formação académica (Figura 42), com vista a refletirem o seu conhecimento, nas áreas temáticas, relativas às várias componentes da paisagem urbana, (relacionadas com o edificado, a rede viária, os transportes, a vegetação, a biodiversidade, a população, as vistas), e com os resultados da interação entre estas, e o observador.

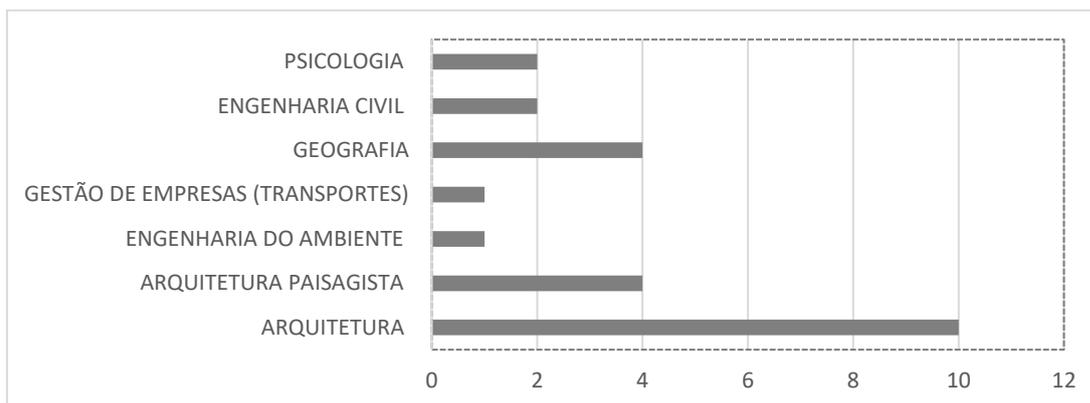


Figura 42 - Especialidades académicas/profissionais do painel de peritos (Fonte: autora)

A3) Ronda 1

Optou-se pela aplicação do “e-Delphi”, semelhante ao método Delphi clássico, mas no qual os inquiridos e as respostas, são enviados via “email” (Hasson et al., 2000).

A primeira ronda, iniciou-se com uma pergunta aberta, para obtenção de ideias acerca do tema (Keeney et al., 2006; Powell, 2003), ou seja, a identificação dos critérios de avaliação da paisagem urbana. As rondas subsequentes, são constituídas por vários questionários, construídos a partir da informação recolhida na primeira ronda, de pergunta aberta (Hsu & Sandford, 2007).

Assim, foi enviado, por “email”, um ficheiro “Excel” com a apresentação de uma lista de 13 critérios de avaliação da paisagem urbana (Figura 43), com base nos critérios identificados na dissertação de mestrado (Campos, 2015), e tendo em conta os resultados dos estudos identificados no Capítulo 4 (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Asami, 2007; Gao & Liu, 2021; Gavrilidis et al., 2016; Nasar, 1998; Sowinska et al., 2020a), no que se refere aos atributos comuns aos vários estudos.

Nesse “email”, consta uma nota descritiva do conceito do respetivo critério, em forma de pergunta aberta, por forma a permitir ao painel, exprimir livremente as suas ideias, e a recolher os comentários de caráter qualitativo.

CRITÉRIOS (13)
Acessibilidade
Atributos dos Elementos
Coerência
Diversidade
Harmonia
Identidade
Legibilidade
Mobilidade
Presença de Elementos Naturais
Regulação/Manutenção
Segurança
Sustentabilidade
Vistas

Figura 43 - Critérios apresentados aos peritos para a primeira ronda do método Delphi (Fonte: autora)

Os peritos, foram convidados a analisar a exaustividade, (propriedade anteriormente referida), da lista dos critérios apresentados, a comentar a respetiva descrição apresentada, e a exprimir livremente as suas ideias, através de comentários de caráter qualitativo. Foi-lhes solicitado, acrescentar outros critérios, a serem tomados em consideração, no modelo de avaliação, nas linhas “Outro 1”, “Outro 2”, “Outro 3”, substituindo esta(s) designação(ões) pelo(s) nome(s) do(s) critério(s) a considerar, introduzindo a respetiva descrição, na caixa de comentário (Figura 44), por forma a alargar o leque de hipóteses de critérios a considerar, com base no seu conhecimento. Na primeira ronda, e apesar de 45 peritos terem acedido participar no método, apenas 22 peritos responderam ao inquérito. Perante os comentários apresentados, (e dadas as sugestões de introdução de novos critérios), foi realizada uma análise de conteúdo das questões abertas (Powell, 2003), e retificados os conceitos iniciais de cada critério, por forma a incorporarem os comentários, e sugestões dos peritos (Anexo 2). Dos contributos dos peritos, resultou o acréscimo de três novos critérios – “Densidade planimétrica e volumétrica”, “Dimensão

Humana”, e “Mistério”, (cujas descrições, dos respetivos conceitos, se encontram no Anexo 1), o que acentua a elevada importância da inclusão, no início do método, da ronda de pergunta aberta. Os critérios “Densidade planimétrica e volumétrica” e “Mistério”, foram sugeridos por dois peritos diferentes, enquanto o critério “Dimensão Humana”, resultou da agregação de sugestões de diversos peritos, que utilizaram várias terminologias e conceitos, tais como, “diversidade humana”, “coesão social e direitos humanos”, “conforto”, “interação social”, “controlo do espaço”, “espaços de recreio e lazer”, “potencial de sociabilização” e “liberdade de uso”.

CRITÉRIOS	Comentário do perito	CRITÉRIOS	Comentário do perito
Acessibilidade		Acessibilidade	
Atributos dos Elementos		Atributos dos Elementos	
Coerência		Coerência	
Diversidade		Diversidade	
Harmonia		Harmonia	
Identidade		Identidade	
Legibilidade		Legibilidade	
Mobilidade		Mobilidade	
Presença de Elementos Naturais		Presença de Elementos Naturais	
Regulação/Manutenção		Regulação/Manutenção	
Segurança		Segurança	
Sustentabilidade		Sustentabilidade	
Vistas		Vistas	
Outro 1		Densidade Planimétrica e volumétrica	
Outro 2		Dimensão Humana	
Outro 3		Mistério	

Figura 44 – a) Critérios apresentados na Ronda 1, e b) Critérios resultantes da Ronda 1 do método Delphi (Fonte: autora)

O período de resposta do painel de peritos, nesta primeira ronda, situou-se entre 1 junho 2018 e 15 julho 2018, e foi de cerca de 1,5 mês.

A4) Ronda 2

Na segunda ronda, foi utilizada a plataforma eletrônica “app.welphi.com”, específica para a utilização do método “e-Delphi”.

Na Ronda 2, foi apresentada ao painel de peritos, a listagem dos 16 critérios, e as respectivas descrições, com a seguinte pergunta. “Este critério é um critério de qualidade da paisagem urbana?”.

O inquérito, sob a forma de pergunta fechada, adotou para as respostas, uma escala de três pontos - “concordo”, “discordo” e “não concordo nem discordo” -, e cujos comentários foram recebidos no campo, para o efeito (Quadro 2). A resposta “não concordo, nem discordo” foi introduzida, por forma a possibilitar uma posição de indiferença, relativamente à questão formulada, e representa a reduzida relevância que o perito possa querer atribuir a esse critério. É uma resposta que indica que o perito não incluiria, por sua vontade, tal critério, mas uma vez incluído, não lhe atribui grande relevância. A taxa de consenso pré-definida, prevista para as rondas seguintes, (Ronda 2, e Ronda 3), foi de 85% e 80%, respetivamente, por se considerar serem taxas de consenso elevadas, e dentro dos valores referidos na bibliografia. A plataforma “app.welphi.com”, não permite ao facilitador/coordenador eliminar comentários dos peritos, ao longo de cada ronda, de modo que o “feedback” dado aos peritos, é igual ao que foi introduzido pelos mesmos.

No Anexo 1, apresentam-se os comentários dos peritos, que foram transpostos para a ronda seguinte.

Nesta segunda ronda do método Delphi, de todos os 45 peritos, que tinham acedido responder inicialmente, apenas 20 peritos responderam.

No entanto, e apesar do tempo fornecido para responder, ter sido dilatado, e de ter sido enviado um lembrete, a cada duas semanas, tentando engajar os peritos com o problema, a taxa de respostas foi baixa, ou seja, de 51.1% na primeira ronda, e de 44.4% na segunda ronda (relativamente aos 45 peritos, que tinham aceiteo participar).

Na Ronda 2, conforme referido anteriormente, foi adotada uma taxa de consenso superior ou igual a 85%. Assim, os critérios “Diversidade Funcional” (86%) e “Elementos Naturais” (90%), foram automaticamente aceites, e incluídos no modelo (Quadro 2), e os restantes critérios passaram à Ronda 3, por forma a serem submetidos a um novo “escrutínio”, do painel de peritos.

QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA- PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

Os comentários dos peritos na Ronda 2 foram tomados em consideração, e incluídos no texto final da descrição dos critérios (Anexo 1).

Quadro 2 - Resultados da Ronda 2 (plataforma app.welphi.com) (Fonte: autora)

	CRITÉRIOS	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo
1	ACESSIBILIDADE	62%	24%	14%
2	ATRIBUTOS DOS ELEMENTOS COERÊNCIA FORMAL	76%	24%	
3	COERÊNCIA FORMAL			
4	DENSIDADE PLANIMÉTRICA E VOLUMÉTRICA	62%	24%	14%
5	DIMENSÃO HUMANA	76%	19%	5%
6	DIVERSIDADE FUNCIONAL	86%	14%	
7	ELEMENTOS NATURAIS	90%	5%	5%
8	HARMONIA	81%	14%	5%
9	IDENTIDADE	76%	19%	5%
10	LEGIBILIDADE	81%	14%	5%
11	MANUTENÇÃO	81%	14%	5%
12	MISTÉRIO	43%	38%	19%
13	MOBILIDADE	71%	19%	10%
14	SEGURANÇA	71%	24%	5%
15	SUSTENTABILIDADE	71%	14%	14%
16	VISTAS	81%	14%	5%

O período de resposta do painel de peritos nesta ronda, situou-se entre 26 outubro 2018 e 12 de fevereiro de 2019, e foi de cerca de 3,5 meses.

A5) Ronda 3

Na Ronda 3, e com a mesma pergunta (“Este critério é um critério de qualidade da paisagem urbana?”), submeteu-se a lista de 14 critérios, ainda em “escrutínio”, cuja listagem se apresenta no Quadro 3.

Quadro 3 - Resultados da Ronda 3 (Fonte: autora)

	CRITÉRIOS	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo
1	ACESSIBILIDADES	71%	14%	14%
2	ATRIBUTOS DOS ELEMENTOS	81%	19%	
3	COERÊNCIA FORMAL	52%	33%	14%
4	DENSIDADE PARAMÉTRICA E VOLUMÉTRICA	71%	19%	10%
5	DIMENSÃO HUMANA	81%	19%	
6	HARMONIA	81%	5%	14%
7	IDENTIDADE	81%	14%	5%
8	LEGIBILIDADE	81%	14%	5%
9	MANUTENÇÃO	90%	5%	5%
10	MISTÉRIO	43%	29%	29%
11	MOBILIDADE	76%	19%	5%
12	SEGURANÇA	81%	14%	5%
13	SUSTENTABILIDADE	76%	14%	10%
14	VISTAS	81%	14%	5%

Na Ronda 3, a taxa de consenso adotada, superior ou igual a 80%, levou ao empate entre sete critérios, com taxas de consenso de 81%: Atributos dos Elementos (81%); Dimensão Humana (81%); Harmonia (81%); Identidade (81%); Legibilidade (81%); Segurança (81%) e Vistas (81%). Os restantes critérios, que obtiveram taxas de consenso inferiores a 80%, foram rejeitados, como foi o caso dos critérios Acessibilidade (71%), Coerência Formal (52%), Densidade planimétrica e volumétrica (71%), Mistério (43%), Mobilidade (76%) e Sustentabilidade (76%).

No final da Ronda 3, o critério Manutenção, apresentou uma taxa de consenso muito elevada, (de 90%, acima da taxa de aceitação de 80%), pelo que ficou também selecionado, a acrescer aos dois critérios, já selecionados na Ronda anterior, “Diversidade Funcional” e “Elementos Naturais”.

Se tivesse sido adotada, a mesma taxa de consenso da ronda anterior, ou seja, 85%, só teria passado à Ronda 4, o critério Manutenção. Todos os restantes teriam sido “eliminados”, e restariam apenas 3 critérios, a integrar o modelo. Com a taxa de 80%, foi possível incluir mais sete critérios, que resultaram empatados, com uma taxa de consenso de 81%.

Os comentários dos peritos na Ronda 3, foram tomados em consideração, e incluídos no texto final da descrição dos critérios (Anexo 1).

Na Ronda 3 responderam 21 peritos. Foi essencial a insistência a cada semana, para a obtenção das respostas dos peritos, das quais resultou um conjunto de comentários à definição dos critérios, cujo conteúdos foram incluídos no texto final dos conceitos respetivos (Anexo 1).

O período de resposta do painel de peritos nesta ronda situou-se entre 16 fevereiro 2019 e 1 abril de 2019, e foi de cerca de 1,5 mês.

A6) Ronda 4

Dado o empate entre sete critérios, foi necessário realizar mais uma ronda, desta vez através da plataforma eletrónica “Survey monkey.com”, por ser a que melhor se adapta à resolução deste problema. A plataforma eletrónica utilizada na Ronda 2 e na Ronda 3, não permitiria alterar a pergunta formulada inicialmente, e o risco de se consultar novamente o painel de peritos, e de obter o mesmo tipo de respostas, (ou seja, o empate em sete critérios), obtido na Ronda 3, era muito elevado.

Assim, foi formulada uma pergunta ao painel peritos, por forma a serem selecionados apenas mais dois ou três critérios, que se julgassem fundamentais a acrescentar aos três já selecionados, e obtenção de um total de cinco ou seis critérios.

A pergunta formulada aos peritos, na Ronda 4, foi a seguinte: “Nas rondas do método Delphi anteriormente realizadas, nas quais participou, gerou-se um consenso em torno dos critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana “Diversidade Funcional”, “Elementos Naturais” e “Manutenção”.

“Se pudesse acrescentar mais dois (e apenas dois) critérios a esta lista, quais escolheria de entre Vistas, Segurança, Legibilidade, Identidade, Harmonia, Dimensão Humana e Atributo dos Elementos?”

Com efeito, não existe um número definido quanto ao número de critérios a aplicar no modelo paramétrico, nem existe, tanto quanto se sabe, uma regra específica para a determinação do número de critérios a integrar o modelo. Contudo, considerou-se estar garantida a operacionalização do modelo com cinco ou seis critérios, uma vez que, ao aumentar-se o número de critérios, está a aumentar-se, não só a dificuldade da sua utilização do modelo paramétrico, como também, a dificuldade da sua operacionalização, nomeadamente, da etapa de quantificação dos coeficientes de ponderação dos critérios. Tendo em conta que, uma das

propriedades do conjunto dos critérios, num problema de decisão, é ser conciso, é recomendável reduzir o conjunto a um número razoável de critérios.

O resultado do inquérito “Survey monkey” (Figura 45), evidencia os dois critérios a incluir no modelo: “Dimensão Humana” e “Identidade” com taxas de 54,55% e 40,91%, respetivamente. Os restantes critérios (“Legibilidade”, “Vistas”, “Segurança”, “Harmonia” e “Atributos dos Elementos”), que obtiveram taxas de 27,27%, 23% e 9,09%, foram rejeitados. Se as respostas não tivessem sido claras nas opções dos peritos, poderia verificar-se a necessidade de ser incluído um sexto critério.

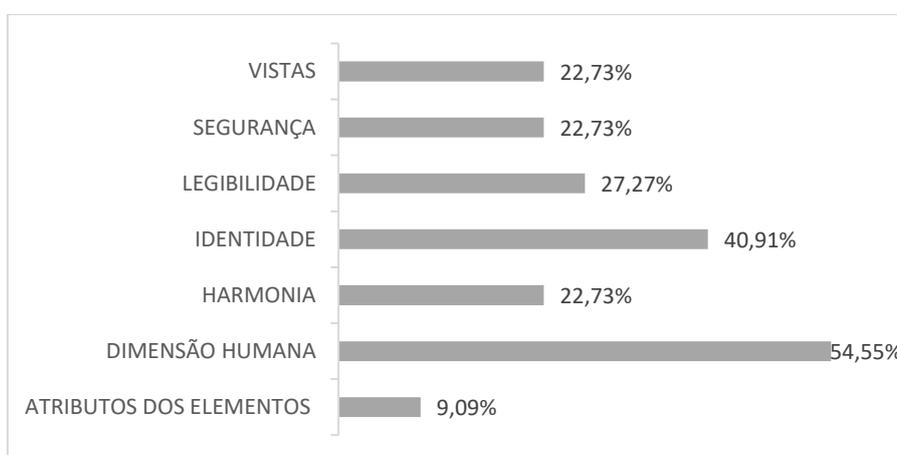


Figura 45 - Resultados do inquérito na plataforma eletrónica “Survey monkey” (Fonte: autora)

O período de resposta do painel de peritos situou-se entre 4 de junho 2019 e 1 de julho 2019, ou seja, cerca de 1 mês, e o número de peritos que responderam foram 22.

A7) Análise do processo do método Delphi

O tempo total da aplicação do método Delphi, no total das quatro rondas, foi de um ano e um mês aproximadamente, (entre 1 junho de 2018 e 1 de julho de 2019), substancialmente superior aos três a quatro meses, referidos por alguns autores, embora, dentro do prazo de 16 meses, referidos noutros estudos (Hung et al., 2008; Keeney et al., 2006). Para tal terá contribuído, eventualmente, o atravessamento de épocas de férias de verão, de festas de Natal e de passagem de ano, a utilização de vários tipos de “software” (“Excel”, plataformas eletrónicas

“app. welphi” e “Survey monkey”) e o tempo necessário à respetiva análise, e tratamento de respostas.

Ao longo das quatro rondas, os peritos teceram comentários sobre os critérios propostos, cujas descrições se apresentam nos Anexos 1 e 2. A primeira ronda, de pergunta aberta foi, tal como se previa, a que recebeu mais comentários. As segunda e terceira rondas, receberam alguns comentários, sobretudo relativamente aqueles critérios em que a resposta foi de “discordo” e “não concordo, nem discordo”, em que os peritos decidiram fundamentar a sua opção. Por outro lado, os critérios que receberam maior grau de consenso, foram aqueles que tiveram menos comentários. Ao longo do processo de inquirição, alguns peritos interagiram, comentando as respostas dos outros peritos, sem alterar, contudo, a sua linha de pensamento. As observações dos peritos, ao longo das rondas do método Delphi, foram tomadas em consideração, e incluídas nas descrições dos critérios em cada volta, contribuindo para o enriquecimento dos conceitos respetivos.

5.2.2.3. Resultados

Foram identificados cinco critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana – “Elementos Naturais”, “Manutenção”, “Diversidade Funcional”, “Dimensão Humana” e “Identidade” (Figura 46).



Figura 46 - Critérios de avaliação determinados pelo painel de peritos (Fonte: autora)

5.3. Operacionalização do modelo

5.3.1. Descritores de Impacto

Um dos modos de operacionalizar um critério, é através dos descritores de impacto (Keeney, 1992), cujo objetivo é medir o desempenho de uma alternativa num dado critério.

“Um descritor de impacto, é um conjunto ordenado de níveis de impacto plausíveis, associados a um critério” (Costa & Beinat, 2005, p.12), ou seja, estabelece os níveis de impacto, das alternativas num determinado critério. Os descritores de impacto, ajudam a entender o contexto da decisão, tornam mais claro o critério de avaliação, possibilitam medir quantitativamente, e qualitativamente, o grau em que os critérios são atingidos.

Os descritores podem ser de três tipos, quando classificados face ao tipo de grandeza escolhida (Figura 47): “diretos”, quando indicam diretamente efeitos, (sobre alguém ou alguma coisa, como, por exemplo, o número de pessoas afetadas por doenças respiratórias); “indiretos” (quando medem, indiretamente, o critério associado, como, por exemplo, a distância, em metros, entre duas estações de comboio, para justificar o tempo do percurso entre os dois pontos, ou “proxy”, que, embora, não meçam diretamente uma grandeza, medem os efeitos que estão relacionados com ela, ou seja, quando indicam, por exemplo, causas, sobre alguém ou alguma coisa, como sejam, por hipótese, os níveis de concentração de poluentes no ar, que causam doenças respiratórias; e os construídos, quando são desenvolvidos para um contexto específico, quando não há informação suficiente, e/ou quando um critério tem uma natureza intrinsecamente subjetiva (Costa & Beinat, 2010). Pode referir-se, a título de exemplo, um descritor construído com quatro níveis, relativos à existência, e ao tipo de mobiliário urbano, como, por exemplo (Ferreira et al. 2016, p. 186),

“Nível 1 – o mobiliário urbano não existe

Nível 2 – existe mobiliário urbano de iluminação

Nível 3 – existe mobiliário urbano de iluminação e higiene

Nível 4 – existe mobiliário urbano de iluminação, higiene e bancos”.



Figura 47 - Tipos de descritores de impacto quanto ao tipo de grandeza escolhida (Fonte: autora)

Os descritores podem ser de três tipos, classificados relativamente à forma como são expressos (Figura 48).

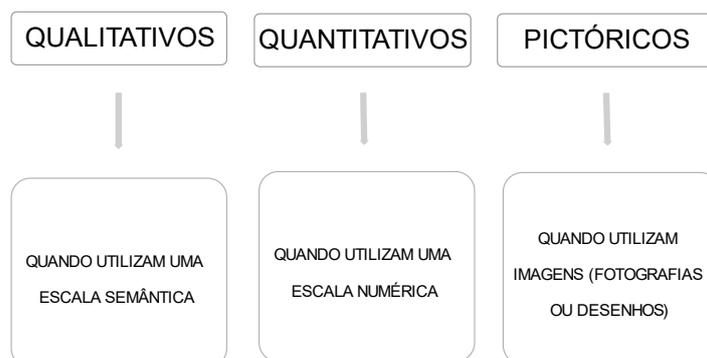


Figura 48 - Tipos de representação de descritores de impacto (Fonte: autora)

Designam-se por “qualitativos”, quando utilizam uma escala semântica, de descrições verbais como, por exemplo, em três níveis:

Nível 1 – todas as estações de comboio têm bons acessos e estão bem localizadas; Nível 2 – o acesso é bom, mas a localização não é central, e Nível 3 – tem maus acessos e má localização.

Podem ser “quantitativos”, quando são medidos numa escala ordinal ou cardinal, (como por exemplo o preço, em euros), ou “pictóricos”, quando utilizam uma representação visual, como, por exemplo, fotografias, e determinados elementos que se pretende medir, como por exemplo o impacto da quantidade de vegetação, (do pior nível, apenas rocha, sem vegetação), até ao melhor nível (com várias árvores de grande porte) (Figura 49).



Figura 49 -Exemplo de um descritor de impacto pictórico (adaptado de Ferreira et al. (2016))

Podem ainda ser mistos, quando classificados relativamente à forma como é expressa a grandeza, “qualitativos” e “quantitativos”, se recorrerem, por exemplo, a descrições verbais, com recurso a índices, como, por exemplo, 3 níveis: nível 1 – todas as estações de comboio têm bons acessos, e todas as estações estão localizadas até 500 metros do centro da cidade; nível 2 – o acesso é bom, mas a estação está localizada até 1000 metros do centro da cidade, e nível 3 – tem maus acessos e a localização é a 1500 metros do centro da cidade.

Um descritor é “contínuo”, quando é representado por uma variável contínua, (como, por exemplo, uma área em m², ou uma distância em metros lineares), ou “discreto”, quando é representado por uma variável discreta, quando assume valores não contínuos, e é representado por um conjunto contável de níveis de impacto, como, por exemplo, 3 níveis: Nível 1 – 3; Nível 2 – 2 e Nível 3 – 1.

5.3.1.1. Conferência de decisão – descrição geral do método

Para a construção dos descritores de impacto, foi prevista a realização de uma conferência de decisão, com um painel de peritos constituído por dez elementos, “extraído” a partir do painel que já tinha participado anteriormente na identificação dos critérios de avaliação de qualidade da paisagem urbana.

A conferência de decisão, é um processo frequentemente utilizado em processos de decisão multicritério, e serve para ajudar os decisores, em contextos de decisão complexos (Vieira et al., 2019). Trata-se de uma reunião simultânea, no espaço e no tempo, de um conjunto de atores chave, (e/ou de peritos e/ou “stakeholders”), conduzida por um facilitador imparcial, face ao problema em questão, que ajuda o grupo a pensar sobre os temas em discussão, para a obtenção de um julgamento do grupo. A conferência de decisão, tem como objetivos: a) gerar uma compreensão compartilhada das questões, (não necessariamente o consenso), b) desenvolver um sentido de propósito comum, (permitindo diferenças de opinião individuais) e c)

concordar sobre o caminho a seguir, ou seja, num compromisso assumido sobre a direção a tomar (Phillips, 2007).

Nas conferências de decisão, os participantes podem apresentar e discutir as suas ideias e preocupações, gerir os conflitos de forma construtiva, e chegar a um entendimento, e a uma decisão de compromisso. A conferência de decisão, é mais útil quando existe uma maior pressão, e urgência, para resolver os problemas, (em particular, em âmbito empresarial), e não é tão eficaz, para assuntos pouco “urgentes”, ou pouco “interessantes” (Phillips, 2007).

Na conferência de decisão pode, eventualmente, não ser possível a decisão, ou a decisão ser conseguida com um número relativamente reduzido de participantes (apesar de poderem representar um leque alargado de perspectivas, sobre as matérias em causa).

A escolha dos participantes, para a conferência de decisão, deve ser tal que:

- a) os escolhidos devem representar uma diversidade de perspectivas;
- b) o número de participantes não deverá ser superior a 12 elementos, sob pena de perder eficácia (Vieira et al., 2019);
- c) os participantes devem ser especialistas na área de conhecimento do contexto da decisão (Vieira et al., 2019), e estarem disponíveis para participar ativamente no processo de decisão.

5.3.1.2. Aplicação da conferência de decisão (adaptada) à construção dos descritores de impacto

Dado o súbito aparecimento da pandemia do Covid-19, (em março 2020), obrigando toda a sociedade a um confinamento doméstico obrigatório, por tempo indeterminado, com alterações profundas no modo de viver – total confinamento, teletrabalho, horários de trabalho alterados, interrupção de viagens aéreas e terrestres, (domésticas e internacionais), e dada a situação de excecionalidade da situação, sem previsão de data para o regresso à normalidade, em vez da realização de uma conferência presencial, optou-se por realizar a auscultação aos peritos via “online”, segundo um procedimento semelhante a uma conferência de decisão, adaptada, por interação via “email”, entre peritos.

Assim, e por forma a extrair as características de cada critério, necessárias à construção dos descritores, foi enviado por “email”, a cada perito, uma descrição, segundo todos os critérios, de duas narrativas imaginárias, uma “pior” e de outra “melhor” paisagem urbana em todos os critérios, e foi solicitado a cada perito, a sua concordância com essas duas descrições. Caso o

perito não concordasse, deveria acrescentar às descrições apresentadas, alguma(s) palavra(s) ou frase(s), que, no seu entender, correspondessem melhor à sua interpretação, de pior ou melhor nível, de desempenho qualidade da paisagem urbana. As várias versões alteradas pelos peritos, foram enviadas a todos os peritos, até estarem estabilizadas e consensualizadas entre eles. Apresentam-se (em baixo) as descrições finais de “pior” e de “melhor” nível de paisagem urbana, para cada critério, correspondentes a situações fictícias, tal como foi definida para a definição dos descritores de impacto:

Pior nível da paisagem urbana em cada um dos cinco critérios

- 1) *Dimensão Humana - sem diversidade demográfica (por exemplo, só com idosos, ou só com jovens), com ausência de multiculturalidade, com evidência de pobreza (por exemplo, com presença de mendigos e/ou sem-abrigos), sem espaços públicos onde seja possível sentar e sociabilizar;*
- 2) *Diversidade funcional - sem diversidade de equipamentos (por exemplo, de saúde, de ensino, de lazer, ou comerciais), sem diversidade de elementos urbanos (por exemplo, ruas, praças, alamedas, jardins, miradouros, monumentos);*
- 3) *Elementos Naturais - sem vegetação (por exemplo, sem árvores, sem arbustos, sem flores, ou sem jardins); e sem estruturas aquíferas (por exemplo, sem rio, mar, lago, fontes), sem respeito pela vegetação autóctone, sem preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas;*
- 4) *Identidade - sem elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar, incluindo a ausência de atividade urbana própria e autêntica; sem sedimentação do edificado de várias épocas (em particular as mais antigas e que conferem memória e história, tais como os edifícios históricos ou icónicos) e sem arte urbana.*
- 5) *Manutenção - com evidente degradação dos materiais de revestimento dos edifícios, com tags” (rabiscos, sem carácter artístico) pintados nas fachadas dos edifícios, com publicidade colada nas fachadas do edificado, com elementos sobrepostos às fachadas e que afetam a sua imagem original, (por exemplo, cabos elétricos pendurados, antenas, equipamentos de ar condicionado, marquises, estruturas de suporte de publicidade comercial), com degradação evidente dos passeios, dos pavimentos rodoviários e pedonais, do mobiliário urbano (como por exemplo dos bancos, das papeleiras, dos contentores de RSU's), com falta de manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas, dos equipamentos de sinalização rodoviária (horizontal e vertical) e de segurança (por exemplo guardas de segurança, barreiras de paragem), percepção de insegurança (pela falta de manutenção e vandalismo, ou de iluminação noturna e de vigilância de residentes e/ou transeuntes insuficiente), e com sujidade.*

Melhor nível da paisagem urbana em cada um dos cinco critérios

- 1) *Dimensão Humana – com diversidade demográfica, multiculturalidade, uma paisagem urbana inspiradora e criativa, com existência de espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão;*
- 2) *Diversidade Funcional - com diversidade de equipamentos (por exemplo, estabelecimentos de saúde, de ensino, de lazer e comerciais), variedade de elementos urbanos (por exemplo, ruas, praças, alamedas, jardins, miradouros, monumentos), complementaridade de espaços públicos, equilíbrio funcional (habitação, comércio, serviços, lazer);*
- 3) *Elementos Naturais - com vegetação (por exemplo, com árvores, arbustos, flores, com jardins); e com elementos de água (como por exemplo, com rio, mar, lago ou fontes), com respeito pela vegetação autóctone, com preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas;*
- 4) *Identidade - com elementos físicos construídos ou naturais que lhe conferem originalidade (seja pela morfologia do terreno, tipo de vegetação, e/ou proximidade a elementos aquíferos, ou pelas características arquitetónicas), com edifícios históricos ou icónicos, com edifícios de várias épocas reveladores da capacidade da paisagem urbana de manter a sua história ao longo dos tempos e de transmitir a sua adaptação às variações temporais, com arte urbana, com elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar, incluindo a presença de atividade urbana própria e autêntica;*
- 5) *Manutenção - edificado limpo e bem mantido, que conserva a sua arquitetura original, sem elementos sobrepostos nas fachadas (por exemplo, cabos elétricos pendurados, antenas, equipamentos de ar condicionado, marquises), com um espaço público limpo e com boa manutenção, sem degradação evidente dos passeios, dos pavimentos rodoviários e pedonais, do mobiliário urbano (como por exemplo dos bancos, das papeleiras, dos contentores de RSU's), com manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas, dos equipamentos de sinalização rodoviária (horizontal e vertical) e de segurança (por exemplo guardas de segurança), com perceção de segurança, seja pela boa manutenção do edificado e do espaço público, como pela boa iluminação noturna, vigilância de residentes e/ou transeuntes, com uma imagem visualmente “despoluída”, e sem grandes exigências e custos de manutenção.*

O procedimento adotado, com base nos procedimentos da conferência de decisão (“online”), adaptada, tendo em conta o período pandémico, permitiu identificar as características que cada alternativa deveria conter, segundo cada critério, a partir das descrições de melhor e de pior

paisagem urbana. Cada característica, corresponde a um aspecto considerado relevante em cada critério, e que deve ser tido em consideração, na avaliação dessa alternativa, segundo esse critério.

Os descritores de impacto, foram construídos por forma a corresponderem à melhor paisagem urbana possível, e nesse sentido, quanto mais características cada alternativa tiver, maior é o descritor. Os vários níveis dos descritores de impacto, correspondem ao número de características existentes, numa determinada alternativa, (unidade territorial). Cada critério poderá conter “n” características (sendo que “n” ≥ 0).

O critério “Dimensão Humana”, por exemplo, inclui cinco características, (aspectos relevantes), atendendo à respetiva descrição de melhor e de pior paisagem urbana, conforme apresentado em baixo:

Dimensão Humana (melhor nível) – com diversidade demográfica, multiculturalidade, uma paisagem urbana inspiradora e criativa, com existência de espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, e de sociabilização;

Dimensão Humana (pior nível) - sem diversidade demográfica (por exemplo, só com idosos, ou só com jovens), com ausência de multiculturalidade, com evidência de pobreza (por exemplo, com presença de mendigos e/ou sem-abrigos), sem espaços públicos onde seja possível sentar e sociabilizar;

As características do critério DIMENSÃO HUMANA são as seguintes:

1. Diversidade demográfica - equilíbrio demográfico
2. Multiculturalidade - diversidade dos grupos étnicos e/ou de classes sociais
3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, e da sociabilização, onde seja possível sentar e sociabilizar
4. Sem evidência de pobreza - aspetos reveladores de coesão social e de respeito pelos direitos básicos à habitação, nomeadamente pela ausência de “sem abrigos”, mendigos e/ou desalojados
5. Com evidência de criatividade urbana - paisagem urbana inspiradora e criativa.

As características para os restantes quatro critérios, extraídas da mesma forma, segundo as descrições dos peritos, a partir das descrições de melhor e de pior paisagem urbana, e que correspondem aos vários descritores de impacto, são as seguintes:

CRITÉRIO DIVERSIDADE FUNCIONAL

1. Com diversidade de equipamentos de saúde
2. Com diversidade de equipamentos de ensino
3. Com diversidade de equipamentos de lazer
4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais
5. Com diversidade de elementos urbanos
6. Com complementaridade de espaços públicos
7. Com equilíbrio funcional (habitação, comércio, serviços, lazer)

CRITÉRIO ELEMENTOS NATURAIS

1. Árvores
2. Arbustos e flores
3. Jardins
4. Com elementos de água livre
5. Com respeito pela vegetação autóctone

CRITÉRIO IDENTIDADE

1. Com elementos físicos naturais que lhe conferem originalidade seja pela morfologia do terreno, tipo de vegetação, e/ou proximidade a elementos aquíferos, ou pelas características arquitetónicas
2. Com edifícios ou elementos urbanos construídos, de reconhecimento identitário
3. Com edifícios da mesma época, de um edificado que mantém visualmente, na sua maioria, a mesma traça arquitetónica.
4. Com arte urbana
5. Com eventos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar, incluindo a presença de atividade urbana própria e autêntica (ex: feiras anuais)

CRITÉRIO MANUTENÇÃO

1. Com um edificado limpo e bem mantido, que conserva a sua arquitetura original, sem elementos sobrepostos nas fachadas, como, por exemplo, cabos elétricos, caixas de telecomunicações, antenas, equipamentos de ar condicionado, marquises, entre outros

2. Com um espaço público limpo e com boa manutenção, sem degradação evidente dos passeios, dos pavimentos rodoviários e pedonais, do mobiliário urbano como por exemplo dos bancos, das papelarias, dos contentores de resíduos sólidos urbanos (RSU's)
3. Com manutenção da vegetação, de lagos e fontes
4. Com manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária (horizontal e vertical)
5. Com “perceção de segurança”, seja pela boa manutenção do edificado e do espaço público, como pela boa iluminação noturna, vigilância de residentes e/ou transeuntes
6. Com uma imagem visualmente “despoluída”
7. Sem grandes exigências e custos de manutenção.

Neste modelo, os descritores foram construídos, a partir das características encontradas nas descrições de melhor e de pior paisagem. O desempenho de cada alternativa, em cada critério, depende do número de características desse critério, observáveis em cada alternativa (Quadro 4). Foi considerado que, no descritor, não existem características “dispensáveis” ou com maior relevância do que outras; e, quanto mais características estiverem presentes, numa alternativa, segundo um determinado critério, maior é o descritor, maior é a qualidade da paisagem, nesse critério. São descritores quantitativos, dados por valores numéricos, (consoante o número das características observáveis, em cada critério, assumindo os valores de 0, 1 ,2 ,3 ,4 ,5 ,6 ou 7) e discretos, uma vez que assumem valores não contínuos, que correspondem à existência de características, em cada critério (5 ou 7, no máximo, consoante os critérios).

Quadro 4 - Valores dos descritores de impacto no cada critério “Dimensão Humana” (como exemplo), consoante as características presentes em cada alternativa (unidade territorial). (Fonte: autora)

CRITÉRIOS C _n	Nº Características no Critério (n _c)	Número de características presentes na alternativa (n _{cp})	Alternativa (Bairro)
			Valor do descritor de impacto
Dimensão Humana	5	0	0
		1	1
		2	2
		3	3
		4	4
		5	5

Admitiu-se neste trabalho que os descritores de impacto são “construídos”, por não haver informação suficiente para o contexto específico da qualidade da paisagem urbana; “quantitativos”, por serem representados por algarismos, e “discretos”, por assumirem valores não contínuos.

Após a conclusão, da fase da construção, dos descritores de impacto, foram encontradas, com o apoio dos comentários dos peritos, em cada ronda, e das descrições de “melhor” e “pior” nível da paisagem urbana, na conferência de decisão, as definições, (corrigidas), dos conceitos dos critérios de avaliação, cuja descrição final é a seguinte:

1. DIMENSÃO HUMANA

Este critério refere-se à presença humana na paisagem urbana, e a fatores relacionados com o equilíbrio demográfico, diversidade dos grupos étnicos e/ou de classes sociais. Tem a ver com aspetos reveladores de coesão social e de respeito pelos direitos básicos à habitação, nomeadamente pela ausência de “sem abrigos”, mendigos e/ou desalojados.

O critério Dimensão Humana revela-se ainda pela existência de espaços de lazer potenciadores da sociabilização, de interação e inclusão social, pela capacidade de integração de residentes e não residentes, pela existência de espaços sem restrições de uso, nas áreas de convivência, a determinados segmentos da população, uma paisagem urbana inspiradora e criativa.

2. DIVERSIDADE FUNCIONAL

Este critério refere-se à variedade de elementos urbanos tais como: Elementos construídos (e.g. edifícios correntes, edifícios notáveis; Monumentos); Elementos do espaço público: Mobiliário urbano (e.g. fontes, bancos); Arte pública (e.g. estátuas); Vegetação; sinalética; Elementos do traçado urbano: Espaços exteriores (Vias de circulação pedonal; Vias de circulação rodoviária; Escadarias, Arcadas, Vias-férreas) espaços de permanência (e.g. Largos, Praças, Alamedas, Jardins, Parques).

Refere-se ainda à variedade de funções, como por exemplo Habitação, Comércio, Serviços, Equipamentos Escolares; Equipamentos de Saúde; Equipamentos de lazer/desporto, e à variedade de unidades de comércio e serviços, como por exemplo Livraria, Farmácias, Bancos, Cafés, Bares, Restaurantes, Quiosques, Cinemas, Teatros, Eletrónica, Vestuário/calçado/malas, Bijuteria/ourivesaria, Decoração, Florista, Automóveis/peças, Figura, Telemóveis, Cabeleireiro/beleza, Papelaria/tabacaria.

3. ELEMENTOS NATURAIS

O critério “Elementos naturais” avalia a presença do sistema “verde” e do sistema “azul” na paisagem urbana.

O “verde”, ou a “vegetação no espaço público”, refere-se à inclusão, e/ou proximidade, de elementos herbáceos, arbustivos, arbóreos, espaços verdes ajardinados, canteiros com flores, nas vias e em praças.

O “azul” refere-se à inclusão ou proximidade de elementos naturais como a água, linhas e espelhos de água, rios, fontes, repuxos, lagos ou proximidade ao mar.

Este critério tem ainda a ver com outros elementos naturais, como as serras e/ou montanhas, que, pela sua proximidade à cidade, também fazem parte da paisagem urbana.

4. IDENTIDADE

O critério Identidade avalia os fatores que diferenciam uma paisagem urbana de outra, e que lhe conferem caráter, originalidade, reconhecimento e memória coletiva. As dimensões da identidade urbana têm por base não só características tipo-morfológicas, mas também significados. Assim, debruça-se quer sobre os aspetos físicos naturais - morfologia do terreno e características do solo, tipo de vegetação, e proximidade a rios, lagos, mar, quer sobre os elementos construídos - materiais, estilos e características arquitetónicas. A Identidade é ainda evidenciada pela existência de elementos construídos que se destacam dos restantes, de edifícios icónicos, de edifícios culturais, de valor histórico e patrimonial, ou pelo edificado respeitante a entidades privadas e/ou públicas, como por exemplo Universidades, museus, estádios de futebol, salas de concertos.

Este critério refere-se também à resiliência do edificado, transmitida pela sedimentação e manutenção de várias épocas (em particular as mais antigas), ou seja, à capacidade da paisagem urbana de manter a sua história ao longo dos tempos, e de transmitir a sua adaptação às variações temporais.

Outros elementos reveladores da Identidade têm a ver a preservação de memórias coletivas, traduzidas por exemplo através de estátuas, placas comemorativas, figuras do bairro no passado, identificação dos residentes e respetivas habitações, ou ainda pela ocorrência de acontecimentos periódicos, como por exemplo festas populares e/ou mercados.

5. MANUTENÇÃO

O critério Manutenção diz respeito à conservação e limpeza do espaço público, à preservação dos edifícios, e à poluição visual.

No espaço público tem a ver com o modo como os passeios, os pavimentos, o mobiliário urbano, os equipamentos de sinalização e segurança, e os elementos naturais, são mantidos, cuidados e limpos. No

que se refere à poluição visual diz respeito à colocação de caixas de publicidade em postes e paragens “Bus”, à existência de “écrans” eletrônicos e/ou grandes “outdoors”.

Nos edifícios, este critério tem a ver com a preservação dos edifícios, manutenção das fachadas e/ou empenas, (ou com o tardo, quando avistado a partir do espaço público), colagem de posters nas fachadas do edificado, presença de tags” (rabiscos, sem arte), e ainda com os elementos “a mais” nas fachadas, tais como cabos, antenas parabólicas, aparelhos de ar condicionado, estruturas de suporte de publicidade e/ou colocação de marquises, ou seja, com todas as alterações que afetem a sua imagem original do edificado.

5.3.2. Funções de valor

Para a operacionalização dos critérios, foi definida uma função de valor para cada critério, que transforma as unidades do descritor de impacto, em unidades de valor numérico (Mateus et al., 2008), segundo uma escala entre dois pontos: um máximo, que corresponde à melhor paisagem urbana possível, e um mínimo, que corresponde à pior paisagem urbana possível. É uma escala fechada, com o limite superior de “1” para o melhor nível de desempenho da paisagem urbana, e inferior de “0”, para o pior nível de desempenho. Para a ordenação das alternativas, em termos de qualidade da paisagem urbana, o intervalo da escala não é relevante, (poderia ser, por exemplo, entre “0” e “100”); porém, deve ser uma escala de tal forma, que permita identificar, com facilidade, a diferença de percepção de qualidade, de fácil compreensão, e correntemente utilizada, como, por exemplo, a escala decimal, pela facilidade das operações aritméticas, de divisão e multiplicação, por “10”.

A escala da função de valor, é igual em todos os critérios, para permitir comparar, com facilidade, as performances das alternativas, entre critérios.

Foi considerada uma função de valor linear, ou seja, aquela em que o acréscimo de valor de uma alternativa, num dado critério, é constante, por cada característica existente a mais, nessa alternativa, segundo esse critério. Na função linear, o valor, (numérico), que uma alternativa assume, ao passar de ter uma característica, para ter duas características, (por exemplo), é idêntico, (nesse critério), ao valor que assume, ao passar de zero características, para uma, ou de duas, para três características, nesse mesmo critério, por se ter considerado, que não existem características, de maior relevância do que outras, em cada critério. Por exemplo, no critério “Manutenção”, as seguintes características:

- “1. Com um edificado limpo e bem mantido, que conserva a sua arquitetura original, sem elementos sobrepostos nas fachadas por exemplo, cabos elétricos pendurados, antenas, equipamentos de ar condicionado, marquises,
2. Com um espaço público limpo e com boa manutenção, sem degradação evidente dos passeios, dos pavimentos rodoviários e pedonais, do mobiliário urbano como por exemplo dos bancos, das papeleiras, dos contentores de resíduos sólidos urbanos (RSU's),
3. Com manutenção da vegetação, de lagos e fontes
4. Com manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária (horizontal e vertical)
5. Com “perceção de segurança”, seja pela boa manutenção do edificado e do espaço público, como pela boa iluminação noturna, vigilância de residentes e/ou transeuntes
6. Com uma imagem visualmente “despoluída”, e
7. Sem grandes exigências e custos de manutenção”

têm todas a mesma relevância. Assumir o contrário, ou a eventual não-linearidade da função de valor, implicaria de uma nova consulta ao painel de peritos (cuja disponibilidade de participação no estudo é limitada). No entanto, tal como referido no Capítulo 7 será, contudo, um tema a incluir em estudos futuros.

O valor numérico que a função de valor assume em cada alternativa “a”, segundo um determinado critério “c”, $F_c(a)$ é o seguinte:

$$F_c(a) = (ncp(a)) / (n(c))$$

em que,

$ncp(a)$ – valor do descritor

$n(c)$ – número de características do critério “c”

No Quadro 5, apresentam-se os valores que as funções de valor assumem em cada critério, consoante as características presentes em cada alternativa.

Quadro 5 - Valores das funções de valor em cada critério, consoante as características presentes em cada alternativa.

(Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Nº Características no Critério (nc)	Número de características presentes (ncp)	Alternativa (Bairro)
			Valor da função de valor (ncp/nc)
DIMENSÃO HUMANA	5	1	0,20
		2	0,40
		3	0,60
		4	0,80
		5	1,00
DIVERSIDADE FUNCIONAL	7	1	0,14
		2	0,28
		3	0,42
		4	0,56
		5	0,70
		6	0,84
		7	1,00
ELEMENTOS NATURAIS	5	1	0,20
		2	0,40
		3	0,60
		4	0,80
		5	1,00
IDENTIDADE	5	1	0,20
		2	0,40
		3	0,60
		4	0,80
		5	1,00
MANUTENÇÃO	7	1	0,14
		2	0,28
		3	0,42
		4	0,56
		5	0,70
		6	0,84
		7	1,00

5.3.3. Determinação dos coeficientes de ponderação dos critérios

Os coeficientes de ponderação dos critérios, transmitem o pensamento do decisor, relativamente aos “pesos”, que atribui aos critérios, no modelo de avaliação (Seddiki et al., 2016). O termo “pesos”, neste contexto, corresponde ao conceito de troca, de compensação, ou seja, de quanto alguém está disposto a abdicar num critério, para ganhar mais noutra critério, que melhore o desempenho global da alternativa (Bana e Costa et al., 2002). Em modelos multicritério, não atender a este pressuposto, é designado como “the most common critical mistake” (Keeney, 1992, p. 147). Com efeito, os “pesos”, ou melhor, os coeficientes de ponderação, são apenas constantes para harmonizar os fatores de escala, sendo assumido que tomam valores entre “0” e “1”, e que o respetivo somatório é igual a “1”. Os coeficientes de ponderação, representam o contributo para a pontuação global, da pontuação parcial de cada alternativa em cada critério, e correspondem a uma mudança de escala, ou seja, à transformação de pontos segundo cada critério, em pontos globais.

Para a determinação dos coeficientes de ponderação dos critérios, foi escolhido um método SMART (“Simple Multi-attribute Rating Technique”) - Swing Weighting - por ser de aplicação simples, as respostas serem dadas rapidamente (Seddiki et al., 2016) e os resultados obtidos, com recurso a operações aritméticas simples.

O método Swing Weighting desenvolve-se em quatro etapas (Figura 50):

- a) Identificação das alternativas fictícias;
- b) Ordenação das alternativas fictícias;
- c) Atribuição de valores às alternativas fictícias;
- d) Cálculo dos coeficientes de ponderação.

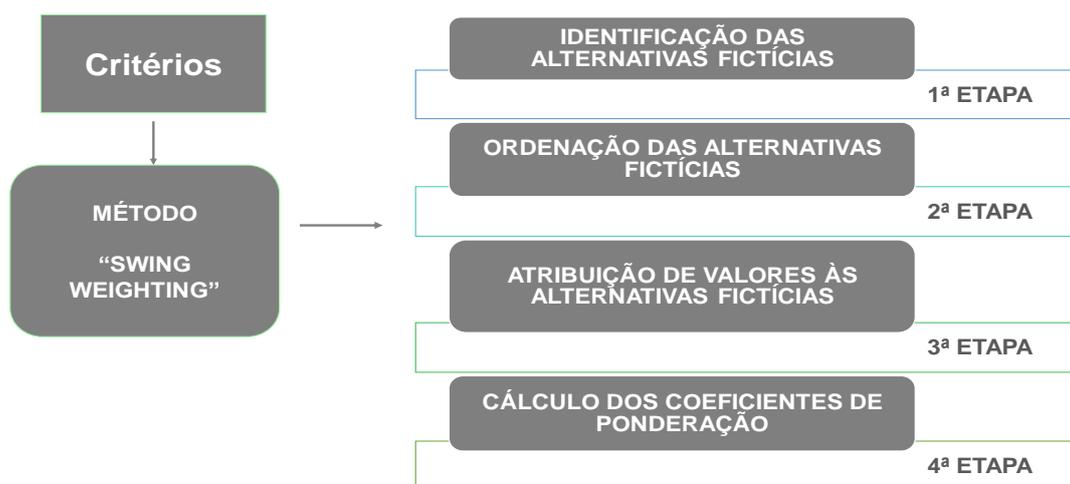


Figura 50 - Aplicação do método Swing Weighting e respectivas etapas, para determinação dos coeficientes de ponderação (Fonte: autora)

5.3.3.1. Método Swing Weighting (tradicional) – Descrição geral do método

O método Swing Weighting, consiste em gerar e ordenar alternativas fictícias, a partir da descrição de duas situações fictícias, extremas, de desempenho, (neste caso da paisagem urbana).

As preferências do decisor, (neste estudo, representado pelo painel de peritos), são reveladas na determinação dos coeficientes de ponderação de cada critério, através da comparação individual dos critérios de avaliação, a partir da descrição de uma situação fictícia, (Clemen & Reilly, 2001) (de melhor ou de pior paisagem urbana possível)-

O método prevê um facilitador e um decisor. O primeiro, tem a função de orientar o decisor, a pensar com clareza sobre o assunto, a liderar o processo e a resolver conflitos (Vieira et al., 2019), e ainda, de apresentar as alternativas fictícias extremas. O segundo, deve fornecer a informação necessária, por forma a permitir ao facilitador, a ordenação das alternativas fictícias.

O método Swing Weighting, utiliza de início uma alternativa de referência fictícia “a₀”, em que todos os critérios estão no seu pior nível de desempenho (Figura 51). O decisor deve escolher o critério, (se pudesse escolher apenas um critério, entre C₁ e C₅, ou C_n no caso de “n” critérios) que pretende colocar ao melhor nível, para melhorar o desempenho global da paisagem urbana. Supõe-se que o decisor escolheu o critério C₁.



Figura 51 - Alternativa "a₀" (pior desempenho em todos os critérios) (Fonte: autora)

À alternativa fictícia "a₁" (Figura 52), na qual todos os critérios estão no seu pior nível de desempenho, (exceto no critério C₁ que o decisor escolheu para colocar no seu melhor nível), o decisor atribui 100 pontos, ou seja, um valor numérico, num qualquer intervalo, previamente fixado pelo facilitador, (como por exemplo entre "0" e "100", por ser facilmente interpretado). Os pontos, (ou valores), correspondem às preferências do decisor, relativamente a cada critério.

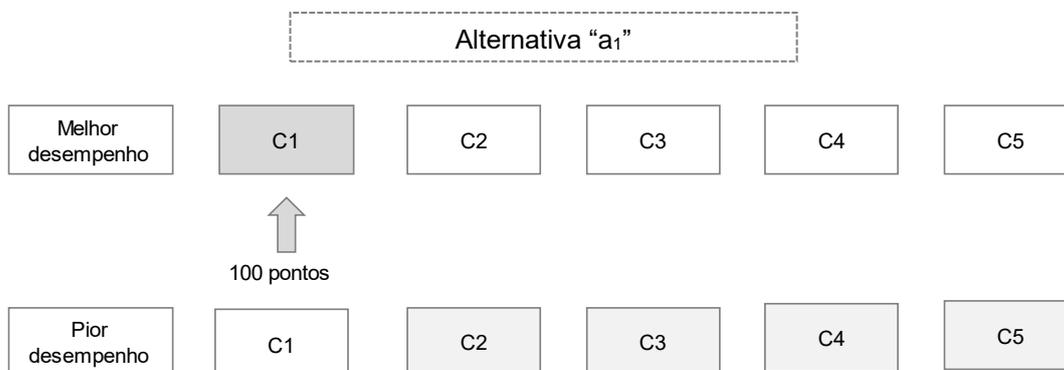


Figura 52 - Alternativa a₁ (melhor desempenho no critério C₁ e o pior desempenho nos critérios C₂, C₃, C₄ e C₅) (Fonte: autora)

Do ponto de vista matemático, e com a aplicação do modelo aditivo, se a alternativa "a₁" está no seu melhor desempenho no critério C₁, então o valor da alternativa "a₁" segundo C₁ é igual a "100", ou seja, $V(a_1)_{C_1} = 100$, e o valor da alternativa segundo os restantes critérios é igual a "0" ou seja, $V(a_1)_{C_2} = V(a_1)_{C_3} = V(a_1)_{C_4} = V(a_1)_{C_5} = 0$

e se,

$$V(a_1)_{C_1} = 100$$

e

$$V(a) = V(a)_{C_1} \times K_1 = 100$$

então

$$100 \times K_1 = 100$$

Logo, o coeficiente de ponderação do critério C₁ é

$$k_1 = 100/100 = 1$$

Em seguida, o decisor é solicitado a escolher um outro critério, para colocar ao melhor nível, por forma a aumentar o desempenho global da paisagem urbana, e a atribuir pontos a essa nova alternativa “a₂”, uma vez que atribuiu 100 pontos a “a₁” (segundo C₁). Esse valor, designa-se por P₂, e corresponde à passagem do critério C₂ do pior, para o melhor nível (Figura 53). Esse valor P₂, tem de ser necessariamente inferior a 100 pontos, porque o decisor considerou “a₁” melhor do que “a₂”.

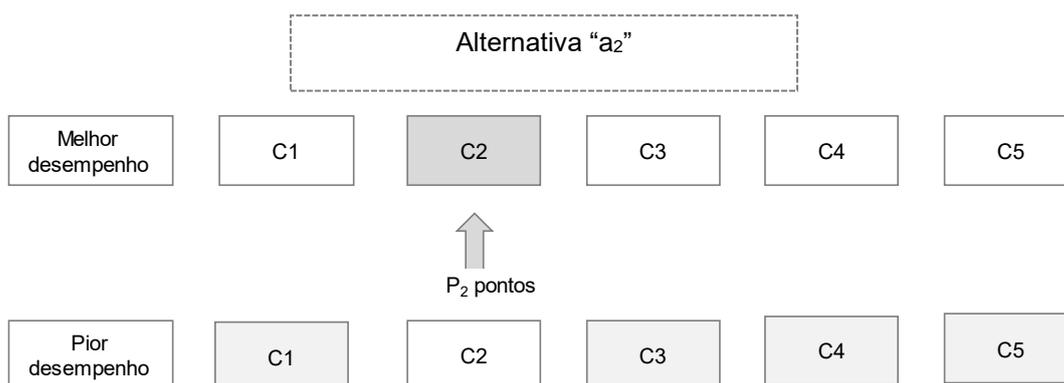


Figura 53 – Alternativa “a₂” (pior desempenho em todos os critérios e melhor desempenho segundo o critério C₂)
(Fonte: autora)

Do ponto de vista matemático, e com a aplicação do modelo aditivo, o valor de “a₂” segundo o critério C₂ é $V(a_2)_{C_2} = 100$

e o valor da alternativa segundo os restantes critérios é igual a “0”, ou seja, $V(a_2)_{C_1} = V(a_2)_{C_3} = V(a_2)_{C_4} = V(a_2)_{C_5} = 0$

e se,

$$P_2 = V(a_2)_{C_2} \times K_2$$

e

$$V(a_2)_{C_2} = 100$$

então

$$P_2 = 100 \times K_2$$

logo, o coeficiente de ponderação do critério C₂

$$K_2 = P_2 / 100$$

Em conclusão, no modelo aditivo, o valor da alternativa "a", segundo todos os critérios é:

$$V(a) = \sum_{i=1}^n V(a)_{C_i} \times K_i$$

e "n" corresponde ao número de critérios (neste caso, são cinco critérios, "n" toma valores de 1 a 5) e "C_i" corresponde à designação do critério C_i (sendo "i" o índice do critério)

Assim, $V(a) = V(a)_{C_i} \times K_i + \sum_{i' \neq i}^n 0 \times K_{i'}$ (i' - corresponde ao índice do coeficiente de ponderação "K" do respetivo critério, sendo que i' toma valores diferentes de i)

$$\text{e } V(a)_{C_i} = 100$$

Quando o decisor atribui o valor P_i à alternativa "a"

$$V(a) = P_i$$

logo

$$V(a) = P_i = V(a)_{C_i} \times K_i$$

$$\text{Se } V(a)_{C_i} = 100$$

então

$$P_i = 100 \times K_i$$

e

$$K_i = P_i / 100$$

A 2ª etapa do método, permite ordenar as alternativas fictícias, segundo os critérios de avaliação escolhidos, para a passagem do pior para o melhor nível, e a 3ª etapa, permite determinar os respetivos coeficientes de ponderação $K_i > 0$.

Os coeficientes de ponderação, devem ser "normalizados", (pela aplicação da função de normalização, para que a soma de todos os valores seja igual a "1"), com vista a um processo de mudança de escala, por forma a que a respetiva soma, seja igual à unidade, e a escala usada na avaliação global, seja igual à escala das avaliações parciais.

Os coeficientes “normalizados” são calculados através da seguinte expressão:

$$K'_i = \frac{K_i}{\sum_{i=1}^n K_i}$$

em que:

“i” - número de critérios (i = 1 até “n”)

k_i – coeficiente de ponderação “não normalizado” do critério i

k'_i - coeficiente de ponderação “normalizado” do critério i

5.3.3.2. Aplicação do Método Swing Weighting (adaptado a um painel de peritos)

Como foi referido, a aplicação do método Swing Weighting prevê apenas um decisor, pelo que a aplicação do método a mais do que um decisor, (neste caso vários peritos), deverá ser realizada em conferência de decisão, por forma a evitar vários modelos individuais (Seddiki et al., 2016). O painel de peritos será solicitado, em conferência de decisão, a responder ao protocolo de perguntas do método Swing Weighting, revelando assim as preferências do decisor (painel de peritos).

A aplicação deste método, em conferência de decisão, foi realizada com sucesso, em estudos anteriores, em que no decorrer do processo foi sendo, gradualmente, possível, haver uma aceitação consensual, sobre os valores dos “swings” a aplicar, e no final, uma validação dos valores dos coeficientes de ponderação determinados, por parte dos participantes (Bana e Costa et al., 2002).

A1) Conferência de decisão-teste (1)

Por forma a testar a eficiência do método Swing Weighting, a um grupo de peritos, foi realizada uma conferência de decisão-teste, presencial, com um conjunto de cinco técnicos da Câmara Municipal de Cascais, (arquitetos, arquitetos paisagistas, urbanistas e engenheiros civis), relacionados com a temática em estudo.

Esta sessão, provou ser muito difícil a obtenção de uma ordenação consensual, das alternativas fictícias, uma vez que cada “perito”, fez a sua própria atribuição de valores às alternativas fictícias, ou seja, criou o seu “modelo individual”, e não esteve disponível, para acordar com os outros “peritos”, uma ordenação e ponderação consensual, de grupo. Não houve, da parte dos membros do painel, condições para a procura de um consenso, tendo sobressaído as

preferências individuais, e a necessidade de afirmação das vontades de cada um, sem cedências e/ou compromissos.

O procedimento do método Swing Weighting, (que pressupõe apenas um decisor), conduziu afinal, num painel de peritos, a vários modelos individuais.

Uma das formas de eliminar este problema, seria a determinação da média aritmética dos vários coeficientes de ponderação dos vários peritos. No entanto, para que os cálculos das médias fossem válidos, seria necessário assumir, que as somas necessárias ao cálculo das médias fossem válidas, ou seja, que a diferença de atratividade, entre o melhor e o pior desempenho em cada critério, para os vários peritos, estariam nas mesmas unidades, o que não se verificava quando se trata de diferenciais de percepção, diferentes para cada perito, que, apesar de poderem atribuir pontuações iguais, poderiam corresponder a diferenças substantivas, e a situações distintas, isto é, os peritos estariam a atribuir 100 pontos a situações distintas.

Quando se pergunta ao perito “Se fosse possível uma alternativa fictícia, passar do seu pior nível para o seu melhor nível, num único critério, qual seria o critério que escolheria para essa mudança?”, cada perito responde individual e subjetivamente, além do que, um perito, pode preferir passar um critério, e outro perito, pode preferir passar um critério diferente, apesar de ambos conhecerem, e partilharem os significados substantivos, de pior e de melhor nível de uma alternativa fictícia segundo cada critério.

Da mesma forma, quando um perito é questionado “Quantifique passar do pior nível para o melhor nível, uma alternativa fictícia no critério C_2 , sendo que passar do pior para o melhor nível no C_1 vale 100 pontos?” e/ou, “Atribua um valor num intervalo de 0-100, à diferença de atratividade da mudança de C_2 , do pior nível para o melhor, assumindo que atribuiu 100 pontos, à diferença de atratividade, da mudança do pior nível para o melhor nível em C_1 ?”, a resposta, também é individual, e subjetiva. Ou seja, os valores que cada perito atribui à atratividade da passagem da alternativa fictícia, não estão na mesma escala da resposta, dada pelos restantes peritos, ou seja, os peritos estão a atribuir 100 pontos, a duas situações distintas. Existindo o diferencial de escala, entre as percepções dos peritos, não é matematicamente correto, fazer o somatório, e a média aritmética de valores, que se encontram em escalas diferentes.

Uma vez que este método provou não ser eficaz na obtenção de um modelo único, foi adotada uma outra abordagem para solucionar o problema.

A2) Conferência de decisão-teste (2)

O método Swing Weighting aplicado a um painel de peritos pode conduzir (como se verificou anteriormente na conferência de decisão-teste (1), presencial), a modelos individuais, com ordenações e ponderações individuais, e mostrou ser muito difícil, em conferência de decisão, a obtenção de um consenso de grupo, num painel de peritos, para a ordenação dos critérios e quantificação dos respetivos coeficientes de ponderação.

Assim, e dado que se pretendeu evitar repetir várias vezes (sem previsão de sucesso) a auscultação a um grupo de peritos (já consultados por várias vezes anteriormente, quer nas quatro rondas do método Delphi, quer na construção dos descritores de impacto em “conferência de decisão” “online”, adaptada, por via de interação por “email” entre os peritos), cuja disponibilidade é limitada, optou-se por um procedimento diferente e, tanto quanto se sabe, inovador. Com efeito, enquanto outros estudos que utilizam o método Swing Weighting revelam consensos gerados em cada uma das etapas do método (Bana e Costa et al., 2002) neste caso, a premissa de utilização do método é a de que não há consenso, e consequentemente, não há uma decisão consensual, tal como sucedido na conferência de decisão teste (1) presencial, anteriormente apresentada.

O método Swing Weighting, pressupõe o estabelecimento das referências de pior nível, (pior desempenho da paisagem urbana, em cada um, e para todos os critérios), e de melhor nível (melhor desempenho da paisagem urbana em cada um dos critérios). Os níveis devem ser conhecidos, para se garantir que os peritos estão a avaliar os mesmos objetos, e todos os peritos estarem comprometidos com a definição dos níveis extremos de duas alternativas fictícias, em que o melhor nível, corresponde à presença de todas as características presentes, (ou seja, aos aspetos relevantes em cada critério, aos quais correspondem os vários níveis de um descritor de impacto que os vários), em todos os critérios, e o pior nível, corresponde à ausência de todas as características, em todos os critérios. Ou seja, é necessário que a respetiva escala de valor de atratividade, entre o pior e o melhor nível de desempenho, seja a mesma para todos os peritos, antes da atribuição de valores às alternativas fictícias.

Assim, a nova abordagem ao método consiste em:

- Consensualizar, entre os peritos, as descrições de pior e de melhor nível de desempenho da paisagem urbana, e

- Quantificar, a passagem do pior, para o melhor nível em cada critério, sabendo que são atribuídos 100 pontos, à diferença entre as duas alternativas fictícias extremas, (uma com o pior desempenho possível, em todos os critérios, e outra, com o melhor desempenho possível, em todos os critérios), numa escala de valores, comum a todos os peritos, uma vez que as referências extremas dessa escala, foram, unanimemente, estabelecidas, e são comuns a todos os peritos, o que não acontece no processo tradicional.

Este novo procedimento constitui, tanto quanto se sabe, uma inovação, no que respeita à aplicação do método Swing Weighting, a um painel de peritos, para a obtenção dos coeficientes de ponderação, a introduzir no modelo aditivo, cuja premissa, é a de que não é possível a obtenção de uma decisão consensual.

No método tradicional, a passagem de pior para melhor nível de desempenho, faz-se em cada uma das alternativas, (fictícias), segundo cada critério, e a cada passagem, é atribuído pelo decisor, um valor entre “0” e “100”, por comparação com a passagem da alternativa fictícia de referência, que vale “100” pontos. No final da atribuição de pontos, à passagem de todas as alternativas fictícias, o valor da alternativa é, conseqüentemente maior, do que “100”.

No método adaptado, ao contrário do método tradicional, é imposto, que a diferença de atratividade, entre a melhor e a pior alternativa, em todos os critérios, simultaneamente, seja de 100 pontos, ou seja, o valor máximo da alternativa é de 100 pontos. Matematicamente, a aplicação do modelo aditivo, e o cálculo dos coeficientes de ponderação dos critérios é a seguinte:

Segundo o modelo aditivo o valor global de uma alternativa “a” é dado pela seguinte expressão:

$$V(a) = \sum_{i=1}^n V(a)_{ci} \times K_i, \text{ sendo “i” o índice do critério (com valores de 1 a “n”)}$$

Situação (1)

1.1. Quando na alternativa “a”, os critérios estão todos no seu melhor nível (melhor nível da paisagem urbana), a alternativa vale 100 pontos, ou seja, $V(a) = 100$

$$V(a) = \sum_{i=1}^n V(a)_{ci} \times K_i = 100 \quad (\text{em que “n” representa o número de critérios; i representa o índice do critério})$$

1.2. Por outro lado, cada um dos valores parciais da alternativa fictícia, segundo cada um dos critérios, é igual a 100, ou seja, $V(a)_{Ci} = 100$ (uma vez que se assumiu atribuir “100” pontos ao melhor nível e “0” ao pior), ou seja,

$$V(a) = V(a)_{Ci} \times K_i + \sum_{i \neq i}^n 0 \times K_i$$

Situação (2)

Admitindo que o perito atribui à alternativa fictícia o número de pontos P_i

$$\text{então } P_i = V(a)_{Ci} \times K_i$$

e uma vez que $V(a)_{Ci} = 100$

$$\text{então } P_i = 100 \times K_i$$

$K_i = P_i / 100$ (K_i representa os coeficientes de ponderação do critério i)

ou seja,

$$\text{Se } V(a) = \sum_{i=1}^n V(a)_{Ci} \times K_i$$

$$\text{e } V(A) = 100$$

$$\text{e } K_i = P_i / 100$$

então

$$100 = \sum_{i=1}^n 100 \times P_i / 100$$

ou seja, $\sum_{i=1}^n P_i = 100$ (o somatório dos valores atribuídos pelos peritos terá obrigatoriamente de ser igual a 100).

A conferência de decisão-teste (2) presencial (fevereiro 2020), para aplicação da nova abordagem do método Swing Weighting, contou com a presença de oito técnicos da Câmara Municipal de Cascais, (3 do sexo feminino, 4 do sexo masculino; idades entre os 30 e os 60 anos, com formação em arquitetura, engenharia civil, urbanismo e arquitetura paisagista), e teve a duração aproximada de duas horas. Assim, depois de apresentadas as descrições de melhor e pior nível, foi solicitado aos peritos, o seguinte: “Uma vez definidas as alternativas fictícias de melhor e de pior nível de desempenho global, (segundo todos os critérios), da paisagem urbana, e sendo que a esta diferença de atratividade entre ambas, são atribuídos 100 pontos, quantos pontos consideraria atribuir à alternativa que corresponde à passagem do critério “Dimensão Humana” (e de “Diversidade Funcional”, e “Elementos Naturais”, e “Identidade”, e “Manutenção”,

critério a critério), do pior para o melhor nível? Nota 1: não pode gastar mais do que os cem pontos que tem para atribuir, (os 100 pontos correspondem ao somatório, indicado pela demonstração matemática, decorrente da aplicação do modelo aditivo), ao qual todos os peritos têm de atribuir a sua classificação; Nota 2: é possível atribuir o mesmo número de pontos, em dois ou mais critérios.” No Quadro 6, são apresentados os pontos atribuídos pelos “peritos” da conferência de decisão-teste (2), à passagem de cada um dos critérios do pior para o melhor nível.

Quadro 6 - Pontos atribuídos pelos “peritos” da conferência de decisão-teste (2). (Fonte: autora)

Peritos	CRITÉRIOS					Total de pontos atribuídos pelos peritos
	Dimensão Humana	Diversidade Funcional	Manutenção	Elementos Naturais	Identidade	
	P ₁	P ₂	P ₃	P ₄	P ₅	
X ₁	25	25	10	30	10	100
X ₂	20	20	20	20	20	100
X ₃	60	10	10	10	10	100
X ₄	25	20	10	20	25	100
X ₅	15	25	30	15	15	100
X ₆	25	20	15	20	20	100
X ₇	30	20	30	10	10	100
X ₈	10	40	20	10	20	100

Aplicando a expressão $K_i = P_i / 100$, obtêm-se os seguintes valores, para os coeficientes de ponderação, atribuídos pelos peritos, segundo cada critério, cuja média aritmética, é apresentada na última linha (Quadro 7). Os valores que cada perito atribui a esta passagem, estão na mesma escala da resposta, dada pelos restantes peritos, e não existindo o diferencial de escala, entre as percepções dos peritos, é matematicamente correto, fazer o somatório e a média aritmética, de valores dos coeficientes de ponderação.

Quadro 7 - Coeficientes de ponderação de cada critério, segundo cada perito, e respetiva média aritmética (Fonte: autora)

Peritos	CRITÉRIOS				
	Dimensão Humana	Diversidade Funcional	Manutenção	Elementos Naturais	Identidade
X ₁	0,25	0,25	0,10	0,30	0,10
X ₂	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
X ₃	0,60	0,10	0,10	0,10	0,10
X ₄	0,25	0,20	0,10	0,20	0,25
X ₅	0,15	0,25	0,30	0,15	0,15
X ₆	0,25	0,20	0,15	0,20	0,20
X ₇	0,30	0,20	0,30	0,10	0,10
X ₈	0,10	0,40	0,20	0,10	0,20
Coef. Pond. Médio (K _i)	0,26	0,23	0,18	0,17	0,16

A3) “Conferência de decisão” (adaptada) final – cálculo dos coeficientes de ponderação

Tendo-se constatado, a aplicabilidade do método de Swing Weighting, a um painel de “não peritos”, através de uma conferência de decisão-teste (2), presencial, foi decidida a realização de uma “conferência de decisão” (adaptada, não presencial). Dado o início da pandemia, do isolamento social imposto, e da falta de meios para a operacionalização presencial e/ou via videoconferência, foi dado início a um procedimento interativo, por “email”, entre os peritos, por forma a constituir um processo de comunicação entre peritos (por meio de um facilitador, ou seja, neste caso a autora), em forma de uma conferência de decisão, adaptada do método tradicional. Assim, foi enviado por “email”, a cada perito, as descrições das alternativas fictícias, de “pior” e de “melhor” nível de paisagem urbana, correspondentes a situações extremas, consensualizadas pelo painel de peritos. Uma vez que à diferença de atratividade entre as alternativas correspondentes aos dois níveis, de melhor e o pior nível de desempenho da paisagem urbana, segundo todos os critérios, foi atribuída 100 pontos, foi em seguida solicitado, a cada perito, atribuir pontos às alternativas fictícias, correspondentes à passagem das alternativas fictícias, do pior para o melhor nível, em cada um dos critérios Diversidade Funcional, Dimensão Humana, Elementos Naturais, Identidade e Manutenção, separadamente, (sendo possível atribuir o mesmo número de pontos, em dois ou mais critérios). A introdução de todos os pontos atribuídos, por todos os peritos, apresenta-se no Quadro 8:

Quadro 8 - Pontos atribuídos pelos peritos para cada um dos critérios de qualidade – conferência de decisão (Fonte: autora)

Peritos	CRITÉRIOS					Total de pontos atribuídos pelos peritos
	Diversidade Funcional	Identidade	Dimensão Humana	Elementos naturais	Manutenção	
X ₁	20	20	20	20	20	100
X ₂	25	20	30	10	15	100
X ₃	15	40	25	10	10	100
X ₄	25	15	10	25	25	100
X ₅	20	20	25	25	10	100
X ₆	17	12	27	27	17	100
X ₇	20	15	30	20	15	100
X ₈	30	20	15	20	15	100
X ₉	25	20	15	25	15	100
X ₁₀	30	25	10	15	20	100

Aplicando a expressão $K_i = P_i / 100$, obtêm-se os seguintes valores para os coeficientes de ponderação, atribuídos pelos peritos, segundo cada critério, cuja média aritmética é apresentada na última linha da tabela (Quadro 9).

Quadro 9 - Coeficientes de ponderação de cada critério, segundo cada perito, e respetiva media aritmética (Fonte: autora)

Peritos	CRITÉRIOS				
	Diversidade Funcional	Identidade	Dimensão Humana	Elementos naturais	Manutenção
X ₁	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
X ₂	0,25	0,20	0,30	0,10	0,15
X ₃	0,15	0,40	0,25	0,10	0,10
X ₄	0,25	0,15	0,10	0,25	0,25
X ₅	0,20	0,20	0,25	0,25	0,10
X ₆	0,17	0,12	0,27	0,27	0,17
X ₇	0,20	0,15	0,30	0,20	0,15
X ₈	0,30	0,20	0,15	0,20	0,15
X ₉	0,30	0,25	0,10	0,15	0,20
X ₁₀	0,30	0,25	0,10	0,15	0,20
Coef. Pond. Médio (K _i)	0,23	0,21	0,20	0,19	0,17

Ou seja, esquematicamente, o valor numérico global de uma alternativa, é igual à soma dos valores parciais segundo os vários critérios, multiplicados pelos respetivos coeficientes de ponderação.

$$0,23 \times \text{Diversid. Func.} + 0,21 \times \text{Ident.} + 0,20 \times \text{Dim. Humana} + 0,19 \times \text{Elem. Nat.} + 0,17 \times \text{Manut.}$$

A comparação, entre os resultados da conferência de decisão-teste (2) com os “não peritos”, e da conferência de decisão, com o painel de peritos, conduziu aos valores apresentados no Quadro 10:

Quadro 10 - Comparação dos resultados obtidos dos coeficientes de ponderação dos critérios de qualidade – conferência de decisão entre a sessão-teste, com “não peritos”, e com os peritos (Fonte: autora)

Painel	Diversidade Funcional	Identidade	Dimensão Humana	Elementos naturais	Manutenção
“Não peritos” Conferência de decisão-teste (2)	0,23	0,16	0,26	0,17	0,18
Ordenação dos critérios	2ª	5º	1ª	4º	3ª
Peritos Conferência de decisão final	0,23	0,21	0,20	0,19	0,17
Ordenação dos critérios	1º	2º	3º	4º	5º

Da comparação de ambos os valores, dos “não peritos” e dos peritos, pode constatar-se, que apenas houve coincidência, na ordenação dos valores dos coeficientes de ponderação, no critério “Elementos Naturais”. No caso do painel de peritos, os critérios “Diversidade Funcional” e “Identidade”, obtiveram os maiores coeficientes de ponderação, com 0,23 e 0,21, respetivamente.

Com os coeficientes de ponderação obtidos, é possível calcular o valor global de cada alternativa, (unidade territorial), cujo cálculo, é apresentado no Capítulo 6.

As desvantagens deste método prendem-se sobretudo com três fatores: a) com o facto de os níveis extremos, poderem corresponder a situações irrealistas, e, eventualmente, poder ser difícil, para o perito, imaginar uma situação extrema de pior paisagem urbana possível, em todos os critérios, (exceto num critério apenas, que está no seu melhor desempenho), b) por o método utilizar o “direct rating”, ou seja, por atribuição numérica de pontos, e os peritos poderem não estar familiarizados com atribuição de valoração numérica às suas preferências (Seddiki et al., 2016) e c) por não ser diretamente aplicável a um grupo de peritos, em que a premissa é a de

que não haverá uma decisão consensual (facto que mais tarde foi detetado e solucionado, com recurso a uma nova abordagem proposta neste trabalho).

5.4. Identificação das alternativas, aplicação e validação do modelo

As fases de identificação das alternativas, de aplicação e validação do modelo, são apresentadas no Capítulo 6, e correspondem ao cálculo do valor global das alternativas, aplicado a um caso de estudo, em quatro bairros na cidade de Lisboa. A validação do modelo, foi realizada pela comparação com resultados de avaliações de outros estudos, e apresentada, igualmente, no Capítulo 6 (Campos, 2015; Campos & Oliveira, 2016).

As análises de sensibilidade e de robustez do modelo, por forma a determinar se as conclusões preliminares do modelo são robustas, face a algumas mudanças, em alguns aspetos (Ferreira et al., 2016), e aferir acerca do grau de segurança da hierarquização realizada, não foram realizadas neste estudo, tendo-se optado, por deixar essas análises, para estudos futuros.

5.5. Ideias-chave do Capítulo 5

- a identificação dos critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana vai de encontro aos objetivos definidos pela PNAP (2015);
- a aplicação do método Delphi permitiu a identificação de cinco critérios de qualidade da paisagem urbana;
- os descritores de impacto e as funções de valor, foram construídos a partir das descrições dos níveis de melhor e de pior paisagem urbana possíveis, ou seja, das características de todos os critérios;
- a conferência de decisão-teste (1) para a quantificação dos coeficientes de ponderação dos critérios, revelou a não aplicabilidade do método Swing Weighting a um painel de peritos, pela impossibilidade de gerar uma decisão consensual, num prazo razoável, (de cerca de meio dia de trabalho), e identificou a necessidade de adaptação do método, (a um painel de peritos, sem previsão de consenso);
- a adaptação do método Swing Weighting, a um painel de peritos, (vários decisores), estabeleceu um novo protocolo para a ordenação e quantificação dos coeficientes de

ponderação, de aplicação em “conferência de decisão” (adaptada) onde, não é, à partida, possível chegar a uma decisão consensual.

- o modelo proposto, não é um modelo universal, uma vez que não se pode garantir que, com outro painel de peritos, se obteriam os mesmos critérios de avaliação e os mesmos coeficientes de ponderação, e conseqüentemente, o mesmo ranking das paisagens urbanas, sem que, com isso, se possa afirmar que esses coeficientes estão corretos ou incorretos. É um modelo possível, que permite a ordenação da qualidade de paisagens urbanas, e assim contribuir, na respetiva medida, para as políticas de paisagem, que a administração, (central ou municipal), decida implementar.

Capítulo 6. Caso de Estudo – Lisboa

6.1. Objetivo do caso de estudo
6.2. Identificação das alternativas - Unidades territoriais para aplicação do modelo
6.3. Avaliação das alternativas
6.4. Metodologia de levantamento de dados “in situ”
6.5. Recolha de dados
6.6. Apresentação dos dados
6.7. Validação do modelo de avaliação proposto
6.8. Ideias-chave do Capítulo 6

Este capítulo refere-se à identificação das alternativas, (ou seja, a escolha das unidades territoriais), aplicação e validação do modelo. Estas fases correspondem à metodologia de recolha de dados, e ao cálculo do valor global das alternativas, aplicado a um caso de estudo, em quatro bairros na cidade de Lisboa.

6.1. Objetivo do caso de estudo

O caso de estudo teve como finalidade testar o modelo de avaliação da qualidade da paisagem urbana, e aferir a sua aplicabilidade. Lisboa foi a cidade escolhida, por ser, por um lado, uma cidade multifacetada, com muitas hipóteses de escolha de paisagens urbanas, e por outro, o local de residência da autora deste trabalho, e como tal, facilitar o trabalho de campo.

Lisboa, é uma cidade de aproximadamente 100 km², de 550 000 habitantes (INE, 2011)⁸, e com um desnível de cotas, entre o nível do mar e o ponto mais alto, de cerca de 200 metros.

⁸https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3, web site acedido em janeiro 2021

6.2. Identificação das alternativas - Unidades territoriais para aplicação do modelo

Tal como definida pela CEP (2005), a paisagem é uma “parte do território”, e, em particular, no caso da paisagem urbana, uma “parte do território urbano”.

Para a realização da avaliação foi escolhida a delimitação indicada no Atlas Urbanístico de Lisboa (Salgado, 2006), com base nos planos de execução e de desenvolvimento de vários bairros, e que correspondem a zonas homogéneas em termos tipo-morfológicos. O tipo de edificado (ou seja, os diferentes tipos de edifícios, em termos da sua forma e função) origina e condiciona a forma urbana; e da relação, entre a tipologia e a morfologia, ou seja, do tipo de edificado e do modo como eles se agrupam, resulta o espaço urbano (Lamas, 1993).

Um bairro é uma unidade territorial, à escala local, menor do que a cidade, definida como “uma área de carácter homogéneo, reconhecida por indicações que são contínuas dentro desta área e descontínuas num outro local” (Lynch, 2011, p.107). A continuidade da cor, das texturas, dos materiais, dos pavimentos, dos detalhes das fachadas, do estilo arquitetónico, do tipo de edificado, da topografia, da vegetação, do mobiliário urbano, da largura das ruas, são algumas das características que conferem homogeneidade à área urbana, às quais se pode sobrepor uma homogeneidade sociocultural e económica, realçando ainda mais o efeito de bairro (Lynch, 2011). Os bairros são também “áreas de construções e espaços residenciais relativamente homogéneos, e por isso reconhecidos como “bairros”, de diferentes épocas e composições sociais” (Portas, 2006, p. 13).

O bairro providencia o sentido de identidade individual (e de grupo), de afinidade com a unidade espacial à qual se pertence, com limites bem definidos, e de uma certa proteção proporcionada por acessos limitados e isolamento do tráfego pesado (Alexander et al., 1977).

Conforme referido anteriormente, o caso de estudo optou pela delimitação proposta pelo Atlas Urbanístico (Figura 54), por se tratarem de bairros com áreas não muito grandes (entre 20,73 ha, em Alcântara, e 49,19 ha, em Chelas), e com uma vasta possibilidade de escolha entre os 56 bairros apresentados, com localizações distintas (no interior da cidade, ou na zona ribeirinha), com topografia diferente, (em zonas altas ou baixas da cidade), ou correspondentes a diversos períodos de construção (dos mais antigos aos mais recentes).

Estes bairros medem, em termos de distância (reta, de maior distância), entre 500 metros, (Alvalade, Baixa), e 900 metros, (Benfica e Parque das Nações), o que se enquadra, curiosamente, dentro dos 1200 metros, correspondentes aos 15 minutos preconizados no modelo com o mesmo nome (“cidade dos 15 minutos”), para uma velocidade pedonal de 4,8 Km/h (Nalaskowska, 2021).

O caso de estudo debruçou-se sobre quatro bairros - Alvalade, Parque das Nações, Baixa e Benfica -, por representarem uma diversidade de paisagens urbanas, e corresponderem a áreas urbanas com características predominantes distintas, em termos de época, localização geográfica, tipos de edificado, volumetrias, ocupação demográfica e cultural (Figura 54). À exceção da Baixa, os restantes bairros têm áreas semelhantes. O Parque das Nações e a Baixa são bairros localizados na frente ribeirinha, junto ao Tejo, enquanto Alvalade e Benfica localizam-se no interior do território de Lisboa.



Figura 54 - Representação dos 56 bairros analisados no Atlas Urbanístico (Salgado, 2006), e dos 4 bairros selecionados para o caso de estudo (Lisboa)

As áreas dos bairros apresentam-se no Quadro 11.

Quadro 11 - Dimensão das áreas dos bairros (Salgado, 2006)

	Área (ha)
Alvalade	30,9
Parque das Nações	36,2
Baixa	19,5
Benfica	32,2

A) Alvalade (Nascente)

Alvalade é um bairro construído em meados do século XX (1947), com uma arquitetura típica do Estado Novo. O plano de Alvalade tem uma malha ortogonal, constituída por uma hierarquia viária, de vias mais largas, e outras mais estreitas, algumas com árvores e/ ou com arbustos, e quarteirões bem definidos. Os logradouros semiprivados (espaço privado utilizado sobretudo por residentes, embora de utilização pública nalguns casos), constituem zonas de lazer e de vizinhança.

No bairro existem alguns edifícios de referência, tal como a Igreja de São João de Brito (Figura 55) ou o edifício do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Trata-se de uma área relativamente plana, com diversidade de espaços, e de equipamentos e muitas e variadas unidades comerciais.

É uma zona maioritariamente residencial, de edifícios baixos (até 3 pisos), com um edificado, coerente. Existe diversidade populacional, geracional e alguma (pouca) multiculturalidade.

O bairro de Alvalade é rico em oferta de serviços, equipamentos de saúde e escolar, e unidades comerciais. Nele encontra-se a Escola Básica Eugénio dos Santos, a Escola Secundária Rainha D. Leonor (na fronteira, no limite do bairro tal como está definido neste trabalho), zonas de lazer, tal como o Parque de jogos 1º Maio (no limite do bairro), e o Largo da Igreja, com um pequeno lago, árvores e bancos para sentar (no limite do bairro), e um jardim na Rua José Duro, com cerca de 3 000 m²; existem clínicas de saúde, clínica veterinária, osteopata, o Hospital Júlio de Matos (limite do bairro) e farmácias; o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (no limite do bairro), e uma biblioteca (no limite do bairro); existem os serviços da ADSE e das finanças, bancos, quartel de bombeiros e correios; cinema; a Igreja São João de Brito (no limite do bairro), a Igreja Maná, Igreja IURD e Igreja Pentecostal e a Igreja Adventista do Sétimo Dia; existe um grande mercado, vários supermercados, talhos, cafés, restaurantes, lojas de comida pronta, geladaria, lojas de vinhos, loja de molduras, brinquedos, decoração, eletricidade e eletrónica, desporto, costura, tecidos, roupas, acessórios de moda, ourivesaria/relojoaria, cabeleireiros e florista; tem galerias de arte, ginásios, garagem de reparação automóvel, bomba de gasolina, carpintaria, projetistas (arquitetura e engenharia), vidraria, agência de viagens gráfica (entre outros).

A área é delimitada pela Avenida do Brasil (entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro), Avenida Rio de Janeiro (entre a Avenida do Brasil e a Rua Maria Amália Vaz de Carvalho), Rua Maria Amália Vaz de Carvalho (entre a Avenida Rio de Janeiro e a Avenida de Roma), Avenida de Roma (entre a Rua Maria Amália Vaz de Carvalho e a Avenida do Brasil) e compreende as ruas Rua Aprígio Mafra, Rua João Saraiva, Rua do Centro Cultural, Rua Luís Augusto Palmeirim, Rua José Duro, Rua José Esaguy, Rua Acácio de Paiva, Rua Marquesa de Alorna, Rua D. Alberto Bramão, Rua Guilherme Faria, Rua Alberto Osório de Castro, Avenida da Igreja (Avenida a Avenida Rio de Janeiro e a Avenida de Roma), numa área total de 30,9 ha.



ALVALADE (NASCENTE)



a)



b)



c)



d)

Figura 55 - Fotografias Igreja de São João de Brito e Estátua de Santo António, a), b), e Ruas de Alvalade, c) e d) (Fonte: autora)

B) Parque das Nações (Sul)

O Parque das Nações (1998) resulta do Plano de Urbanização realizado para a zona noroeste de Lisboa onde se realizou a exposição mundial (Expo '98), considerada como uma das maiores intervenções urbanísticas de Lisboa realizada nos anos '90.

É uma zona qualificada, onde existe uma relação equilibrada do ponto de vista da composição dos elementos urbanos, com proximidade do edificado ao rio Tejo, através de um parque ribeirinho.

O espaço público é cuidado, com vários tipos de equipamentos, e constituído por muitos espaços verdes, nomeadamente o jardim “Passeio do Neptuno” com cerca de 8 000 m².

O traçado viário é articulado, sem descontinuidades, aproveitando as vistas do Rio Tejo que se situa próximo (Figura 56).

A área é plana, as ruas são largas, arborizadas, passeios de largura generosa (embora alguns deformados devido às raízes das árvores) e com estacionamento automóvel bem delimitado e organizado.

É uma zona maioritariamente residencial, de edifícios baixos (até 4 pisos), com um edificado, coerente, de materiais e arquitetura contemporânea, de cêrceas semelhantes, composto por habitação e algum comércio ao nível do r/c.

Nalguns casos os logradouros são abertos e públicos permitindo a apropriação total do espaço. Nas imediações existe um “mix” de funções, diversidade populacional, embora pouca multiculturalidade.

Funciona como uma ilha, ou seja, não foi completamente integrado em Lisboa, com a parte ocidental da cidade, em particular com o centro histórico.

Existem alguns equipamentos de saúde, tal como o Hospital das Descobertas, residências hospitalares e clínica veterinária; tem bancos, notário, “hostel”; o museu (pavilhão de Portugal); colégio privado, creche para cães, escola de estética, escola profissional (limite); escritórios de consultadoria, agência imobiliária, bomba de gasolina; supermercados, restaurantes; mercearia biológica, loja de vinhos, de cigarros eletrónicos, de telemóveis, de roupa em 2^a mão (entre outros).

A área é delimitada pela Avenida Ulisses, Alameda dos Oceanos, Rua dos Cruzados, Passeio de Neptuno (parque ribeirinho), Avenida Marechal Gomes da Costa, Passeio do Báltico, e ainda composto pelas ruas, Rua das Musas, Passeio do Adamastor, Rua dos Aventureiros, Rua da Nau Catrineta, Passeio das Musas, Rua dos Argonautas, Rua Nova dos mercadores, Rua Finisterra, Passeio dos Argonautas, Rua Gaivotas em terra, Rua menina do mar, Avenida Fernando Pessoa, Rua Mário Botas, Rua Corsário das ilhas, numa área total de 36,19 ha.



PARQUE DAS NAÇÕES (SUL)



a)



b)



c)



d)

Figura 56 - Fotografias do Bairro do Parque das Nações a), b) c) e d) (Fonte: autora)

C) Baixa

A Baixa foi-se consolidando ao longo dos séculos, como o centro da capital. A sua história está associada ao terramoto de 1755 e à reconstrução desta zona da cidade, em resultado de um plano e construção de promoção pública. Apresenta uma ordem, com regularidade do espaço e uniformidade das fachadas.

A malha viária é ortogonal, com passeios e com as vias principais orientadas no sentido norte/sul (e as secundárias este/oeste) permitem usufruir da luminosidade do rio Tejo. O edificado é variado, com praças de grande riqueza patrimonial, histórica, e com alguns elementos icónicos, como o elevador de Santa Justa ou Arco da Rua Augusta (Figura 57).

Os diversos estabelecimentos ao nível do piso térreo, a oferta de funções, os vários usos (comércio, hotelaria, restauração), conferem-lhes dinamismo e movimento.

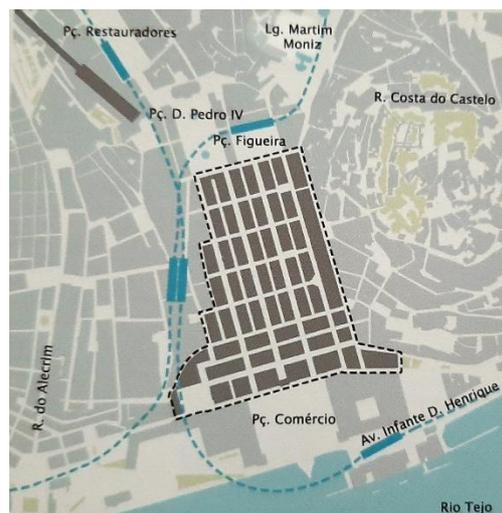
A diversidade de espaços, de elementos marcantes e pontos notáveis, conferem-lhes legibilidade, permitindo uma boa orientação e utilização do espaço.

No bairro existe alguma carência de espaços habitacionais, falta de residentes, de equipamentos, nomeadamente de centros de saúde e de escolas, de espaços verdes.

É um bairro muito procurado por turistas, por representar o centro histórico de Lisboa, da capital.

A Baixa tem variedade de equipamentos de justiça e administrativos, tal como o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal da Relação, o Tribunal do Comércio, os Paços do Concelho, o Museu do dinheiro, o Banco de Portugal; existem galerias romanas e o núcleos arqueológico; hotéis, "hostels", residências universitárias; Igrejas, Bancos, correios, serviços de finanças; farmácias, casa de massagens, espaço de ioga; restaurantes, cafés, geladaria, lojas de vinhos (garrafeiras); loja de roupas, de cosmética; de animais, loja de impressão gráfica e livraria.

A área é delimitada pela Rua da Madalena, Rua dos Bacalhoeiros, Rua dos Arameiros, Rua da Alfandega, Praça do Comércio, Rua do Arsenal, Praça do Município, Largo de São Julião, Rua Nova do Almada, Rua da Conceição, Rua do Crucifixo, Rua de S. Nicolau, Rua do Ouro, Rua da Assunção, Rua dos Sapateiros, Frente Rossio (continuação, Rua 1º dezembro até à Rua Augusta), Rua da Betesga (desde a Rua Augusta até ao início da Praça da Figueira), Rua Condes de Monsanto e compreende , Rua dos Fanqueiros, Rua dos Douradores
Rua da Prata, Rua dos Correeiros, Rua Augusta, Rua de Santa Justa, Rua da Assunção, Rua da Vitória, Rua do Comércio, numa área total de 19,4 ha.



BAIXA



a)



b)



c)



d)

Figura 57 - Ruas da Baixa de Lisboa, a), b) e c), e d) Rio Tejo (Cais das Colunas) (Fonte: autora)

D) Benfica

Benfica iniciou-se por volta dos anos 50, através de loteamentos privados em antigas quintas, localizadas na periferia de Lisboa, a noroeste da cidade. É uma zona sem caráter, que cresceu de forma desordenada, devido à explosão urbanística rápida (anos 70/80) por questões demográficas, à volta das antigas estradas de Benfica e da Damaia. A malha viária é totalmente irregular. É sobretudo uma zona residencial, com serviços e comércio ao nível do piso térreo nas artérias principais.

É composto por um edificado de épocas e de estilos arquitetónicos diversos, e com um número de pisos muito variável, apresentando no geral muito pouca coerência. Ou seja, um edificado muito variado, de crescimento de várias décadas (50/60/70/80/90) e nalguns casos, de volumetrias exageradas (Figura 58). A população é envelhecida, embora com alguma diversidade cultural.

O espaço público foi o resultado das áreas residuais preenchidas por zonas ajardinadas de pequenas dimensões, como que espaços sobrantes, com alguma arborização ao longo dos eixos viários, e um jardim com cerca de 7 000 m². Ainda existem espaços de estacionamento em terra batida.

No bairro existem poucos equipamentos de saúde e de lazer, nem quaisquer edifícios patrimoniais ou icónicos.

No limite encontra-se o Cemitério (limite do bairro); Igreja de N. Sra do Amparo, Igreja evangélica; existe uma Associação “Refood”, uma creche, um parque canino, uma clínica veterinária, um centro clínico, farmácias; espaço cultural, clube de dança, escola de línguas (no limite do bairro); livraria, papelaria, gráfica; restaurantes, supermercado, talho; cabeleireiro, florista, lojas de cosmética, de tatuagens; de acrílicos; de informática, de aparelhos eletrónicos; garagem de reparação de automóveis, loja de bicicletas, bomba de gasolina, loja de pneus, stand de automóveis, entre outros.

A área é delimitada pela Rua João Ortigão Ramos, Estrada dos Arneiros, Rua da Quinta do Charquinho, Rua João Batista Ribeiro, Estrada do Poço do Chão, Av. Marechal Teixeira Rebelo, Avenida do Uruguai, Estrada de Benfica, Rua Cláudio Nunes, e compreende as ruas Rua dos Arneiros, Rua Manuel Murias, Rua atriz Adelina Abrantes, Rua atriz Maria Matos, Rua Elvira Velez, Rua Dr Joaquim Manso, Rua República da Bolívia, Rua Dr Rafael Duque, Rua Abel Manta, Rua Cel. Santos Pedroso, Rua Dr João de Barros, Rua D. António Caetano de Sousa, Praça Artur Portela, Rua Dr Pereira Bernardes, Travessa Açougue a Benfica, Largo da Cruz da Hera, Travessa da Cruz da Hera, Largo Ernesto da Silva, Travessa Vintém das Escolas e Rua Ernesto da Silva, num total de 32,3 ha.



BENFICA



a)



b)



c)



d)

Figura 58 - Ruas de Benfica (a), b), c) e d)) (Fonte: autora)

6.3. Avaliação das alternativas

A avaliação das alternativas (unidades territoriais) é realizada a partir do levantamento das características presentes, extraídas a partir das definições de melhor nível da paisagem urbana, correspondentes a aspetos considerados relevantes em cada critério, e que devem ser tidos em consideração na avaliação global, de cada alternativa. Tal como foi referido no capítulo anterior (Capítulo 5), as características estão diretamente relacionadas com os descritores de impacto construídos, no sentido em que refletem o impacto de um critério numa alternativa, de forma que quanto mais características existirem em cada alternativa, maior é o descritor, e melhor será a qualidade da paisagem urbana.

A presença das características “Pc” numa dada alternativa, determina que, no critério Dimensão Humana $P_c=5$ (ou seja, indica a presença das características A1, A2, A3, A4 e A5), no critério Diversidade Funcional $P_c=7$ (ou seja, indica a presença das características B1 a B7), no critério Elementos Naturais $P_c=5$ (ou seja, indica a presença das características C1 a C5), no critério Identidade $P_c=5$ (ou seja, indica a presença das características D1 a D5) e no critério Manutenção $P_c=7$ (ou seja, indica a presença das características E1 a E7).

As características, e a respetiva descrição, segundo cada critério de avaliação, são as seguintes:

A) Critério “Dimensão Humana”

A1) a característica “diversidade demográfica” corresponde à presença simultânea dos três grupos populacionais, de gerações dos 0-14 anos; dos 15-64 anos, e dos de mais de 65 anos (fonte: INE);

A2) a característica “multiculturalidade” diz respeito à presença de pelo menos dois grupos étnicos;

A3) a característica “espaços de lazer, potenciadores de sociabilização e/ou introspeção e reclusão”, refere-se à existência de, (pelo menos), um espaço público de lazer, ao ar livre, onde seja possível sentar e sociabilizar, (por exemplo, zonas de jogos, parque infantil), mas que, ao mesmo tempo, permita o isolamento e a introspeção, (por exemplo, com bancos, árvores, protegidos de ruídos);

A4) a característica “sem evidência de pobreza” diz respeito à ausência de mendigos e/ou sem-abrigos;

A5) a característica “com evidência de criatividade urbana” diz respeito à existência, no bairro, de, pelo menos, duas atividades, (facilmente observáveis), de cariz artístico, tais como ateliês e/ou galerias de arte, ensino de música, de teatro, etc.

B) Critério “Diversidade Funcional”

B1) a característica “diversidade de equipamentos de saúde” corresponde à existência, no bairro, de pelo menos 3 equipamentos de saúde, públicos ou privados, e de o tipo de serviço prestado, diferente uns dos outros, como, por exemplo, hospitais, centros de saúde, clínicas, entre outros, ou similares, tais como laboratórios de análises clínicas e clínicas dentárias.

B2) a característica “diversidade de equipamentos de ensino” corresponde à existência, no bairro, de pelo menos 3 equipamentos de ensino (público e/ou privado), diferentes uns dos outros (como por exemplo, ensino básico, secundário e/ou superior), ou similares, (como, por exemplo, escolas de música, de línguas, de artes, entre outros).

B3) a característica “diversidade de equipamentos de lazer” corresponde à existência, no bairro, de pelo menos 3 equipamentos de lazer diferentes uns dos outros, seja de atividades culturais (por exemplo, sala de espetáculos, cinemas, teatros, ópera/música/dança, museus, galerias de arte), e/ou desportivas (tal como, campos de futebol, de ténis, ginásios, piscinas, entre outros).

B4) a característica “diversidade de estabelecimentos comerciais” corresponde à existência no bairro de pelo menos 10 tipos diferentes de unidades comerciais, em todo o bairro (por exemplo, centro comercial, farmácias, Bancos, lavandarias, cafés, bares, geladarias, restaurantes, eletrónica, vidraria, loja de óticas, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, florista, venda de automóveis/peças, oficinas/reparação de automóveis, posto de correios, loja de câmbios, de telemóveis, cabeleireiro/beleza, prestamista, supermercado, mercado, padaria, agência de viagens, agência imobiliária, loja de souvenirs, papelaria/tabacaria, loja de reparação de aparelhos elétricos, entre outros).

B5) a característica “diversidade de elementos urbanos” corresponde à existência, no bairro, de pelo menos 3 elementos urbanos diferentes, como, por exemplo, praças, alamedas, jardins, miradouros, monumentos (palácios, castelos, memoriais), igrejas, torres, escadarias, fontes, entre outros.

B6) a característica “complementaridade de espaços de lazer” corresponde à existência no bairro de, pelo menos, dois espaços de lazer, destinados, especificamente, a uma ou várias faixas geracionais, (crianças, jovens, adultos, idosos), como, por exemplo, parques infantis, bibliotecas, esplanadas, mesas de jogos de cartas, entre outros.

B7) a característica “equilíbrio funcional” corresponde à existência, em simultâneo, de três dos quatro tipos de usos: habitação (edifícios de habitação), comércio (lojas e micrologística com estabelecimentos logísticos de área inferior a 1500 m²), serviços (tribunais, esquadras de polícias, serviços de finanças, quartéis, cemitérios, segurança social, escritórios, lares de idosos, hotelaria) e lazer (parques, jardins, piscinas públicas, teatros, entre outros).

C) Critério “Elementos Naturais”

C1) a característica “árvores” corresponde à existência de árvores, em pelo menos um dos lados da rua e/ou no separador central, em cerca de metade da extensão do total das ruas.

C2) a característica “arbustos e flores” corresponde à existência de canteiros com arbustos e/ou flores, em pelo menos um dos lados da rua e/ou no separador central, em cerca de metade da extensão do total das ruas.

C3) a característica “jardins” corresponde à existência, dentro do perímetro delimitado (ou no limite da área delimitada), de, pelo menos, um jardim, com uma área mínima de cerca de 5 500 m², ou com, pelo menos, uma praça, com vegetação e com uma estrutura com água confinada, tal como uma fonte, lago e/ou repuxo.

C4) a característica “com elemento água livre” corresponde à proximidade (a uma distância inferior a 250 metros), a um rio, a um lago natural de grandes dimensões ou ao mar.

C5) a característica “com respeito pela vegetação autóctone” corresponde à existência de vegetação natural, na sua maioria, própria da região, natural (e a ausência total de espécies vegetais de locais “exóticos”).

D) Critério “Identidade”

D1) a característica “elementos físicos naturais” corresponde à existência de pelo menos um elemento de destaque que confere originalidade, seja pela morfologia do terreno (colinas, vales, etc), pelo tipo de vegetação, e/ou pela proximidade a rios, lagos ou mar.

D2) a característica “edifícios ou elementos urbanos construídos de reconhecimento identitário” corresponde à presença de pelo menos um edifício/elemento deste tipo (igreja, palácio, castelo, estátua, edifício icônico, praça histórica).

D3) a característica “edifícios da mesma época” corresponde à presença, no bairro, de um edificado que mantém visualmente, na sua maioria, a mesma traça arquitetônica.

D4) a característica “arte urbana” corresponde à presença, no bairro, de arte contemporânea nas ruas, seja através da existência de, (pelo menos uma), exposições temporárias, de instalações permanentes e/ou de grafitis (com arte).

D5) a característica “eventos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar”, corresponde à existência, no bairro, de eventos de carácter periódico, festas, feiras ou mercados de rua, que realcem o carácter da paisagem urbana (para o levantamento desta característica os operadores devem informar-se junto dos residentes da existência de eventos no local).

E) Critério “Manutenção”

E1) a característica “edificado limpo e bem mantido” corresponde à limpeza e conservação do edificado (sem grafitis, “posters”, publicidade, etc).

E2) a característica “espaço público limpo e bem mantido”, corresponde à limpeza e conservação dos passeios, visualmente observada (inexistência de ervas daninhas, calçadas irregulares, escorregadias, e lancis partidos), dos pavimentos rodoviários (inexistência de buracos, remendos, deformações, fissuras), e do mobiliário urbano (inexistência de cabines telefónicas, bancos, papeleiras, contentores de RSU’s vandalizados e sujos).

E3) a característica “manutenção da vegetação e dos lagos e fontes” corresponde à manutenção (visualizada) das árvores (poda e limpeza do tronco), dos canteiros de flores (sem lixo e sem folhas caídas), e da limpeza dos lagos e das fontes (sem lixo e com água límpida).

E4) a característica “manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária (horizontal e vertical), dos guarda-corpos e de guardas de segurança”, corresponde à inexistência de degradação, sujidade e instabilidade de colocação da sinalização vertical e das barreiras de segurança e de deficiente pintura da sinalização horizontal.

E5) a característica “condições para a perceção de segurança” corresponde às condições de iluminação noturna, à existência de vigilância policial das ruas, da existência de residentes (existência de luzes nos prédios, reveladores de prédios habitados), da existência de montras iluminadas e/ou de transeuntes.

E6) a característica “uma imagem visualmente “despoluída” corresponde à ausência de “posters” publicitários colados nas fachadas dos edifícios, nos postes de iluminação, no mobiliário urbano com marcas comerciais das esplanadas (nas mesas, chapéus de sol, cadeiras e papeleiras), nos “outdoors” de grandes dimensões na via pública que tapam a vista sobre o edificado ou sobre as zonas verdes.

E7) a característica “sem grandes exigências e custos de manutenção” corresponde à ausência de grandes relvados, ou várias áreas de relva de pequenas dimensões, que exigem muita manutenção e rega.

6.4. Metodologia de levantamento de dados “in situ” e Protocolo de procedimento

A recolha dos dados “in situ” relativa à existência das características, deve ser regulada por um protocolo estipulado para o efeito, segundo os seguintes pressupostos:

- A) número de operadores - o critério adotado para o levantamento dos dados "in situ", no que se refere ao número de operadores, baseou-se na apreciação dos procedimentos adotados em três estudos, em que a) o levantamento foi efetuado por um operador (Gavrilidis et al., 2016); e b) por um operador primeiro e um outro a seguir, com uma taxa de confirmação de 94% (Gao & Asami, 2007), e c) por dois operadores, com levantamento de dados, independentemente um do outro, e posteriormente comparados, cujos resultados são discutidos e acertados consensualmente (Mishra et al., 2020); este protocolo optou por impor o levantamento por 3 operadores, independentes uns dos outros, por forma a garantir poder haver um desempate quando forem comparados os resultados;

- B) formação dos operadores – deve ser apresentada, e explicada minuciosamente aos operadores, a descrição dos níveis de melhor e de pior paisagem, assim como as características a observar segundo cada critério (sub-cap 6.3), (ou seja, a visualização da existência, (ou inexistência), de determinados aspetos); o procedimento, que deve ser cumprido no levantamento de campo deve ser precedido de uma pré-visualização na aplicação “Google maps”, para levantamento da presença das características existentes, (exceto as que se referem à presença de pessoas), correspondentes a cada critério;
- C) percurso dos bairros - deve ser entregue aos operadores uma planta de cada bairro, com todas as ruas que devem ser observadas. Os operadores, devem percorrer cada uma das ruas, antes de iniciarem o respetivo levantamento de dados, para melhor se familiarizarem com a envolvente; o levantamento deve ser sequencial, de acordo com a lista de todas as ruas, de cada bairro (neste caso, as ruas para cada bairro, encontram-se, sequencialmente descritas nas Figuras 55, 56, 57 e 58);
- D) Duração da observação – não existe um período mínimo para a observação das características, no entanto, antes do levantamento das características, os operadores devem efetuar uma primeira passagem, para uma primeira observação da rua, e respetiva recolha de impressões;
- E) Data e horário do levantamento – o levantamento de dados deve realizar-se em dois ou três dias de observação, por bairro, consoante se trate de horário de verão ou de inverno, respetivamente; um dia (ou dois, no caso de ser inverno) durante a semana, e outro dia durante o fim de semana, (sábado ou domingo); no caso da observação de pessoas (como por exemplo, no caso dos critérios Dimensão Humana e das respetivas características A1, A2 e A4), o levantamento de dados deve realizar-se uma vez de manhã e outra à tarde, entre os períodos das 10h às 12h, e das 14h às 19h, (Goličnik & Ward Thompson, 2010).
- F) Base de dados – no preenchimento de uma ficha de campo (Quadro 12), para cada bairro, cada operador deverá fazer-se acompanhar, pela lista de características a observar, segundo cada critério, (apresentada no subcapítulo 6.2.). Nas primeiras linhas do Quadro 12, (quadro exemplificativo, correspondente às primeiras linhas do Quadro 13), existem espaços para inserir o nome do bairro, e do operador que realiza o levantamento. Na primeira coluna do Quadro, consta o nome do critério, e na segunda coluna as características a observar, relativas

a cada critério. Na penúltima coluna, é introduzida informação relativa à presença (1) ou ausência (0) dessa característica. A última coluna “Obs./Justificação”, corresponde a um espaço, para introdução de alguma informação adicional, relativa aos dados levantados “in situ”, considerada útil pelo operador.

G)

Quadro 12 - Tipo de informação de campo, a recolher e a inserir pelos operadores (Fonte: autora)

	Bairro:		
	Nome do operador de campo:		
		Presença de características	
Crit.	CARACTERÍSTICAS	Presente (1) Ausente (0)	Obs/ Justific.

6.5. Implementação da metodologia de levantamento dos dados

Seguindo o protocolo, o trabalho de campo, para os três operadores, decorreu da seguinte forma:

A) Número de operadores, análise dos dados recolhidos e formação prestada aos operadores

O levantamento foi realizado por 3 operadores, que se deslocaram de forma independente uns dos outros. Em cada uma das unidades territoriais, foram levantados dados, relativos a todas as ruas contidas no perímetro urbano, por forma a identificar a presença (ou ausência), das características correspondentes a cada critério.

O levantamento dos dados, para cada unidade territorial, foi realizada por operadores formados para o efeito, aos quais foi explicado o seguinte: a) a descrição dos níveis de melhor e de pior paisagem e b) as características que cada bairro deveria conter, ou seja, que aspetos considerados relevantes, em cada critério, devem ser tidos em consideração na avaliação desse bairro (segundo esse critério).

B) Recolha de dados “in situ”

O levantamento de dados realizou-se entre julho e setembro 2020. Os operadores percorreram a pé e/ou de carro, todas as ruas do bairro, e tomaram nota da presença das características presentes, em cada bairro. Para tal, foram munidos da lista das características a observar, em cada critério, (subcapítulo 6.2), e da ficha para preenchimento de dados (Quadro 13).

A observação de todas as características presentes, por cada operador, realizou-se em dois dias, um dia durante a semana, e outro dia, durante o fim de semana, (sábado ou domingo), para cada

QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA- PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

bairro. Uma vez que o levantamento, foi realizado no período de verão, com dias mais longos, os dois dias de observação, mostraram-se suficientes.

Para a recolha de dados, foi solicitado a cada operador, o preenchimento de uma ficha de campo no local (Quadro 13), que serviu de base de apoio para o levantamento da informação “in situ”.

Quadro 13 - Quadro para preenchimento de dados para cada unidade territorial (Fonte: autora)

	Bairro:		
	Nome do operador de campo:		
		Presença de características	
Crit.	CARACTERÍSTICAS	Presente (1) Ausente (0)	Obs/Justific.
DIM.ENSÃO HUMANA	A1. Diversidade demográfica		
	A2. Multiculturalidade		
	A3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, onde seja possível sentar e sociabilizar		
	A4. Sem evidência de pobreza		
	A5. Com evidência de criatividade urbana		
DIVERSIDADE FUNCIONAL	B1. Com diversidade de equipamentos de saúde		
	B2. Com diversidade de equipamentos de ensino		
	B3. Com diversidade de equipamentos de lazer		
	B4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais		
	B5. Com diversidade de elementos urbanos		
	B6. Complementaridade de espaços de lazer		
	B7. Equilíbrio funcional		
ELEMENTOS NATURAL	C1. Árvores		
	C2. Arbustos e flores		
	C3. Jardins		
	C4. Com elemento “água livre”		
	C5. Com respeito pela vegetação autóctone		
IDENTIDADE	D1. Elementos físicos naturais		
	D2. Edifícios de reconhecimento identitário		
	D3. Edifícios da mesma época		
	D4. Arte urbana		
	D5. Eventos/elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar		
MANUTENÇÃO	E1. Um edificado limpo e bem mantido		
	E2. Um espaço público limpo e com boa manutenção		
	E3. Manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas		
	E4. Manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária		
	E5. Manutenção das condições de segurança, iluminação noturna, vigilância por residentes e/ou transeuntes		
	E6. Com uma imagem visualmente “despoluída”		
	E7. Sem grandes exigências e custos de manutenção		

6.6. Apresentação dos dados

Os Quadros 14, 15, 16 e 17, foram preenchidos posteriormente, relativamente aos vários bairros, com base nos resultados recolhidos no levantamento. Na última coluna, é apresentado o valor do bairro, de acordo com as características presentes, observadas no levantamento, no conjunto de todas as características, segundo cada critério.

Quadro 14 - Dados de Alvalade (Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Descrição da Caraterística	Nº Caract. no Critério(n)	ALVALADE	
			Caract. Presentes no Critério (cp)	Valor do bairro no critério ($\sum cp/n$)
DIMENSÃO HUMANA	A1. Diversidade demográfica	5	1	0,60
	A2. Multiculturalidade		1	
	A3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, onde seja possível sentar e sociabilizar		1	
	A4. Sem evidência de pobreza		0	
	A5. Com evidência de criatividade urbana		0	
DIVERSIDADE FUNCIONAL	B1. Com diversidade de equipamentos de saúde	7	1	0,84
	B2. Com diversidade de equipamentos de ensino		1	
	B3. Com diversidade de equipamentos de lazer		1	
	B4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais		1	
	B5. Com diversidade de elementos urbanos		1	
	B6. Complementaridade de espaços de lazer		0	
	B7. Equilíbrio funcional		1	
ELEMENTOS NATURAIS	C1. Árvores	5	1	0,60
	C2. Arbustos e flores		0	
	C3. Jardins		1	
	C4. Com elemento "água livre"		0	
	C5. Com respeito pela vegetação autóctone		1	
IDENTIDADE	D1. Elementos físicos naturais	5	0	0,40
	D2. Edifícios de reconhecimento identitário		1	
	D3. Edifícios da mesma época		1	
	D4. Arte urbana		0	
	D5. Eventos/elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar		0	
MANUTENÇÃO	E1. Um edificado limpo e bem mantido	7	1	1,00
	E2. Um espaço público limpo e com boa manutenção		1	
	E3. Manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas		1	
	E4. Manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária		1	
	E5. Manutenção das condições de segurança, iluminação noturna, vigilância por residentes e/ou transeuntes		1	
	E6. Com uma imagem visualmente "despoluída"		1	
	E7. Sem grandes exigências e custos de manutenção		1	

Quadro 15 - Dados do Parque das Nações (Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Descrição da Característica	Nº Caract. no Critério (n)	PARQUE DAS NAÇÕES	
			Caract. Presentes no Critério (cp)	Valor do bairro no critério ($\sum cp/n$)
DIMENSÃO HUMANA	A1. Diversidade demográfica	5	1	1,00
	A2. Multiculturalidade		1	
	A3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, onde seja possível sentar e sociabilizar		1	
	A4. Sem evidência de pobreza		1	
	A5. Com evidência de criatividade urbana		1	
DIVERSIDADE FUNCIONAL	B1. Com diversidade de equipamentos de saúde	7	1	1,00
	B2. Com diversidade de equipamentos de ensino		1	
	B3. Com diversidade de equipamentos de lazer		1	
	B4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais		1	
	B5. Com diversidade de elementos urbanos		1	
	B6. Complementaridade de espaços de lazer		1	
	B7. Equilíbrio funcional		1	
ELEMENTOS NATURAIS	C1. Árvores	5	1	0,60
	C2. Arbustos e flores		0	
	C3. Jardins		1	
	C4. Com elemento "água livre"		1	
	C5. Com respeito pela vegetação autóctone		0	
IDENTIDADE	D1. Elementos físicos naturais	5	1	0,80
	D2. Edifícios de reconhecimento identitário		1	
	D3. Edifícios da mesma época		1	
	D4. Arte urbana		1	
	D5. Eventos/elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar		0	
MANUTENÇÃO	E1. Um edificado limpo e bem mantido	7	1	0,84
	E2. Um espaço público limpo e com boa manutenção		1	
	E3. Manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas		1	
	E4. Manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária		1	
	E5. Manutenção das condições de segurança, iluminação noturna, vigilância por residentes e/ou transeuntes		1	
	E6. Com uma imagem visualmente "despoluída"		1	
	E7. Sem grandes exigências e custos de manutenção		0	

Quadro 16 - Dados da Baixa (Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Descrição da Caraterística	Nº Caract. no Critério (n)	BAIXA	
			Caract. Presentes no Critério (cp)	Valor do bairro no critério ($\sum cp/n$)
DIMENSÃO HUMANA	A1. Diversidade demográfica	5	1	0,80
	A2. Multiculturalidade		1	
	A3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, onde seja possível sentar e sociabilizar		1	
	A4. Sem evidência de pobreza		0	
	A5. Com evidência de criatividade urbana		1	
DIVERSIDADE FUNCIONAL	B1. Com diversidade de equipamentos de saúde	7	1	0,42
	B2. Com diversidade de equipamentos de ensino		0	
	B3. Com diversidade de equipamentos de lazer		0	
	B4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais		1	
	B5. Com diversidade de elementos urbanos		1	
	B6. Complementaridade de espaços de lazer		0	
	B7. Equilíbrio funcional		0	
ELEMENTOS NATURAIS	C1. Árvores	5	0	0,40
	C2. Arbustos e flores		0	
	C3. Jardins		0	
	C4. Com elemento "água livre"		1	
	C5. Com respeito pela vegetação autóctone		1	
IDENTIDADE	D1. Elementos físicos naturais	5	1	0,80
	D2. Edifícios de reconhecimento identitário		1	
	D3. Edifícios da mesma época		1	
	D4. Arte urbana		0	
	D5. Eventos/elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar		1	
MANUTENÇÃO	E1. Um edificado limpo e bem mantido	7	1	1,00
	E2. Um espaço público limpo e com boa manutenção		1	
	E3. Manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas		1	
	E4. Manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária		1	
	E5. Manutenção das condições de segurança, iluminação noturna, vigilância por residentes e/ou transeuntes		1	
	E6. Com uma imagem visualmente "despoluída"		1	
	E7. Sem grandes exigências e custos de manutenção		1	

Quadro 17 - Dados de Benfica (Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Descrição da Caraterística	Nº Caract. no Critério (n)	BENFICA	
			Caract. Presentes no Critério (cp)	Valor do bairro no critério ($\sum cp/n$)
DIMENSÃO HUMANA	A1. Diversidade demográfica	5	1	0,60
	A2. Multiculturalidade		1	
	A3. Espaços de lazer potenciadores de introspeção e de reclusão, onde seja possível sentar e sociabilizar		1	
	A4. Sem evidência de pobreza		0	
	A5. Com evidência de criatividade urbana		0	
DIVERSIDADE FUNCIONAL	B1. Com diversidade de equipamentos de saúde	7	0	0,28
	B2. Com diversidade de equipamentos de ensino		0	
	B3. Com diversidade de equipamentos de lazer		0	
	B4. Com diversidade de estabelecimentos comerciais		1	
	B5. Com diversidade de elementos urbanos		0	
	B6. Complementaridade de espaços de lazer		1	
	B7. Equilíbrio funcional		0	
ELEMENTOS NATURAIS	C1. Árvores	5	0	0,20
	C2. Arbustos e flores		0	
	C3. Jardins		1	
	C4. Com elemento “água livre”		0	
	C5. Com respeito pela vegetação autóctone		0	
IDENTIDADE	D1. Elementos físicos naturais	5	0	0,00
	D2. Edifícios de reconhecimento identitário		0	
	D3. Edifícios da mesma época		0	
	D4. Arte urbana		0	
	D5. Eventos/elementos que permitam o reconhecimento e a memorização significativa do lugar		0	
MANUTENÇÃO	E1. Um edificado limpo e bem mantido	7	0	0,42
	E2. Um espaço público limpo e com boa manutenção		0	
	E3. Manutenção da vegetação e das estruturas aquíferas		1	
	E4. Manutenção dos equipamentos de sinalização rodoviária		1	
	E5. Manutenção das condições de segurança, iluminação noturna, vigilância por residentes e/ou transeuntes		0	
	E6. Com uma imagem visualmente “despoluída”		1	
	E7. Sem grandes exigências e custos de manutenção		0	

Na Figura 59 apresentam-se, sob a forma de gráfico, os valores comparativos dos descritores dos vários bairros, segundo cada critério (DH – Dimensão Humana; DF- Diversidade Funcional; EN – Elementos Naturais; ID- Identidade; M – Manutenção), individualmente, e em conjunto.

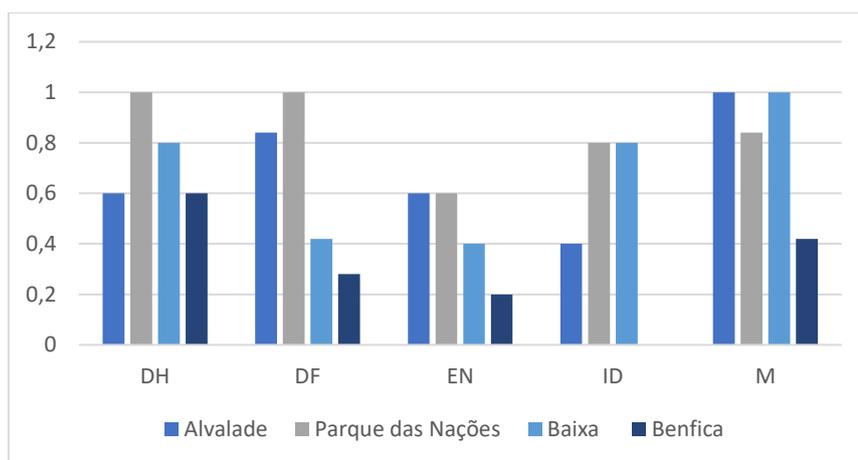


Figura 59 - Valores comparativos dos descritores dos vários bairros segundo cada critério (Fonte: autora)

Nos Quadros 18 e 19, apresentam-se os valores parciais e globais, para cada alternativa, segundo o modelo aditivo, com a aplicação dos coeficientes de ponderação (K_i) determinado para cada critério.

Quadro 18 - Avaliação expressa em unidades de valor globais do bairro, segundo cada critério (Fonte: autora)

CRITÉRIOS	Coef. Ponderação K_i	Nº Características no Critério	ALVALADE		PARQUE DAS NAÇÕES		BAIXA		BENFICA	
			$V(a)_i$	Avaliação expressa em unidades de valor globais $V(a)_i \times K_i$	$V(a)_i$	Avaliação expressa em unidades de valor globais $V(a)_i \times K_i$	$V(a)_i$	Avaliação expressa em unidades de valor globais $V(a)_i \times K_i$	$V(a)_i$	Avaliação expressa em unidades de valor globais $V(a)_i \times K_i$
DH	0,20	5	0,60	0,12	1,00	0,20	0,80	0,16	0,60	0,12
DF	0,23	7	0,84	0,20	1,00	0,23	0,42	0,10	0,28	0,06
EN	0,19	5	0,60	0,11	0,60	0,11	0,40	0,08	0,20	0,04
ID	0,21	5	0,40	0,08	0,80	0,17	0,80	0,17	0,00	0,00
M	0,17	7	1,00	0,17	0,84	0,15	1,00	0,17	0,42	0,07

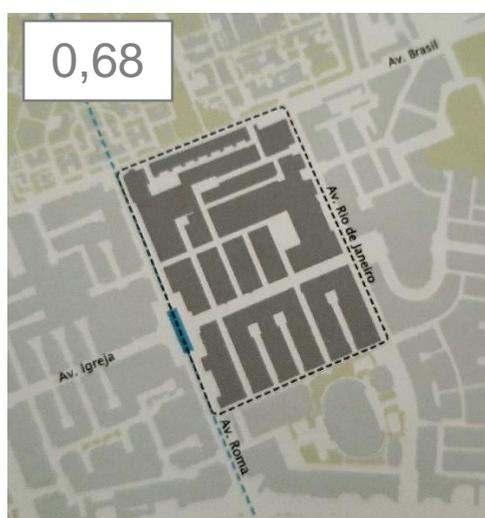
QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA- PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

Quadro 19 - Quadro dos valores globais da qualidade da paisagem urbana de cada bairro (Fonte: autora)

BAIRRO	Valor Global do Bairro
Alvalade	0,68
Parque das Nações	0,85
Baixa	0,68
Benfica	0,29

$$V(A) = \sum_{i=1}^n V(A)_i \times k_i$$

Na Figura 60 apresenta os valores totais da qualidade da paisagem urbana, por bairro.



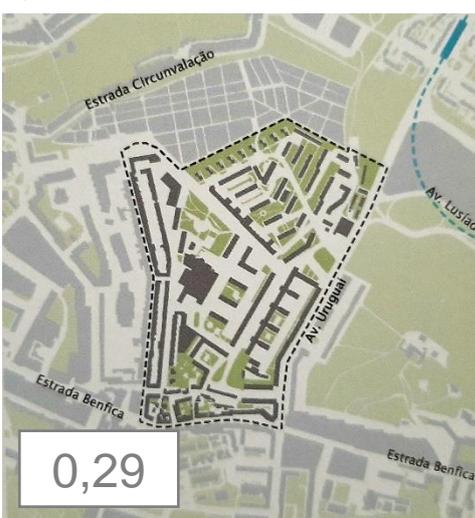
a)



b)



c)



d)

Figura 60 - Valores totais da qualidade da paisagem urbana no bairro: a) de Alvalade, b) Parque das Nações, c) Baixa e d) Benfica, respetivamente. (Fonte: autora)

De acordo com os resultados apresentados, pode concluir-se que o Parque das Nações é o bairro que tem melhor qualidade da paisagem urbana, (melhor valor global), seguido de Alvalade e Baixa, e por último, Benfica.

No critério “Dimensão Humana”, o Parque das Nações apresenta o melhor valor devido à presença de todas as características - diversidade demográfica, multiculturalidade, uma vez que evidenciou a presença de vários grupos etários, (de crianças, jovens, adultos e/ou idosos), de várias etnias, respetivamente; apresenta vários espaços de lazer (potenciadores de introspeção e de reclusão), inexistência de pobreza, (não foram visualizados mendigos e/ou sem abrigos), evidência de arte urbana, (como, por exemplo, no viaduto com azulejos de Pedro Cabrita Reis) e de inovação (edifícios de arquitetura contemporânea, tal como o Pavilhão de Portugal).

No critério “Diversidade Funcional”, o Parque das Nações teve o melhor desempenho, pela diversidade de equipamentos de saúde, de ensino, de lazer e de comércio, para além da variedade de elementos urbanos, tais como alamedas, jardins, parques infantis, pontos de passeio, e de observação da paisagem do rio Tejo; espaços públicos complementares, mistura de usos, de habitação, lazer e de trabalho, (serviços, comércio, escritórios). Este bairro apresentou, igualmente, o melhor valor nos critérios “Elementos Naturais” - pela proximidade ao rio Tejo, e conter diversos elementos aquíferos, tais como fontes, docas, um parque ribeirinho com árvores e vegetação -, e “Identidade”, por ser constituído por elementos construídos, icónicos, tais como, o Pavilhão de Portugal ou a Torre da Refinaria, como marco da herança industrial que existiu naquele local.

Com efeito, o Parque das Nações, tem melhor performance em quase todos os critérios, comparativamente, com os outros bairros, excetuando, no critério “Manutenção”, devido à inexistência da característica “sem grandes custos de manutenção”, pela necessidade de rega, corte, limpeza, tratamento e conservação dos grandes espaços relvados.

No critério “Dimensão Humana”, Benfica evidenciou uma população que, embora com presença de vários grupos etários, apresenta-se envelhecida, e com presença de alguma mendicidade. Apresentou o pior valor, segundo o critério “Diversidade Funcional”, pela escassa diversidade de equipamentos, e de elementos urbanos. No critério “Identidade”, a Baixa apresentou um dos valores mais elevados. Com efeito, a Baixa é o local, que apresenta elementos construídos, e

naturais da maior identidade, a nível nacional, que permitem o reconhecimento do lugar, e da história do país, com edifícios, (e praças), históricos e monumentais, tal como, a Praça do Comércio e o Rossio, (no limite do perímetro do bairro), o Arco da Rua Augusta, o elevador de Santa Justa, o rio Tejo, entre outros.

O modelo matemático proposto não apresentou limitações à sua aplicabilidade, à cidade de Lisboa. A base de avaliação, e comparação, não entra em conta com especificidades socioculturais e económicas, pelo que, a operacionalização dos critérios de avaliação, através da existência, de determinadas características no bairro, são suscetíveis de existirem noutras realidades territoriais, em qualquer ambiente urbano, e socioeconómico.

6.7. Validação do modelo de avaliação proposto

A validação do modelo de avaliação proposto foi realizada com base na comparação dos resultados agora obtidos, segundo a aplicação do modelo de avaliação para os quatro bairros – Parque das Nações, Alvalade, Baixa e Benfica – com os valores obtidos para estes bairros em investigação anterior (Campos, 2015).

A avaliação então obtida realizou-se através de entrevistas, (de cerca de 1,5 hora a cada perito, de um painel de 22 membros), as quais revelaram as zonas geográficas de Lisboa, mais e menos qualificadas, segundo uma classificação numa escala de 1 a 10 (sendo “10” a mais qualificada). Após as entrevistas, foram escolhidos quatro intervalos classificativos de qualidade, para enquadrar as avaliações atribuídas pelos peritos: qualidade baixa (1-3), qualidade média/baixa (4-5), qualidade média/alta (6-7), qualidade alta (8-10). Ao Parque das Nações e à Baixa os peritos atribuíram, em média, “8 pontos”, a Alvalade “7 pontos”, e a Benfica “3 pontos”, o que classificou os dois primeiros bairros com qualidade “alta”, o bairro de Alvalade com qualidade “média/alta” e Benfica com qualidade “baixa”.

A análise qualitativa (descritiva) dos peritos, em estudos anteriores (Campos, 2015), para cada um dos quatro bairros em análise, apresenta-se no Anexo 3. Nesse estudo, e apesar do valor médio da avaliação da Baixa, segundo o painel de peritos, ser de qualidade média/alta (entre 8 e 10 pontos), a avaliação verbal dos peritos é reveladora de um conjunto de problemas, que não correspondem a esse mesmo tipo de classificação.

Por outro lado, a classificação obtida pela aplicação do modelo de avaliação revelou os seguintes resultados: Baixa 0,68, Parque das Nações 0,85, Alvalade 0,68 e Benfica 0,29. Neste caso, o bairro de Alvalade apresenta-se idêntico à Baixa. Este resultado, de aplicação direta do modelo, apesar de conter com alguma subjetividade, (sobretudo pela natureza da temática, e pela construção dos descritores de impacto, e função de valor, em que foi assumido que as várias características presentes num dado bairro, têm o mesmo valor segundo cada um dos critérios), reflete, as características negativas que a Baixa contém, (desvalorizando-a), e que estão patentes na avaliação qualitativa (descritiva) dos peritos - tal como, por exemplo, carência de espaços habitacionais, espaço público deserto fora das horas de ponta, entregue apenas aos turistas, degradação do edificado, sobretudo nos pisos superiores, falta de residentes, de equipamentos, de centros de saúde, de escolas, de espaços verdes -, o que torna o bairro desinteressante para viver, e que desaproveita o seu potencial, com zonas de poluição elevada, falta de qualidade do ar, muitos automóveis, espaço onde todos passam e, à exceção dos turistas, ninguém vai para ficar, com a ocupação de parte do Rossio por um grupo, (étnico), que se dedica a atividades pouco lícitas, e que transmite insegurança, e afasta quem por lá passa (Campos, 2015).

Apesar dos resultados do painel de peritos em Campos (2015) não serem coincidentes com os resultados agora obtidos no modelo, verifica-se uma coincidência muito evidente na classificação, máxima e mínima, do Parque da Nações e de Benfica, respetivamente. De facto, estes dois bairros revelam uma apreciação “alta” e “baixa”, na classificação do painel de peritos da dissertação de mestrado, (o que reflete a mesma apreciação qualitativa dos peritos, ao contrário da Baixa), e dos valores agora obtidos no modelo de “0,87” e de “0,30”, para o Parque das Nações e para Benfica, respetivamente.

No mesmo estudo, a construção de indicadores para a avaliação da paisagem urbana, permitiram uma classificação segundo uma análise de “clusters”, ou seja, de agrupamentos de paisagens de vários bairros da cidade de Lisboa (Campos & Oliveira, 2016).

A análise de “clusters” é um tipo de classificação de paisagens que tem como objetivo agrupar as entidades, (unidades geográficas), em “clusters” (isto é, em grupos), internamente homogéneos, e heterogéneos entre si, ou seja, o mais diferente possível entre grupos, e o mais semelhante possível dentro do mesmo grupo. A análise de “clusters” (Campos & Oliveira, 2016),

recaiu sobre 16 bairros: Vale de Alcântara; Musgueira, Galinheiras, Chelas; Bairro da Liberdade; Arroios, Bairro Alto, Xabregas, Benfica, Carnide, Lapa, Av. Novas, Alvalade, Baixa/Chiado, Campo de Ourique e Parque das Nações.

Seja através de Métodos hierárquicos, (aglomerativos ou divisivos), ou não hierárquicos, os “clusters” determinados, agregam sempre Baixa, Alvalade e Benfica, num “cluster”, e Parque das Nações noutra “cluster”, evidenciando a semelhança e a diferença, de qualidade da paisagem urbana) existente, entre os bairros (Campos & Oliveira, 2016).

Da análise de resultados, dos métodos hierárquicos e não hierárquicos, com 5 “clusters”, verifica-se que o Parque das Nações, se encontra sempre mais distante de Alvalade, Baixa e Benfica, em termos de qualidade da paisagem urbana, (mais até do que Benfica se encontra afastado dos restantes bairros), uma vez que forma sempre um “cluster” isolado, o que vai de encontro com a diferença de valores encontrados no modelo de avaliação, em que o Parque das Nações tem a avaliação de 0,85, e Alvalade de 0,68, Baixa de 0,68, e Benfica de 0,29.

6.8. Ideias-chave do Capítulo 6

- a aplicação do modelo permitiu estabelecer uma ordenação dos bairros, em termos de qualidade das paisagens urbanas;
- através da aplicação do modelo ao caso de estudo é de prever a aplicabilidade do modelo de avaliação, a qualquer unidade territorial, e em qualquer ambiente sociocultural e económico;
- o modelo foi validado por comparação com os resultados da dissertação de mestrado (Campos, 2015), cuja avaliação foi obtida a partir da opinião de um outro painel, de 22 peritos.

Capítulo 7. Discussão dos resultados e Estudos futuros

7.1. Discussão dos resultados
7.2. Estudos futuros
7.3. Ideias-chave do Capítulo 7

Este capítulo discute os resultados da investigação desenvolvida, aborda as suas limitações e debruça-se sobre as possibilidades de estudos futuros.

7.1. Discussão dos Resultados

Como foi referido ao longo deste trabalho, da recolha bibliográfica realizada recentemente, constata-se uma multiplicidade de abordagens, o que impede olhar para o tema da paisagem com a nitidez desejável (Dorado, 2019a). E, apesar da Convenção Europeia da Paisagem (CoE, 2000a) ter vindo clarificar o conceito de paisagem, ainda subsiste ambiguidade no que se refere à definição de critérios de avaliação de qualidade, e aos instrumentos que permitem operacionalizá-los.

Ainda que alguns estudos, nomeadamente, os de Cullen (2010), de Lynch (2011; 2012), de Nasar (1998) e de Relph (1987), (desde os anos '60 a '80 do século XX), apontem algumas indicações, relativamente às preferências do público (e às dos especialistas em paisagem urbana), o facto é que decorreram várias décadas desde que esses estudos foram publicados.

A partir da literatura existente seria possível enunciar alguns princípios de qualidade da paisagem urbana, de acordo com algumas perspetivas, nomeadamente, com aspetos relacionados com a qualidade do espaço público, com a presença de vegetação em espaço urbano, com o património histórico cultural, com a existência de vistas panorâmicas, entre outros; porém, não permitiu extrair um conjunto de critérios de avaliação de qualidade, que traduzisse os valores dos peritos e/ou do público, de forma inequívoca, aprovada pelos seus pares, ou pela maioria expressiva da população, respetivamente.

Por outro lado, as terminologias atribuídas às características (atributos ou critérios) da paisagem urbana nos estudos de avaliação referidos são muitas, e não permitem uma clarificação dos conceitos.

O intuito de olhar para o quadro geral da paisagem urbana, de uma forma abrangente, impõe uma síntese na bibliografia mais recente no que se refere às várias abordagens, no sentido de serem mais integradoras, menos setoriais, e/ou “distorcidas”, por uma, ou outra perspectiva, de modo a constituírem mais eficazmente instrumentos que sirvam de base às políticas de paisagem.

Foi, portanto, necessário, à falta de informação sintetizada proveniente da literatura, auscultar um painel de peritos (de 24 membros), de forma a seleccionar um conjunto de critérios, a integrar um modelo de avaliação de qualidade da paisagem urbana. Os critérios seleccionados foram os seguintes: “Dimensão Humana”, “Diversidade Funcional”, “Elementos Naturais”, “Identidade” e “Manutenção”. É possível estabelecer uma relação de semelhança de quatro destes critérios (“Dimensão Humana”, “Elementos Naturais”, “Identidade” e “Manutenção”), com alguns elementos de preferência do público apresentados anteriormente noutros estudos, (de avaliações visuais da paisagem urbana), (Capítulo 4), nomeadamente, no que se refere à existência de espaços públicos de lazer (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Asami, 2007; Gao & Liu, 2021; Sowińska-świerkosz et al., 2020a), à presença de vegetação (Afiyanita & Kaswanto, 2021; Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Asami, 2007; Gao & Liu, 2021; Gavrilidis et al., 2016; Nasar, 1998; Ramos & Panagopoulos, 2010), ao apego à identidade histórica e cultural do local (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Asami, 2007; Gao & Liu, 2021; Nasar, 1998; Sowińska-świerkosz et al., 2020a), e à manutenção do edificado e do espaço público (Castel-Branco et al., 2011; Galindo & Hidalgo, 2005; Gao & Asami, 2007; Gao & Liu, 2021; Nasar, 1998; Ramos & Panagopoulos, 2010; Sowińska-świerkosz et al., 2020a), respetivamente. E ainda com os critérios “Elementos Naturais”, “Diversidade” e “Manutenção”, identificados por outro painel de peritos (de 22 elementos) em estudos anteriores (Campos, 2015).

O conjunto de critérios agora identificados correspondem, curiosamente, a valores bastante orientados para responder às aspirações humanas, o que não será de estranhar, uma vez que a paisagem urbana é profundamente humanizada, feita pelo e, sobretudo, para o ser humano.

Esta visão focada em torno das necessidades humanas, e atendendo à grande percentagem de artigos publicados recentemente, em torno das preocupações ambientais e ecológicas, pode parecer “distorcida”; contudo, vai de encontro à definição de paisagem da CEP (2005) - quando

se refere, nomeadamente, ao carácter da paisagem, e ao facto de este depender da ação e interação, entre fatores naturais e/ou humanos -, que contém em si uma perspetiva centrada no ser humano (Antrop & Eetvelde, 2017).

A dimensão humana raramente é considerada, a não ser pela negativa, isto é, pelo impacto nefasto que a ação do ser humano provoca no meio ambiente natural, tal como, por exemplo, a poluição (e a contaminação dos ecossistemas) e as alterações climáticas (Dorado, 2019a).

Esta nova visão centrada em torno do ser humano, enquanto utilizador legítimo da paisagem, e não apenas segundo a perspetiva tradicional, do ser humano enquanto agente de perturbação dos sistemas naturais (Hunziker et al., 2007), vem, sobretudo, estabelecer um novo paradigma da paisagem urbana, enquanto garante da qualidade de vida dos cidadãos.

O critério “Dimensão Humana” aponta como preocupações essenciais a existência de espaços públicos variados e complementares, com zonas de lazer, que potenciem, quer a sociabilização, quer o isolamento; e ainda, com os direitos humanos, no que se refere, à existência de concidadãos marginalizados e carentes, tais como os pedintes e os “sem abrigo”.

O critério “Diversidade Funcional” transmite a complexidade da paisagem urbana, responde às aspirações básicas dos cidadãos no seu dia-a-dia relativa a uma maior escolha, aos Serviços e unidades comerciais de proximidade (que assiste à população, sem exigir grandes deslocações), e à necessidade de emoção e na satisfação da curiosidade, no encontro com a cidade.

A seleção do critério “Elementos Naturais” não surpreende, uma vez que a natureza faz parte da vivência do ser humano, em cada momento da sua existência na Terra, e todos os recursos que fazem falta à vida humana, como, por exemplo, a água, os bens alimentares, e os minerais, provêm da natureza. A resposta às preocupações com o contacto com o meio natural, referido por Kaplan (1995) e Ulrich (1991), no que toca aos efeitos restauradores sobre o indivíduo, no seu bem-estar físico e mental, e às preocupações ambientais e ecológicas, é reforçada com a seleção deste critério. “(...) o ser humano está geneticamente programado para viver num “habitat” natural, de ar puro e numa paisagem verde variada, tal como qualquer outro tipo de mamífero. Para estar relaxado e sentir-se saudável, basta simplesmente permitir ao seu corpo, que reaja da forma a que milhões de anos de evolução produziram. Física e geneticamente parece bem-adaptado a uma savana tropical, mas como um animal cultural utiliza uma aprendizagem de adaptação à vida nas cidades” (Alexander, et.al., 1977, p. 23).

O critério “Identidade”, como um conjunto de elementos que refletem a história e a cultura de um povo, e que conferem carácter a uma paisagem urbana, responde às necessidades de criar experiências, vivências e memórias, através da paisagem urbana. “As pessoas precisam de se identificar com a unidade espacial à qual pertencem” (Alexander et al., 1977, p. 81). A identidade da paisagem urbana, evidenciada através dos elementos construídos, nos estilos arquitetónicos, nos materiais, nas cores, pelos hábitos e manifestações culturais, e pela vivência quotidiana, é o que marca a diferença, relativamente a outros povos, a outras culturas. São os elementos diferenciadores que carregam o ADN cultural da população, que se transmite de geração em geração, até aos dias de hoje, que importa preservar e manter vivo no património, e na vivência da população. Este critério vai de encontro com as preocupações em relação às paisagens urbanas modernas – a falta de identidade – causada pela globalização e pela “standartização” das formas e dos materiais, que generalizam a imagem das cidades e as tornam todas iguais. Por último, o critério “Manutenção”, que se traduz pela necessidade de conservação dos elementos construídos e dos elementos naturais, e que corresponde a uma paisagem urbana ordenada, acarinhada, limpa e, conseqüentemente, eficaz, numa manifestação de urbanidade, necessária à vida na cidade e de respeito pelo outro. Este critério responde ainda à necessidade de perceção de segurança, à sensação de organização, de legibilidade e de orientação na cidade.

Assim, de certa forma, os critérios de avaliação identificados vão de encontro às visões de Cullen (2010), de Lynch (2011; 2012), no que se refere à diversidade; e ainda de Nasar (1998), no que toca à presença de elementos naturais e à manutenção, e de Relph (1987) quanto à identidade das paisagens urbanas. A exceção encontra-se no critério “Dimensão Humana”, que traz uma nova perspetiva à paisagem urbana, porquanto coloca a existência de espaços públicos de lazer, e o respeito pelos direitos humanos (no que diz respeito às camadas da população marginalizadas e desfavorecidas), como premissa de qualquer avaliação que se realize em torno da qualidade da paisagem urbana.

Tendo em consideração de que o “todo” é difícil de ser abrangido (Antrop & Eetvelde, 2017), os critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana tentam avaliar, através de uma abordagem paramétrica, a realidade gerada pela dimensão holística da paisagem. Os cinco critérios identificados foram selecionados a partir de um conjunto de 16 critérios, como aqueles

“imprescindíveis” a serem integrados no modelo de avaliação, e que tendem a incorporar a qualidade do “todo”. Desta forma, estes cinco critérios, transportam em si, e no seu conjunto, as condições mínimas, necessárias e suficientes, para assegurar uma paisagem urbana, com qualidade.

Face aos estudos de avaliação de paisagens urbanas referidos anteriormente (Capítulo 4), cuja vertente é sobretudo estética (visual, cénica, pictórica), é de salientar que a dimensão estética da paisagem (no sentido de qualidade visual, auditiva e/ou olfativa, por exemplo), não foi selecionada pelo painel de peritos enquanto um dos critérios “imprescindíveis” de avaliação de qualidade da paisagem urbana. Tal facto, não será, porventura, alheio a que, como refere Townsend (1997, p. 21), “a beleza ínfima dos vários objetos, dá origem a ordens de pequena escala que espelham a beleza grandiosa do todo”, pelo que, poderá considerar-se que a dimensão estética, ou seja, a beleza da paisagem, será, eventualmente, atingida, pelo conjunto de todos os elementos, conceptualmente integrados, nos critérios de avaliação identificados. Pese embora existirem fatores comuns que influenciam a experiência positiva da paisagem urbana (Gao & Liu, 2021), é notória, a dificuldade de escolha de atributos estéticos, para a avaliação paramétrica de uma paisagem urbana, tanto mais, se se atender ao facto, que uma escolha estética, é uma matéria altamente individual e subjetiva (Maciocco & Taliagambe, 2009; Sowińska-Świerkosz & Chmielewski, 2016). E, uma vez que a vertente estética da paisagem está cada vez mais espelhada pelos fatores ecológicos e ambientais, tal como vários autores advogam, eventualmente abrangida pelo critério “Elementos Naturais”, e sendo a apreciação da beleza dependente da cultura e do conhecimento do observador, a dimensão estética continuará a ser, porventura, um conceito sempre em evolução e mudança, dependente das circunstâncias da avaliação.

No que se refere à construção do modelo de avaliação, a utilização do método SMART (“Single Multi Attribute Rating Technique”), para a determinação dos coeficientes de ponderação, dos critérios, para a construção do modelo aditivo, veio a revelar-se de difícil aplicação a um painel de peritos em que não é provável existir uma decisão consensual. O método, é frequentemente utilizado, porque é intuitivo e de resposta imediata. Porém, está “desenhado” para atender a considerações de valor de um decisor apenas, e não de vários decisores, o que significa que, vários decisores conduziram, inevitavelmente, a vários modelos individuais. Tanto quanto se

sabe, a determinação dos coeficientes de ponderação dos critérios, pela aplicação do método Swing Weighting a um conjunto de decisores, em que a premissa de que não haveria consenso, entre os peritos da “conferência de decisão” (adaptada), foi uma inovação, na medida em que foi necessário utilizar um novo protocolo na aplicação do método, que permitiu obter uma decisão de grupo, porém, não consensual, provou ser um método eficaz, que conduz a resultados matematicamente válidos.

A avaliação de qualidade da paisagem urbana assim proposta, diferencia-se dos outros estudos anteriormente apresentados, (Capítulo 4), por permitir:

- a) identificar os critérios de avaliação de qualidade, selecionados por um painel de peritos (que também são utilizadores da paisagem, e que também a percebem),
- b) identificar os atributos da paisagem (“características”, utilizadas na construção dos descritores de impacto), em contexto urbano, e
- c) mapear as paisagens, de maior e de menor, qualidade, da paisagem urbana, a partir de uma avaliação quantitativa.

O modelo proposto não é um modelo universal, é um modelo possível, uma vez que não é garantido que, com outro painel de peritos, se obteriam os mesmos critérios de avaliação e os mesmos coeficientes de ponderação, e conseqüentemente, a mesma ordenação do valor global da qualidade das paisagens urbanas.

No entanto, a metodologia para encontrar um modelo aditivo de avaliação da paisagem urbana é replicável, desde o processo para identificar os critérios de avaliação, à construção dos descritores de impacto, das funções de valor, e dos coeficientes de ponderação, seja com outros painéis de peritos, para posterior comparação de resultados, seja para o desenvolvimento de outros estudos académicos.

Com o modelo proposto as Autarquias podem dispor de uma ferramenta de avaliação das paisagens urbanas na gestão urbanística, e estabelecer uma base de comparação entre bairros, para aferir as desigualdades e carências respetivas. Este modelo permite aos responsáveis pelas políticas municipais, olhar para as paisagens urbanas com detalhe, por forma a poderem classificá-las, em termos de qualidade paisagística, atribuir verbas consoante as respetivas necessidades, corrigir assimetrias, contribuindo para a convergência territorial, e, eventualmente,

incluir os critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, na construção de instrumentos fiscais.

Face aos critérios identificados como “imprescindíveis” para a avaliação, as Autarquias poderão assegurar uma paisagem urbana de qualidade, aos seus residentes e visitantes.

7.2. Estudos futuros

A obtenção de valores de indicadores na dissertação de mestrado (Campos, 2015) permitiu, “à posteriori”, a realização de uma análise de “clusters” em termos de paisagens urbanas, de maior e de menor qualidade, de alguns bairros de Lisboa (Campos & Oliveira, 2016). Estes resultados contribuíram para validar o modelo proposto neste trabalho. Os três bairros (Alvalade, Baixa e Benfica) situam-se no mesmo “cluster”, ou seja, com paisagens urbanas idênticas em termos de qualidade, e o Parque das Nações noutra “cluster”, isolado, com uma qualidade diferente das demais. O mesmo tipo de análise estatística de dados obtidos (análise de “clusters”), a realizar a partir dos valores dos descritores de impacto determinados neste trabalho (no Capítulo 5), pode perspetivar, em estudos futuros, a identificação de semelhanças e diferenças entre bairros, colocando-os em “clusters”, de valores idênticos da qualidade da paisagem urbana, e consequentemente, a definição de unidades de paisagem urbana.

Outro estudo possível encontra-se na etapa da construção dos descritores de impacto, para a operacionalização dos critérios de avaliação. O painel de peritos foi questionado sobre a identificação dos critérios de avaliação, mas ficou por confirmar, com o painel, a construção dos descritores de impacto e das funções de valor. Foi assumido neste trabalho, que cada uma das características presentes numa dada alternativa (bairro), segundo cada critério, tem o mesmo valor que as restantes (isto é, 0,14, no caso dos critérios “Diversidade Funcional”, e “Manutenção, e 0,20, no caso dos critérios “Dimensão Humana”, “Elementos Naturais” e “Identidade”). Contudo, tal assunção, poderá, em estudos futuros, ser confirmada por um painel de peritos. Nesta investigação entendeu-se não se prosseguir com a avaliação do “peso” das características, uma vez que uma nova auscultação ao painel de peritos - já muitas vezes consultado para a identificação de critérios (nas quatro rondas do método Delphi), dos descritores de impacto e dos coeficientes de ponderação -, poderia, previsivelmente, vir a ser recusada. Por outro lado, mesmo que inquirido novamente o painel de peritos, essa consulta poderia não conduzir a resultados,

suficientemente relevantes, e substancialmente diferentes, para o valor global da paisagem urbana, de cada bairro.

Uma fase do processo de construção do modelo de avaliação que poderia vir a ser realizada em futuros estudos, diz respeito à análise de sensibilidade e à análise de robustez do modelo. A análise de sensibilidade de um “peso” de um critério permite verificar em que medida as recomendações do modelo se alteram. Esta fase consistiria em analisar, por um lado, se a hierarquização do valor global de cada alternativa se mantém ao variar o coeficiente de ponderação de um critério, (mantendo as relações de proporcionalidade, entre os restantes coeficientes de ponderação), e por outro, aferir se os critérios são discriminantes, e se se devem manter no modelo, ou seja, se as variações, nos coeficientes de ponderação dos critérios fazem variar os comportamentos de todas as alternativas. A análise de robustez consiste em analisar em que medida, as conclusões que se podem extrair do modelo são robustas, para vários níveis de imprecisão ou de incerteza de informação.

A curiosidade em analisar o nível de coincidência entre as avaliações, segundo o modelo paramétrico e a avaliações do público, pode, previsivelmente, conduzir a um estudo futuro.

A CEP (2005) apontou para a necessidade de serem estabelecidos procedimentos para a participação pública na “definição e implementação de políticas de paisagem” (artigo 5º, alínea c)), na definição dos OQP “para as paisagens identificadas e avaliadas” (artigo 6º alínea D); porém, tais procedimentos, tanto quanto se sabe, não estão ainda definidos.

O conceito de “mediação da paisagem”, ainda “por explorar” (Pina et al., 2017, p. 143), pode configurar um meio de apelar à participação pública, que “pode ser fomentada através dos “media” e de campanhas a vários níveis” (CoE, 2000b, p. 10). A utilização da “mediação digital”, com recurso a plataformas digitais, pode constituir um meio de atingir a participação pública que se pretende, e apontar para uma verdadeira cidadania paisagista (Pina et al., 2017; Santé et al., 2020).

7.3. Ideias-chave do Capítulo 7

- foram selecionados os seguintes cinco critérios, como os “imprescindíveis”, a integrar um modelo de avaliação: “Dimensão Humana”, “Diversidade Funcional”, “Elementos Naturais”, “Identidade” e “Manutenção”;
- com o modelo proposto as Autarquias podem dispor de uma ferramenta de avaliação das paisagens urbanas, na gestão urbanística, selecionar bairros, e estabelecer uma base de comparação entre eles, para aferir as desigualdades e carências respetivas;
- os critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana identificados neste estudo podem contribuir para a informação, auscultação, ou sensibilização das comunidades, e ainda para a tomada de decisões que transformam a paisagem urbana e que influenciam a qualidade de vida dos cidadãos;
- está por desenvolver o conceito de “mediação da paisagem” como um meio de apelar à participação pública e à sensibilização das comunidades;
- as avaliações segundo o modelo paramétrico deixam em aberto a possibilidade de comparação com futuras avaliações do público, e o desenvolvimento de outros estudos académicos, para posterior comparação de resultados;
- o modelo de avaliação paramétrico pode proporcionar um instrumento de aplicação a qualquer unidade territorial, e ajudar a colmatar algumas lacunas e atrasos, na implementação das metas a atingir pela CEP (2005) e pela PNAP (2015).

Capítulo 8. Conclusão

8.1. Conclusão e considerações gerais
8.2. Ideias-chave do Capítulo 8

*“A situação económica no mundo atual enfatiza a necessidade global de dar mais à sociedade com menos”
(Salado & Nilchiani, 2013, p. 927).*

8.1. Conclusão e considerações gerais

Ao longo da presente investigação a descoberta da diversidade de abordagens e designações, que gravitam em torno do conceito da paisagem urbana, foi simultaneamente previsível e decepcionante. De facto, o surgimento da Convenção Europeia da Paisagem, potenciou o aparecimento de estudos que, mesmo sem terem a ver, diretamente, com o tema da paisagem, utilizaram títulos e/ou tópicos, que nas pesquisas bibliográfica conduziram à “paisagem”, confundindo-se os conceitos abordados.

No entanto, a existência das disciplinas envolvidas colocaram em evidência a riqueza teórica desta temática (Dorado, 2019a).

Apesar da CEP (2005) e dos vários estudos decorrentes da sua publicação, as metodologias aplicadas à avaliação da paisagem urbana continuam a ser insuficientes e de âmbito restrito, relativo, sobretudo, a avaliações de qualidade visual e estética.

A paisagem urbana continua sem a verbalização, necessária e suficiente, no discurso da construção da cidade, independentemente de se tratar de planeamento, de desenho urbano, ou de outros conceitos, associados ao urbanismo e à construção da cidade, apesar de poder ser considerada como “um instrumento de desenho e desenvolvimento territorial” (Nyari et al., 2019, p.106). Quando se planeia ou desenha a cidade, (a escalas diferentes, respetivamente), uma vez que a paisagem urbana espelha as ações de planeamento e de desenho urbano, há que dar um passo atrás, antes de avançar para a fase seguinte, e imaginar a paisagem urbana em resultado dessas ações previstas, e dos impactos dessas intervenções.

A fraca amplitude dos instrumentos de planeamento, a falta de estratégias, a reduzida abordagem ao estudo da paisagem urbana para uma implementação eficaz de políticas de

paisagem, tem sido alvo de críticas por parte de alguns autores que se acusam mutuamente pelo insucesso das práticas profissionais, responsáveis pela falta de qualidade de determinadas paisagens urbanas. Lindholm (2012) considera que a paisagem urbana é encarada pelos arquitetos como um cenário, e pelos agentes do planeamento como um território (evidenciando diversas leituras, segundo várias disciplinas); Pessoa (2018) considera que os arquitetos olham para as praças como espaços a construir, tornando-os objetos de mera apreciação; Nasar (1998), refere que existe um conflito entre os que projetam e planeiam a cidade, e ironiza, referindo que o que os arquitetos projetam geralmente o público não aprecia, e que os arquitetos têm preferências por edifícios que geralmente divergem das escolhas do público – “what architects likes, the public dislikes, and what the public likes, architects dislike” (Nasar, 1998, p.18).

Apesar da paisagem urbana não ser um conceito coincidente com outros conceitos existentes relacionados com a cidade, tal como o ordenamento do território e o planeamento urbano, o seu estudo académico não é encarado diferenciadamente, e não está suficientemente assente “como uma disciplina científica ou conceito académico” (Keshtkaran, 2019, p.145), porque o entendimento geral é de que pode ser abordada por outras disciplinas, tais como o urbanismo, o planeamento, o desenho urbano, a arquitetura, a arquitetura paisagista, a ecologia ou a geografia (Keshtkaran, 2019).

O estudo da paisagem, em sentido lato, não deve ser “feito de improviso por quem quer que seja” (Araújo, 1994, p.130), ou por um especialista com formação noutras áreas relacionadas, uma vez que “a construção de uma cultura da paisagem é uma tarefa multidimensional, que exige uma abordagem multidisciplinar” (Pina et al., 2017, p. 156), e para lidar com o tema da paisagem urbana deve haver uma formação e especialização técnica adequada (CEP, 2005).

Tal como no início do século XX surgiu uma nova disciplina, a Arquitetura Paisagista, com a necessidade de diferenciar os “arquitetos dos jardins” dos “arquitetos da construção do espaço público” (Dorado, 2019a; Telles, 1994), e nos meados do século XX surgiu a disciplina “Ecologia da Paisagem”, com o reconhecimento dos cientistas, e da sociedade em geral, da ação hostil e devastadora do ser humano, e da necessidade de proteger os ecossistemas naturais, outras disciplinas poderão surgir no futuro, relacionadas com o estudo da qualidade da paisagem urbana, por forma a dar as respostas certas, e em devido tempo, aos problemas atuais,

nomeadamente, às da necessidade do aumento da qualidade de vida nas cidades. Diferentes disciplinas têm conceitos diferentes, e atribuem à paisagem diferentes tipos de valor (Nassauer, 2012), pelo que, ao estudo da paisagem urbana deve corresponder uma disciplina específica.

Os ventos, o clima, o tipo de vegetação, a hidrologia, a população, a cultura, a história, a toponímia, os estilos arquitetónicos, os instrumentos de planeamento, a gestão da água, as fontes de ruído e de odores, os transportes, as acessibilidades, a atratividade económica, a estratégia urbana, entre outros, são apenas alguns dos inúmeros, e diferentes aspetos, que se incluem em disciplinas diferentes, que fazem parte das várias áreas do conhecimento, de acordo com o “site” da Direção Geral do Ensino Superior⁹, tais como nas Ciências Físicas, (tal como Geografia, Geologia, Meteorologia, etc), nas Ciências da Vida (tal como na Ecologia e Ambiente, Biologia, etc), nas Ciências Sociais e do Comportamento, (tal como na Economia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política, Sociologia, etc), nas Humanidades, (tal como na Arqueologia, Filosofia, História, Turismo, Património, etc), na Agricultura Silvicultura, (na Agronomia, Ciências Florestais, Recursos Naturais, etc), na Arquitetura e Construção, (tal como a Arquitetura, Urbanismo, Engenharia Civil, Planeamento e Gestão do Território, etc), no Direito, na Proteção do Ambiente, (tal como na Energia e Ambiente, Saúde Ambiental, Engenharia do Ambiente, etc), nas Artes, (tal como na Pintura, Design, História de Arte, etc), mas que, no seu conjunto, todas contribuem para a análise global da qualidade da paisagem urbana.

A CEP (2005) (no artigo 6º B) determina que cada um dos Estados-membros se compromete a formar especialistas nos domínios do conhecimento da paisagem, a promover programas de formação pluridisciplinar, em política, proteção, gestão e ordenamento da paisagem, e a promover cursos escolares e universitários, que, nas áreas temáticas relevantes, abordem as questões relativas à paisagem. De igual forma, o Plano de ação da PNAP (2015)¹⁰ apresentado em 2020, também refere a necessidade de se qualificar, pela Academia, profissionais ligados à paisagem.

Neste sentido, é necessário abordar a paisagem de uma forma mais específica, uma vez que “o conhecimento da paisagem não pode ser limitado aos esforços colaborativos entre diversas disciplinas, tais como a Geografia, Arquitetura, Sociologia e Ecologia”, e “porque a paisagem não

⁹ <https://www.dges.gov.pt/guias/indarea.asp>

¹⁰ https://pnap.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PLANO_DE_ACAO_PNAP_2020.pdf, web site acedido em dez/2020

tem apenas a realidade física, tem também outras dimensões, como a social, mental e cultural”, de tal forma que os “investigadores sugerem que é necessário quebrar os limites das diferentes disciplinas e aplicar abordagens integradoras”, por forma “a poder obter uma visão abrangente da paisagem” (Keshtkaran, 2019, p. 144). Por exemplo, a incorporação das Artes na avaliação da Paisagem é comprovada na prática da metodologia inglesa de classificação do carácter da paisagem (LCA), que reúne artistas e escritores para analisar, através da pintura (Figura 61), e/ou da escrita, a forma como estes encaram o carácter da paisagem (Gonçalves & Curado, 2017; Swanwick, 2002).



Figura 61 – Rua Morgado de Mateus, Porto, Portugal (Fonte: artista Teresa Ruivo)

Para além do compromisso de abordagem à paisagem urbana segundo a vertente académica, há ainda a orientação da CEP (2005) (Artigo 5º, b), da necessidade de elaboração de planos de gestão da paisagem. Segundo Relph (1987), a melhor fonte de informação das paisagens são as próprias paisagens, e a elaboração de um plano de gestão da paisagem, é “como apanhar um comboio em andamento (...)” (Araújo, 1994, p.131), ou seja, o plano pode considerar-se concluído, mas deve-se atender a que a paisagem continuou, entretanto, a sua evolução temporal.

Ao nível de ordenamento jurídico português existem as ferramentas próprias, tal como a PNAP (2015), para assegurar a gestão da paisagem, e a previsão, segundo o respetivo plano de ação, de um quadro financeiro para a sua implementação. É assim necessária a colocação em prática dos instrumentos disponíveis para a preservação e proteção das paisagens urbanas, à semelhança de outros países, como a Espanha ou a Inglaterra, bastante mais à frente neste aspeto do que Portugal (Gonçalves & Curado, 2017). Tal como a partir de determinado momento foi obrigatória a apresentação de um Estudo de Impacte Ambiental¹¹ para a aprovação dos

¹¹ <https://dre.pt/dre/lexionario/termo/estudo-impacte-ambiental-eia>

projetos de determinada dimensão, por forma a avaliar e mitigar os impactes de tal projeto no ambiente, de modo semelhante, poderá ser obrigatória, à escala municipal, a inclusão no processo de licenciamento de peças de projeto, escritas e desenhadas, que constituíssem, por exemplo, um “Plano de paisagem”, para assegurar, na medida do possível, o cumprimento dos critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, e apresentasse as medidas de mitigação do impacte de terminados projetos ao nível da paisagem urbana. Com efeito, e mais uma vez como exemplo a Catalunha, define na sua legislação (Decreto 343/2006 de 19 de setembro), a criação de Estudos de Impacte e Integração paisagística, “documentos que definem as consequências na paisagem, após a elaboração de um determinado projeto/obra, e estipula critérios para minimizar os efeitos negativos e para aumentar a integração paisagística” (Gonçalves & Curado, p. 206).

Outra medida possível de implementação em contexto urbano seria o de “Observatório de paisagem urbana”, por forma a caracterizar e monitorizar as dinâmicas de transformação das paisagens urbanas, do seu carácter; e ainda a realização de “Catálogos de Paisagem urbana”, com as tipologias das paisagens urbanas, atuais e futuras, que incluam, a avaliação das paisagens, a definição dos OQP, o estabelecimento de diretrizes, medidas e propostas de atuação, com a participação pública e todas as partes interessadas; e/ou ainda, adotar o modelo de Barcelona, no que se refere à introdução de um modelo de gestão da paisagem urbana, através de uma unidade orgânica na administração pública, que responda diretamente a todas as questões relacionadas com a paisagem urbana, com a implementação de políticas a nível municipal.

“Portugal falha na abordagem operativa” e precisa da definição de “instrumentos tal como na Catalunha, a serem incluídos, obrigatoriamente, nos planos de ordenamento do território portugueses” (Gonçalves & Curado, 2017, p.214).

No futuro, e face aos desafios impostos pelas crises sucessivas que o mundo tem enfrentado recentemente, (crises económica, climatérica e sanitária), há que ser mais criativo com menos recursos, menos consumo, evitar a destruição dos ecossistemas, e não sobre explorar os recursos ambientais. É necessário apostar no conhecimento, na inovação, e sobretudo dar mais à sociedade, com menos.

8.2. Ideias-chave do Capítulo 8

- o presente trabalho identifica critérios de avaliação da qualidade da paisagem urbana, o que vai de encontro com os objetivos da PNAP (2015);
- apresenta um modelo de avaliação de qualidade da paisagem urbana, a partir dos critérios de avaliação identificados, que pode ser utilizado como uma “ferramenta” pelas Autarquias, no planeamento e na gestão urbanística, para a avaliação da qualidade das paisagens urbanas.
- introduz uma adaptação (inovadora) do método Swing Weighting a um painel de peritos.

Bibliografia

- Abbasi, A., Alalouch, C., & Bramley, G. (2016), Open Space Quality in Deprived Urban Areas: User Perspective and Use Pattern. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 216(January), 194–205. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.12.028>
- Abreu A., Botelho M.J., Oliveira, M.R., & Afonso, M., (2011), *A paisagem na revisão dos PDM, Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*, Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Abreu A., Pinto Correia T., & Oliveira R. (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Lisboa, Direção Geral do Desenvolvimento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Adejumo, T., & Adebamowo, M. (2012), Environmental harmony and the architecture of “place” in Yoruba urbanism. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 160, 73–86. <https://doi.org/10.2495/DN120071>
- Afiyanita, H., & Kaswanto. (2021). Evaluation of urban landscape visual quality based on social media trends in Bogor City. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 622(1). <https://doi.org/10.1088/1755-1315/622/1/012022>
- Alexander C., Ishikawa S., Silverstein M., Jacobson M., Fiksdahl- King I., & Shlomo A., (1977). *A pattern language, towns, building, construction*, (1 st edition), Oxford University Press, New York
- Alfonzo, M. A. (2005), To Walk or Not to Walk? The Hierarchy of Walking Needs. *Environment and Behavior*, 37(6), 808–836. <https://doi.org/10.1177/0013916504274016>
- Allahdadi, M. (2017), Explaining the Criteria of Designing Urban Furniture and Landscape, with a Cultural-social Design Approach. *Journal of History Culture and Art Research*, 6(4), 165. <https://doi.org/10.7596/taksad.v6i4.1034>
- Alves T. (2007), Art, light and landscape new agendas for urban development. *European Planning Studies*, 15(9), 1247–1260. Centre for Geographical Studies, University of Lisbon, Lisbon, Portugal. <https://doi.org/10.1080/09654310701529243>

- Antrop, M., & Van Eetvelde, V. (2017), *Landscape Perspectives - The holistic nature of landscape*, Landscape Series 23, Library of Congress; Ghent University, Ghent, Belgium
- Appleton, J. A. Y. (1975). the theoretical evaluation : Landscape vacuum. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 66(66), 120–123.
- Araújo, I. (1994), Considerações sobre a gestão das paisagens. In *Paisagem* – (pp. 121 - 136), Lisboa, Portugal; Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Arsénio, P. (2011), *Qualidade da Paisagem e Fitodiversidade - Contributo para o ordenamento e gestão das áreas costeiras de elevado valor natural* (Dissertação para a obtenção de grau de Doutor em Arquitetura Paisagista). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal
- Arraes, E. A. (2017), A paisagem e a sua dimensão estética, Princípios - *Revista de filosofia, Natal*, v. 24, n. 45, p. 37-57. Doi: <https://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24nn45ID12634>
- Ascher, F. (2012), *Novos princípios do urbanismo*. (3ª edição), Livros Horizonte, Lisboa, Portugal
- Augé, M. (2016), *Não-Lugares*, (2ª edição), Livraria Letra Livre, Lisboa, Portugal
- Bai, X., Dawson, R. J., Üрге-Vorsatz, D., Delgado, G. C., Salisu Barau, A., Dhakal, S., Dodman, D., Schultz, S. (2018), Six research priorities for cities and climate change. *Nature*, 555 (7694), 23–25. <https://doi.org/10.1038/d41586-018-02409-z>
- Balletto, G., Ladu, M., Milesi, A., & Borruso, G. (2021). A methodological approach on disused public properties in the 15-minute city perspective. *Sustainability (Switzerland)*, 13(2), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su13020593>
- Balula, L. (2011), Espaço Público e Criatividade Urbana: A dinâmica dos lugares em três bairros culturais. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 23. <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dec2010.020-21.art03>
- Bana e Costa, C. A., da Costa-Lobo, M. L., Ramos, I. A., & Vansnick, J.-C. (2002). *Multicriteria Approach for Strategic Town Planning*. 429–456. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0843-4_19
- Bastié, J., & Le, B. J. (1965), Le sol, élément primordial du paysage urbain. *Annales de Géographie*, 74(406), 708–713. <https://doi.org/10.3406/geo.1965.18401>

- Baum, F., & Palmer, C. (2002), "Opportunity structures": Urban landscape, social capital and health promotion in Australia. *Health Promotion International*, 17(4), 351–361. <https://doi.org/10.1093/heapro/17.4.351>
- Berman, M. G., Payne, S. R., Hunter, M. R., & Askarinejad, A. (2015), Designer's approach for scene selection in tests of preference and restoration along a continuum of natural to manmade environments. *Frontiers in Psychology*, 6(August), 1228. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01228>
- Birkhamshaw, A. J., & Whitehand, J. W. R. R. (2012), Conzenian urban morphology and the character areas of planners and residents. *Urban Design International*, 1, 4–17. <https://doi.org/10.1057/udi.2011.22>
- Bonenberg, W. (2015), Flexibility as na instrument of social satbilization of residential environment. *M. Antona and C. Stephanidis (Eds.): UAHCI 2015, Part IV, LNCS 9178, pp. 261-269, 2015.* https://doi:10.1007/978-3-319-20687-5_25
- Bostanci, S. H. S. H. S. H., Ocakç, M., & Ocakçi, M. (2011), Innovative approach to aesthetic evaluation based on entropy. *European Planning Studies*, 19(4), 705–723. <https://doi.org/10.1080/09654313.2011.548473>
- Boulkedid, R., Abdoul, H., Loustau, M., Sibony, O., & Alberti, C. (2011). Using and reporting the Delphi method for selecting healthcare quality indicators: A systematic review. *PLoS ONE*, 6(6). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0020476>
- Bourdin, A. (2011), *O urbanismo depois da crise*, (1ª edição), Livros Horizonte Lda, Lisboa, Portugal
- Bourassa, S. C., Hoesli, M., & Sun, J. (2004), What's in a view? *Environment and Planning A*, 36(8), 1427–1450. <https://doi.org/10.1068/a36103>
- Brandão, P. (2008), *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva*, (1ª edição), DGOTDU – Política das cidades XXI, A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público, 1ª edição, Lisboa, Portugal
- Brandão, P. (2011), *O sentido da cidade: ensaios sobre o mito da imagem como arquitetura*, (1ª edição), Livros Horizonte Lisboa, Portugal;

- Brito-Henriques, E. (2017), Arruinamento e regeneração do espaço edificado na metrópole do século XXI: o caso de Lisboa. *EURE (Santiago)*, 43(128), 251–272. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612017000100011>
- Brito-Henriques, E., Soares, A.L., & Azambuja, S.T. (2017), - *Os espaços abandonados na cidade: Alternativas aos modelos convencionais de recuperação da paisagem urbana.*, In P.Fidalgo, *Estudos da Paisagem Volume II* (p.p. 34-52), Instituto de História Contemporânea; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Portugal
- Bryant, M. M. (2006), Urban landscape conservation and the role of ecological greenways at local and metropolitan scales. *Landscape and Urban Planning*, 76(1–4), 23–44. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2004.09.029>
- Bulduk, B. (2012), An Analysis of the Use of Urban Furniture in City Advertising in Terms of Aesthetic/Visual Appreciation Training: City Design. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 46, 3279–3283. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.06.051>
- Butler, A. (2020). Routledge handbook of landscape character assessment. *Landscape Research*, 45(3), 392–393. <https://doi.org/10.1080/01426397.2020.1731237>
- Cabero, J., Infante, A. (2014), Empleo del Método Delphi y su empleo en la investigación en comunicación y educación. *EduTec – Revista Electrónica de Tecnología Educativa*, N.º 48/Junio 2014
- Camilleti, P. (2015), Filling infrastructures and urban voids with nature: green areas typology, *Revista Internazionale di Cultura Urbanistica, TRI 14 (1/2015) 183 - 192*
- Campos, A. (2015), *Contributo para a avaliação da qualidade da paisagem urbana*, (Dissertação para a obtenção de grau de mestre), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal
- Campos, A., & Oliveira, R. C. (2016), Cluster Analysis applied to the evaluation of urban landscape quality. *The Sustainable City XI*, 1(Sc), 93–103. <https://doi.org/10.2495/sc160091>
- Capilla, V.C. (2017), Concepto y caracterización de los paisajes urbanos, *Estudos da Paisagem Volume VI* (p.p. 288-312) Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Portugal

- Capilla, V. C., & Gabaldón, S. G.-P. (2018). Urban Landscape Assessment. *September*, 1501–1511. <https://doi.org/10.4995/isuf2017.2017.6020>
- Caragliu, A., Bo, C. Del, & Del Bo, C. (2017), Smartness and European urban performance : assessing the local impacts of smart urban attributes. *Innovation*, 1610(July), 97–113. <https://doi.org/10.1080/13511610.2012.660323>
- Carles, J. L., Barrio, I. L., & De Lucio, J. V. (1999), Sound influence on landscape values. *Landscape and Urban Planning*, 43(4), 191–200. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(98\)00112-1](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(98)00112-1)
- Carvalho, J. (2013), *Ocupação dispersa: custos e benefícios à escala local*, (1ª edição), Fundação da Ciência e Tecnologia. Direção Geral do Território, Lisboa, Portugal;
- Casellas, A; Dot, J., Esteve; Pallares-Barbera, M. (2010), Creación De Imagen. *Visibilidad Y Turismo Como Estrategias De Crecimiento Económico*. 153–172.
- Castel-Branco, C., Soares, A. L., Arsénio, P., Mesquita, S., Mendes, A., Doria, C., Silva, J. S., & Santiago, R. (2011), Método das preferências visuais / Visual preference method. *{ArchiNews} - Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design, Edição Especial / Special Edition 01*, 36–73. <https://doi.org/10.13140/2.1.5093.3764>
- Cauquelin, A. (2014), *A invenção da paisagem*, (1ª edição) Edições 70 Lda, Lisboa, Portugal
- Ceccato, V. (2014), The nature of rape places. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.05.006>
- CEP (2005), Convenção Europeia da Paisagem. <https://dre.pt/application/conteudo/596314>
- Çelik, D. et al (2017), Urban aesthetic and urban landscape design guides: a case study of Bartin-Turkey, *Journal of environmental biology*. [https://doi.org/10.22438/38/5\(SI\)/GM-04](https://doi.org/10.22438/38/5(SI)/GM-04)
- Cerwén, G. (2016), Urban soundscapes: a quasi-experiment in landscape architecture. *Landscape Research*, 41(5), 481–494. <https://doi.org/10.1080/01426397.2015.1117062>
- Chang, H., Li, F., Li, Z., Wang, R., & Wang, Y. (2011), Urban landscape pattern design from the viewpoint of networks: A case study of Changzhou city in Southeast China. *Ecological Complexity*, 8(1), 51–59. <https://doi.org/10.1016/j.ecocom.2010.12.003>
- Chen, Z., & Xu, B. (2016), Enhancing urban landscape configurations by integrating 3D landscape pattern analysis with people's landscape preferences. *Environmental Earth Sciences*, 75(12), 1018. <https://doi.org/10.1007/s12665-016-5272-7>

- Chen, Z., Xu, B., & Devereux, B. (2016), Assessing public aesthetic preferences towards some urban landscape patterns: the case study of two different geographic groups. *Environ Monit Assess* (2016) 188:4. <https://doi.org/10.1007/s10661-015-5007-3>
- Chenet-Faugeras, F. (1994), L'invention du paysage urbain, *Romantisme*, 24(83). <https://doi.org/10.3406/roman.1994.5932>
- Cheshmehzangi, A., & Heat, T. (2012), Urban Identities: Influences on Socio-Environmental Values and Spatial Inter-Relations. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 36(June 2011), 253–264. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.03.028>
- Chmielewski, S., Lee, D. J., Tompalski, P., Chmielewski, T. J., & Wężyk, P. (2015), Measuring visual pollution by outdoor advertisements in an urban street using intervisibility analysis and public surveys. *International Journal of Geographical Information Science*, 30(4), 801–818. <https://doi.org/10.1080/13658816.2015.1104316>
- Ciobota, A., Sliacka, M., & Obradovici, V. (2015), The concept of genius loci in relation to landscape changes. *Bulletin UASVM Horticulture* 72(1). <https://doi:10.15835/buasvmcn-hort:10529>
- Clemen, R.T. & Reilly, T. (2001), *Making hard decisions with decisions tool*. (2^a edição), Duxbury - Thompson Learning, Durham, USA
- CoE (2000a), European Landscape Convention. <https://rm.coe.int/1680080621>
- CoE (2000b), Explanatory Report to the European Landscape Convention. <https://rm.coe.int/16800cce47>
- CoE (2005). Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society. *Council of Europe Treaty Series* 199,. <https://rm.coe.int/1680083746>
- CoE (2008), Recommendation CM/Rec(2008)3 of the Committee of Ministers to member states on the guidelines for the implementation of the European Landscape Convention. <https://rm.coe.int/16802f80c9>
- CoE (2010). Declaração de Toledo informal ministerial meeting on urban development declaration *Having considered : the Ministers responsible for Urban Development agreed upon and approved the. June, 1–17.* https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/toledo_declaration.pdf

- Coeterier, J. F. (1996), Dominant attributes in the perception and evaluation of the Dutch landscape, *Landscape and Urban Planning* (Vol. 34).
- Coeterier, J. F. (2002), Lay people's evaluation of historic sites, *Landscape and Urban Planning*, 59(2), 111–123. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(02\)00007-5](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(02)00007-5)
- Convenção de Faro, (2021). <https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e>
- Costa, C., & Beinat, E. (2005), Model-structuring in public decision-aiding. *The London School of Economics and Political Science, Working Paper LESOR 05.79*
- Costa, C., & Beinat, E. (2010). Estruturação de Modelos de Análise Multicritério de Problemas de Decisão Pública. *{Wp} {Ceg}-{Ist} 3/2010*.
- Costa, C. & Chagas, M. (2004), A career choice problem: An example of how to use MACBETH to build a quantitative value model based on qualitative value judgments, *European Journal of Operational Research* 153(2):323-331 [https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(03\)00155-3](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(03)00155-3)
- Crawford, P., Lee, E., & Beatty, M. (2015), Aesthetic Perception of Urban Streetscapes and the Impact of Form-Based Codes and Traditional Zoning Codes on Commercial Signage. *Current Urban Studies*, 03(03), 199–215. <https://doi.org/10.4236/cus.2015.33017>
- Crofts, R. S. (1975). The Landscape Component Approach to Landscape Evaluation. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 66, 124–129. <https://doi.org/10.2307/621626>
- Cullen, G. (2010), *Paisagem urbana*, (1ª edição), Edições 70 Lda, Lisboa, Portugal
- Daniel, T. C. (2001), Whither scenic beauty? Visual landscape quality assessment in the 21st century. *Landscape and Urban Planning*, 54(1–4), 267–281. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(01\)00141-4](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(01)00141-4)
- Davis, A. Y., Jung, J., Pijanowski, B. C., & Minor, E. S. (2016), Combined vegetation volume and “greenness” affect urban air temperature. *Applied Geography*, 71, 106–114. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2016.04.010>
- Day, K. (2016), Strangers in the night: Women ' s fear of sexual assault on urban college campuses. *CAMPUSES Author (s): Kristen Day Published by : Locke Science Publishing Company , Inc . Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/43030512>*

- De Mattiello, M. L. F. F., & Rabuini, E. (2011), Colours in la Boca: Patrimonial identity in the Urban landscape. *In Color Research and Application (Vol. 36, Issue 3, pp. 222–228)*.
<https://doi.org/10.1002/col.20612>
- De Rosa, F., & Di Palma, M. (2013), Historic urban landscape approach and port cities regeneration: Naples between identity and outlook. *Sustainability (Switzerland)*, 5(10), 4268–4287. <https://doi.org/10.3390/su5104268>
- Dempsey, N., & Burton, M. (2012), Defining place-keeping: The long-term management of public spaces. *Urban Forestry and Urban Greening*, 11(1), 11–20.
<https://doi.org/10.1016/j.ufug.2011.09.005>
- Diamond, I. R., Grant, R. C., Feldman, B. M., Pencharz, P. B., Ling, S. C., Moore, A. M., & Wales, P. W. (2014). Defining consensus: A systematic review recommends methodologic criteria for reporting of Delphi studies. *Journal of Clinical Epidemiology*, 67(4), 401–409.
<https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.12.002>
- Dias, M. da P., & Rodrigues, M. (2020), *Glossário de termos sobre Paisagem*, (1 edição) Direção Geral do Território, Lisboa Portugal
- Dias, M.G. (2006), *Manual das Cidades*, (1ª edição), Relógio d'Água Editores, Lisboa, Portugal
- Dias, M.G. (2014), *Ao volante pela cidade: Paulo Mendes Rocha*, (1ª edição), Relógio d'Água Editores, Lisboa, Portugal
- di Bella, E., Corsi, M., & Leporatti, L. (2014), A Multi-indicator Approach for Smart Security Policy Making. *Social Indicators Research*, 122(3), 653–675. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0714-7>
- Dobson, S. (2012). Historic landscape characterisation in the urban domain. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers: Urban Design and Planning*, 165(1), 11–19.
<https://doi.org/10.1680/udap.2012.165.1.11>
- Doersch, C., Singh, S., Gupta, A., Sivic, J., & Efros, A. A. (2015), What makes Paris look like Paris?, *Communications of the ACM*, 58(12), 103–110. <https://doi.org/10.1145/2830541>
- Donadieu, P. (2002), *La société paysagiste*, France; Editeur Actes Sud
- Dorado, M.I. (2019a), El paisaje urbano. Tendencias metodológicas en el análisis, gestión y ordenación territorial. 17.

- Dorado, M. I. (2019b) Aplicación de la metodología Landscape Character Assessment en el estudio y tratamiento del paisaje urbano. *Estoa*, 8(16), 133–145. <https://doi.org/10.18537/est.v008.n016.a11>
- Enache, C., Craciun, C., Enache^a, C., Craciun, C., Enache, C., & Craciun, C. (2013), The Role of the Landscape in the Identity Generation Process. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 92(Lumen), 309–313. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.08.677>
- Evered, E. (2016), The role of the urban landscape in restoring mental health in Sheffield, UK: service user perspectives. *Landscape Research*, 41(6), 678–694. <https://doi.org/10.1080/01426397.2016.1197488>
- Fadigas, L. (2010), *Urbanismo e natureza, os desafios*, (1^a edição), Edições Sílabo, Lda, Lisboa, Portugal
- Fadigas, L. (2011), *Ordenamento do território e da paisagem*, (2^a edição), Edições Sílabo, Lda Lisboa, Portugal
- Fairclough, G., Herlin, I. S., & Swanwick, C. (2018). Current approaches to characterization and assessmnet. In G. Fairclough, *Landscape character assessment*. The Routledge Companion to Landscape Studies, 576–588. <https://doi.org/10.4324/9781315195063-46>
- Ferrão, J. (2003). Intervir na cidade. Complexidade, visão e rumo, in N. Portas, A. Domingues, J. Cabral (2003), *Políticas urbanas, tendências, estratégias e oportunidades*, (218-225), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa Portugal
- Ferreira, J. A., Condessa, B., Castro e Almeida, J., & Pinto, P. (2010), Urban settlements delimitation in low-density areas-An application to the municipality of Tomar (Portugal). *Landscape and Urban Planning*, 97(3), 156–167. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2010.05.007>
- Ferreira, J.; Loupa-Ramos, I.; Baptista e Silva, J.; Spínola, R.R. (2016) O que fazer quando tudo parece estar perdido? Procurando soluções alternativas utilizando metodologias multicritério de apoio à decisão. In: Antunes, C. et al (coord.), *A Investigação Operacional em Portugal – novos desafios, novas ideias*. Lisboa: IST Press, pp.179-204, ISBN: 9789898481498.

- Ferri, B., & Maturo, A. (2012), Knowing the Urban Landscape for a Sustainable Environmental Planning in Pescara City. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 46, 5257–5264. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.06.418>
- Fidalgo, P. (2017), A paisagem e os elementos visuais que a determinam, in P. Fidalgo, *Estudos da Paisagem Volume VI*, p.p. 119-133, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa
- Fortuna, C., Gomes, C., Ferreira, C., Abreu, P., & Peixoto, P. (2013), *A cidade e desafios do turismo urbano em Coimbra*, (1ª edição), Almedina, Coimbra, Portugal
- Frank, S., Fürst, C., Koschke, L., Witt, A., & Makeschin, F. (2013), Assessment of landscape aesthetics - Validation of a landscape metrics-based assessment by visual estimation of the scenic beauty. *Ecological Indicators*, 32, 222–231. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2013.03.026>
- Galindo, M. P., & Rodriguez, J. A. C. (2000), Environmental aesthetics and psychological wellbeing: relations between preference judgements for urban landscape and other relevant affective responses. *Psychology in Spain*, 2000, vol. 4. N.º 1, 13-27
- Galindo & Hidalgo, (2005), Aesthetic preferences and the attribution of meaning: Environmental categorization processes in the evaluation of urban scenes. *International Journal of Psychology*, 40(1), 19–27. <https://doi.org/10.1080/00207590444000104>
- Gao, X., & Asami, Y. (2007), Effect of urban landscapes on land prices in two Japanese cities. *Landscape and Urban Planning*, 81(1–2), 155–166. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2006.11.007>
- Gao, S., & Liu, S. (2021). Exploration and analysis of the aesthetic cognitive schema of contemporary western urban landscapes. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(10). <https://doi.org/10.3390/ijerph18105152>
- García, S., & Rodríguez, M. (2015), A geospatial indicator for assessing urban panoramic views. *Computers, Environment and Urban Systems*, 49, 42–53. <https://doi.org/10.1016/j.compenvurbsys.2014.09.005>
- García, G. A. (2016), Sustainable urban landscape. *The Sustainable City XI*, 1(Sc), 311–321. <https://doi.org/10.2495/sc160271>

- Gavrilidis, A. A., Ciocănea, C. M., Niță, M. R., Onose, D. A., & Năstase, I. I. (2016), *Urban Landscape Quality Index – Planning Tool for Evaluating Urban Landscapes and Improving the Quality of Life. Procedia Environmental Sciences*, 32, 155–167.
<https://doi.org/10.1016/j.proenv.2016.03.020>
- Gehl, J. (2010), *Cities for people*, (1ª edição), Washington, EUA; Island Press
- Geist, M. R. (2010), Using the Delphi method to engage stakeholders: A comparison of two studies. *Evaluation and Program Planning* 33(2) 147–154.
<https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2009.06.006>
- Gill, S. E., Handley, J. F., Ennos, A. R., Pauleit, S., Theuray, N., & Lindley, S. J. (2008), Characterising the urban environment of UK cities and towns: A template for landscape planning. *Landscape and Urban Planning*, 87(3), 210–222.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2008.06.008>
- Ginzarly, M., Pereira Roders, A., & Teller, J. (2019), Mapping historic urban landscape values through social media. *Journal of Cultural Heritage*, 36(October), 1–11.
<https://doi.org/10.1016/j.culher.2018.10.002>
- Gobster, P. H., Nassauer, J. I., Daniel, T. C., & Fry, G. (2007), The shared landscape: What does aesthetics have to do with ecology?, *Landscape Ecology*, 22(7), 959–972.
<https://doi.org/10.1007/s10980-007-9110-x>
- Goličnik, B., & Ward Thompson, C. (2010), Emerging relationships between design and use of urban park spaces. *Landscape and Urban Planning*, 94(1), 38–53.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2009.07.016>
- Gomes, M., Rodrigues, A., Carrilho, A., Aguiar, J., Gonçalves, L., Fernandez-Llimos, F., Duarte-Ramos, F., & Rodrigues, J. (2021). Portuguese Consensus and Recommendations for Acquired Coagulopathic Bleeding Management (CCBM). *Clinical and Applied Thrombosis/Hemostasis*, 27. <https://doi.org/10.1177/10760296211003984>
- Gonçalves, C., Curado, M.J. (2017), As políticas da paisagem depois da convenção europeia da paisagem, in P.Fidalgo, *Estudos da Paisagem Volume I*, p.p. 191-215, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Portugal

- González, E. R., & Lejano, R. P. (2009), New Urbanism and the barrio. *Environment and Planning A*, 41(12), 2946–2963. <https://doi.org/10.1068/a41360>
- Gopal, S., Tang, X., Phillips, N., Nomack, M., Pasquarella, V., & Pitts, J. (2016), Characterizing urban landscapes using fuzzy sets. *Computers, Environment and Urban Systems*, 57, 212–223. <https://doi.org/10.1016/j.compenvurbsys.2016.02.002>
- Gordon, A., Simondson, D., White, M., Moilanen, A., & Bekessy, S. A. (2009), Integrating conservation planning and landuse planning in urban landscapes. *Landscape and Urban Planning*, 91(4), 183–194. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2008.12.011>
- Grant, J., & Perrott, K. (2011), Where is the café? the challenge of making retail uses viable in mixed-use suburban developments. *Urban Studies*, 48(1), 177–195. <https://doi.org/10.1177/0042098009360232>
- Gu, K. (2014), From urban landscape units to morphological coding: Exploring an alternative approach to zoning in Auckland. *New Zealand Urban Design International*, 19(2), 159–174. <https://doi.org/10.1057/udi.2013.21>
- Guildford Borough Council. (2007). Guildford Landscape Character Assessment & Guidance, *Final Report Rural-Urban Fringe Assessment*. 2 (January).
[file:///C:/Users/35196/Downloads/Townscape_Assessment_Master_copy%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/35196/Downloads/Townscape_Assessment_Master_copy%20(2).pdf)
- Habibi, A. (2017), New Approaches to the Landscape Aesthetics Research. *The Monthly Scientific Journal of Bagh- E Nazar*, 14(49), 69–76.
http://www.bagh-sj.com/article_47442.html
http://www.bagh-sj.com/pdf_47442_cd3f6d777db739cb15402ed846ba3674.html
- Hanna, K., & Noble, B. F. (2015), Using a Delphi study to identify effectiveness criteria for environmental assessment. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 33(2), 116–125. <https://doi.org/10.1080/14615517.2014.992672>
- Hand, K. L., Freeman, C., Seddon, P. J., Stein, A., & van Heezik, Y. (2016), A novel method for fine-scale biodiversity assessment and prediction across diverse urban landscapes reveals social deprivation-related inequalities in private, not public spaces. *Landscape and Urban Planning*, 151, 33–44. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.03.002>

- Hasson, F., Keeney, S., & McKenna, H. (2000), Research guidelines for the Delphi survey technique. *Journal of Advanced Nursing*, 32(4), 1008–1015. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2000.t01-1-01567.x>
- Hessburg, P. F., Brion Salter, R., Reynolds, K. M., Dickinson, J. D., Gaines, W. L., & Harrod, R. J. (2014). Landscape Evaluation and Restoration Planning. In *Environmental Science and Engineering* (Issue March). https://doi.org/10.1007/978-3-642-32000-2_7
- Home, R., Hunziker, M., & Bauer, N. (2012), Psychosocial outcomes as motivations for visiting nearby urban green spaces. *Leisure Sciences*, 34(July), 350–365. <https://doi.org/10.1080/01490400.2012.687644>
- Hong, B., Liu, S., & Li, S. H. (2011), Ecological landscape planning and design of an urban landscape fringe area: A case study of Yang' an District of Jiande City. *Procedia Engineering*, 21, 414–420. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2011.11.2033>
- Hsu, C. C., & Sandford, B. A. (2007). The Delphi technique: Making sense of consensus. *Practical Assessment, Research and Evaluation*, 12(10), 1–8.
- Huang, H. C., Lin, W. C., & Lin, J. D. (2008), Development of a fall-risk checklist using the Delphi technique. *Journal of Clinical Nursing*, 17(17), 2275–2283. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2008.02337.x>
- Hung, H. L., Altschuld, J. W., & Lee, Y. F. (2008), Methodological and conceptual issues confronting a cross-country Delphi study of educational program evaluation. *Evaluation and Program Planning*, 31(2), 191–198. <https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2008.02.005>
- Hunter, M.C. R., & Askarnejad, A. (2015), Designers approach for scene selection in test of preference and restoration along a continuum of natural to man-made environments, *Frontiers in Psychology*, <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01228>
- Hunziker, M., Buchecker, M., & Hartig, T. (2007), Space and Place – Two Aspects of the Human-landscape Relationship. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4436-6_5
- Hur, M., & Nasar, J. L. (2014), Physical upkeep, perceived upkeep, fear of crime and neighborhood satisfaction. *Journal of Environmental Psychology*, 38, 186–194. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.02.001>

- Hussain, S. Y. S., & Said, I. (2015), Knowledge integration between planning and landscape architecture in contributing to a better open space. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 170, 545–556. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.056>
- Ildefonso, S., Machete, R., Falcão, A. P., & Heitor, T. (2019), The proto-social housing in the city of Lisbon: A holistic perspective about work force housing in the current urban context. *Urbe*, 11, 1–15. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO05>
- Instituto Português da Qualidade (2015). Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e vocabulário - NP/EN ISO 9000:2015. *Instituto Português Da Qualidade, 3ª Edição*, 1–41.
- Ishikawa, N., & Fukushige, M. (2012), Effects of street landscape planting and urban public parks on dwelling environment evaluation in Japan. *Urban Forestry and Urban Greening*, 11(4), 390–395. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2012.08.001>
- Ives, C. D., & Kelly, A. H. (2015), The coexistence of amenity and biodiversity in urban landscapes. *Landscape Research*, 6397(November), 1–15. <https://doi.org/10.1080/01426397.2015.1081161>
- Iwańczak, B., & Lewicka, M. (2020). Affective map of Warsaw: Testing Alexander's pattern language theory in an urban landscape. *Landscape and Urban Planning*, 204(August), 103910. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103910>
- Jacques, P.B. (2013), O caminhar como prática estética. In Careri, F., *Walkscapes*, (pp. 7-16), Barcelona, Spain; Editorial Gustavo Gili, SL
- Jacobs, J. (1992), *The death and life of great american cities*, Nova York / EUA; Vintage books Edition,
- Jenkins, D. A., & Smith, T. E. (1994), Applying Delphi methodology in family therapy research. *Contemporary Family Therapy*, 16(5), 411–430. <https://doi.org/10.1007/BF02197902>
- Jensen, L. H. (2007). Changing conceptualization of landscape in English landscape assessment methods. *From Landscape Research to Landscape Planning*, 161–171. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5363-4_12
- Jiang, B., Chang, C. Y., & Sullivan, W. C. (2014), A dose of nature: Tree cover, stress reduction, and gender differences. *Landscape and Urban Planning*, 132, 26–36. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.08.005>

- Jim, C. Y., & Chen, W. Y. (2010), External effects of neighbourhood parks and landscape elements on high-rise residential value. *Land Use Policy*, 27(2), 662–670. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.08.027>
- Jokimäki, J., Kaisanlahti-Jokimäki, M. L., Suhonen, J., Clergeau, P., Pautasso, M., & Fernández-Juricic, E. (2011), Merging wildlife community ecology with animal behavioral ecology for a better urban landscape planning. *Landscape and Urban Planning*, 100(4), 383–385. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.02.001>
- Jorgensen, A. (2011), Beyond the view: Future directions in landscape aesthetics research. *Landscape and Urban Planning*, 100(4), 353–355. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.02.023>
- Juárez, A. A., & Vicente, M. G. S. (2016), Analysis of urban landscape preferences between compact neighborhoods and postindustrial districts in Vitoria-Gasteiz. Implications for urban planning [Análisis de preferencias del paisaje urbano entre barrios compactos y barrios postindustriales en Vitor. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*, 36(1), 11–29. https://doi.org/10.5209/rev_AGUC.2016.v36.n1.52711
- Kabisch, N., & Haase, D. (2014), Green justice or just green? Provision of urban green spaces in Berlin, Germany. *Landscape and Urban Planning*, 122, 129–139. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2013.11.016>
- Kalin, A., & Yilmaz, D. (2012), A study on visibility analysis of urban landmarks: The case of hagia sophia (ayasofya) in trabzon. *Metu Journal of the Faculty of Architecture*, 29(1), 241–271. <https://doi.org/10.4305/METU.JFA.2012.1.14>
- Kaplan, S. (1995), The restorative benefits of nature: Toward an integrative framework. *Journal of Environmental Psychology*, 15(3), 169–182. [https://doi.org/10.1016/0272-4944\(95\)90001-2](https://doi.org/10.1016/0272-4944(95)90001-2)
- Keeney, R.L. (1992), *Value - Focused Thinking - A path to creative decisionmaking*,; (1 st edition) Harvard University Press Massachusetts, USA
- Keeney, S., Hasson, F., & McKenna, H. (2006), Consulting the oracle: Ten lessons form using the Delphi technique in nursing research. *Journal of Advanced Nursing*, 53(2), 205–212.
- Keshtkaran, R. (2019), Urban landscape: A review of key concepts and main purposes. *International Journal of Development and Sustainability*, 8(2), 141–168.

- Khew, J. Y. T., Yokohari, M., & Tanaka, T. (2014), Public perceptions of nature and landscape preference in Singapore. *Human Ecology*, 42(6), 979–988. <https://doi.org/10.1007/s10745-014-9709-x>
- Kirillova, K., Fu, X., Lehto, X., & Cai, L. (2014), What makes a destination beautiful? Dimensions of tourist aesthetic judgment. *Tourism Management*, 42, 282–293. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2013.12.006>
- Kowalczyk, A. (2012), The Iconic Model of of Landscape the Landscape Aesthetic Aesthetic Value. *European Spatial Research and Policy*, 19(2), 121–128.
- Kowalczyk, A. M. (2015), The use of scale-free networks theory in modelling landscape aesthetic value net works in urban areas, *Geodetski | letn / Vol. 59|st / N° 1*. doi:10.15292/geodetski-vestnik.2015.01.135-152
- La Rosa, D., Spyra, M., & Inostroza, L. (2016), Indicators of Cultural Ecosystem Services for urban planning: A review. In *Ecological Indicators (Vol. 61, pp. 74–89)*. Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.04.028>
- Lamas, J.M.R.G. (1993), *Morfologia urbana e desenho da cidade*, (1ª edição), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal
- Landeta, J., (2006), Current validity of the Delphi method in social sciences. *Technological Forecasting and Social Change*, 73(5), 467–482. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2005.09.002>
- Landeta, J., & Barrutia, J. (2011), People consultation to construct the future: A Delphi application. *International Journal of Forecasting*, 27(1), 134–151. <https://doi.org/10.1016/j.ijforecast.2010.04.001>
- Landry, C. (2017), *A paisagem sensorial das cidades (1ª edição)*, Building Ideas, places of belonging, Lisboa, Portugal
- Lee, J., Park, B.-J., Tsunetsugu, Y., Kagawa, T., & Miyazaki, Y. (2017), Restorative effects of viewing real forest landscapes, based on a comparison with urban landscapes. *Scandinavian Journal of Forest Research*. <https://doi.org/10.1080/02827580902903341>
- Leitão, I. (2017), Viadutos com azulejos em Lisboa. Uma paisagem urbana requalificada. In P. Fidalgo, *Estudos da Paisagem Volume II* (p.p. 119-133), Lisboa, Portugal; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa

- Léon, J.M.H. (2016), *Ser-paisaje*, (1 ed.) Abada Editores, Spain
- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo
(Lei n.º 31/2014 de 30 de Maio), Portugal
- Li, J., & Nassauer, J. I. (2020), Cues to care: A systematic analytical review. *Landscape and Urban Planning*, 201(April). <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103821>
- Li, X., Zhang, C., Li, W., Ricard, R., Meng, Q., & Zhang, W. (2015), Assessing street-level urban greenery using Google Street View and a modified green view index. *Urban Forestry and Urban Greening*, 14(3), 675–685. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.06.006>
- Lima, M. L., Sónia. F., & Marques, S. (2014), Psicologia Social da Saúde: Uma nova forma de olhar para a saúde e a doença. ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publications/264041125>.
- Lin, Y. H., Tsai, C. C., Sullivan, W. C., Chang, P. J., & Chang, C. Y. (2014), Does awareness effect the restorative function and perception of street trees?, *Frontiers in Psychology*, 5(AUG), 1–9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00906>
- Lindemann-Matthies, P., & Brieger, H. (2016), Does urban gardening increase aesthetic quality of urban areas? A case study from Germany. *Urban Forestry and Urban Greening*, 17, 33–41. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2016.03.010>
- Lindholm, G. (2012), “Visible Gestures”: On urban landscape perspectives in planning. *Planning Theory*, 11(1), 5–19. <https://doi.org/10.1177/1473095211400151>
- Lippolis, L. (2016), *Viagem aos confins da cidade*, Lisboa, Portugal; Antíguna Editores Refractários
- Lynch, K. (2011), *A imagem da cidade*, (1ª edição) Edições 70 Lda, Lisboa, Portugal
- Lynch, K. (2012), *A boa forma da cidade*, (1ª edição) Edições 70 Lda, Lisboa, Portugal
- Loe, R. C. (1995). Exploring complex policy questions using the policy Delphi. A multi-round, interactive survey method. *Applied Geography*, 15(1), 53–68. [https://doi.org/10.1016/0143-6228\(95\)91062-3](https://doi.org/10.1016/0143-6228(95)91062-3)
- Lookingbill, T. R., Gardner, R. H., Townsend, P. A., & Carter, S. L. (2007), Conceptual models as hypotheses in monitoring urban landscapes. *Environmental Management*, 40(2), 171–182. <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0246-7>

- Loureiro, A., & Lima, M. L. (2013), Escala de atitudes altruístas: Estudo de validação e fiabilidade. *Laboratório de Psicologia*, 7(1). <https://doi.org/10.14417/lp.687>
- Luttik, J. (2000), The value of trees, water and open space as reflected by house prices in the Netherlands. *Landscape and Urban Planning*, 48(3–4), 161–167. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(00\)00039-6](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(00)00039-6)
- Maciocco, G, Tagliagambe, S. (2009), *People and space – New forms of interaction in the City*, Italy; *Project*, (1 st edition), Spriger, New York, USA
- Magalhães, M. (1994), Paisagem urbana e interface urbano-rural. In DGOTDU, *Paisagem*, (pp. 97-120), Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Portugal
- Mahdi, A., Hosseini, A., Pourahmad, A., & Hataminejad, H. (2016), Analysis of effective environmental factors an urban health, a case study of Qom, Iran. *Habitat International*, 55, 89–99. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2016.03.001>
- Mascarenhas, J. (2018), *Cidades e Territórios – Inteligentes, sustentáveis e inclusivos – Volume I*, (1ª edição) Livros Horizonte, Lisboa, Portugal
- Mateus, R., Ferreira, J. A., & Carreira, J. (2008), Multicriteria decision analysis (MCDA): Central Porto high-speed railway station. *European Journal of Operational Research*, 187(1), 1–18. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2007.04.006>
- Mealey, L. (1995), The relationship between mood and preferences among natural landscapes: na evolutionary perspective. *Elsevier, Ethology and Sociobiology* 16: 247-256
- Mehan, A. (2016), Investigating the Role of Historical Public Squares on Promotion of Citizens' Quality of Life. *Procedia Engineering*, 161, 1768–1773. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2016.08.774>
- Menezes, M. (2013), Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade. In Atlas do III Encontro CITCEM, Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde, *Faculdade de Arquitetura e Faculdade de Letras do Porto*
- Meskeel, P., Murphy, K., Shaw, D. G., & Casey, D. (2013). Insights into the use and complexities of the Policy Delphi technique. *Nurse Researcher*, 21(3), 32–39. <https://doi.org/10.7748/nr2014.01.21.3.32.e342>

- Mishra, H. S., Bell, S., Vassiljev, P., Kuhlmann, F., Niin, G., & Grellier, J. (2020), The development of a tool for assessing the environmental qualities of urban blue spaces. *Urban Forestry and Urban Greening*, 49(June 2019), 126575. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2019.126575>
- Monchuk, L., Pease, K., & Armitage, R. (2018), *Is It Just a Guessing Game?*, The Application of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) to Predict Burglary. *Planning Practice and Research*, 33(4), 426–440. <https://doi.org/10.1080/02697459.2018.1510276>
- Moosavi, M. S., Jafari, F., & Badie, L. D. (2018), Impact of Urban Landscape on Human Well-Being As a Tool for Achievement of Sustainable Development. *European Journal of Sustainable Development*, 7(1), 374–380. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2018.v7n1p374>
- Moratiel, S. G. (2017), Correlates of the urban landscape experience: emotional response and the judgment of beauty. *Arte y Ciudad - Revista de Investigación n.º 12 - Octubre de 2017*
- Moreno, C., Allam, Z., Chabaud, D., Gall, C., & Pratlong, F. (2021). Introducing the “15-Minute City”: Sustainability, Resilience and Place Identity in Future Post-Pandemic Cities. *Smart Cities*, 4(1), 93–111. <https://doi.org/10.3390/smartcities4010006>
- Morgado, J. L. (2016), *Harmonia: O potencial catártico da arquitetura*, (1ª edição) Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A. Lisboa, Portugal
- Motoyama, Y., & Hanyu, K. (2014), Does public art enrich landscapes? The effect of public art on visual properties and affective appraisals of landscapes. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 14–25. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.04.008>
- Muir R. (1999) *The Evaluation of Landscape*. In: *Approaches to Landscape*. Palgrave, London. https://doi.org/10.1007/978-1-349-27243-3_6
- Nalaskowska, S. (2021). How to bring the city closer to people? Using spatial network analysis to create a 15-minute city. September.
- Nasar, J.L. (1998), *The evaluative image of the city*, (1 st edition) Sage Publications, Inc Thousand Oaks, Califórnia, USA
- Nasar, J. L., & Cubukcu, E. (2011), Evaluative appraisals of environmental mystery and surprise. *Environment and Behavior*, 43(3), 387–414. <https://doi.org/10.1177/0013916510364500>
- Nassauer, J. I. (2012). Landscape as medium and method for synthesis in urban ecological design. *Landscape and Urban Planning*, 106(3), 221–229. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2012.03.014>

- Nasution, A. D., & Zahrah, W. (2014), Community Perception on Public Open Space and Quality of Life in Medan, Indonesia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 153, 585–594. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.10.091>
- Nyari, A., Maria, I., & Faur, F. (2019), Assessment of The Urban Landscape of petro ş ani municipality. *January 2020*, 103–114.
- Nogué J. & Pere Sala (2008), El paysage en el ordenación del territorio. Los catálogos de paysage de Cataluña, *Director*, 5462, 69–98.
- Oliveira, R. (2019), *A paisagem no âmbito municipal*, Direção Geral do Território, Lisboa
- Oliveira, V. (2015), Morfologia urbana: diferentes abordagens. *Revista Morfologia Urbana*, 3(2), 85–136. <https://www.passeidireto.com/arquivo/35101952/revista-de-morfologia-urbana>
- Olmo, M. (2014). El Convenio Europeo del Paisaje del Consejo de Europa. Notas sobre su aplicación en España. *Patrimonio Cultural y Derecho*, 18, 175–206. https://www.researchgate.net/publication/336881036_El_Convenio_Europeo_del_Paisaje_del_Consejo_de_Europa_Notas_sobre_su_aplicacion_en_Espana
- Önaç, A., & Birişçi, T. (2019), Transformation of urban landscape value perception over time: a Delphi technique application. *Environmental Monitoring and Assessment*, 191(12). <https://doi.org/10.1007/s10661-019-7935-9>
- Önder, S., Akay, A., & Polat, A. T. (2017), The Contributions of Urban Landscape to Urban Life. *Iconarp International J. of Architecture and Planning*, 5(1), 66–86. <https://doi.org/10.15320/iconarp.2017.16>
- Oueslati, W., Salanié, J., & Salanie, J. (2011), Landscape valuation and planning. *Journal of Environmental Planning and Management*, 54(1), 1–6. <https://doi.org/10.1080/09640568.2010.505771>
- Ozer, B., & Baris, M. E. (2013), Landscape Design and Park Users' Preferences. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 82, 604–607. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.06.317>
- Özgüner, H., Kendle, A. D., & Bisgrove, R. J. (2007), Attitudes of landscape professionals towards naturalistic versus formal urban landscapes in the UK. *Landscape and Urban Planning*, 81(1–2), 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2006.10.002>
- Paetzold, H (2012), Aesthetics of urban design. *Diogenes* 59(1-2) 63-72, The Netherlands

- Paixão M.S., Costa A.R., & Gonçalves, J. (2013), Historicity: Preservation or Revitalization Planning Tools?, *Journal of Civil Engineering and Architecture*, 7(10), 1196–1202. <https://doi.org/10.17265/1934-7359/2013.10.002>
- Pala, D., Caldarone, A. A., Franzini, M., Malovini, A., Larizza, C., Casella, V., & Bellazzi, R. (2020). Deep learning to unveil correlations between urban landscape and population health. *Sensors (Switzerland)*, 20(7). <https://doi.org/10.3390/s20072105>
- Pato, J., Schmidt, L, Gonçalves, M. L., (2013), *Bem Comum – Público e/ou Privado*, (1ª edição) Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal
- Pastor, O.I., Casermeiro Martínez, M. A., Ezquerro Canalejo, A., & Esparcia Mariño, P. (2007). Landscape evaluation: Comparison of evaluation methods in a region of Spain. *Journal of Environmental Management*, 85(1), 204–214. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2006.09.018>
- Pessoa, F.S. (2018), *Intervir na paisagem*, (2ª edição) Argumentum – Edições, Estudos e Realizações, Lda Lisboa, Portugal
- Phillips, L.D. (1984), A theory of requisite decision models, Elsevier Science Publishers, 0001-6918/84/\$3.00, *Acta Psychologica* 56 (1984) 29-48, London School of Economics and Political Science, UK
- Phillips, L. D. (2007), Decision conferencing. In *Advances in Decision Analysis: From Foundations to Applications* (Issue February). <https://doi.org/10.1017/CBO9780511611308.020>
- Pina, H.F., Abreu, J., Rodrigues, J., Monteiro, L. Centeno, M.J., & Carvalho M. (2017), Proposta de cidadania paisagista numa cultura imaterial, In Fidalgo P. , *Estudos de paisagem. Volume II* (pp. 141-159), Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Pinto-Correia, T., Cancela D'Abreu, A., & Oliveira, R. (2001), Identificação de unidades de paisagem: Metodologia aplicada a Portugal continental. *Finisterra*, 36(72), 195–206.
- PNAP (2015), Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem. Resolução de Conselho de Ministros, nº 45/2015, 4 de julho, <https://dre.pt/application/conteudo/69736204>

- PNPOT (2007), Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território – Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, *Diário da República n.º 170/2007, Série I*, Lisboa; Assembleia da República
https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Lei_58_2007.pdf
- PNPOT (2019), Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território – Lei n.º 99/2019, de 5 de Setembro, *Diário da República n.º 170/2019, Série I*, Lisboa; Assembleia da República.
<https://dre.pt/application/conteudo/124457181>
- Polat, A. T., & Akay, A. (2015), Relationships between the visual preferences of urban recreation area users and various landscape design elements. *Urban Forestry and Urban Greening*, 14(3), 573–582. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.05.009>
- Polat, A.T., Onder,S, Akay,A. (2017), The contributions of urban landscape to urban life. *ICONARP, Turkey*. <https://doi.org/10.15320/ICONARP.2017.16-E-ISSN:21447-9380>
- Popa, A., & Enache, C. (2019), Decoding the Urban Landscape. *Postmodern Openings*, 10(1), 272–279. <https://doi.org/10.18662/po/66>
- Portas, N., Domingos, & A, Cabral, J. (2003), *Políticas urbanas, tendências, estratégias e oportunidades*, (1ª edição) Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal
- Portas, N. (2006), Das ruas e das casa. In M. Salgado, *Atlas Urbanístico de Lisboa* (pp. 12-18), Imprensa Tipografia Peres, Lisboa, Portugal
- Potschin, M. B., & Haines-Young, R. H. (2011), Ecosystem services: Exploring a geographical perspective. *Progress in Physical Geography*, 35(5), 575–594.
<https://doi.org/10.1177/0309133311423172>
- Powell, C. (2003). The Delphi Technique: myths and realities. *Methodological Issues in Nursing Research*, 41(4), 376–382. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2003.02537.x>
- Pozoukidou, G., & Chatziyiannaki, Z. (2021). 15-minute city: Decomposing the new urban planning Eutopia. *Sustainability (Switzerland)*, 13(2), 1–25.
<https://doi.org/10.3390/su13020928>
- Price, C. (1976). Subjectivity and Objectivity in Landscape Evaluation. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 8(7), 829–838. <https://doi.org/10.1068/a080829>
- Queirós, M. (2005), A pintura da paisagem: uma matriz para a observação, reflexão e aprendizagem. In *Cadernos de Geografia n.ºs 24/25, FLUC* (pp. 241-251), Coimbra, Portugal

- Ragozino, S. (2016), Tools for Regeneration of the Urban Landscape Social Enterprise as a Link between People and Landscape. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 223, 201–208. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.349>
- Ramos, B. R., & Panagopoulos, T. (2010). Landscape evaluation as an integrant part of the rehabilitation process in urban landscapes. International Conference on Urban Planning and Transportation - Proceedings, January 2010, 123–128.
- Ramos, I.L. (2008), *As dinâmicas da paisagem rural – a formulação de cenários como instrumento de apoio ao planeamento* (Dissertação para a obtenção de grau de Doutor em Engenharia do Ambiente), IST, Universidade de Lisboa, Portugal
- Ramos, I. L., Bernardo, F., & Teixeira, T. (2009). Paisagem Urbano: Viver a Cidade entre o Artificial e o Natural. In *Cidades e Rios Perspectivas para uma relação sustentável* (pp.104-134)
- Ramos, I. L. (2010), “Exploratory landscape scenarios” in the formulation of “landscape quality objectives”, *Futures*, 42(7), 682–692. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2010.04.005>
- Ramos, I.L., & Silva, R. (2015), The european landscape convention at urban scale: insights from na exploratory approach in Lisboa, *Belgeo*, 1 | 2015. <https://belgeo.revues.org/13738>
- Ramos, I., Bianchi, P., Bernardo, F., & Van Eetvelde, V. (2019). What matters to people? Exploring contents of landscape identity at the local scale. *Landscape Research*, 44(3), 320–336. <https://doi.org/10.1080/01426397.2019.1579901>
- Redweik, P., Catita, C., & Brito, M. (2013), Solar energy potential on roofs and facades in an urban landscape. *Solar Energy*, 97, 332–341. <https://doi.org/10.1016/j.solener.2013.08.036>
- Rego, C., Ramos, I. J., Lucas, M. R., Baltazar, M. da S., & Dionísio, A. (2021). New geography in old territories: a multivariate approach based on Portuguese regions. *Regional Studies, Regional Science*, 8(1), 25–50. <https://doi.org/10.1080/21681376.2020.1860807>
- Relph, E. (1987), *A paisagem urbana moderna*, (1ª edição), Edições 70, Lda. Lisboa, Portugal
- Ribeiro, L., & Barão, T. (2006), Greenways for recreation and maintenance of landscape quality: five case studies in Portugal. *Landscape and Urban Planning*, 76(1–4), 79–97. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2004.09.042>

- Roca, J., & Arellano, B. (2017), Defining urban and rural areas: a new approach. *October 2018*, 18. <https://doi.org/10.1117/12.2277902>
- Roe, M., Jones, C., & Mell, I. C. (2008). Research to Support the Implementation of the European Landscape Convention in England Final Report A Study for Natural England By Maggie Roe , Carys Jones and Ian C . Mell. March.
- Roy, B. (1996), *Multicriteria methodology for decision aiding*, France; Springer Science and Business Media, B.V.
- Rowe, G., & Wright, G. (1999), The delphi technique as a forecasting tool. *International Journal of Forecasting*, 2070(99), 353–375. [http://forecastingprinciples.com/files/delphi technique Rowe Wright.pdf](http://forecastingprinciples.com/files/delphi%20technique%20Rowe%20Wright.pdf)
- Rowe, G., & Wright, G. (2001). Differences in expert and lay judgments of risk: Myth or reality? *Risk Analysis*, 21(2), 341–356. <https://doi.org/10.1111/0272-4332.212116>
- Rowe, M., & Hutton, F. (2012), “Is your city pretty anyway?” Perspectives on graffiti and the urban landscape. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 45(1), 66–86. <https://doi.org/10.1177/0004865811431327>
- Salado, A., & Nilchiani, R. (2013), Using Maslow’s hierarchy of needs to define elegance in system architecture. *Procedia Computer Science*, 16(December), 927–936. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2013.01.097>
- Salgado, M., Lourenço, N. (2006), *Atlas Urbanístico de Lisboa*,(1ª edição); Argumentum – Edições, Lisboa, Portugal
- Santé I., Tubío, J. M., & Miranda, D. (2020). Public participation in defining landscape planning scenarios and landscape quality objectives (LQO): Landscape Guidelines for Galicia (NW Spain) case study. *Land Use Policy*, 94(November 2019), 104559. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104559>
- Saraiva, M. G. (1995), *Gestão de corredores fluviais – O rio como paisagem no quadro do ordenamento do território*, (Dissertação para a obtenção de grau de Doutor em Arquitetura Paisagista), Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa

- Saraiva, M.G., Ramos, I.L., Bernardo, F. (2017) Avaliar paisagens e a sua identidade, Observatórios(s) como resposta metodológica? , In P. Fidalgo, *Estudos da Paisagem Volume III*, (p.p. 276-293), Instituto de História Contemporânea; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Portugal
- Sarkissian, W. (1976), The Idea of Social Mix in Town Planning: An Historical Review. *Urban Studies*, 13(3), 231–246. <https://doi.org/10.1080/00420987620080521>
- Seddiki, M., Anouche, K., Bennadji, A., & Boateng, P. (2016), A multi-criteria group decision-making method for the thermal renovation of masonry buildings: The case of Algeria. *Energy and Buildings*, 129, 471–483. <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2016.08.023>
- Seixas, J., & Antunes, G. (2019), Recent trends in housing segregation in the Lisbon Metropolitan Area. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, 55–82. <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2019.039.art01>
- Sharkey, S. B., & Sharples, A. Y. (2001), An approach to consensus building using the Delphi technique: developing a learning resource in mental health. *Nurse Education Today*, 21(5), 398–408. <https://doi.org/10.1054/nedt.2001.0573>
- Silva, A.M.C.B., Cunha, M.J.R.R. (2012), A avaliação da velocidade pedonal em meio urbano. *Congresso PLURIS 2012, Reabilitar o urbano*
- Simensen, T., Halvorsen, R., & Erikstad, L. (2018), Methods for landscape characterisation and mapping: A systematic review. *Land Use Policy*, 75(April), 557–569. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.04.022>
- Simonic, T. (2006), Urban landscape as a restorative environment: preferences and design considerations. *Acta Agriculturae Slovenica*, 87(2), 325–332. <https://pdfs.semanticscholar.org/747e/6703010a379716490a48ec0191fc38f69464.pdf>
- Sisser, J. M., Nelson, K. C., Larson, K. L., Ogden, L. A., Polsky, C., & Chowdhury, R. R. (2016), Lawn enforcement: How municipal policies and neighborhood norms influence homeowner residential landscape management. *Landscape and Urban Planning*, 150, 16–25. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.02.011>
- Sitte, C. (2013), *The art of building cities*, (2 nd edition) Martino Publishing, New York, USA
- Skulmosky, G., Hartman, T., & Krahn, J. (2007), The Delphi method for graduate research. *Journal of Information Technology Education*, Vol. 6; Editor Paul Jerry

- Slegers, F., & Brabec, E. (2014), Linear infiltration systems along urban streets: evaluating aesthetic values. *Journal of Landscape Architecture*, 9(1), 48–59. <https://doi.org/10.1080/18626033.2014.898831>
- Sowińska-Świerkosz, B. N., & Chmielewski, T. J. (2016), A new approach to the identification of Landscape Quality Objectives (LQOs) as a set of indicators. *Journal of Environmental Management*, 184, 596–608. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.10.016>
- Sowińska-Swierkosz, B., Michalik-Śnieżek, M., Soszyński, D., & Kułak, A. (2020a). In the search of an assessment method for urban landscape objects (ULOs): Tangible and intangible values, public participation geographic information systems (PPGIS), and ranking approach. *Land*,9(12), 1–23.<https://doi.org/10.3390/land9120502>
- Sowińska-Swierkosz, B., & Michalik-Nieek, M. (2020b). Landscape indicators as a tool of assessing landscape quality. *E3S Web of Conferences*, 171, 8–13. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202017102011>
- Spirn, W. (2013), Ecological Urbanism: a framework for the design of resilient cities. *December 2013*, 1–35, USA, <https://doi.org/10.1007/978-94-007-5341-9>
- Stamps, A., Nasar, J. L., & Hanyu, K. (2005), Using pre-construction validation to regulate urban skylines. *Journal of the American Planning Association*, 71(1), 73–91. <https://doi.org/10.1080/01944360508976406>
- Steiner, F. (2011), Landscape ecological urbanism: Origins and trajectories. *Landscape and Urban Planning*, 100(4), 333–337. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.01.020>
- Stewart, D., Gibson-Smith, K., MacLure, K., Mair, A., Alonso, A., Codina, C., Cittadini, A., Fernandez-Llimos, F., Fleming, G., Gennimata, D., Gillespie, U., Harrison, C., Junius-Walker, U., Kardas, P., Kempen, T., Kinnear, M., Lewek, P., Malva, J., McIntosh, J., ... Wiese, B. (2017). A modified Delphi study to determine the level of consensus across the European Union on the structures, processes and desired outcomes of the management of polypharmacy in older people. *PLoS ONE*, 12(11), 1–17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0188348>
- Suratkon, A., Chan, C. M., & Jusoh, S. (2016), Indicators for Measuring Satisfaction Towards Design Quality of Buildings. *International Journal of Geomate*, 11(January), 2348–2355. <https://doi.org/10.21660/2016.24.1284>

- Swaffield, S. (1999). A framework for landscape assessment. *A Framework for Landscape Assessment*, 5(1), 45–51.
- Swanwick, C. (2002), *Landscape Character Assessment, Guidance for England and Scotland*, (1st edition), The Countryside Agency, Scottish Natural Heritage, UK
- Tagliafierro, C., Longo, A., Van Eetvelde, V., Antrop, M., & Hutchinson, W. G. (2013), Landscape economic valuation by integrating landscape ecology into landscape economics. *Environmental Science and Policy*, 32, 26–36. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2012.12.001>
- Tandy, C. (1981), *Handbook of urban landscape*, (2nd edition), Edited by The Architects' Journal – Technical Section, London, UK
- Teemusk, A., & Mander, Ü. (2006), The use of greenroofs for the mitigation of environmental problems in urban areas. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 93, 3–17. <https://doi.org/10.2495/SC060011>
- Telles, G.R. (1994), Paisagem global. In DGOTDU, *Paisagem* (pp 29-45), Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, Portugal
- Termorshuizen, J. W., & Opdam, P. (2009), Landscape services as a bridge between landscape ecology and sustainable development. *Landscape Ecology*, 24(8), 1037–1052. <https://doi.org/10.1007/s10980-008-9314-8>
- Thompson, C. W. (2002), Urban open space in the 21st century. *Landscape and Urban Planning*, 60(2), 59–72. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(02\)00059-2](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(02)00059-2)
- Tokarchuk, O., Gabriele, R., & Maurer, O. (2017), Development of city tourism and well-being of urban residents : A case of German Magic Cities. *Tourism Economics*, 23(2), 343–359. <https://doi.org/10.1177/1354816616656272>
- Tomé, A., & Heitor, T. (2011), Para um método de análise espaço-uso: uma abordagem sintáctica. *PARC Pesquisa Em Arquitetura e Construção*, 2(7), 144. <https://doi.org/10.20396/parc.v2i7.8634587>
- Townsend, D. (1997), *Introdução à Estética – História, Correntes e Teoria*, Lisboa, Portugal; Edições 70 Lda
- Turner, S. (2018). Historic landscape characterisation. *Routledge Handbook of Landscape Character Assessment*, 37–50. <https://doi.org/10.4324/9781315753423-3>

- Tveit, M. S. (2009), Indicators of visual scale as predictors of landscape preference; a comparison between groups. *Journal of Environmental Management*, 90(9), 2882–2888. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2007.12.021>
- Tveit, M. S. (2014). Landscape assessment in metropolitan areas – developing a visual indicator-based approach. *Landscape Assessment in Metropolitan Areas – Developing a Visual Indicator-Based Approach*, 1(1), 301–316. <https://doi.org/10.7480/spool.2013.1.641>
- Tudor, C. N. E. (2014). An Approach to Landscape Character Assessment. Natural England, October, <http://www.programmeofficers.co.uk/Cuadrilla/CoreDocuments/CD40/CD40.20>.
- Ujang, N., & Zakariya, K. (2015), Place Attachment and the Value of Place in the Life of the Users. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 168, 373–380. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.10.243>
- Ulrich, R. S., Simons, R. F., Losito, B. D., Fiorito, E., Miles, M. A., & Zelson, M. (1991), Stress recovery during exposure to natural and urban environments. *Journal of Environmental Psychology*, 11(3), 201–230. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80184-7](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80184-7)
- UNESCO (2011). *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. 2011(Categoria II), 10. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215084>
- Uniscape (2021), Manifesto on the future of the European landscape, Florence Convention +20: Reframing the relationships between people and place, *Florence +20*. 2011(July), 1–4. <https://www.geolandproject.eu/wp-content/uploads/2021/10/UNISCAPE-Landscape-Manifesto.pdf>
- Van Eetvelde, V., & Antrop, M. (2009). Indicators for assessing changing landscape character of cultural landscapes in Flanders (Belgium). *Land Use Policy*, 26(4), 901–910. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2008.11.001>
- Van der Leun, J., & Koemans, M. (2013), Down These Mean Streets: An Analysis of the Local Public Discourse on Antisocial Behaviour in Disadvantaged Urban Neighbourhoods in the Netherlands. *Urban Studies*, 50(16), 3342–3359. <https://doi.org/10.1177/0042098013484180>
- Van Leeuwen, B. (2018), To the edge of the urban landscape: Homelessness and the politics of care. *Political Theory*, 46(4), 586–610. <https://doi.org/10.1177/0090591716682290>

- Viana, F. F. (2001), *El paisatge urbà, un punt de trobada*, Barcelona; Aula Barcelona – Fundació Bosch i Gimpera / Universitat Barcelona
- Vieira, A. C. L., Oliveira, M. D., & Bana e Costa, C. A. (2019), Enhancing knowledge construction processes within multicriteria decision analysis: The Collaborative Value Modelling framework. *Omega (United Kingdom)* <https://doi.org/10.1016/j.omega.2019.03.005>
- Vizzari, M. (2011), Spatial modelling of potential landscape quality. *Applied Geography*, 31(1). <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2010.03.001>
- Vogel, C., Zwolinsky, S., Griffiths, C., Hobbs, M., Henderson, E., & Wilkins, E. (2019). A Delphi study to build consensus on the definition and use of big data in obesity research. *International Journal of Obesity*, 43(12), 2573–2586. <https://doi.org/10.1038/s41366-018-0313-9>
- Von Wirth, T., Regamey, A., Moser, C., Stauffacher, M., Grêt-Regamey, A., Moser, C., & Stauffacher, M. (2016), Exploring the influence of perceived urban change on residents' place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 46, 67–82. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.03.001>
- Wascher, D. M. (2005). European Landscape Character Areas - Typologies, Cartography and Indicators for the Assessment of Sustainable Landscapes. *European Landscape Character Assessment Initiative (ELCAI)*, 160. <http://edepot.wur.nl/1778>
- Wen, H., Zhang, Y., & Zhang, L. (2015), Assessing amenity effects of urban landscapes on housing price in Hangzhou, China. *Urban Forestry and Urban Greening*, 14(4), 1017–1026. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.09.013>
- Wey, W. M., Wei, W. L., Wei, @bullet W L, & Wei, W. L. (2015), Urban Street Environment Design for Quality of Urban Life. *Social Indicators Research*, 126(1), 161–186. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-0880-2>
- Whithand, J.W.R. (1993), *The making of urban landscape*, (1 st edition) Blackwell Publishers, Oxford, UK
- Whitehand, J. W. R. (2001). British urban morphology: The Conzenian tradition. In *Urban Morphology* (Vol. 5, Issue 2, pp. 103–109).

- Whitehand, J. W. R., & Gu, K. (2010), Conserving urban landscape heritage: A geographical approach. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2(5), 6948–6953.
<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.05.047>
- Whitehand, J. W.R. and Larkham, P. J. (2015), *Urban landscapes: International Perspectives*, (1st edition), Leaper & Gard Ltd, Bristol, UK
- Winterfeldt, D. & Edwards, W. (1986), *Decision Analysis and behavioral research*, (2nd edition), Cambridge University Press, New York
- Wu, J. (2014), Landscape and Urban Planning Urban ecology and sustainability : The state-of-the-science and future directions. *Landscape and Urban Planning*, 125, 209–221.
- Yamagata, Y., Murakami, D., Yoshida, T., Seya, H., & Kuroda, S. (2016), Value of urban views in a bay city: Hedonic analysis with the spatial multilevel additive regression (SMAR) model. *Landscape and Urban Planning*, 151, 89–102.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.02.008>
- Yu, S., Yu, B., Song, W., Wu, B., Zhou, J., Huang, Y., Wu, J., ..., & Mao, W. (2016), View-based greenery: A three-dimensional assessment of city buildings' green visibility using Floor Green View Index. *Landscape and Urban Planning*, 152, 13–26.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.04.004>
- Ziyadeh, M. (2018), Assessment of urban identity through a matrix of cultural landscape. *Elsevier, Cities* 74 (2018) 21 – 31. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.10.021>

Anexo 1

Lista dos Critérios apresentados ao painel de peritos, respetivos comentários dos peritos, e alterações introduzidas ao longo das quatro rondas

critério Acessibilidade

<p>Acessibilidade</p>	<p>A acessibilidade é a capacidade de um local ser acedido e/ou ser atravessado. Locais com elevada acessibilidade estão mais ligados, mais integrados na envolvente. A acessibilidade pode ser vista no sentido da não privatização dos espaços urbanos, no livre acesso à cidade. Refere-se à inexistência de guetos, de condomínios e logradouros privados, privilegiados, e pela presença de populações residentes homogêneas, que restringe e torna incompatível a utilização por parte de outro tipo de população. E ainda pela presença de espaços estigmatizados, utilizados por determinado tipo de população (que permitam a criação de zonas propícias à marginalidade), lugares a que só acede quem lá mora, e que impedem a livre apropriação do espaço por toda a população. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representem a presença de barreiras de acesso (via férrea, zonas privadas interditas ao público, condomínios, zonas de acesso tarifado), que impedem a continuidade da malha urbana e/ou o acesso a pontos de interesse (exemplo: vistas panorâmicas, zonas de lazer), e ainda indicadores que se exprimam quanto à forma como o bairro se encontra integrado na cidade, existindo ou não, continuidade urbana.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Concordo no geral, mas há que perceber que há espaços com diferentes graus de acessibilidade, desde a praça do bairro às zonas verdes de utilização pouco frequente com acessibilidades diferenciadas (P1)</p> <hr/> <p>Incluir o conceito de conectividade (P2)</p> <hr/> <p>Há aqui uma mistura de (pelo menos) 2 conceitos distintos: 1. Conectividade, i.e. Ausência de barreiras ou elementos físicos que impeçam a continuidade urbana (visual e/ou espacial); e 2. Diversidade social, i.e. Presença de vários tipos de pessoas, espaços não exclusionários. Aconselho a separação nestas categorias (P3)</p> <hr/> <p>Concordo, mas neste indicador também deveria haver indicação de acessibilidade para pessoas com dificuldades motoras (P5)</p> <hr/> <p>Confunde-se com o conceito de equidade (associado ao de justiça espacial) que talvez seja mais adequado como critério até porque também pode haver confusão ou sobreposição com o critério mobilidade. Esta dúvida aparece como resultado de uma pergunta mais geral que tem a ver com a aplicabilidade destes critérios - são para aplicar ao planeamento urbano? Como processo e/ou como forma? São para aferir como critérios de qualidade de vida ("well being")? É difícil comentar sem saber o seu enquadramento (P6)</p> <hr/> <p>Este critério é muito similar ao da mobilidade. A acessibilidade também é visual (pode não haver acesso físico, mas existir acesso visual) e temporal (tempo do percurso) ou condicionada (pelas condições climáticas) (P7)</p> <hr/> <p>Bem, mas convirá distinguir a acessibilidade em deslocações de proximidade de deslocações mais distantes, que envolvam transporte motorizado (P8)</p>

Extremamente importante numa perspetiva de se conseguir minimizar a mobilidade (P9)

Não vejo acessibilidade como critério de paisagem urbana, a menos que se confunda paisagem urbana com espaço público, que é o que me parece mais a descrição que faz (P10)

Deve ser feita a distinção entre acessibilidade rodoviária e acessibilidade pedonal. A estrutura das vias (perfil transversal, inclinação, existência de degraus para vencer desníveis acentuados) devem estar traduzidas nos indicadores da acessibilidade (embora haja referência a estes elementos no critério "diversidade" (P11)

A acessibilidade é também a possibilidade de qualquer cidadão, nomeadamente os que tenham maior dificuldade de movimento, aceder livremente a qualquer espaço urbano (ou lugar com acesso pelo espaço urbano) sem barreiras arquitetónicas que dificultem ou impossibilitem esse acesso. E é também o desenho do espaço público pedonal tendo em conta as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida (P12)

Referido, ou naturais, ambas condicionam a acessibilidade a unidades de paisagem específicas. A acessibilidade também deve ser medida na ligação entre pontos notáveis (P13)

Acessibilidade corresponde ao potencial de acesso a um ponto no espaço. Esse potencial pode ser ou não concretizado em função das condições que são proporcionadas aos indivíduos, empresas e organizações. Dito de outro modo, dispor de acessos viários ou ferroviários, entre outros, só corresponde a um efetivo benefício se se dispuser dos meios para neles circular - capacidade económica para adquirir e usar um transporte individual ou pagar o transporte coletivo, caso exista em número e frequência adequados. Assim, acessibilidade deve ser entendida como um potencial para a concretização da mobilidade. Justifica-se ainda um comentário à relação entre acessibilidade e segregação espacial dado que a relação direta inversa que foi estabelecida no critério "acessibilidade" não parece razoável em algumas circunstâncias. Desde logo, e baseado no comentário inicial, acessibilidade apenas dá o potencial, e só isso já é muito importante, mas não o concretiza. Para isso são necessárias outras condições. Por outro lado, existem acessibilidades que servem determinados interesses e que podem na verdade segregar. Veja-se o acesso limitado a alguns territórios, como alguns loteamentos e condomínios (cf. O caso da aroeira, bom sucesso, ...) Ou a bairros de iniciativa pública (como a quinta do cabrinha ou o 6 de maio, em que só ali se desloca quem ali habita: "o bairro social ou se habita ou se evita". Não é a acessibilidade que mudou essa condição (P18)

Quanto a mim este conceito de acessibilidade resume-se nos dois primeiros parágrafos. Tudo o resto não tem que ver com acessibilidade. Não é pelo facto de haver um condomínio ou um gueto que um local é mais ou menos acessível e por isso nada tem que ver com a propriedade privada. Existem espaços ou equipamentos públicos com muito má acessibilidade. Também a referência à via férrea poder ser um fator de fraca acessibilidade, quanto a mim, é precisamente o contrário, desde que existam atravessamentos, como hoje em dia existem em praticamente todo o lado. Quanto á existência de zonas tarifadas, elas existem precisamente nas zonas mais acessíveis para evitar, por um lado, o excesso de permanência de veículos e, por outro, para fomentar a rotação permitindo que mais pessoas acedam a esses locais centrais (P19)

	<p>A acessibilidade também tem a ver com a forma urbana, ou melhor, com a configuração urbana como é definida na análise sintática (P21)</p> <p>-----</p> <p>Sendo certo que a acessibilidade é uma qualidade do espaço urbano não me parece que seja uma qualidade em si. A excessiva acessibilidade a todos espaços pode retirar privacidade a algumas áreas residenciais, por exemplo (P22)</p>
<p>Crítérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério “acessibilidade” avalia a capacidade de uma determinada unidade territorial ser acedida a partir do exterior, e/ou da existência de acessos no seu interior. Locais com maior acessibilidade, com vários acessos, estão mais ligados à envolvente.</p> <p>Assim, este critério prende-se com a oferta de vias de comunicação, com a existência de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, passeios e ciclovias, e com fatores que garantam condições de acesso externos e/ou internos, como a continuidade da malha urbana, ausência de barreiras (via férrea sem passagens de atravessamento, zonas privadas interditas ao público, condomínios), e/ou barreiras arquitetónicas que impossibilitem o acesso a pessoas com dificuldades motoras.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 welphi</p>	<p>Não concordo, nem discordo</p> <p>Atributo anódino semelhante aos de segurança, acessibilidade, etc.</p> <p>-----</p> <p>Discordo</p> <p>A acessibilidade não é, por si só, um critério da qualidade da paisagem urbana. Uma cidade com péssima qualidade de paisagem, pode ter meios de transporte tão eficientes que lhe confira uma excelente acessibilidade. Por isso, quanto a mim, a acessibilidade é um critério de qualidade de vida, mas não um critério da qualidade da paisagem.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 welphi</p>	<p>Não concordo, nem discordo</p> <p>O conceito de acessibilidade em si releva de fatores essencialmente utilitários. Num contexto de paisagem urbana não é tanto a acessibilidade em si que importa, mas antes mais como é que esta poderá ou não, integrar-se nesse mesmo contexto urbano. Isto é, poderá tratar-se de uma avenida arborizada com segregação de vias para tipologias de tráfego ou não, com desaforo de vistas, ou não, com inter-relação com as fachadas urbanas que a definam, ou não, etc. Assim a acessibilidade só é fator de qualidade em si mesma, ou seja, quando considerada na sua função intrínseca - proporcionar acesso -, tendo em conta a sua maior ou menor complementaridade com as demais funções urbanas com que coexista, com o maior ou menor conforto e segurança que proporcione aos diferentes tipos de utentes do ponto de vista etário, de género, socioeconómico e em diferentes circunstâncias horárias, temporais, sazonais, etc. Um dado contexto urbano poderá ser muito acessível e contudo, sofrer impactos provocados por essa mesma acessibilidade e normalmente sofre-os. Por outro lado, poderá ter uma fraca acessibilidade, e, no entanto, não deixar de ser menos interessante enquanto unidade morfológica. Claro que se for acessível melhor, mas não é fator decisivo...</p> <p>-----</p> <p>Não concordo, nem discordo</p> <p>-----</p> <p>Não concordo nem discordo porque há lugares acessíveis sem nenhuma qualidade e vice-versa.</p> <p>-----</p> <p>Concordo</p> <p>-----</p> <p>Discordo</p> <p>-----</p> <p>Estou de acordo com comentários anteriores de que este é critério de qualidade de vida não de qualidade da paisagem</p>

Delphi – critério Atributos dos Elementos

<p>Atributos dos Elementos</p>	<p>Os atributos dos elementos avaliam a qualidade do edificado e do espaço público (da arquitetura, dos materiais, da funcionalidade e beleza, no sentido de proporcionar uma experiência estética positiva); e ainda a percepção de qualidade do ar, dos cheiros e dos níveis de ruído. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a qualidade dos materiais do edificado e do espaço público (que avalia a utilização dos materiais mais ou menos "nobres"), a percepção da qualidade do ar, dos cheiros, da luz (luminosidade), a percepção de qualidade dos níveis de ruído.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Tal como outros critérios mais abaixo, este é bastante subjetivo. Mas mais uma vez acho que beneficiaria se fosse decomposto em dois: 'integridade estética' (primeira parte da sua definição) e 'qualidade ambiental' (ar, ruído, etc) (P3)</p> <hr/> <p>Trata-se não de um critério, mas de um conglomerado de aspetos, interrelacionados, mas distintos, que são essenciais para a apreciação da qualidade da paisagem urbana. Parece-me que agregar as propriedades dos elementos construtivos, cores, texturas, sons, cheiros, etc., num mesmo critério, vai torná-lo inoperativo. Penso que se devia desagregar em vários critérios (P4)</p> <hr/> <p>Concordo. O nome não é muito claro, mas a explicação é claríssima (P5)</p> <hr/> <p>Confunde-se com os aspetos ou componentes da forma urbana - estrutura e sistema urbanos, elementos urbanos, densidade, volumetria, cercas, escala, materiais, mobiliário urbano etc. Percebe-se que procura ser mais aberto, mas pode perder objetividade (como referido anteriormente depende do objetivo ou da aplicabilidade dos critérios) (P6)</p> <hr/> <p>Deve ler-se "Atributos dos Elementos" pois qualquer que seja o elemento este tem sempre mais do que um atributo. Os atributos dos elementos avaliam - (não avaliam, definem) - a qualidade do edificado e do espaço público (da arquitetura, dos materiais, da funcionalidade e beleza (Fala em "beleza". O belo e o feio não são atributos, são apreciações de carácter subjetivo), no sentido de proporcionar uma experiência estética positiva (ou negativa. Penso que "positiva" deve de sair e ficar apenas experiência estética.); e ainda a percepção de qualidade do ar, dos cheiros e dos níveis de ruído. O conceito pode ser melhor explicado -(o conceito tem que ficar bem explicado logo à primeira)- através de indicadores que expressem a qualidade dos materiais do edificado e do espaço público (que avalia a utilização dos materiais mais ou menos "nobres"-(e porque não pobres? A arquitetura popular é feita de materiais pobres com os quais se obtém muitas vezes um elevado grau de qualidade arquitetónica) -, a percepção da qualidade do ar, dos cheiros, da luz (luminosidade) - (ou fica apenas "da luz" ou "da luminosidade", agora os dois termos é que não me parecem bem. Eu prefiro a segunda opção), a percepção de qualidade dos níveis de ruído. (A última frase quase que repete o que está na primeira) (P7)</p> <hr/> <p>Bem, mas será de desdobrar em elementos de arquitetura do edificado, desenho urbano e ambiente no sentido estrito (P8)</p> <hr/> <p>Está a misturar muitas coisas numa designação muito vaga. Elementos regra geral são o ar, a água e o fogo. Além disso está a misturar fatores físicos, com sentidos, embora todos suscitem emoções, não sei se é isso que pretende ir buscar (P10)</p> <hr/> <p>O estado de conservação (dominante) do edificado e do espaço público deve ser considerado (P11)</p>

	<p>Os conceitos de escala, relação espacial e continuidade visual são também aspetos importantes a ter em conta neste critério. Uma experiência estética positiva pode ser obtida mesmo sem um elevado padrão de qualidade e/ou arquitetura qualificada (ex: bairros asiáticos) (P12)</p> <hr/> <p>Conceito relevante, mas expresso de forma demasiada conceptual, terá que ser interpretado e monitorizado de forma muito concreta e desdobrada (P14)</p> <hr/> <p>Ficaram por explorar os elementos imateriais e não quantificáveis como o sentimento de insegurança, a carga identitária (P18)</p> <hr/> <p>Concordo com a definição, mas acho o título “Atributo dos elementos” pouco sugestivo do que pretende significar. Qualquer coisa como “Qualificação Espacial” poderia ser mais sugestivo e perceptível. Em relação à estética e à beleza acharia preferível ser substituído por harmonia e equilíbrio, uma vez que existe grande subjetividade nesses conceitos (P19)</p> <hr/> <p>À partida era capaz de distinguir os aspetos estritamente estéticos da qualidade urbanística e arquitetónica dos aspetos da qualidade do ambiente no sentido bio geofísico (e.g. qualidade do ar, luz, ruído) (P21)</p> <hr/> <p>Discordo relativamente da postura clássica de "belo" e "feio" vinculado à riqueza estética - que material é mais nobre? uma caixilharia high-tech ou outra de madeira? Não sei responder. Revejo-me mais qualidades sensoriais que reflitam uma determinada vivência ou um processo histórico (muito alinhado com a Convenção Europeia da Paisagem) para os quais as questões estéticas pouco contribuem (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério “atributos dos elementos” avalia a qualidade do edificado, nomeadamente da arquitetura, e a qualidade do espaço público (dos materiais, da funcionalidade, do tipo e resistência ao desgaste).</p> <p>Do ponto de vista da qualidade do espaço público, e no que respeita à funcionalidade, prende-se com o conforto dos utilizadores do espaço público, com a existência de espaços públicos que favoreçam a interação social (espaços à sombra com bancos ou cadeiras em mesas para convívio ou jogo de cartas; espaços para jogar jogos; esplanadas, com acesso a bebedouros e/ou casas de banho).</p> <p>Tem ainda a ver com a possibilidade de controlo do espaço, isto é, com a perceção de alguma apropriação do espaço, como por exemplo, poder mudar de lugar as cadeiras, ou encontrar zonas de maior privacidade para ler sem barulho.</p> <p>Do ponto de vista do edificado, em particular da arquitetura, prende-se com a existência uma experiência estética positiva, isto é, que conduza a sentimentos positivos.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi</p>	<p>Concordo</p> <p>-----</p> <p>Concordo com a definição, mas, como já tinha dito, acho o título “Atributo dos elementos” pouco sugestivo do que pretende significar.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi</p>	<p>Não concordo, nem discordo</p> <p>Este critério devia também estar associado à questão da 'inteligibilidade', ou seja, ao entendimento das formas e dos atributos de acordo com os processos, as normas e as regras que os geraram e foram sendo consensualizadas. Tem a ver com termos como concordância e com objetivos de convergência e consistência face à história e às narrativas que conformaram o ambiente urbano. Esta observação aplica-se também aos dois critérios subsequentes, da coerência formal e da densidade.</p>

	<p>A coerência está relacionada com o enquadramento na envolvente, numa determinada unidade territorial (por exemplo, num bairro). Com a ausência de disparidades volumétricas, de variações abruptas de cérceas; com o alinhamento de fachadas; com a ausência de choques cromáticos e de texturas, provocados pela utilização de cores e de materiais que nada têm a ver com a envolvente e com a identidade do local, isto é, que não subvertam a homogeneidade visual do edificado. A coerência deve aperceber-se visualmente nas simetrias, nos elementos repetidos, nas sequências padronizadas, nas ligações fortes entre os elementos, nas texturas e cores homogêneas e compatíveis. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a existência de edifícios que diferem volumetricamente da envolvente, numa determinada unidade territorial, a existência de “disparidades volumétricas” - aqui entendidas como desvios em relação aos volumes do conjunto, apresentando falta de coerência, configurando uma irregularidade, um desvio em relação à norma, alteração da forma ou alteração excessiva em relação a um padrão; o desalinhamento de cérceas e das fachadas, no conjunto dos edifícios, a variedade cromática e de estilos arquitetónicos, dos edifícios, e a utilização de materiais de construção desadequados, ou seja, que retiram identidade própria ao edificado.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Quer este critério, quer o anterior, referem-se a algo idêntico, i.e., uma "experiência estética positiva". Consideraria aglutiná-los só num critério, talvez 'integridade estética' ou 'coerência formal'. Seja mais objetiva e sintética (P3)</p> <hr/> <p>Julgo necessário distinguir melhor o conceito de 'Coerência' e de 'Harmonia', que me parecem ter, nesta formulação, grande sobreposição. Uma distinção pode ser a escala de análise? A 'Coerência' refere-se à relação de um dado objeto com a envolvente e a 'Harmonia' à compatibilidade de objetos/usos dentro de um dado conjunto? (P4)</p> <hr/> <p>Coerência no urbanismo aparece na regulação associada ao princípio ou imperativo da integração urbanística nas suas diferentes variantes - concordância com alinhamentos, características tipológicas e morfológicas dominantes, etc. De novo depende do enquadramento em que a coerência é avaliada (P6)</p> <hr/> <p>A coerência está relacionada com o enquadramento na envolvente, numa determinada unidade territorial (por exemplo, num bairro). Este critério confunde-se com Unidade. Prefiro Unidade. A definição que faz é pela negativa: (...) ausência de disparidades volumétricas, de variações abruptas de cérceas; (...) Isto é o mesmo que: Semelhanças volumétricas, cérceas com poucas variações. Refere que a Coerência deve ser perceptível nas simetrias. (...) A Coerência também é perceptível no caos! (P7)</p> <hr/> <p>Sim importante na perspetiva de permitir que as pessoas sintam uma ligação com as suas origens e estabilidade num mundo VUCA (ou VICA, em português: volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade) (P8)</p> <hr/> <p>A principal questão prende-se com a definição de unidade territorial e na qualificação do que são elementos dissonantes (não poderão ser elementos notáveis, “landmarks”?). A fachada do café "A Brasileira" subverte a homogeneidade visual do traçado pombalino? (P13)</p> <hr/> <p>Pode não ser líquido que 'coerência' seja à partida definidor de qualidade de paisagem (P14)</p> <hr/> <p>Confunde-se, no critério, apresentado coerência com homogeneidade e exagera-se quando se refere que a sua ausência (da homogeneidade) resulta em perda de identidade. A heterogeneidade verificada no tipo de</p>

	<p>materiais empregues, nas volumetrias, nas disposições do edificado, na variedade cromática, na tipologia dos edifícios pode ser ela própria portadora de identidade. Ninguém nega ao bairro dos Olivais uma identidade singular mesmo que ele tenha sido concebido a partir de múltiplos projetos muito distintos. Ainda mais emblemático acredito que sejam os bairros críticos como a Cova da Moura onde a diversidade/heterogeneidade é levada a um expoente máximo, mas ainda assim ninguém discute a sua identidade muito própria. Apresentar a coerência como um aspeto que garante a identidade, nesta perspetiva uma ideia reacionária que inibe intervenções de rutura ou mesmo inovadoras que contrariem de algum modo o que sempre foi feito (P18)</p> <p>Assim, penso que a coerência não pode ser vista como um valor em si mesmo, sendo que a sua análise pode, contudo, fazer sentido (P19)</p> <p>Este critério pode confundir-se com o critério da harmonia, sendo que esta, associada à noção de continuidade, pode não trazer qualidade. As dissemelhanças, contrastes ou contrapontos podem enriquecer a experiência urbana, enquanto a uniformidade física pode trazer a banalidade, a monotonia e o desinteresse (P21)</p> <p>Eu veria a coerência mais como a relação entre os elementos, não iria tanto pela via da homogeneidade. O bairro de Alvalade é pouco homogéneo na sua ocupação, no entanto denota uma forte coerência entre os elementos construídos que o compõem (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>Concordo. O critério “coerência formal” refere-se à relação (enquadramento) de um dado objeto com a sua envolvente, à ordem, à conformidade visual do edificado e às proporções. A ordem apercebe-se visualmente nos elementos repetidos, nas sequências padronizadas, nas ligações fortes entre os elementos, pelo contínuo visual, na similitude entre superfícies, cores e texturas. Este critério avalia a existência de edifícios que se assemelham volumetricamente, ao alinhamento de cérceas, das águas dos telhados e das fachadas, no conjunto dos edifícios, à uniformidade cromática, aos estilos arquitetónicos e às texturas dos edifícios, e a utilização de materiais de construção semelhantes entre si.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi</p>	<p>Concordo ----- Concordo mais com esta definição, mas continuo a achar que que deve ter em atenção que a “incoerência” nem sempre é negativa.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi</p>	<p>Discordo Discordo, porque a uniformidade nem sempre é sinónimo de qualidade. A diversidade pode ser esteticamente apelativa. ----- Não concordo, nem discordo Depende das situações concretas. Pode haver dissonâncias que contribuam para qualidades da paisagem, pelo contraste, pelo desafio</p>

Delphi – critério Diversidade Funcional

	<p>A diversidade refere-se à variedade de elementos urbanos, de atividades, de tipos de comércio, e às características de traçado da via que, ao impedir que do início da via se veja o seu fim, estimula a curiosidade de percorrer, e de descobrir o campo de visão em cada ponto do alinhamento da via". É traduzida pela riqueza de elementos urbanos e pela complexidade da estrutura física. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representem a variedade de elementos urbanos (por exemplo: Edifícios; Vias rodoviárias, Vias férreas, Largos, Praças, Alamedas, Jardins, Parques, Miradouros, Escadarias, Arcadas, Monumentos, Estátuas, Fontes, Bancos), a variedade de atividades (por exemplo: Habitação, Comércio, Serviços, Equipamentos Escolares; Equipamentos de Saúde; Equipamentos de lazer/desporto), a variedade de unidades comerciais e de serviços diferentes, no local (exemplo: Livraria, Farmácias, Bancos, Cafés, Bares, Restaurantes, Quiosques, Cinemas, Teatros, Eletrônica, Vestuário/calçado/malas, Bijuteria/ourivesaria, Decoração, Florista, Automóveis/peças, Fotografia, Telemóveis, Cabeleireiro/beleza, Papelaria/tabacaria), e ainda o "mistério", ou seja, os pontos de quebra de visibilidade, dado pelas curvas convexas no perfil longitudinal, curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento).</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Concordo. Acho importante que se esclareça bem a articulação/integração entre os critérios de 'coerência' e 'diversidade'(P1)</p> <hr/> <p>Tem de ser muito mais específica nas suas definições dos critérios. Tem aqui uma grande misturada. Isto aqui deverá ser 'diversidade de usos' – e cinge-se à parte da sua definição onde fala da variedade de atividades. Não pode considerar ao mesmo tempo a configuração de estruturas físicas, como vistas terminadas, a curvatura das ruas, etc, etc. Separe sempre o que é físico, construído, daquilo que é social e cultural (P3)</p> <hr/> <p>A primeira frase podia ser resumida a: "Refere-se à variedade de elementos urbanos, de funções, características do percurso, etc". As frases seguintes também deviam ser mais objetivas e claras (P7)</p> <hr/> <p>Cuidado com eventuais contradições com o anterior. Convém assegurar uma diversidade que gere 'riqueza' e talvez complementaridade (P8)</p> <hr/> <p>Conseguir incorporar diversidade num sistema é a forma de comprovar a sua resiliência - muito importante (P9)</p> <hr/> <p>A existência de elementos singulares no território, sejam ao nível de edifícios, arte urbana, modulação de terreno, etc... podem ser úteis para ajudar à leitura da diversidade. Mesmo que representem nalgum momento quebrar a coerência (critério anterior) (P12)</p> <hr/> <p>A diversidade é essencial dentro de uma determinada coerência formal. Relação da diversidade com harmonia e coerência é das mais difíceis de avaliar (P13)</p> <hr/> <p>Existe, em meu entender, uma ênfase excessiva na questão das vias e sobretudo na visibilidade que o seu traçado pode ou não proporcionar. Lido este critério na sequência do anterior quase que se vislumbra uma inconsistência entre eles pois num celebra-se a homogeneidade e noutra a heterogeneidade...(P18)</p>

	<p>Concordo no geral, mas atenção a esta afirmação “É traduzida pela riqueza de elementos urbanos e pela complexidade da estrutura física.”. Isso pode ser verdade, mas o contrário, também, pode integrar alguma diversidade. Mais uma vez o exemplo da baixa Pombalina é bom para entender o que pretendo dizer (P19)</p> <hr/> <p>Distinguiria, numa perspetiva analítica, entre diversidade física e funcional, embora uma concorra para concretizar a outra. Não concordo com a ideia de que pequenos espaços de perceção obtidos pela sinuosidade do traçado são necessariamente interessantes. Os grandes alinhamentos, avenidas por exemplo, também nos podem fornecer interessantes experiências urbanas (P21)</p> <hr/> <p>A definição não é muito clara no sentido em que mistura diversidade com efeito surpresa e de "mistério". A especificidade da descrição da via sinuosa não ajuda por isso à definição (P22)</p>
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	<p>Este critério refere-se à variedade de elementos urbanos, de funções, de unidades de comércio e serviços, aspetos geradores de riqueza de oferta, de complementaridade, e garante da resiliência da paisagem urbana. O primeiro aspeto, variedade de elementos urbanos, refere-se à variedade de elementos tais como Edifícios, Vias rodoviárias, Vias-férreas, Largos, Praças, Alamedas, Jardins, Parques, Miradouros, Escadarias, Arcadas, Monumentos, Estátuas, Fontes, Bancos. O segundo refere-se à variedade de funções, como por exemplo Habitação, Comércio, Serviços, Equipamentos Escolares; Equipamentos de Saúde; Equipamentos de lazer/desporto. O terceiro prende-se com a variedade de unidades comerciais e serviços, como por exemplo Livraria, Farmácias, Bancos, Cafés, Bares, Restaurantes, Quiosques, Cinemas, Teatros, Eletrónica, Vestuário/calçado/malas, Bijuteria/ourivesaria, Decoração, Florista, Automóveis/peças, Fotografia, Telemóveis, Cabeleireiro/beleza, Papelaria/tabacaria.</p>
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	<p>Concordo A diversidade, quanto a mim, não é, por si só, um fator de qualidade, muitas vezes pode significar o contrário ----- Não concordo, nem discordo Acho que depende do tipo de espaços. A nível de um bairro residencial ou de uma área central a diversidade funcional é muito importante. Já se estiver a pensar numa área verde penso que deve ser ou conter espaços de contemplação, pouco ruído, portanto pouco diversos</p>
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Sem comentários

Delphi – critério Elementos Naturais

	<p>A presença de elementos naturais avalia a presença do sistema “verde” e do sistema “azul” na cidade. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a presença de árvores e de canteiros com flores nas vias, em praças e largos, de espaços verdes, de linhas e espelhos de água.</p>
Comentários dos peritos Ronda 1	<p>OK. É isto. Uma definição curta e objetiva (P3)</p> <hr/> <p>Julgo que o critério precisa de outra formulação. Todos os critérios (exceto Atributo dos Elementos, que me parece ambíguo...) são designados por um substantivo. Devia tentar o mesmo para este critério (Natureza?) (P4)</p>

Redutor como critério se comparado com outros critérios em particular com o da Sustentabilidade. Seria importante que todos estes critérios tivessem semelhante grau de importância ou relevância (P6)

A presença de elementos naturais avalia a presença do sistema "verde" e do sistema "azul" na cidade. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a presença de árvores e de canteiros com flores nas vias, em praças e largos - (praças e largos são quase a mesma coisa) -, de espaços verdes, de linhas e espelhos -(superfícies)- de água. O critério deve ser apenas "Elementos Naturais". A sua presença ou ausência são quantitativas (P7)

A diversidade de situações é aqui enorme. Julgo que se refere apenas a vegetação (herbácea, arbustiva, arbórea) em solo pavimentado ou não (P8)

Importantíssimo para a nossa sanidade mental e para o equilíbrio que nos permite funcionar positivamente no sistema (P9)

Articulação do espaço verde com a envolvente (i.e. jardim murado, com acesso interdito em determinadas horas do dia); dimensão do espaço verde (P11)

A presença dos elementos naturais deve ter várias funções como o enquadramento de vias rodadas de maior trânsito nuns casos, o estabelecimento de jardins como espaços de estar, encontro e diversão noutros, ou ainda o desenvolvimento da biodiversidade e de ecossistemas próprios (já referido no critério da sustentabilidade) (P12)

Essencial, mas não fundamental para muitos observadores (P14)

Estes elementos naturais não devem/podem ser encarados com "figurativos" mas sim como elementos estruturantes da construção da cidade de forma a que "penetrem" na malha urbana como qualquer outra infraestrutura de suporte, devem ter escala para promover a descontinuidade dos volumes construídos, ajudar na leitura do território e da paisagem, promover pontos de fuga e "descanso" da vista, para além dos demais serviços prestados ao nível dos ecossistemas (P15)

"vegetação no espaço público" - podendo estar contido no já existente "Presença de elementos naturais", com a proposta visto alcançar um indicador ambiental (se analisadas as condições fitossanitárias das espécies), assim como a amplitude e qualidade do espaço público (quando analisada, p.e., a implantação de elementos arbóreos e seu perfeito desenvolvimento e, ainda, a amplitude de espaços verdes ajardinados) (P16)

Genericamente, concordo (P18)

Concordo com a definição. Mas, pessoalmente, acho que também é "Natural" a edificação e todas as construções humanas. As zonas verdes, nas cidades e mesmo no campo, são construções feitas por nós, se evoluíssem em estado natural os campos e as zonas verdes das cidades, não seriam como são. Por isso não aprecio o emprego do termo "Natural" para espaços construídos e dominados pelo Homem (P19)

Em princípio a presença de elementos naturais pode ser interessante, mas também pode desvirtuar completamente um espaço urbano, por exemplo um centro histórico medieval. Colocar árvores na rua, nessas circunstâncias, pode ser um verdadeiro atentado ao carácter da zona (P21)

QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA- PROPOSTA DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

	Este é dos conceitos mais "pobres" do ponto de vista da sua definição - está-se a esquecer todos aqueles elementos naturais que marcam a paisagem urbana desde rios a montanhas que configuram a noção de limite de cidade e por consequência da sua paisagem (P22)
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	O critério "Elementos naturais" avalia a presença do sistema "verde" e do sistema "azul" na paisagem urbana. O "verde", ou a "vegetação no espaço público", refere-se à inclusão e/ou proximidade de elementos herbáceos, arbustivos, arbóreos, espaços verdes ajardinados, canteiros com flores nas vias e em praças. Estes elementos naturais promovem a descontinuidade dos volumes construídos, o enquadramento das vias, de pontos de fuga e descanso, espaços de estar, encontro e diversão. O "azul" refere-se à inclusão ou proximidade de elementos naturais com água, de linhas e espelhos de água, rios, lagos ou proximidade ao mar. Outros elementos como as serras e/ou montanhas, pela sua proximidade à cidade, também fazem parte da paisagem urbana.
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	Sem comentários
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Sem comentários

Delphi – critério Harmonia

	A harmonia está relacionada com o equilíbrio, com as proporções, e com a unidade da paisagem urbana, que se verifica quando todos os elementos estão presentes, (não apenas alguns), e, quando simultaneamente não existem elementos dissonantes. Está ainda relacionada com a ausência de incompatibilidades de usos, com a presença de elementos naturais, com o equilíbrio demográfico e enquadramento morfológico. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a ausência de ruturas arquitetónicas inseridas no edificado em relação à totalidade dos edifícios, entendendo-se aqui "rutura" como falta de relação com a envolvente, de rompimento, fratura, descontinuidade, que causa uma sensação de desenquadramento que desqualifica (que retira valor). De indicadores que expressem as incompatibilidades de usos (por exemplo causado pelo "ruído": habitação versus indústria (HAB;IND), habitação versus via férrea (HAB;VF); espaços verdes versus autoestradas (EV;AE), hortas urbanas versus interfaces de transportes pesados rodoviários, em relação ao número de usos possíveis, aplicando-se o critério de "incompatibilidade" por ser mais facilmente identificável do que a "compatibilidade". O conceito de "usos incompatíveis" está associado à "utilização dominante", e ao "Princípio da compatibilidade de usos", sendo neste caso "Habitação" a utilização dominante. Por indicadores que expressem a presença equilibrada de elementos naturais (árvores, flores, água); que expressem o equilíbrio demográfico, ou seja, distribuição dos vários grupos etários (ou grupos étnicos ou de classes sociais). Indicadores que expressem o desenquadramento morfológico, ou seja, a existência de edifícios mal inseridos morfológicamente, que não acompanham o relevo do terreno, mal integrados paisagisticamente, em desrespeito pela paisagem envolvente.
Comentários dos peritos Ronda 1	Tudo isto cabe debaixo de 'integridade estética' ou 'coerência formal' (P3) _____ Não percebo bem a diferença de coerência (P5) _____

	<p>Confunde-se com o critério da Coerência. O conceito de Estética, como valor, podia ser mais adequado porque Harmonia pode ser percebido de diversas formas e ter interpretações diversas (P6)</p> <hr/> <p>A harmonia está relacionada com o equilíbrio, com as proporções, e com a unidade - (dos componentes) - da paisagem urbana, que se verifica quando todos os elementos - (quais?) - estão presentes, (não apenas alguns - (é uma redundância, se na frase anterior está "todos" então isto é repetir), e, quando simultaneamente não existem elementos dissonantes. Está ainda - (Está também ...) - relacionada com a ausência de incompatibilidades - (outra redundância: ausência de incompatibilidade é o mesmo que compatibilidade) (P7)</p> <hr/> <p>Sobreposição parcial a Coerência. Distinguir entre usos do solo, utilização de áreas de construção, organização funcional dos espaços e imagens (P8)</p> <hr/> <p>Uma consequência - quando os sistemas funcionam (P9)</p> <hr/> <p>OK, mas parece-me haver sobreposição com coerência pelo menos em alguns dos atributos referidos (eg volumetrias) (P10)</p> <hr/> <p>Nos usos incompatíveis considerar ainda Habitação/ Atividades de lazer com funcionamento noturno (p.e. bares) (P11)</p> <hr/> <p>É um exercício arriscado o uso de uma palavra tão forte que pode ser interpretado de tantas formas diferentes... Apesar da dissonância de formas, aspetos, a combinação de um conjunto mais ou menos alargado de elementos diferentes pode resultar em algo único, diferenciador e até produtivo. Podemos tanto falar de um motor de um carro cujas múltiplas peças culminam num motor que funciona e que impulsiona o veículo como de uma paisagem multifuncional. Não vejo como a harmonia poderá ser racionalizada adequadamente no âmbito de um trabalho desta natureza (P18)</p> <hr/> <p>Penso que este conceito de Harmonia poderia ser fundido com o da Coerência. As minhas observações são idênticas às que fiz no comentário ao conceito da Coerência (P19)</p> <hr/> <p>O conceito de harmonia, aliás como o de coerência parece-me algo confuso. Dou como exemplo o equilíbrio etário, enquanto presença de vários grupos, jovens, idosos, etc. Isso não é diversidade? (P21)</p> <hr/> <p>Harmonia parece interpretada como homogeneidade (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério "harmonia" refere-se à compatibilidade de objetos e usos dentro de um dado conjunto, está relacionada com o equilíbrio entre os elementos construídos e naturais, entre o edificado e o solo, com o enquadramento morfológico e com a unidade da paisagem urbana (que se verifica quando todos os elementos que a compõem estão presentes). Tem a ver com a forma como os edifícios estão implantados, com o respetivo enquadramento morfológico e integração paisagística.</p> <p>Prende-se ainda com a incompatibilidade de usos (por exemplo causado pelo "ruído": habitação versus indústria (HAB;IND), habitação versus via férrea (HAB;VF); espaços verdes versus autoestradas (EV;AE), hortas urbanas versus interfaces de transportes pesados rodoviários, Habitação/Atividades de lazer com funcionamento noturno (por exemplo: bares), aplicando-se o conceito de "incompatibilidade" por ser mais facilmente identificável do que a "compatibilidade". O conceito de "usos incompatíveis" está associado à "utilização dominante", e ao "Princípio da</p>

	compatibilidade de usos”, sendo neste caso, da paisagem urbana, a “Habitação” a utilização dominante.
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	Não concordo, nem discordo Percebo a definição, mas quanto a mim, atualmente, não há usos incompatíveis nos meios urbanos. Desde que se cumpra a miríade de legislação que existe até os usos industriais são compatíveis com o meio urbano. Muito menos é incompatível os exemplos que apresenta da “habitação versus via férrea” e outros que quanto mim devem coexistir ordenadamente. O litoral de Portugal e muitos outros sítios do mundo, estão-se a tornar em contínuos urbanos, em megalópoles, onde os usos coexistem e têm de coexistir. O problema é de ordenamento e não de usos.
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Discordo Não concordo porque acho que a diversidade de usos “compatíveis” ou não, não é um critério por si só de harmonia. Aliás os usos compatíveis não são constantes ao longo dos tempos, têm que ver com os níveis de exigência e de necessidades das sociedades

Delphi – critério Identidade

	A identidade é representada pelos estilos e características arquitetónicas, cores, morfologia do terreno e características do solo, pelos impactos sensoriais (luminosidade, cheiro, som), tudo o que diferencia uma paisagem urbana de outra, e que lhe confere carácter; e representada ainda pelos acontecimentos (festas populares) que se realizam e traduzem sentimentos comuns de apego pelos lugares, e ainda pela conservação da forma da cidade, pela continuidade histórica/cultural/patrimonial, preservação dos elementos naturais, e existência e preservação de monumentos, edifícios culturais, de valor histórico/cultural. Para o conceito de identidade contribuem ainda as relações sociais, relações de vizinhança e proximidade com os vizinhos, e que conferem um sentimento de pertença e de responsabilidade social. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representem a conservação da forma original dos edifícios, a sedimentação do edificado de várias épocas (em particular as mais antigas), apontando para uma certa resiliência do edificado, como a capacidade de manter a sua história ao longo dos tempos, transmitindo a perenidade e plasticidade da paisagem urbana e a sua adaptação às variações temporais, na preservação do edificado desde o mais antigo ao mais recente, passando por várias épocas; indicadores que exprimam a existência de festas populares e de mercados de rua associados ao local; a adequação dos materiais de construção e das cores ao local; e ainda a existência de monumentos próprios do país, que representem a respetiva identidade cultural
Comentários dos peritos Ronda 1	Isto é, mais uma vez, um saco cheio de coisas. Qual o tipo de 'identidade' que quer medir ou analisar? Não pode misturar no mesmo critério questões sociais, culturais, espaciais e arquitetónicas... (P3) O termo 'Identidade' é sempre equívoco. A descrição que é dada do critério aproxima-se mais da noção de 'Diferença/Originalidade' (P4) Mesmo que Caracter caso seja aplicado ao planeamento urbanístico? (P6) A identidade é representada ... - (a Identidade não é representada é dada! É dada pelo conjunto dos atributos que caracterizam o elemento. Em vez de identidade prefiro o critério Singularidade) (P7) Se incluir a identidade imaterial ligada às vivências, pode ficar complicado (P8) Identidade e significado estão muito próximos - são o motor da ação necessária (P9)

	<p>A memória é um fator fundamental da identidade e, conseqüentemente, do futuro. A preservação da memória, não só do edificado, mas dos usos, dos habitantes, da história do lugar, são um forte contributo para a identidade coletiva da cidade que deve ser transmitida às novas gerações (P12)</p> <p>Ao invés de adequação dos materiais ao local, iria mais pela coerência (P13)</p> <p>Identidade é um conceito arriscado. Não corresponde necessariamente a uniformidade de outros critérios (e ainda bem). É um conceito móvel por definição, embora o pretendam fixo. Preferia 'reconhecimento', mas este por sua vez também diverso consoante quem e quando se faz (P14)</p> <p>Aceita-se esta perspetiva mais conservacionista e menos dinâmica de identidade mas não é seguramente a minha P18</p> <p>Parece-me bem embora acho que pudesse explorar a “Identidade” também pela “Exclusividade”, pelas coisas únicas e singulares de cada local (P19)</p> <p>Mas muito difícil de avaliar na prática! (P21)</p> <p>As instituições ocorrem-me como um elemento identitário importante não referido aqui. Estou a pensar desde instituições públicas a privadas que quer como promotoras, quer como ocupantes de partes de cidades contribuem para a sua identidade (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério “Identidade” avalia os fatores que diferenciam uma paisagem urbana de outra, e que lhe conferem caráter, originalidade, singularidade, exclusividade (através de elementos únicos), e reconhecimento. Assim, debruça-se nos aspetos físicos naturais - morfologia do terreno e características do solo, tipo de vegetação, e proximidade a rios, lagos, mar. No que respeita aos elementos construídos, aprecia os materiais, estilos e características arquitetónicas; a existência de ícones, e elementos que se destacam dos restantes, existência de edifícios culturais, de valor histórico e patrimonial; e ainda monumentos próprios do país, representativos da sua que identidade cultural.</p> <p>E ainda quanto aos elementos construídos, este critério refere-se também à sedimentação (e resiliência) do edificado de várias épocas (em particular as mais antigas), à capacidade da paisagem urbana de manter a sua história ao longo dos tempos, e de transmitir a sua adaptação às variações temporais.</p> <p>Outros elementos, reveladores da associação do espaço público a algum valor da comunidade em que se insere, nomeadamente pela preservação de memórias coletivas (através por exemplo estátuas, ou placas comemorativas, fotos do bairro no passado, e de identificação fotos de residentes, ou ainda pelas instituições, privadas e/ou públicas, (Universidades, museus, estádios de futebol, salas de concertos), e ainda aspetos imateriais - impactos sensoriais (luminosidade, cheiro, som) – e/ou acontecimentos (festas populares, mercados), são igualmente objeto de avaliação.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi</p>	<p>Sem comentários</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi</p>	<p>Sem comentários</p>

	<p>A legibilidade tem a ver com conseguir-se ter, no ambiente envolvente, informação suficiente para se entender-se o espaço, poder-se “navegar” , sem desorientação. Avalia a visibilidade, a estrutura urbana, a cor, o contraste dos objetos, o grau de variação dos elementos e dos espaços, o destaque de certos edifícios (geralmente associado a elementos verticais que se destacam da massa edificada, por exemplo torres de igreja, entre outros), os planos verticais em contraste os planos horizontais, a leitura do edificado, a boa orientação na malha urbana, a clareza e a leitura dos espaços, dos centros, dos corredores, dos limites, que permitem uma fácil orientação, uma malha viária bem traçada, a diversidade de espaços, de elementos marcantes e pontos notáveis. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representem a existência de contraste entre objetos, de forma evidente para uma leitura do espaço, o tipo de visibilidade, na malha urbana, a colocação dos objetos; a existência de pontos notáveis, pontos marcantes na paisagem urbana (torres de igreja, monumentos, edifícios com arquitetura relevante), a diversidade de espaços, ou seja, a existência de espaços de características diferentes (largos, praças, vias, rotundas, cruzamentos); a existência e compreensão de elementos estruturantes bem definidos (exemplo: ruas principais e ruas secundárias).</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Eu eliminaria esta. Isto é território do Kevin Lynch e, a ser abordado, seria um estudo em si mesmo. É complexo, subjetivo, e tem uma metodologia própria (P3)</p> <hr/> <p>Legibilidade (como conceito desenvolvido por Kevin Lynch) está também associado, na análise urbana, ao conceito de Inteligibilidade desenvolvido por Françoise Choay no sentido em que para além da forma física interessa também perceber as ideias e os processos que informaram a forma (P6)</p> <hr/> <p>(...) por exemplo torres de igreja, entre outros -(se coloca o "por exemplo" não há necessidade de terminar com "entre outros" basta "por exemplo torres de igrejas." (...) os planos verticais em contraste -(com)- os planos horizontais (...) Nesta breve definição torres de igreja aparece escrito duas vezes. Parece-me muito. Como a legibilidade está dependente das condições de iluminação este critério só pode ser considerado se se definirem condições específicas de iluminação, o que pode ser de difícil aplicação (P7)</p> <hr/> <p>Também depende da cultura de quem 'lê' (P8)</p> <hr/> <p>Comunicação apenas pode acontecer se todos entendem o que está em causa (P9)</p> <hr/> <p>Concordo (P18)</p> <hr/> <p>Penso que em cada conceito que define mostra, pela definição que faz, que são tendencialmente bons ou tendencialmente maus. Ou seja, na sua definição de “Legibilidade” diz-nos que os elementos dissonantes e contrastantes são bons para a legibilidade, mas na definição de “Coerência” diz-nos que esses contrastes ou dissonâncias são maus. Assim, penso que cada conceito não tem de ter uma valoração nem positiva nem negativa (P19)</p> <hr/> <p>Ao estilo Kevin Lynch! (P21)</p> <hr/> <p>Parece-me bem embora o texto me pareça um pouco repetitivo sobretudo nos exemplos (as torres de igreja) que poderiam ser bem mais diversificados P(22)</p>

Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	O critério "Legibilidade" tem a ver com a informação disponível que possibilita a leitura do espaço envolvente. Avalia a visibilidade, a cor, a iluminação, o contraste dos objetos, o destaque de certos edifícios, a existência de pontos notáveis, pontos marcantes na paisagem urbana (geralmente associado a elementos verticais que se destacam da massa edificada, por exemplo torres de igreja). Tem a ver com o contraste entre planos verticais e planos horizontais, a clareza e a leitura dos espaços, dos centros, dos corredores, dos limites; e com a existência e compreensão de elementos estruturantes bem definidos (exemplo: ruas principais e ruas secundárias). Prende-se ainda com a existência de pontos focais, que atraem o olhar, que se destacam pela cor, forma e escala, e que servem de referência.
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	Sem comentários
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Sem comentários

Delphi – critério Manutenção

	A regulação/manutenção diz respeito ao modo como o espaço público e os edifícios são geridos e mantidos, (nomeadamente o cuidado na manutenção de edifícios, incluindo as traseiras dos mesmos, avistadas pelos vizinhos). Refere-se ainda à poluição visual, avalia a colagem de "posters" e grafitis nas fachadas dos edifícios, a existência de caixas de publicidade em postes e paragens "Bus", "Écrans" eletrónicos e de grandes "outdoors"; no que se refere à limpeza do espaço público, de edifícios, e dos equipamentos de sinalização dos elementos de segurança, e do mobiliário urbano. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que avaliem a gestão no que respeita à manutenção do espaço público (conservação dos materiais dos passeios, pavimentos, dos equipamentos de sinalização, de segurança e de informação, e do mobiliário urbano); no que respeita a manutenção dos elementos naturais nas vias largas e/ou jardins, aos elementos "a mais" nas fachadas dos edifícios, à colocação de fios e cabos, antenas parabólicas, aparelhos de ar condicionado, marquises nas fachadas dos edifícios. E ainda no que toca à existência de edifícios com "posters" colados nas fachadas, à quantidade de caixas de publicidade e de écrans eletrónicos, de "outdoors" de propaganda, no que respeita à limpeza do espaço público, no que respeita à presença de papeleiras, no que respeita à presença de edifícios grafitados (rabiscos, sem arte).
Comentários dos peritos Ronda 1	Acho bastante importante. Um espaço limpo e com manutenção é convidativo, inspira confiança, segurança (P1) Dado que espaços não mantidos induzem insegurança, eu incluiria isto no critério seguinte (P3) Da forma como é descrito o critério Regulação / Manutenção parece só ter a ver com a gestão e manutenção do espaço público. É redutor do conceito de Regulação que é crítico na construção da paisagem urbana como processo e como projeto. Parece-me importante enquadrar melhor o critério Regulação como conceito na gestão e governança do 'bem comum' como imperativo da qualidade da paisagem urbana (P6) A regulação pode existir e não ter continuidade na manutenção. Mas a manutenção pode existir mesmo que não haja regulação. Assim eu limitava-me a referir apenas "Manutenção". Se quiser manter a regulação, questiono que se o termo não deveria ser antes Legislação (P7)

	<p>Embora a manutenção seja importante e tenha uma componente regulada, será porventura igualmente importante considerar a regulação e fiscalização (P8)</p> <hr/> <p>Essenciais e na regulação a mínima necessária e a manutenção - a prevenção sobretudo (P9)</p> <hr/> <p>Este critério é operacional, muito distinto dos restantes que são atributos qualificativos ou funcionais, parece-me confuso avaliar uma paisagem urbana do ponto de vista da sua gestão, o critério seria coerência, harmonia, diversidade, etc. - a sua ausência será reveladora de ausência ou fraca manutenção por exemplo (P10)</p> <hr/> <p>Há também a necessidade de um trabalho de pedagogia e formação de cidadania para corrigir ou evitar determinados comportamentos “incívicos”. Por muita regulação, manutenção e fiscalização que se faça e deve fazer, é necessário um trabalho de educação para a cidadania, de que o cuidado com o bem comum, que para além de ser de todos é também nosso, é algo imprescindível (P12)</p> <hr/> <p>A necessidade de regular de forma harmoniosa as fachadas do edificado, de forma que o conjunto edificado/espço urbano seja coerente respeito o património arquitetónico e histórico cultural mas também respeito o cidadão no que diz respeito ao abuso na sinalética publicitaria e outra que promovem a poluição visual, sonora e pro vezes são barreiras arquitetónicas e colidem com a acessibilidade e o conforto do espaço urbano....deve ser definido o que se entende ser o padrão de qualidade para se aferir se um determinado espaço tem qualidade e em que nível se encontra...como indicadores a percepção do público, nº de reclamações do serviço, entrevistas (P15)</p> <hr/> <p>??? (P18)</p> <hr/> <p>Concordo, sem nada a acrescentar (P19)</p> <hr/> <p>Focava sobretudo a manutenção e a limpeza, no sentido da gestão ativa do espaço urbano de acordo com a sua utilização. Alguns dos exemplos dados na definição do critério podem ser maus ou bons, depende da perspectiva e do uso do local (P21)</p> <hr/> <p>As traseiras são no sentido mais estrito espaços que não confinam com o espaço público, não sei assim muito bem como o colocar aqui. Por outro lado, a questão da regulação da ocupação do espaço público está totalmente ausente desta dimensão (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério “manutenção” diz respeito ao modo como o espaço público e os edifícios são mantidos, à limpeza do espaço público e à poluição visual. O primeiro aspeto diz respeito ao estado de conservação dos materiais dos passeios, pavimentos, dos equipamentos de sinalização, de segurança e de informação, e do mobiliário urbano; à manutenção dos elementos naturais nas vias largas e/ou jardins; o segundo, aos elementos “a mais” nas fachadas dos edifícios, à colocação de fios e cabos, antenas parabólicas, aparelhos de ar condicionado, marquises nas fachadas dos</p>

	<p>edifícios, e ainda ao cuidado na manutenção de edifícios, incluindo as traseiras dos mesmos, avistadas pelos vizinhos, ou a partir do espaço público.</p> <p>A limpeza do espaço público inclui os edifícios, os equipamentos de sinalização dos elementos de segurança, e o mobiliário urbano.</p> <p>A poluição visual refere-se a todas as alterações no edificado que afetam a sua imagem original, bem como as alterações nas infraestruturas de transporte de energia ou telefónicas e a existência de estruturas de suporte de publicidade, e avalia, nomeadamente, a colagem de “posters” nas fachadas do edificado, e à presença de edifícios grafitados (“tags”, rabiscos, sem arte), de caixas publicidade em postes e paragens “Bus”, “Écrans” eletrónicos e de grandes “outdoors”.</p>
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	Sem comentários
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Sem comentários

Delphi – critério Mobilidade

	<p>A mobilidade pode ser encarada quanto à (des)continuidade da malha urbana (impasses), à leitura dos caminhos, à compreensão dos percursos, aos materiais de pavimentação incómodos que impedem a circulação pedonal e viária, à acessibilidade aos transportes públicos. Este critério poderá vir a ser traduzido por indicadores que expressem o modo como o espaço público privilegia a circulação pedonal através da continuidade de passeios, pavimentos confortáveis e seguros, existência de zonas de descanso, sombreamento das ruas e das praças, e pela presença de transportes públicos variados (incluindo sistemas de partilha de bicicletas e automóveis), com ligação a diversas zonas da cidade.</p>
Comentários dos peritos Ronda 1	<p>Com esta definição, consideraria chamar-lhe 'pedonalidade'. E criava uma nova categoria, talvez 'intermodalidade' para a questão dos TPs (P3)</p> <p>_____</p> <p>Acho sobreposto ao de acessibilidade (P5)</p> <p>_____</p> <p>Este critério é muito semelhante ao primeiro. Eu juntava os dois (P7)</p> <p>_____</p> <p>A sua definição parece ser uma duplicação de acessibilidade. A mobilidade é o conjunto das formas/modos como as pessoas se deslocam (intras e modos de transporte segundo tipos e distância de deslocação (P8)</p> <p>_____</p> <p>Apenas a necessária para termos acesso ao que precisamos (P9)</p> <p>_____</p> <p>De novo me parece que se confunde paisagem urbana com espaço público (P10)</p> <p>_____</p> <p>Penso que a mobilidade diz também respeito à circulação rodada; aos desafios de incentivar o uso de transportes públicos para diminuir a entrada de veículos particulares na cidade; aos desafios de resolver os problemas de estacionamento na cidade; ao estabelecimento de parques dissuasores junto a importantes estações de transportes; à criação de bolsas de estacionamento para residentes; etc...(P12)</p> <p>_____</p> <p>Bastaria acessibilidade? (embora obviamente não sejam similares) (P14)</p> <p>_____</p> <p>A definição julgo que se refere à mobilidade suave, ou seja, essencialmente pedonal ou ciclável, contudo pode ser considerando ainda o sistema de transportes públicos que permitem aceder a zonas mais remotas (P15)</p>

	<p>Para mim a mobilidade é a concretização do potencial da acessibilidade pelo que entendo a descrição apresentada deste critério mais associada ao conceito de acessibilidade que de mobilidade (P18)</p> <hr/> <p>Concordo com a definição, mas penso que é redutor não incluir o transporte privado na sua definição. Penso que poderia referir também a importância dos interfaces modais para mobilidade (P19)</p> <hr/> <p>Importará distinguir entre mobilidade pedonal, ciclável, automóvel, em transporte público, etc. Há claros “trade-offs” e contradições entre estas diversas formas de mobilidade (P21)</p> <hr/> <p>Parece haver alguma confusão entre mobilidade e acessibilidade (P22)</p>
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	<p>O critério “mobilidade” tem a ver com os modos de deslocação, seja rodoviária através do transporte privado ou público, ferroviária, ou de modos suaves, isto é, mobilidade pedonal, e/ou ciclável. Assim, este critério avalia o (des) congestionamento automóvel, a oferta e tipo de estacionamento, a diversidade de oferta de transportes públicos (autocarros, metropolitano, elétrico, comboio); e ainda a continuidade da malha urbana, de passeios, existência de pavimentos confortáveis e seguros, e de materiais de pavimentação (cómodos que permitam a circulação pedonal), existência de zonas de descanso, o sombreamento das ruas e das praças, e sistemas de partilha e estacionamento de bicicletas.</p>
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	<p>Não concordo, nem discordo Atributo anódino semelhante ao da segurança ----- Não concordo, nem discordo Considero este critério uma extensão ou subcritério de Acessibilidade.</p>
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	<p>Não concordo, nem discordo Quanto a este aspeto reformulo a minha anterior avaliação, considerando-o relevante, ou seja, passo a concordante com a importância do seu papel para a qualidade da paisagem urbana, tal como o da segurança. Não obstante explicita-se que o conceito de mobilidade aqui presente abarca quer as acessibilidades, quer os transportes, mas ambos em face de um dado contexto social, económico e ambiental de referência: a mobilidade é função das “necessidades” supridas pelas infraestruturas de acessibilidade e de transportes. ----- Concordo</p>

Delphi – critério Segurança

	<p>A segurança é baseada na forma ambiental, na envolvente, cujas características oferecem proteção. É percebida pela quantidade e qualidade da iluminação da via, de policiamento, da presença de transeuntes, presença de grupos sociais específicos, a proteção contra o tráfego automóvel e as condições de gestão do espaço público. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representam o número de candeeiros, a presença de agentes de polícia ou esquadra de proximidade, a presença de transeuntes (analisado num dia de semana, no período laboral, no período noturno), a presença de grupos populacionais e sociais específicos (etnias, gangues, sem “abrigo”), ou que se dedicam a atividades pouco lícitas, e que possam invalidar a aproximação de outros grupos populacionais, e ainda a existência de elementos que protegem os peões dos automóveis, por exemplo, a existência de passeios largos, barreiras de proteção, passadeiras para atravessamento de peões e/ou passagens pedonais desniveladas, elementos dissuasores do estacionamento sobre os passeios ou de velocidade automóvel.</p>
--	--

<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Mais uma vez, uma mistura de critérios. A segurança em relação ao tráfego automóvel não tem nada a ver com a segurança em relação à percepção de perigo perante a "presença de grupos sociais específicos", como lhes chama. Se quiser, crie subcategorias a partir de tipos de (in)segurança; tal como pode criar subcategorias de 'diversidade', etc (P3)</p> <hr/> <p>A Segurança está desde logo dependente da hora do dia. A aplicação deste critério tem que ter em consideração esta variável (P7)</p> <hr/> <p> Talvez distinguir a segurança passiva (espaços e suas vivências) da segurança ativa (policiamento, câmaras) (P8)</p> <hr/> <p>Pertence ao conceito de espaço público que no meu entender é bastante mais vasto do que o de paisagem urbana, sendo a paisagem urbana um elemento do espaço público (P10)</p> <hr/> <p>Presença de transeuntes - identificar as áreas onde os turistas têm expressão significativa; considerar as diferenças entre um dia de semana e um dia de fim de semana (P11)</p> <hr/> <p>Etnias ou "atividades pouco lícitas" ligados á segurança são questões sensíveis e com fronteiras muito ténues com a sua conveniência entre diversos grupos heterogéneos existentes numa determinada unidade de paisagem. Critérios mais objetivos como taxa de criminalidade ou ocorrências policiais serão mais aceites (P13)</p> <hr/> <p>A segurança ou a sua percepção depende sempre da pessoa e do seu perfil, cada pessoa sente-se mais ou menos segura num determinada ambiente dependendo da sua experiencia de vida, perfil e atitude...para termos um local seguro é importante dotá-lo e condições mínimas (design espaços exteriores, espaços integrados e acessíveis...) e de promover junto da comunidade o sentimento de pertença, de modo a que a "maioria silenciosa" se aproprie do espaço público e afaste os maus comportamentos sociais com indicadores índice de criminalidade, plano de ação para a redução do índice de criminalidade, estratégia para a inclusão dos grupos/bairros problemáticos, percepção do público por entrevistas...(P15)</p> <hr/> <p>Segurança contra riscos tecnológicos, ambientais, geomorfológicos: gases, radiações, contaminação de água, incêndios, inundações, aluimentos, escorregamentos, tremores de terra (P17)</p> <hr/> <p>Considero que aqui se mistura o sentimento de insegurança com aspetos físicos e materiais e que muitas vezes não se relacionam...(P18)</p> <hr/> <p>Concordo, sem nada a acrescentar (P19)</p> <hr/> <p>ok, no sentido ativo e, sobretudo, passivo do "defensible space" do Oscar Newman (P21)</p> <hr/> <p>A vandalização do espaço, a sua degradação não causada pelo desgaste normal associado à sua utilização, mas antes à sua delapidação intencional pode ser um indicador de segurança (P22)</p>
--	---

<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério “segurança” avalia tanto os aspetos físicos da paisagem urbana, cujas características oferecem proteção física (“segurança passiva”), como nos fatores que eliminam a sensação de perigo, como a presença de policiamento e/ou câmaras de vigilância (“segurança ativa”).</p> <p>Os aspetos físicos referem-se à forma urbana, cujas características oferecem proteção, seja pela formação das ruas e dos quarteirões, pela arquitetura dos edifícios (número e tipo de janelas), pela quantidade e qualidade da iluminação da via no período noturno, condições de manutenção do espaço público, e pelos elementos de proteção contra o tráfego automóvel. E ainda por elementos que protegem os peões dos automóveis, por exemplo, a existência de passeios largos, barreiras de proteção, passadeiras para atravessamento de peões e/ou passagens pedonais desniveladas, elementos dissuasores do estacionamento sobre os passeios ou de velocidade automóvel.</p> <p>A sensação e percepção do perigo podem ser provenientes de outros fatores, tais como a vandalização e degradação do espaço público, a presença de grupos populacionais e sociais específicos (etnias, gangues, sem “abrigo”), ou que se dedicam a atividades pouco lícitas, e que possam invalidar a aproximação de outros grupos populacionais.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi</p>	<p>Não concordo, nem discordo Atributo anódino: não é por ser maior ou menor que a qualidade se altera</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi</p>	<p>Não concordo, nem discordo Como referido para a mobilidade também se reformula a avaliação da importância da segurança para a qualidade da "paisagem" urbana, ou, melhor dito, da importância da "sensação" de segurança que a paisagem urbana induz ou não. Portanto passa-se a concordar com a relevância deste fator para a qualidade, maior ou menor, da paisagem urbana.</p>

Delphi – critério Sustentabilidade

	<p>A sustentabilidade tem a ver com a existência da biodiversidade, com a presença de espécies vegetais autóctones, com a boa gestão da água na limpeza dos espaços públicos e a rega dos espaços verdes e a utilização de materiais ecológicos no mobiliário urbano. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que representem a existência de corredores verdes ou parques urbanos contínuos, de hortas urbanas, de jardins no terraço dos edifícios (“roof gardens”) e de parques urbanos dando preferências às espécies autóctones.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Sustentabilidade é um conceito muito mais amplo do que isto. Isto cabe diretamente no critério 'presença de elementos naturais'. Acho que deve repensar muito bem todos os seus critérios. E ser mais objetiva e sintética na definição de cada um deles (P3)</p> <hr/> <p>Penso que há redundância e sobreposição em relação à 'Presença de elementos naturais', ou, pelo menos, eu não considero suficientemente clara a distinção (P4)</p> <hr/> <p>Complicado como critério dada a sua abrangência a não ser que seja definido o seu enquadramento. O critério Presença de Elementos Naturais podia ser aqui integrado dada a perspetiva em que é colocado (P6)</p> <hr/> <p>Tem a ver com a manutenção da biodiversidade existente (P7)</p> <hr/>

A sustentabilidade é muito mais ampla e hoje é mais designada por economia circular. Parece estar a falar-se apenas de espaços verdes e biodiversidade (P8)

O novo tema é resiliência uma vez que o mundo está em mudança e precisamos de encontrar equilíbrios mesmo que temporariamente (P9)

A sustentabilidade deverá ser a integração de diversos atributos ou critérios: identidade, legibilidade, harmonia, etc (P10)

É fundamental a escolha detalhada das espécies para plantação tendo em conta o lugar, a composição do terreno, o espaço disponível para o futuro desenvolvimento das raízes, as consequências da caducidade das folhas, flores ou frutos em meio urbano, o aproveitamento dos recursos naturais, a exposição solar e o ensombramento provocado por prédios existentes ou previsíveis, as necessidades de rega, etc (P12)

Nos indicadores propostos deverão ser incluídos gestão da água e resíduos (P13)

A "sustentabilidade" de um determinado território está diretamente relacionada com o equilíbrio que existe entre os vários processos que nele ocorrem, que no balanço final devem permitir o desenvolvimento do território de forma sustentada o que engloba as várias dimensões seja esta ambiental, económica e social...o facto de termos biodiversidade urbana, e natur base solutions em ambiente urbano são medidas que visam atingir a sustentabilidade, mas não o são pro si só deve para isso ser avaliada a pegada ecológica real...como indicadores a qualidade ar, água, consumo energia, sistema de transporte, acessos a espaços verdes urbanos e naturais...consumo ao nível local de água, produção de resíduos, índice de reciclagem...etc (P15)

Na sequência do tema anterior da segurança, perceber a existência de elementos de proteção de pessoas e bens contra impactos naturais, e a forma como estes se encontram acautelados no contexto da estrutura urbana, ou melhor ainda, como esta os teve em conta e integrou (P17)

Esta visão redutora de sustentabilidade deveria ser acompanhada do adjetivo "ambiental" já que o termo sustentabilidade combina a dimensão social e económica, pelo menos...(P18)

É preciso ter algum cuidado com a sustentabilidade que os corredores verdes e parques urbanos conferem ou não. Muitas vezes são muito pouco sustentáveis, pois requerem enormes consumos de água, de energia, de segurança e de manutenção. Também a defesa incondicional das espécies autóctones que é feita hoje em dia merece alguma cautela. Sempre, na História do planeta houve animais e vegetação em "circulação" de uns pontos para os outros. Na europa não existiam batatas, laranjas, arroz, etc., por isso a introdução de espécies autóctones não é em si mesmo um erro ou um mal (P19)

A definição parece confundir qualidade ambiental (biofísica) com sustentabilidade, atributo impossível de avaliar, no quadro de um espaço urbano. A presença de estruturas verdes e/ou azuis não conferem necessariamente sustentabilidade a um espaço urbano (P21)

	Sobrepõe-se à presença de elementos naturais. A sustentabilidade está vista aqui de uma forma muito redutora focando apenas o aspeto ambiental e esquecendo o económico e o social (P22)
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	<p>O critério “sustentabilidade” tem a ver com a circularidade ecológica dos elementos, consumo de energia, produção e reciclagem de resíduos, existência e manutenção da biodiversidade existente, presença de espécies vegetais autóctones, boa gestão da água na limpeza dos espaços públicos, aproveitamento dos recursos naturais, e a rega dos espaços verdes e a utilização de materiais ecológicos no mobiliário urbano, e ainda com a qualidade ambiental (do ar, da água, dos níveis de ruído, dos cheiros, a luminosidade).</p> <p>Este critério refere-se ainda à existência de corredores verdes ou parques urbanos contínuos, de hortas urbanas, de jardins no terraço dos edifícios (“roof gardens”) e de parques urbanos dando preferências às espécies autóctones. No caso das plantas tem a ver com a escolha detalhada das espécies para plantação tendo em conta o lugar, a composição do terreno, o espaço disponível para o futuro desenvolvimento das raízes, as consequências da caducidade das folhas, flores ou frutos em meio urbano, e com a exposição solar e o ensombramento provocado por prédios existentes.</p>
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	<p>Não concordo, nem discordo Conceito demasiado fluido para o contexto</p>
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	<p>Não concordo, nem discordo Reformula-se a anterior consideração e passa-se a considerar este fator como relevante para a qualidade da paisagem. Concordantes portanto...</p> <p>-----</p> <p>Discordo Discordo que as espécies autóctones sejam melhores que as outras. Por essa lógica as hortas urbanas não poderiam ter batatas, nem laranjeiras, etc.</p> <p>-----</p> <p>Não concordo, nem discordo Penso que se pode vir a afirmar como dimensão da qualidade, mas neste momento ainda não será. Na definição sugerida há sobreposição com elementos como a limpeza, escolha de vegetação mais apropriada, etc</p> <p>-----</p> <p>Concordo Da forma como está expresso o critério sustentabilidade refere-se principalmente à componente ambiental. A ecologia urbana deveria ser talvez o termo certo. Se se quer referir a sustentabilidade, outros fatores, de eficiência e eficácia, da energia aos recursos humanos, deveriam estar associados.</p>

Delphi – critério Vistas

	<p>O critério "Vistas" avalia a possibilidade de contemplação da paisagem urbana, de vistas panorâmicas, proporcionadas pelo relevo, pela orografia, em pontos específicos - miradouros, encostas, pontes/viadutos, ou pela aproximação de barco/comboio/ estrada -, de pontos notáveis para observação da paisagem urbana, de miradouros, reveladores de paisagens urbanas abertas, pontos de excelência para apreciação e contemplação das paisagens urbanas. O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que exprimam a existência de vistas panorâmicas (a partir do local em análise) e a existência de miradouros ou pontos de observação de vistas panorâmicas.</p>
--	--

<p>Comentários dos peritos Ronda 1</p>	<p>Ok (P3)</p> <hr/> <p>Proponho apenas: - (Avalia o grau de profundidade de campo da paisagem envolvente, valorando particularmente a existência de "vistas panorâmicas" ou "pontos notáveis" ao longo, ou em determinados pontos dos percursos) (P7)</p> <hr/> <p>Essenciais: para o horizonte, para a água, para o céu, para verde! (P9)</p> <hr/> <p>Essencial mas não fundamental para muitos observadores (P14)</p> <hr/> <p>O conceito pode ser melhor explicado através de indicadores que expressem a existência de vistas panorâmicas (a partir do local em análise ou a partir de outro local para o local em análise) e a existência de miradouros ou pontos de observação de vistas panorâmicas (P17)</p> <hr/> <p>Seria talvez importante refletir que as "vistas" estavam ausentes da paisagem urbana na cidade clássica e medieval como, aliás, ainda se pode perceber nos tecidos urbanos mais densos, orgânicos e históricos da cidade de Lisboa. Considero mesmo que se poderia em tese admitir que a existência de vistas na cidade contraria a ideia da cidade densa, multifuncional e de proximidade (P18)</p> <hr/> <p>Concordo e penso que se podia alargar o conceito ao "desafogo" (P19)</p> <hr/> <p>Este critério só tem valor enquanto aplicado pontualmente em sítios singulares da cidade, conferindo um efeito surpresa, por exemplo (P21)</p> <hr/> <p>O sistema de vistas talvez fosse uma melhor forma de colocar esta dimensão; de facto não é só marcante o facto de a vista ser panorâmica, também tem a ver com os enfiamentos visuais, com a vista não só de pontos marcantes, mas também dos próprios pontos marcantes (P22)</p>
<p>Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda</p>	<p>O critério "Vistas" avalia a possibilidade de contemplação da paisagem urbana, de vistas panorâmicas, de desafogo, proporcionadas pelo relevo, pela orografia, em pontos específicos - miradouros (pontos de excelência para apreciação e contemplação das paisagens urbanas), encostas, pontes/viadutos, ou pela aproximação de barco/comboio/ estrada -, de pontos notáveis para observação da paisagem urbana, reveladores de paisagens urbanas abertas.</p> <p>Avalia o grau de profundidade de campo da paisagem envolvente, para o horizonte, para a água, para o céu, para o "verde", valorando particularmente a existência de "vistas panorâmicas", enfiamentos visuais, e "desafogo" ao longo, ou em determinados pontos do percurso.</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi</p>	<p>Concordo</p>
<p>Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi</p>	<p>Concordo As condicionantes legais, e não só, ao direito às vistas deviam ser referidas.</p>

Critérios introduzidos após a primeira ronda

Delphi – critério Densidade planimétrica e volumétrica

	Critério introduzido após a 1ª ronda
Comentários dos peritos Ronda 1	
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	Este critério refere-se a uma avaliação da disposição em planta e altimétrica dos volumes construídos. Tem a ver com o modo em como o contexto envolvente é apercebido pelos utilizadores do espaço público (se de uma forma global, ou apenas ao nível térreo, dependendo da compactação e altura predominante do edificado); e das relações entre cheios e vazios (se há a sensação de atrofiamento ou esmagamento face aos volumes construídos). Avalia por outro lado a forma urbana (se há continuidade da malha, se os padrões estão isolados, fragmentados, dispersos, em ilha) e o tipo de estrutura (reticulada ou orgânica, se forma quarteirões; se se estrutura em árvore).
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Discordo Não concordo porque acho que a densidade, por si só, seja um atributo poisito ou negativo de um espaço ----- Discordo não me parece que se ganhe muito em avaliar isto... ----- Não concordo, nem discordo O critério parece-me algo confuso com fatores de avaliação que poderão ser contraditórios.

Delphi – critério Dimensão Humana

	Critério introduzido após a 1ª ronda
Comentários dos peritos Ronda 1	
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	Este critério refere-se à presença humana, ao equilíbrio e diversidade demográfica (distribuição igualitária dos vários grupos etários), à diversidade dos grupos étnicos ou de classes sociais, à coesão social e ao respeito pelos direitos básicos à habitação (ausência de “sem abrigos”, mendigos e/ou desalojados). Refere-se ainda à existência de espaços de recreio e lazer potenciadores da sociabilização, de interação e inclusão social, da capacidade de absorção e integração de residentes e não residentes, com liberdade de uso, sem restrições de uso nas áreas de convivência a segmentos da população.
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	Não concordo, nem discordo
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	Sem comentários

Delphi – critério Mistério

	Critério introduzido após a 1ª ronda
Comentários dos peritos Ronda 1	
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	O critério “mistério” refere-se às características do percurso. Diz respeito ao traçado da via que, ao impedir que do início da via se veja o seu fim, estimula a curiosidade de percorrer, e de descobrir o campo de visão em cada ponto do alinhamento da via. Refere-se nomeadamente aos pontos de quebra de visibilidade, dado pelas curvas convexas no perfil longitudinal, curvas em planta, arcos, desníveis, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento, e que têm a capacidade de surpreender.
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	<p>Não concordo, nem discordo</p> <p>Penso que este critério é válido para um Espaço Verde, mas não para o Espaço Público no sentido de ele poder representar a dificuldade de reconhecimento do lugar ou de deslocação no mesmo. O mistério, neste contexto, pode e deve existir, mas não através da forma das vias como referido na explicação do critério. As vias devem ser facilmente perceptíveis (física e visualmente) para garantir a facilidade de movimentos e a acessibilidade.</p> <p>-----</p> <p>Não concordo, nem discordo</p> <p>Acho que depende completamente do tipo de espaço e do motivo do seu uso/ apropriação no espaço e no tempo. Há situações em que a qualidade é medida pela rapidez do caminho, outras em que pode ser um percurso de descoberta</p>
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	<p>Concordo</p> <p>A seguir ao mistério poder-nos-á suceder uma grande desilusão!... Ou seja: o mistério é mais catalisador do que motor... depende uma vez mais do contexto em que desempenhe o seu papel...se ao anticlímax se segue o clímax ou... uma continuidade do anticlímax...</p> <p>-----</p> <p>Discordo</p> <p>este critério, pela sua descrição, parece ter mais a ver com o critério 'legibilidade'</p> <p>-----</p> <p>Discordo</p> <p>Este critério só é importante para as pessoas que não conhecem o percurso. A partir do momento em que o conhecem, este perde o carácter misterioso. Percorrê-lo passa a ser uma expectância de sequência de imagens.</p> <p>-----</p> <p>Discordo</p> <p>O critério é muito ambíguo para poder ser associado à ideia de qualidade.</p>

Critérios propostos após a 1ª ronda cujo conteúdo foi assimilado pelos outros critérios existentes

Delphi – critério Circularidade ecológica dos elementos (P14)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Sem fundamentação
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos	

Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Coesão social e direitos humanos (P14)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Conforto (P5)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Existência de lugares para estar sentado à sombra, com acesso a bebedouros, casas de banho, etc
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Controlo do espaço (P5)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Perceção de alguma possibilidade de apropriação e de controlo sobre o espaço, como por exemplo, poder mudar de lugar as cadeiras, ou encontrar zonas de maior privacidade para ler sem barulho. Potencial de sociabilização".
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Diversidade humana e funcional (P14)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Sem fundamentação
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	

Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Espaços de recreio e lazer (P16)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Com este critério pretendo encontrar/avaliar a capacidade do espaço público em potencializar a sociabilização, a inclusão social, a capacidade de absorção e integração de residentes e não residentes.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Interação social (P5)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Existência de espaços que favoreçam a interação social: espaços à sombra com bancos ou cadeiras em mesas para convívio ou jogo de cartas; espaços para jogar jogos; esplanadas.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Liberdade de uso (P16)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Análise do nível de democratização das áreas de convivência: se reservada ou universal e o porquê da restrição de uso a segmentos da população.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Massa/volumetria/densidade (P17)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	No seguimento do anterior critério, fundamentalmente planimétrico, este reveste uma avaliação do ponto de vista das massas e volumes construídos, da sua escala relativamente aos habitantes, permanentes ou ocasionais. Do ponto de vista qualitativo e quantitativo poderá avaliar-se a

	<p>sua compactação/altura predominante do edificado. Do ponto de vista qualitativo poder-se-á avaliar a forma como os habitantes apercebem o contexto envolvente: se de uma forma global/holística, p.ex., num contexto de moradias ou de edifícios volumetricamente enquadrados com a dimensão do espaço público, a perceção tende a ser abrangente, pelo contrário se o volume edificado, relativamente ao espaço livre, se impõe, a perceção tende a ser parcelar e mais ao nível térreo, um pouco à semelhança das estratégias dos supermercados que colocam os produtos que querem vender mais, ao nível do alcance físico e visual do cliente... Também quanto mais elevados são os edifícios mais artificial será o ambiente interno habitável, perdendo-se a relação com o solo, como que somos "desenraizados" e envolvidos em bolhas de sobrevivência, em que os sistemas são progressivamente mais sofisticados, desde o abastecimento de água, até ao acessos, segurança, etc...</p>
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Mistério ou surpresa – capacidade de surpreender (P20)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Sem fundamentação
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Padrão espacial (P)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	<p>Tem que ver com a forma como os espaços de cheios e de vazios se organizam, interagem e estruturam, conflituando ou não com o contexto geomorfológico, ou adaptando-se-lhe; se a sua estrutura é reticulada ou orgânica; se forma quarteirões; se se estrutura em árvore; se está fragmentada, dispersa, etc. Estes padrões poderão apresentar-se: Integrados / segregados / fraturados / isolados, ou seja, apresentar-se: Contínuos/peninsulares/em arquipélago/em ilhas ou ilhéus/dispersos. Do ponto de vista qualitativo a estrutura configura-se em termos das relações entre cheios e vazios; vazios públicos vrs. privados; verde público vrs verde privado; proximidade a áreas rurais/florestais/planos de água, usufruindo ou não deles.</p>
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos	

Ronda 3 Welphi	
----------------	--

Delphi – critério Pontos focais (P7)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Pontos que atraem o olhar, servindo de referência e dando informação. Podem destacar-se pela cor, forma e escala, apresentar um carácter dissonante, insólito, estético, ou evocar memórias. As composições visuais delimitadas por fronteiras e margens também apresentam pontos focais definidos pelo cruzamento das diagonais do enquadramento.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Presença de ícones, “outstanding elements” (P10)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Sem fundamentação
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Presença humana (P20)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Sem fundamentação
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Significado (P5)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Associação do espaço público a algum valor da comunidade onde se insere memória (ex: estátua, ou placa comemorativa, fotos do bairro no passado), identificação (fotos de residentes, desenhos de crianças)
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos	

Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Singularidade (P7)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Componentes da paisagem que contribuem para a orientação espacial do observador e que se destacam da envolvente, devido ao carácter insólito, raro ou original de alguns dos seus atributos (p. e. escala, posição ou cor) ou destes com o todo. Definem as características mais importantes da paisagem e o seu valor é dado pelo grau da força visual com que sobressaem da sua envolvente em termos de contraste ou forma.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Delphi – critério Unidade (P7)

	Critério proposto após a 1ªronda
Comentários dos peritos Ronda 1	Expressa o equilíbrio entre os diversos elementos da paisagem e é dada p.e. pelas relações de harmonia, continuidade, ou similitude entre superfícies, cores e texturas. Para muitos autores este é o principal critério de apreciação de uma paisagem.
Critérios na 2ª, 3ª e 4ª ronda	
Comentários dos peritos Ronda 2 Welphi	
Comentários dos peritos Ronda 3 Welphi	

Anexo 2

Lista dos comentários dos peritos, segundo cada critério

1. Critério “Acessibilidade”:
 - a) Espaços não exclusionários, com equidade e a justiça espacial;
 - b) Acesso a determinados territórios, em que a acessibilidade por si só não muda a condição de acesso, nomeadamente quando se refere a loteamentos ou condomínios (como por exemplo a Aroeira ou o Bom Sucesso), ou os bairros de iniciativa pública (como por exemplo a Quinta do cabrinha ou o 6 de maio), em que só ali se desloca quem lá vive, independentemente da acessibilidade;
 - c) Existência de barreiras arquitetónicas, e acessibilidade a pessoas com dificuldades motoras;
 - d) Excessiva acessibilidade pode retirar privacidade a determinadas áreas residenciais;
 - e) A acessibilidade não tem uma relação direta com a qualidade da paisagem urbana, por quanto uma cidade pode ter uma paisagem urbana de má qualidade e ter muito boas acessibilidades.

2. Critério “Atributos dos elementos”
 - a) Desdobramento do critério em elementos da arquitetura do edificado, desenho urbano e ambiente no sentido estrito;
 - b) “Elementos” regra geral são o ar, a água e o fogo;
 - c) São conceitos de escala, relação espacial e continuidade visual; uma experiência estética positiva pode ser obtida mesmo sem um elevado padrão de qualidade e/ou arquitetura qualificada (ex: bairros asiáticos);
 - d) Ficam por explorar os elementos imateriais e não quantificáveis como o sentimento de insegurança, a carga identitária;

- e) Designar o critério por "Qualificação Espacial"; em relação à estética e à beleza é preferível ser substituído por harmonia e equilíbrio, uma vez que existe grande subjetividade nesses conceitos
- f) Distinguir entre os aspetos estritamente estéticos da qualidade urbanística e arquitetónica, dos aspetos da qualidade do ambiente no sentido bio geofísico (isto é, qualidade do ar, luz, ruído);
- g) Discordância relativamente à postura clássica de "belo" e "feio" vinculado à riqueza estética - que material é mais nobre? uma caixilharia high-tech ou outra de madeira? Mais importantes são as qualidades sensoriais, que reflitam uma determinada vivência ou um processo histórico (muito alinhado com a Convenção Europeia da Paisagem) para os quais as questões estéticas pouco contribuem;
- h) Associação do critério à questão da 'inteligibilidade', ou seja, ao entendimento das formas e dos atributos de acordo com os processos, as normas e as regras que os geraram e foram sendo consensualizadas. Tem a ver com concordância e com objetivos de convergência e consistência face à história e às narrativas que conformaram o ambiente urbano.

3. Critério "Coerência formal"

- a) Este critério refere-se a uma "experiência estética positiva". Talvez designá-lo por 'integridade estética' ou 'coerência formal';
- b) Coerência no urbanismo aparece na regulação associada ao princípio ou imperativo da integração urbanística nas suas diferentes variantes - concordância com alinhamentos, características tipológicas e morfológicas;
- c) A Coerência também é perceptível no caos! as dominantes, etc.
- d) Importante na perspectiva de permitir que as pessoas sintam uma ligação com as suas origens e estabilidade num mundo VUCA (ou VICA, na língua portuguesa - volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade);
- e) A fachada do café "A Brasileira" subverte a homogeneidade visual do traçado pombalino?

- f) A heterogeneidade verificada no tipo de materiais empregues, nas volumetrias, nas disposições do edificado, na variedade cromática, na tipologia dos edifícios pode ser ela própria portadora de identidade;
- g) Este critério pode confundir-se com o critério da harmonia, sendo que esta, associada à noção de continuidade, pode não trazer qualidade. As dissemelhanças, contrastes ou contrapontos podem enriquecer a experiência urbana, enquanto a uniformidade física pode trazer a banalidade, a monotonia e o desinteresse;
- h) A coerência deveria ser vista mais como a relação entre os elementos, não tanto pela via da homogeneidade. O bairro de Alvalade é pouco homogêneo na sua ocupação, no entanto denota uma forte coerência entre os elementos construídos que o compõem;
- i) “Incoerência” nem sempre é negativa;
- j) Pode haver dissonâncias que contribuam para qualidades da paisagem, pelo contraste, pelo desafio.

4. Critério Diversidade Funcional

- a) Uma diversidade que gere 'riqueza' e talvez complementaridade;
- b) incorporar diversidade num sistema é a forma de comprovar a sua resiliência;
- c) A existência de elementos singulares no território, sejam ao nível de edifícios, arte urbana, modulação de terreno, etc... podem ser úteis para ajudar à leitura da diversidade. Mesmo que representem nalgum momento quebrar a coerência; A diversidade é essencial dentro de uma determinada coerência formal;
- d) Distinguir, numa perspetiva analítica, entre diversidade física e funcional, embora uma concorra para concretizar a outra.;
- e) Ao nível de um bairro residencial ou de uma área central a diversidade funcional é muito importante.

5. Critério “Elementos Naturais”

- a) Designar o critério por um substantivo, tal como, “Natureza”?
- b) Importantíssimo para a sanidade mental dos indivíduos, e para o respetivo equilíbrio que permite funcionar positivamente no sistema;

- c) A presença dos elementos naturais deve ter várias funções, tal como o enquadramento de vias rodadas de maior trânsito, o estabelecimento de jardins como espaços de estar, encontro e diversão, ou ainda o desenvolvimento da biodiversidade e de ecossistemas próprios (já referido no critério da sustentabilidade);
- d) Estes elementos naturais não devem/podem ser encarados com "figurativos", mas sim como elementos estruturantes da construção da cidade, de forma a que "penetrem" na malha urbana como qualquer outra infraestrutura de suporte, devem ter escala para promover a descontinuidade dos volumes construídos, ajudar na leitura do território e da paisagem, promover pontos de fuga e "descanso" da vista, para além dos demais serviços prestados ao nível dos ecossistemas;
- e) Também é "Natural" a edificação e todas as construções humanas. As zonas verdes, nas cidades e mesmo no campo, são construções feitas pelo ser humano, se evoluíssem em estado natural os campos e as zonas verdes das cidades, não seriam como são. Por isso deveria ser empregue o termo "Natural" para espaços construídos e dominados pelo ser humano;
- f) a presença de elementos naturais pode ser interessante, mas também pode desvirtuar completamente um espaço urbano, por exemplo um centro histórico medieval. Colocar árvores na rua, nessas circunstâncias, pode ser um verdadeiro atentado ao carácter da zona;
- g) todos aqueles elementos naturais que marcam a paisagem urbana desde rios a montanhas que configuram a noção de limite de cidade e por consequência da sua paisagem;

6. Critério "Harmonia"

- a) Cabe debaixo de 'integridade estética' ou 'coerência formal';
- b) O conceito de Estética, como valor, podia ser mais adequado porque Harmonia pode ser percebido de diversas formas e ter interpretações diversas;
- c) Uma consequência - quando os sistemas funcionam;
- d) Nos usos incompatíveis considerar ainda Habitação/ Atividades de lazer com funcionamento noturno (como por exemplo os bares);
- e) É um exercício arriscado o uso de uma palavra tão forte que pode ser interpretado de tantas formas diferentes...

- f) Não há usos incompatíveis nos meios urbanos(...) até os usos industriais são compatíveis com o meio urbano (...) muito menos é incompatível a “habitação versus via férrea” (...) o litoral de Portugal e muitos outros sítios do mundo, estão-se a tornar em contínuos urbanos, em megalópoles, onde os usos coexistem e têm de coexistir; o problema é de ordenamento e não de usos;
- g) A diversidade de usos “compatíveis” ou não, não é um critério por si só de harmonia; aliás os usos compatíveis não são constantes ao longo dos tempos, têm que ver com os níveis de exigência e de necessidades das sociedades.

7. Critério “Identidade”

- a) Não pode misturar no mesmo critério questões sociais, culturais, espaciais e arquitetónicas;
- b) O termo 'Identidade' é sempre equívoco. A descrição que é dada do critério aproxima-se mais da noção de 'Diferença/Originalidade'
- c) O mesmo que “Character” caso seja aplicado ao planeamento urbanístico?
- d) Seria preferível “Singularidade”;
- e) Se incluir a identidade imaterial ligada às vivências, pode ficar complicado;
- f) Identidade e significado estão muito próximos - são o motor da ação necessária;
- g) A memória é um fator fundamental da identidade e, conseqüentemente, do futuro. A preservação da memória, não só do edificado, mas dos usos, dos habitantes, da história do lugar, são um forte contributo para a identidade coletiva da cidade que deve ser transmitida às novas gerações;
- h) Identidade é um conceito arriscado (...) É um conceito móvel por definição, embora o pretendam fixo. É preferível 'reconhecimento', mas este por sua vez também diverso consoante quem e quando se faz;
- i) Deve-se explorar a “Identidade” também pela “Exclusividade”, pelas coisas únicas e singulares de cada local;
- j) Muito difícil de avaliar na prática!

k) As instituições devem ser vistas como um elemento identitário importante, desde instituições públicas a privadas que, quer como promotoras, quer como ocupantes de partes de cidades contribuem para a sua identidade.

8. Critério "Legibilidade"

a) Isto é território do Kevin Lynch e, a ser abordado, seria um estudo em si mesmo. É complexo, subjetivo, e tem uma metodologia própria;

b) Legibilidade (como conceito desenvolvido por Kevin Lynch) está também associado, na análise urbana, ao conceito de Inteligibilidade (desenvolvido por Françoise Choay no sentido em que para além da forma física interessa também perceber as ideias e os processos que informaram a forma);

c) Como a legibilidade está dependente das condições de iluminação este critério só pode ser considerado se se definirem condições específicas de iluminação, o que pode ser de difícil aplicação;

d) Também depende da cultura de quem 'lê';

e) Ao estilo Kevin Lynch!

9. Critério Manutenção

a) Bastante importante; um espaço limpo e com manutenção é convidativo, inspira confiança, segurança;

b) Espaços não mantidos induzem insegurança (incluir no critério "Segurança");

c) Parece importante enquadrar melhor o critério Regulação como conceito na gestão e governança do 'bem comum' como imperativo da qualidade da paisagem urbana;

d) A regulação pode existir e não ter continuidade na manutenção. Mas a manutenção pode existir mesmo que não haja regulação. Deve referir-se apenas "Manutenção". Se quiser manter a regulação, questiono que se o termo não deveria ser antes Legislação

e) Embora a manutenção seja importante e tenha uma componente regulada, será porventura igualmente importante considerar a regulação e fiscalização;

f) Essenciais, e na regulação a mínima necessária e a manutenção - a prevenção sobretudo;

- g) Este critério é operacional, muito distinto dos restantes, que são atributos qualificativos ou funcionais; parece confuso avaliar uma paisagem urbana do ponto de vista da sua gestão;
- h) Há também a necessidade de um trabalho de pedagogia e formação de cidadania para corrigir ou evitar determinados comportamentos “incívicos”. Por muita regulação, manutenção e fiscalização que se faça e deve fazer, é necessário um trabalho de educação para a cidadania, de que o cuidado com o bem comum, que para além de ser de todos é também nosso, é algo imprescindível;
- i) As traseiras são no sentido mais estrito espaços que não confinam com o espaço público.

10. Critério Mobilidade

- a) Considerar designar por 'pedonalidade'; e criar uma nova categoria, talvez 'intermodalidade' para a questão dos TPs;
- b) Está sobreposto ao de acessibilidade;
- c) Deve juntar-se os dois “Acessibilidade” e “Mobilidade”;
- d) Parece ser uma duplicação de acessibilidade; a mobilidade é o conjunto das formas/modos como as pessoas se deslocam (infrar e modos de transporte segundo tipos e distância de deslocação;
- e) Apenas a necessária para se ter acesso ao que se precisa;
- f) Parece que se confunde paisagem urbana com espaço público;
- g) A mobilidade diz também respeito à circulação rodada; aos desafios de incentivar o uso de transportes públicos para diminuir a entrada de veículos particulares na cidade; aos desafios de resolver os problemas de estacionamento na cidade; ao estabelecimento de parques dissuasores junto a importantes estações de transportes; à criação de bolsas de estacionamento para residentes; etc.
- h) Bastaria acessibilidade? (embora obviamente não sejam similares);
- i) Refere-se à mobilidade suave, ou seja, essencialmente pedonal ou ciclável, contudo pode ser considerando ainda o sistema de transportes públicos que permitem aceder a zonas mais remotas;
- j) A mobilidade é a concretização do potencial da acessibilidade pelo que a descrição deste critério está mais associada ao conceito de acessibilidade que de mobilidade;

- k) É redutor não incluir o transporte privado; deve referir-se igualmente a importância das interfaces modais para mobilidade;
- l) Importará distinguir entre mobilidade pedonal, ciclável, automóvel, em transporte público, etc.
- m) Parece haver alguma confusão entre mobilidade e acessibilidade;
- n) Este critério é uma extensão ou subcritério de Acessibilidade;
- o) Este aspeto é relevante, ou seja, é importante o seu papel para a qualidade da paisagem urbana, tal como o da segurança. Não obstante explicita-se que o conceito de mobilidade aqui presente abarca quer as acessibilidades, quer os transportes, mas ambos em face de um dado contexto social, económico e ambiental de referência; a mobilidade é função das "necessidades" supridas pelas infraestruturas de acessibilidade e de transportes.

11. Critério "Segurança"

- a) A segurança em relação ao tráfego automóvel não tem nada a ver com a segurança em relação à perceção de perigo perante a "presença de grupos sociais específicos"
- b) A Segurança está desde logo dependente da hora do dia;
- c) Talvez distinguir a segurança passiva (espaços e suas vivências) da segurança ativa (policimento, câmaras);
- d) Presença de transeuntes - identificar as áreas onde os turistas têm expressão significativa; considerar as diferenças entre um dia de semana e um dia de fim de semana;
- e) Etnias ou "atividades pouco lícitas" ligados à segurança são questões sensíveis, e com fronteiras muito ténues como a sã conveniência entre diversos grupos heterogéneos existentes numa determinada unidade de paisagem. Critérios mais objetivos como taxa de criminalidade ou ocorrências policiais serão mais aceites;
- f) A segurança ou a sua perceção depende sempre da pessoa e do seu perfil, cada pessoa sente-se mais ou menos segura num determinado ambiente, dependendo da sua experiência de vida, perfil e atitude...para se ter um local seguro é importante dotá-lo de condições mínimas ("design", espaços exteriores, espaços integrados e acessíveis...) e de promover junto da comunidade o sentimento de pertença, de modo a que a "maioria silenciosa" se aproprie do espaço público e afaste os maus comportamentos sociais;

- g) Segurança contra riscos tecnológicos, ambientais, geomorfológicos: gases, radiações, contaminação de água, incêndios, inundações, aluimentos, escorregamentos, tremores de terra;
- h) Não se deve misturar o sentimento de insegurança com aspetos físicos e materiais e que muitas vezes não se relacionam;
- i) A vandalização do espaço, a sua degradação não causada pelo desgaste normal associado à sua utilização, mas antes à sua delapidação intencional pode ser um indicador de segurança;
- j) Como referido para a mobilidade também se reformula a avaliação da importância da segurança para a qualidade da "paisagem" urbana, ou, melhor dito, da importância da "sensação" de segurança que a paisagem urbana induz ou não. Existe relevância deste fator para a qualidade, maior ou menor, da paisagem urbana.

12. Critério "Sustentabilidade"

- a) Sustentabilidade é um conceito muito mais amplo do que isto. Tal como é apresentado, cabe diretamente no critério 'presença de elementos naturais'.
- b) Há redundância e sobreposição em relação à 'Presença de elementos naturais';
- c) O critério "Presença de Elementos Naturais" podia ser aqui integrado dada a perspetiva em que é colocado;
- d) Tem a ver com a manutenção da biodiversidade existente;
- e) A sustentabilidade é muito mais ampla e hoje é mais designada por economia circular;
- f) O novo tema é resiliência uma vez que o mundo está em mudança e precisa-se de encontrar equilíbrios mesmo que temporariamente;
- g) A sustentabilidade deverá ser a integração de diversos atributos ou critérios: identidade, legibilidade, harmonia, etc;
- h) É fundamental a escolha detalhada das espécies para plantação tendo em conta o lugar, a composição do terreno, o espaço disponível para o futuro desenvolvimento das raízes, as consequências da caducidade das folhas, flores ou frutos em meio urbano, o aproveitamento dos recursos naturais, a exposição solar e o ensombramento provocado por prédios existentes ou previsíveis, as necessidades de rega, etc;
- i) Nos indicadores propostos deverão ser incluídos gestão da água e resíduos;

- j) A "sustentabilidade" de um determinado território está diretamente relacionada com o equilíbrio que existe entre os vários processos que nele ocorrem, que no balanço final devem permitir o desenvolvimento do território de forma sustentada o que engloba as várias dimensões, seja esta ambiental, económica e social...o facto de se ter biodiversidade urbana, e "natur base solutions" em ambiente urbano são medidas que visam atingir a sustentabilidade, mas não o são por si só deve para isso ser avaliada a pegada ecológica real...como indicadores a qualidade ar, água, consumo energia, sistema de transporte, acessos a espaços verdes urbanos e naturais...consumo ao nível local de água, produção de resíduos, índice de reciclagem...etc;
- k) Na sequência do tema anterior da segurança, perceber a existência de elementos de proteção de pessoas e bens contra impactos naturais, e a forma como estes se encontram acautelados no contexto da estrutura urbana, ou melhor ainda, como esta os teve em conta e integrou;
- l) Esta visão redutora de sustentabilidade deveria ser acompanhada do adjetivo "ambiental" já que o termo sustentabilidade combina a dimensão social e económica, pelo menos...
- m) É preciso ter-se algum cuidado com a sustentabilidade que os corredores verdes e parques urbanos conferem ou não. Muitas vezes são muito pouco sustentáveis, pois requerem enormes consumos de água, de energia, de segurança e de manutenção. Também a defesa incondicional das espécies autóctones que é feita hoje em dia merece alguma cautela. Sempre, na História do planeta houve animais e vegetação em "circulação" de uns pontos para os outros. Na europa não existiam batatas, laranjas, arroz, etc., por isso a introdução de espécies autóctones não é em si mesmo um erro ou um mal;
- n) A definição parece confundir qualidade ambiental (biofísica) com sustentabilidade, atributo impossível de avaliar, no quadro de um espaço urbano. A presença de estruturas verdes e/ou azuis não conferem necessariamente sustentabilidade a um espaço urbano;
- o) Sobrepõe-se à presença de elementos naturais. A sustentabilidade está vista aqui de uma forma muito redutora focando apenas o aspeto ambiental e esquecendo o económico e o social;
- p) Conceito demasiado fluido para o contexto;
- q) É fator relevante para a qualidade da paisagem;

r) As espécies autóctones não são melhores que as outras. Por essa lógica as hortas urbanas não poderiam ter batatas, nem laranjeiras, etc;

s) Da forma como está expresso o critério "Sustentabilidade" refere-se principalmente à componente ambiental. A ecologia urbana deveria ser talvez o termo certo. Se se quer referir a sustentabilidade, outros fatores, de eficiência e eficácia, da energia aos recursos humanos, deveriam estar associados.

13. Critério "Vistas"

a) Avalia o grau de profundidade de campo da paisagem envolvente, valorando particularmente a existência de "vistas panorâmicas" ou "pontos notáveis" ao longo, ou em determinados pontos dos percursos);

b) Essenciais: para o horizonte, para a água, para o céu, para verde!

c) Seria talvez importante refletir que as "vistas" estavam ausentes da paisagem urbana na cidade clássica e medieval como, aliás, ainda se pode perceber nos tecidos urbanos mais densos, orgânicos e históricos da cidade de Lisboa. Poderia em tese admitir-se que a existência de vistas na cidade contraria a ideia da cidade densa, multifuncional e de proximidade;

d) Podia-se alargar-se o conceito ao "desafogo";

e) Este critério só tem valor enquanto aplicado pontualmente em sítios singulares da cidade, conferindo um efeito surpresa, por exemplo;

f) O sistema de vistas talvez fosse uma melhor forma de colocar esta dimensão; de facto não é só marcante o facto de a vista ser panorâmica, também tem a ver com os enfiamentos visuais, com a vista não só de pontos marcantes, mas também dos próprios pontos marcantes;

g) As condicionantes legais, e não só, ao direito às vistas deviam ser referidas.

Anexo 3

“A **BAIXA POMBALINA** consolidou-se ao longo dos séculos como o centro da capital, e toda a sua história associada ao terramoto de 1755 e à reconstrução da cidade, acarretam-lhe uma grande carga histórica (P14). Mantém um património cultural edificado rico e variado, composto por igrejas, conventos e praças, que lhe conferem uma identidade própria (P14). A Baixa, o Chiado, centros históricos de várias gerações, emblemáticos, apesar de algum abandono (P1) são espaços muito qualificados, de grande riqueza patrimonial (P10, P21), com edifícios de grande valor histórico (P9). Confundem-se com a própria cidade e “deixam saudades de visitar e contemplar” (P14). Os espaços apresentam uma ordem (P15), fruto de um plano (P14), com regularidade do espaço e uniformidade das fachadas (P8). Os traçados viários desenhados à escala humana (P2, P15), de malha ortogonal em que as vias principais orientadas no sentido norte/sul (e as secundárias este/oeste), permitem usufruir das vias e luminosidade do pano de água (Tejo) (P2). O conjunto de praças de várias dimensões (Terreiro do Paço, Rossio, Largo do Carmo, Largo de São Carlos, Largo da Misericórdia, Largo do Camões), e miradouros, na Baixa/Chiado, fazem com que seja atrativo para o passeio a pé, na descoberta de cenários diversos, de vistas deslumbrantes, de espaços de contemplação. Os diversos estabelecimentos ao nível do piso térreo, a oferta de funções (P5), os vários usos (comércio, hotelaria, restauração), conferem-lhes dinamismo, movimento. A malha viária bem traçada, a diversidade de espaços, de elementos marcantes e pontos notáveis, conferem-lhes legibilidade, permitindo uma boa orientação e utilização do espaço (P2). A Baixa, apesar de não cumprir com um conjunto de requisitos (P1), falta de conservação do património edificado (P12), entre outros, é um espaço planeado, desde o princípio até ao fim. Teve uma estratégia, uma opção, que permitiu que a cidade de Lisboa respondesse às suas necessidades até ao fim do século XIX (P1). Ao contrário do CHIADO, que possui razoável oferta de habitação, reabilitada, de valor comercial elevado (P6), a Baixa Pombalina tem uma grande carência de espaços habitacionais (P6, P14), o que faz com que foras das horas de ponta o espaço público se encontre deserto, entregue apenas aos turistas (P6, P14). Por isso e também pelos autocarros turísticos que transportam milhares de visitantes diariamente pelas ruas da capital, há quem a compare à “Disneylândia

para turistas” (P7, P8). Com efeito a degradação do edificado, sobretudo nos pisos superiores (P12), e a falta de residentes, de equipamentos (P11), de centros de saúde (P10), de escolas (P9), de espaços verdes (P9, P10, P11, P12), fazem com que a Baixa Pombalina não seja interessante para viver (P8) e não aproveite todo o seu potencial. Há zonas de poluição elevada e falta de qualidade do ar (P10), muitos automóveis, nomeadamente no Rossio, espaço que serve de via de passagem entre a Praça dos Restauradores e a Praça do Comércio (P6), espaço onde todos passam e, à exceção dos turistas, ninguém vai para ficar (P14). A ocupação de parte do Rossio por um grupo étnico que se dedica a atividades pouco lícitas, transmite insegurança e afasta quem por lá passa (P4). A estação do Rossio encontra-se mal cuidada e com falta de limpeza (P6). A Baixa/Chiado embora pouco acessível ao automóvel (P9, P12), é acessível ao peão (P15). O conjunto de obras recentes - mercado do Chão do Loureiro – elevadores de acesso ao Largo do Caldas, à Rua da Madalena e à Rua da Vitória (P11), e a regeneração da Praça do Comércio, veio permitir, não só o acesso a essas áreas, como também trazer novas atividades, animação noturna e vivência de rua (P13).” (Campos, 2015, p.63).

“O **PARQUE DAS NAÇÕES** é uma zona qualificada com uma estrutura urbana (e natural) planeada (P13, P19). O edificado é coerente, tem qualidade do desenho (P4, P6), cuidado, estrutura de espaço público, e uma relação equilibrada do ponto de vista da composição dos elementos urbanos (P4). Existe uma boa relação de proximidade com o rio Tejo (P8, P9), através de um parque ribeirinho, qualificado. Tem muitos espaços verdes, muito agradável do ponto de vista paisagístico (jardins muito bonitos), acessível ao movimento pedonal. “É coerente consigo próprio e com o contexto” (P18). O espaço público é agradável, bem cuidado (P1). Os logradouros são abertos e públicos permitindo a apropriação total do espaço (P19). “É a cidade plena!” (P19). É rico em equipamentos de muito boa qualidade e de uso público (P13). Tem um “mix” de funções (P7), todas as funções essenciais (P7), atrações, dinamismo, vivência urbana. Existem projetos de arquitetura de qualidade que qualificam o espaço urbano (P13). Sem fronteiras rígidas entre os tipos de pavimentação, conseguiu fazer uma boa integração entre “os verdes” e os “secos” (P19). Sendo uma zona recente, não sofre ainda de fenómenos de degradação (P13). O resultado do edificado é visto como a colagem de projetos de vários arquitetos (P1), da arquitetura “espetáculo” (P3), que torna a paisagem pouco coerente, em que

cada edifício vale por si, e não pelo conjunto (P3). No passeio pedonal, à exceção de junto ao rio, não há continuidade (P1). Há zonas sem fio condutor, sem ligação, sem lojas, onde as pessoas se sentem isoladas (P1). Apesar de ser um projeto novo, de raiz, não conseguiu organizar o comércio de rua por forma a ser competitivo com o comércio dos centros comerciais (P3). Teria sido preferível não ter existido o centro comercial, e ao invés ter-se arranjado as ruas, com lojas âncora, em que se pudesse estar protegido do vento, chuva, calor (P3). Faltam equipamentos de proximidade, centros de saúde, parques infantis, creches (P7). Não se fez a integração da Expo em Lisboa, funciona como uma ilha, com o grande problema de ligação e integração com a envolvente (P3). “Até chegar lá...!” (P12). Faltou fazer a ligação com a parte ocidental de Lisboa, e com o centro histórico. Como projeto que cosesse o tecido urbano falhou, uma vez que não conseguiu integrar Chelas em toda a zona oriental de Lisboa (P12), no prolongamento da Avenida dos EUA (P3). “Cometeu-se o erro grande de virar as costas à cidade” (P3). Os equipamentos servem apenas a população da Expo, de forma insuficiente, e não conseguiu superar as carências da zona envolvente (P3). Faz segregação social, com a envolvente (P18). Houve espaços alterados desde o início do projeto até ao destino final favorecendo a especulação imobiliária (P11). Permitiu-se alteração de usos no projeto original. Havia a previsão dos espaços verdes que se alteraram e permitiram outros usos, ou seja, o “verde passou a edificado” (P11). Ao contrário de Sevilha, o projeto Expo continuou depois da Exposição. No entanto, hoje é um desastre financeiro e urbanístico (P17). Há quem diga que foi por se construir algo sobredimensionado, desproporcionado dos meios disponíveis e da dimensão da população de Lisboa (P17). “Arrumadinho, bonitinho, mas falta-lhe caráter e identidade - é paisagem de catálogo!” (P14). Pecou por não ter visado os princípios da sustentabilidade (P21). Poderia por exemplo ter incluído o projeto de um elétrico ligeiro (sem tripulação) que permitisse deslocações ao longo da Expo (norte e sul) a partir da estação de metro e de comboio, por forma a evitar o uso do automóvel por parte dos residentes, turistas e todos os que ali trabalham (P21)” (Campos, 2015, p.70).

“**ALVALADE** e **AREEIRO**, (incluindo a Avenida de Roma e Praça de Londres), são bairros mais contemporâneos, organizados (P8, P9) com uma arquitetura “interessante”, típicos do Estado Novo (P3), que deixaram um bom legado urbanístico à cidade de Lisboa (P19). São exemplos bem conseguidos (P3), bem adaptados à sociedade da época (P21). O primeiro plano (Areeiro,

colado à cidade existente), é a zona que tem mais espaço público disponível (P15). De passeios largos, a continuidade urbana é assegurada pelas arcadas entre os edifícios, que permitem o atravessamento entre quarteirões. Apresentam uma perspectiva pública e cívica forte. “Foi a última vez que se planeou a cidade em Lisboa com esta qualidade!” (P15). Por outro lado, Alvalade tem uma malha mais pobre, sem pretensão arquitetónica (P19), embora interessante (P5, P9). Contudo são ambos espaços bem planeados urbanisticamente (P11), organizados com densidades adequadas (P9) e estrutura verde (P10). Há um equilíbrio das funções urbanas e uma coerência geral do espaço (P13). São zonas relativamente planas, acessíveis ao peão (P9), arborizadas. Tem estrutura de bairro, parques (mata de Alvalade), (P10). Há diversidade de espaços de atividades (P9), com muita vivência de rua, facilitador de relações entre vizinhos (P11). Os logradouros semiprivados (P10), embora debilitados (podem ser facilmente recuperados), constituem zonas de lazer e de vizinhança (P4). “Pode vir a ser um excelente bairro outra vez dentro de alguns anos!” (P4)” (Campos, 2015, p.69).

“O bairro de **BENFICA** encontra-se situado nas franjas de Lisboa, a noroeste da cidade. É uma zona com expressão, sem caráter (P9), que cresceu devido à explosão urbanística rápida (anos 70/80), por questões demográficas, à volta das antigas estradas de Benfica e da Damaia, por urbanização de várias quintas (P14). Trata-se de uma zona de urbanização periférica (P15), não planeada (P13), de loteamentos urbanos, de crescimento da iniciativa privada (P13), que corresponde a um urbanismo espontâneo, caso a caso (P21), sem critério (P3). Resultante do somatório de loteamentos, de parcelas de terrenos onde alguns se juntam pelas extremas das ruas, mal planeada, sem hierarquia da malha viária (P19) e de vias estruturantes (P13), “representa a cidade num certo prisma de abastardamento da Carta de Atenas, na perspectiva da especulação imobiliária” (P15). Devido à falta de acidentes geográficos (quebra natural, linha de água, ribeira, vales ou montes), sofreu de contaminação como o tipo de desenvolvimento urbanístico da periferia, loteamentos (P13). “A periferia entrou na cidade!” (P13). O espaço urbano, sem qualidade, é composto por uma sucessão de arruamentos, ocupadas por veículos em estacionamento ilegal, em que o espaço público foi resultado das zonas residuais (P15). As novas urbanizações não lhe deram centralidade, continuidade entre si (P13). Tem edificado moderno, mas a estrutura não é moderna (P15). Falta coerência (P5, P13, P20), unidade,

harmonia visual. Qualidade arquitetónica dececionante, tem pouca arborização (P5). A mata de Benfica (Parque Silva Porto) não está integrada, está descentralizada (P11). Com exceção do bairro de Santa Cruz, o edificado em Benfica é muito denso (P10), sem carater e coerência. A zona das Portas de Benfica é “triste”, “cinzenta”, não apetece lá viver (P11). Em muitos edifícios, sem elevador, habitam pessoas idosas, sem ou com pouca mobilidade, e o espaço público fica parado, sem vida. Falta-lhe vida, dinamismo, elementos que qualifiquem o espaço público, que crie empatia entre as pessoas, vida comunitária. Tem base social, mas é como “um gueto de pessoas de bem, modestas” (P11), com médio/baixo poder de compra. Da Avenida Grão Vasco à Avenida Gomes Pereira, limitada pela Estrada de Benfica, há um conjunto de ruas com alguma vida própria, equipamentos, atividade económica, dinamismo (P7, P14), sobretudo aos sábados, pelo mercado, que imprime um sentimento de coletividade, de cultura de bairro. Apesar de ter acesso ao comboio, falta-lhe o Metro para integração em Lisboa, que poderia ser realizada através de eléctrico (já existente noutros tempos), ou metro de superfície (P10). A zona limite da Freguesia, junto ao Estádio do Benfica tem uma malha viária muito complexa, com muitas ruturas e muitos nós (2º Circular, Avenida Lusíada). É uma zona que mesmo que venha a ser requalificada tem pouco potencial. “Um dos desastres urbanísticos de Lisboa (exceto bairro de Santa Cruz)!” (P17)” (Campos, 2015, p.73).